

# Decretos

## DECRETO Nº 67.130, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Decreto nº 57.947, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a classificação institucional da rência da aplicação do disposto no artigo 1º deste decreto serão gozadas na seguinte conformidade:

I - se o policial civil já tiver usufruído parte das férias correspondentes ao exercício de 2022, o restante será gozado no exercício de 2023;

II - na hipótese contrária, pelo menos 50% (cinquenta por cento) serão gozadas no exercício de 2023, devendo eventual saldo ser usufruído no exercício de 2024.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2022

RODRIGO GARCIA

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Governo

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 28 de setembro de 2022.

## DECRETO Nº 67.132, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, a faixa de terra necessária à implantação de rede coletora de esgoto, parte integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário - S.E.S., no Distrito de Vila Leopoldina, no Município de São Paulo, e dá providências.

RODRIGO GARCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 21 de

segue com azimute de 319º59'05" e distância de 20,67m até o ponto "C"; desse ponto, segue com azimute de 48º47'14" e distância de 2,20m até o ponto "D"; e desse ponto, segue com azimute de 139º59'05" e distância de 20,85m até o ponto "A", encerrando esse polígono com 45,58m² (quarenta e cinco metros quadrados e cinquenta e oito décimos quadrados) e um perímetro de 45,92m (quarenta e cinco metros e noventa e dois centímetros).

Artigo 2º - Fica a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP autorizada a investir o

a) Bruno Vicente Pimental

mentação ao mandato

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

j) ...

k) ...

l) ...

m) ...

n) ...

o) ...

p) ...

q) ...

r) ...

s) ...

t) ...

u) ...

v) ...

w) ...

x) ...

y) ...

Endereço: Rua Dr. Pio Duffles, 865 – Jardim Soljumar - Ser-  
tãozinho/SP

Telefone: (16) 3946.1515

E-mail: deser@see.sp.gov.br

Estado de conservação dos materiais: REC

Item Especificação Qt

1 CPU S3L 432 - NRTE

2 CPU S3L 432 - NRTE

3 CPU S3L 432 - NRTE

4 CPU S3L 432 - NRTE

5 CPU S3L 432 - NRTE

6 CPU S3L 432 - NRTE

7 CPU S3L 432 - NRTE

8 CPU S3L 432 - NRTE

9 CPU S3L 432 - NRTE

10 CPU S3L 432 - NRTE

11 CPU S3L 432 - NRTE

12 CPU S3L 432 - NRTE

13 CPU S3L 432 - NRTE

14 CPU S3L 432 - NRTE

15 CPU S3L 432 - NRTE

16 CPU S3L 432 - NRTE

17 CPU S3L 432 - NRTE

18 CPU S3L 432 - NRTE

19 CPU S3L 432 - NRTE

20 CPU S3L 432 - NRTE

21 CPU S3L 432 - NRTE

22 CPU S3L 432 - NRTE

23 CPU S3L 432 - NRTE

24 CPU S3L 432 - NRTE

25 CPU S3L 432 - NRTE

26 CPU S3L 432 - NRTE

27 CPU S3L 432 - NRTE

28 CPU S3L 432 - NRTE

29 CPU S3L 432 - NRTE

30 CPU S3L 432 - NRTE

31 CPU S3L 432 - NRTE

32 CPU S3L 432 - NRTE

33 CPU S3L 432 - NRTE

34 CPU S3L 432 - NRTE

35 CPU S3L 432 - NRTE

36 CPU S3L 432 - NRTE

37 CPU S3L 432 - NRTE

38 CPU S3L 432 - NRTE

39 CPU S3L 432 - NRTE

40 CPU S3L 432 - NRTE

41 CPU S3L 432 - NRTE

42 CPU S3L 432 - NRTE

43 CPU S3L 432 - NRTE

44 CPU S3L 432 - NRTE

45 CPU S3L 432 - NRTE

46 CPU S3L 432 - NRTE

47 CPU S3L 432 - NRTE

48 CPU S3L 432 - NRTE

49 CPU S3L 432 - NRTE

50 CPU S3L 432 - NRTE

51 CPU S3L 432 - NRTE

52 CPU S3L 432 - NRTE

53 CPU S3L 432 - NRTE

54 CPU S3L 432 - NRTE

55 CPU S3L 432 - NRTE

56 CPU S3L 432 - NRTE

57 CPU S3L 432 - NRTE

interessada a VS EMPREEN... E P...ÇÕES LTDA.,  
trecho sob responsab... SISTEMA  
AN... 13).

ulari-  
tarac-  
arginal  
interessado  
ÇÕES, tre-  
SISTEMA  
Processo

nico para  
protetor de  
r de absor-  
ite Eletrôni-

para papel toalha.  
do Convite Eletrônico, por meio da Oferta de  
Compra 512701510562022OC00010, para os itens:

Item 4 – 18 unidades de dispensers para copo para água  
200ml – valor unitário de R\$ 29,17 (Vinte e nove reais e dezes-  
sete centavos) e no valor total de R\$ 525,06 (Quinhentos e vinte  
e cinco reais e seis centavos), homologado para a empresa:

Baleira Ltda. EPP - CNPJ: 16.880.322/0001-02;  
unidades de dispensers para copo para café  
de R\$ 24,00 (Vinte e quatro reais) e  
R\$ 432,00 (Quatrocentos e trinta e dois  
reais e dois centavos), homologado para a empresa: Baleira Ltda. EPP- CNPJ:

22/0001-02.  
Diretor Presidente de 21-06-2022  
o artigo 45, inciso X, alínea "a", item 4 da  
SP nº 53/2009 (Regimento Interno); com base  
Federal nº 8.666/1993 e do Decreto Estadual  
nos documentos e informações acostados aos  
atos do Processo ARSESP-PRC-2022/00076

O FRACASSADO o procedimento licitatório  
do Sistema BEC (Bolsa Eletrônica de Con-  
de Eletrônico nº 512701510562022OC00012,  
à aquisição de 1 (Hum) Claviculario para 500  
es, para uso da ARSESP.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE  
PRESIDÊNCIA

Portaria GP nº 725/2022, de 27 de setembro de 2022.O  
Assessor de Gabinete da Presidência, no uso das suas atribui-  
ções conferidas pela Portaria PRE nº 167/2021, considerando?  
o disposto na Resolução CONTRAN nº 941/2022, combinado  
com as Portarias DETRAN-SP Nº 68/17 e 168/2020 , relativo à  
verificação anual de credenciamento de ECV;Considerando o  
cumprimento das exigências legais, constantes nos Processos:  
SPDOC Nº 1938443/2019, e , relativos aos anos de 2019, 2020  
DTRAN-PRC-2022/995782 DTRAN-PRC-2022/995848e 2021,  
respectivamente;Resolve:Artigo 1º - Autorizar a renovação do  
credenciamento da empresa credenciada de vistoria GUARNIERI  
VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, CNPJ Nº 09.150.232/0001-  
09, para realização de vistoria de identificação veicular.Artigo

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

# Governo

## GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 28-9-2022

No processo SEDS-PRC-2022-01955, sobre termo de colabo-  
ração: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos,  
notadamente da representação da Secretária de Desenvolvi-  
mento Social e do Parecer 491-2022, da AJG/PGE, com fundamen-  
to na LF 13.019-2014, e no Dec. 61.981-2016, autorizo, nos moldes  
propostos pela origem e desde que observadas as normas legais  
e regulamentares incidentes na espécie, bem como as recomen-  
dações do órgão jurídico, a celebração de termo de colaboração  
entre o Estado de São Paulo, por intermédio daquela Pasta, e a  
Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas - Febract,  
tendo por objeto a transferência de recursos financeiros à OSC  
para acolhimento institucional de usuários de substâncias psi-  
coativas encaminhados pelos serviços oferecidos no âmbito do  
Programa Recomeço."

## FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

## CENTRO DE MATERIAL EXCEDENTE

COMUNICADO

O Centro de Material Excedente, no uso de suas atribuições  
conferidas pelo Decreto nº 44.960/2000, comunica:

Fica publicada a relação de materiais considerados exce-

## AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DIRETORIA DE OPERAÇÕES

# REVERTER A DESTRUIÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO



FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO

# REVOGAÇÃO!



**FLCMF**

PSOL



**FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**

# Expediente

## Realização

**FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS MARIELLE FRANCO E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**



Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

**Natalia Szermeta**

Fundação Rosa Luxemburgo

**Jorge Pereira Filho**

## Coordenação

**Josué Medeiros** é cientista político e professor da UFRJ. É coordenador do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e do Núcleo de Estudos Sobre a Democracia Brasileira (NUDEB)

## Coordenação

**Caio Moura** é advogado e Coordenador Jurídico da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados

## Coordenação

**Vitor Guimarães** é cientista político, membro da executiva estadual do PSOL-RJ, militante do MTST

## Pesquisador

**Caio Cateb**, Historiador formado pela Universidade de Brasília, Mestre em Estudos Brasileiros - História na Universidade de Lisboa

## Pesquisador

**Igor Mateus Soares**, Graduando em filosofia pela UECE e membro do diretório estadual do PSOL-CE

## Pesquisador

**Paulo Reis** é cientista político formado pela Unirio, Administrador pela UFRRJ e possui especialização em gestão de cidades inteligentes e sustentáveis pela Uninter

## Pesquisador

**Rogério Garcia Cappelli** Graduado e Mestre em História Social pela UFF e Especialização em Administração Pública.

## Pesquisador

**Mariana de Araújo Castro** é doutoranda em ciência política no IESP/UERJ e pesquisadora do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) da UERJ

## Supervisão

**Severino Souto Alves**

## Projeto Gráfico

**Cesar Habert Paciornik**

## Diagramação

**Cesar Habert Paciornik**  
**Miguel Andréa**  
**WHIZZ**

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva dos autores e não representa necessariamente a posição da FRL

**FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**

# Especialistas



Realização

**FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS MARIELLE FRANCO E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**

**Caroline Teixeira Jorge** - Economia, Trabalho e Renda / Petróleo, Gás e Energia  
Doutora em Economia pela UFRJ, atualmente trabalha na Liderança da Minoria da Câmara dos Deputados como assessora parlamentar na área econômica e orçamentária.

**Diego Scardone** - Segurança Pública  
Mestre em Política Latino Americana pela Universidade de Oxford. Atualmente assessora a Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados nas áreas de segurança pública e direitos humanos.

**Fernando Silva** - Criança e Adolescente  
Licenciado em História (UNICAP), Especialista nos Direitos da Criança e do Adolescente (UFRPE) e Mestrando em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ).

**Herbert Anjos** - Educação  
Doutorando em História pela UFMG e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

**Hugo Crisóstomo** - Meio Ambiente  
Geógrafo e pesquisador na Universidade de Brasília – UnB e Mestre em gestão ambiental e do território.

**Ivanilda Figueiredo** - Direitos LGBTQIAPN+  
Professora Adjunta de Direitos Humanos e Direito e Pensamento Político da Faculdade de Direito da UERJ e Diretora do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da UERJ (CEPED/UERJ).

**Leonardo Lessa** - Cultura  
Gestor cultural e artista de teatro graduado pela UFMG e Assessor Parlamentar para Políticas Culturais da Deputada Federal Áurea Carolina (PSOL-MG).

**Leonor Soares** - Comunicação  
Jornalista profissional há 22 anos e mestre em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB) e atualmente coordena a comunicação do mandato da deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ).



**Lucas Cravo de Oliveira** - Política Indigenista  
Advogado. Doutorando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).

**Lucas Pedretti** - Forças Armadas  
Historiador e doutor em sociologia (UERJ). Professor de História no ensino básico

**Luiz Eloy Terena** - Política Indigenista  
Advogado indígena. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito (UFF) e Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ).

**Mara Karina Silva** - Negritude  
Jornalista, especialista em Comunicação Pública, mestra e doutoranda em Comunicação na Universidade Brasília e é assessora de imprensa da deputada federal Áurea Carolina (PSOL/MG).

# Especialistas

Realização

**FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS MARIELLE FRANCO E FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO**



**Marcela Munch** - Política Agrária  
Mestra em Direito Constitucional pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional na UFF e atualmente assessora parlamentar na Câmara de Deputados.

**Marina Leite** - Assistência Social  
Assistente Social, professora do curso de serviço social na Universidade Federal da Paraíba.

**Natália Sant'Anna** - Participação Social  
Advogada formada pela FND da UFRJ e Mestre em Teoria Jurídica Contemporânea (UFRJ) e Pós-graduada em Direito Eletrônico pela Candido Mendes.

**Pedro Charbel** - Relações Internacionais e Política Migratória  
Mestre em Sociologia e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP) e é assessor de direitos humanos e relações internacionais da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados.

**Pedro Lavor** - Combate à Corrupção e Transparência  
Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco e Membro fundador da Comissão de Direito Parlamentar da OAB/PE (2021).

**Priscilla Brito** - Mulheres  
Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade UFRJ e Atualmente é consultora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

**Raisa Maria Cunha Guimarães** - Saúde  
Coordenadora estadual do Coletivo de Saúde do MTST/SP e Graduada em Pedagogia pela Unifesp.

**Rud Rafael** - Direito à Cidade e Moradia  
Coordenador nacional do MTST Brasil, educador da ONG Fase, e mestre em Serviço Social, com especialização em Gestão de Programas e Projetos Sociais.

# Sumário

---

	<b>EXPEDIENTE</b>	<b>03</b>
	<b>ESPECIALISTAS</b>	<b>04</b>
	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>08</b>
	<b>RESUMO</b>	<b>09</b>
<b>CAPITULO 01</b>	<b>MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO 02</b>	<b>ANÁLISES SETORIAIS</b>	<b>37</b>

---



# Análises Setoriais

## CAPÍTULO 2

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>38</b>	<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>128</b>
<b>COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>45</b>	<b>MULHERES</b>	<b>134</b>
<b>COMUNICAÇÃO</b>	<b>54</b>	<b>NEGRITUDE</b>	<b>138</b>
<b>CRIANÇA E ADOLESCENTE</b>	<b>62</b>	<b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b>	<b>141</b>
<b>CULTURA</b>	<b>70</b>	<b>PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA</b>	<b>145</b>
<b>DIREITO À CIDADE E MORADIA</b>	<b>82</b>	<b>POLÍTICA AGRÁRIA</b>	<b>156</b>
<b>DIREITOS LGBTQIAPN+</b>	<b>90</b>	<b>POLÍTICA INDIGENISTA</b>	<b>162</b>
<b>ECONOMIA, TRABALHO E RENDA</b>	<b>96</b>	<b>RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA MIGRATÓRIA</b>	<b>167</b>
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>110</b>	<b>SAÚDE</b>	<b>174</b>
<b>FORÇAS ARMADAS</b>	<b>117</b>	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	<b>182</b>

# Apresentação

Natalia Szermeta  
*Presidente da Fundação  
Lauro Campos e Marielle Franco*

Jorge Pereira Filho  
*Coordenador de projetos da  
Fundação Rosa Luxemburgo*



**S**e o projeto da Constituição Cidadã nunca, de fato, foi implementado de forma universal no Brasil, os desmontes que o Estado brasileiro sofreu a partir do golpe de 2016 ampliaram essa distância entre promessa e realidade. Nessa trajetória de reversão de direitos sociais, o governo de Jair Bolsonaro tem escrito um capítulo à parte.

Não se trata de uma questão supostamente de ordem legal ou de constitucionalistas. O impacto dessas mudanças é concreto e se reflete cotidianamente na situação de milhões de brasileiros e brasileiras prejudicados pela reversão das conquistas sociais. São 33 milhões de pessoas em situação de fome, um contingente cada vez mais numeroso de trabalhadores e trabalhadoras sem direitos sociais básicos.

O pacto social materializado em 1988 estabeleceu um novo parâmetro para a redução das históricas desigualdades sociais no país, dando ao combate à pobreza uma dimensão de questão nacional. A universalidade do acesso à educação, bem como da seguridade social e seu tripé – saúde, previdência e assistência –, exemplifica bem esse espírito. As políticas públicas, sobretudo as implementadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, encontraram um respaldo fértil nesse marco legal que, como sabemos, nunca alcançou na prática a potencialidade que vislumbrava.

Não foram poucas as alterações realizadas desde 1988 que impactaram o sentido original da Constituição. Governos de orientação neoliberal aprofundaram esse processo. Porém, como bem documenta o relatório *Revogação*, coordenado pelo advogado Caio Moura e pelos cientistas políticos Josué Medei-

ros e Vitor Guimarães, o governo de Jair Bolsonaro inaugurou uma nova etapa nessa história, “a qual se configura como um projeto ultraliberal e autoritário de destruição do caráter público do Estado brasileiro”. Do Orçamento Secreto à passagem da boiada, nas palavras do ex-ministro Ricardo Salles, incluindo as políticas de massificação de armamentos e do uso desenfreado de agrotóxicos nocivos à saúde humana, esse método de destruição é detalhado nesta publicação. Trata-se de um material de leitura obrigatória para todos e todas que se encontram não apenas assombrados pelos retrocessos que vivemos, mas também que estão ávidos pela reconstrução necessária e urgente a ser conduzida.

É nesse sentido que uma parceria entre a Fundação Lauro Campos e Marielle Franco e a Fundação Rosa Luxemburgo viabiliza essa iniciativa que se propõe a mapear e apresentar de maneira sistematizada os principais desafios do campo democrático no Brasil. Tal objetivo vem de encontro à missão da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), comprometida com a difusão do pensamento crítico e com a defesa da transformação social do país tendo como base os valores do socialismo e da liberdade. Por sua vez, contribuir com o debate sobre a ampliação de direitos sociais é uma prioridade para a Fundação Rosa Luxemburgo, que atua no Brasil desde 2003 com projetos de cooperação internacional. Vinculada ao partido alemão Die Linke (A esquerda), a organização realiza parcerias com ONGs, movimentos sociais e entidades políticas, animando projetos e iniciativas que construam uma

sociedade mais igualitária, bem como que apontem para a transformação socioambiental.

O relatório Revogação propõe um ponto de partida para a necessária redemocratização do Brasil, um processo cuja legitimidade se expressa na derrota do presidente Jair Bolsonaro em sua tentativa de reeleição. Um cuidadoso levantamento em 20 áreas temáticas, analisando cerca de 20 mil documentos, reúne as principais medidas tomadas pelo atual governo que poderiam ser revertidas rapidamente. São ações cruciais que incluem a reversão dos desmontes das políticas de combate à fome, a reconstituição das instâncias de participação e transparência do Estado, a interrupção do acesso descontrolado a armas e de munições, a revogação do programa de privatizações, do enfraquecimento do combate à violência contra a mulher ou da instrução normativa da Fundação Nacional do Índio (Funai) que fragiliza a proteção das terras indígenas não homologadas.

Não são poucos os desafios, mas a gravidade das crises sociais e ambientais brasileiras convoca uma ação urgente. Sabemos que o documento aqui apresentado não abarca em sua complexidade todas as medidas necessárias para o Brasil trilhar o caminho da redução das desigualdades e da proteção do meio ambiente, por exemplo. Porém, é no ensejo de fomentar esse debate que nos somamos aos esforços do vitorioso campo democrático brasileiro nessa nova oportunidade histórica que se abre.

# Resumo Resumen Abstract



**E**sta pesquisa apresenta um diagnóstico global sobre as várias dimensões de destruição da democracia brasileira levados a cabo nos quatro anos de governo Jair Bolsonaro. Chamamos esse processo de Método Bolsonaro de Destruição, que é dividido em quatro eixos: Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária; Método Bolsonaro de Destruição do Público; Método Bolsonaro de Destruição Ideológica e Método Bolsonaro de Destruição institucional. Tal método, em seu conjunto, promove a asfixia material das estruturas do Estado, inviabilizar os sentidos públicos e universais do previstos na Constituição de 1988, deslegitima junto a população a cidadania e legitimação a violência e o autoritarismo; e, desarticula as políticas públicas em todos os níveis (Federal, Estadual e municipal) e em todas as áreas em que atua o Estado brasileiro. A investigação que sustenta essas conclusões se baseou em dois conjuntos de fontes: no exame de cerca de 20 mil medidas infralegais (decretos, portarias, resoluções e instruções normativas), atos de ofício que podem e devem ser revogadas imediatamente pelo novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como um primeiro passo para reconstruir a democracia no Brasil; e na análise de Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Emendas Constitucionais, cuja reversão exigirá processos de pactuação democrática mais amplos.

**Palavras Chaves:** Democracia, Estado, Bolsonaro, Revogação.

**E**sta investigación presenta un diagnóstico global de las diversas dimensiones de la destrucción de la democracia brasileña llevada a cabo en los cuatro años de gobierno de Jair Bolsonaro. Llamamos a este proceso el Método Bolsonaro de Destrucción, que está dividido en cuatro ejes: Método Bolsonaro de Destrucción Presupuestaria; Método Bolsonaro de Destrucción del Público; Método Bolsonaro de Destrucción Ideológica y Método Bolsonaro de Destrucción Institucional. Este método, en su conjunto, suscita la asfixia material de las estructuras del Estado, inviabilizando los sentidos públicos y universales de las disposiciones de la Constitución de 1988, deslegitimando la ciudadanía con la población y legitimando la violencia y el autoritarismo; y desmantela las políticas públicas en todos los diferentes niveles (Federal, Estatal y Municipal) en todos los ámbitos en los que actúa el Estado brasileño. La investigación presente que sustenta las conclusiones de este documento se basó en dos conjuntos de fuentes: el examen de cerca de 20 mil medidas infra judicial (decretos, resoluciones e instrucciones normativas etc.), actos oficiales que pueden y deben ser revocados inmediatamente por el nuevo gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva, como primer paso hacia la reconstrucción de la democracia en Brasil; y en el análisis de Medidas Provisionales, Proyectos de Ley y Reformas Constitucionales, cuya revocación requerirá de procesos de concertación democrática más amplios.

**Palabras clave:** Democracia, Estado, Bolsonaro, Revocación.

**T**his research presents a broad diagnosis of the various dimensions of destruction of Brazilian democracy carried out in the four years of Jair Bolsonaro's government. We call this process the Bolsonaro Method of Destruction, which is divided into four axes: Bolsonaro's Method of Budget Destruction; Bolsonaro's Method of Destruction of the Public; Bolsonaro Method of Ideological Destruction and Bolsonaro Method of Institutional Destruction. This method promotes the asphyxia of State structures, making the public and universal meanings of the provisions of the 1988 Constitution unfeasible, delegitimizing citizenship with the population and legitimizing violence and authoritarianism; and, it dismantles public policies at all levels (Federal, State and Municipal levels) and in all areas in which the Brazilian State operates. The investigation that supports these conclusions was based on two sets of sources: the examination of about 20 thousand infra-legal measures (decrees, ordinances, resolutions and normative instructions), official acts that can and must be revoked immediately by the new government of Luiz Inácio Lula da Silva, as a first step towards rebuilding democracy in Brazil; and in the analysis of Provisional Measures, Bills of Law and Constitutional Amendments, whose reversal will require broader democratic agreement processes.

*Keywords: Democracy, State, Bolsonaro, Revocation.*



**REVOGAÇÃO**

# **CAPITULO 1**

**MÉTODO  
BOLSONARO  
DE DESTRUIÇÃO**

## Método Bolsonaro de Destruição

**E**ste relatório é uma contribuição fruto deste esforço de investigação em favor da redemocratização do Brasil. Estudamos o modo como Bolsonaro age para destruir nossa democracia e nossas instituições mesmo sem conseguir aprovar no Congresso Nacional as leis e políticas que a extrema-direita defende. O fascismo autoritário bolsonarista não respeita as regras do jogo e não ficou parado. Enquanto nossa luta ajudava a barrar os retrocessos no parlamento, o governo editou uma série de normas infralegais que permitem a um presidente legislar em muitas áreas. Na comparação com o primeiro mandato de Dilma, por exemplo, Bolsonaro editou 477 decretos e 112 Medidas provisórias a mais. Trata-se de um evidente avanço sobre as instituições e as políticas públicas sem respeitar os procedimentos democráticos, sem diálogo com o parlamento ou com a sociedade e sem fiscalização e controle.

Sabemos que não será fácil reconstruir a democracia no Brasil. A destruição promovida pelo bolsonarismo foi anunciada pelo presidente eleito e por seus principais assessores desde o começo do mandato. Bolsonaro não deixou dúvida sobre qual seria sua agenda quando afirmou durante reunião com líderes da extrema-direita estadunidense, em 17 de março, que “vamos precisar desconstruir e desfazer muita coisa no Brasil”. Na mesma direção, o ministro da Economia Paulo Guedes defendeu, em 9 de setembro de 2019,

a privatização de “todas as empresas estatais em bloco”, a desvinculação dos recursos públicos da União e o fim das despesas obrigatórias. O economista neoliberal propôs a eliminação de 280 fundos que recebem esses recursos, no que ele batizou de uma “transformação do Estado”. Por fim, há a célebre frase do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em abril de 2020, de aproveitar que a pandemia concentrava a atenção da opinião pública para “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” que permitissem o avanço da fronteira agrícola.

Essa pesquisa é um entre vários esforços de sistematização das ações tomadas pelo governo Bolsonaro que revela como sua eficiência em executar as promessas de destruição. Trata-se de um processo radical que possui duas dimensões complementares: por um lado, o bolsonarismo estimula o ódio e a violência social que desfazem os laços e a solidariedade

que devem ser a base da coesão nacional e impulsionam uma cultura política cidadã. Por outro lado, a extrema-direita se apodera das instituições, aparelhando-as para seus interesses particulares e destruindo o arcabouço e procedimentos institucionais construídos desde 1988 por vários caminhos, tais como a aprovação de leis e emendas constitucionais no Congresso e também pela edição de decretos, portarias e atos discricionários de ministros no dia a dia da gestão. O relatório *Revogação* visa justamente destacar essas



medidas que foram extremamente prejudiciais para o povo brasileiro e cuja manutenção em vigor por mais um dia contribuirá para o sofrimento da maioria do povo brasileiro e para a fragilização da democracia.

E sabemos também que não será uma tarefa apenas institucional. Primeiro, partimos do pressuposto de que uma democracia de verdade não se faz apenas com instituições. É preciso que exista a auto-organização do povo para que a democracia seja, de fato, fortalecida. É preciso que exista um poder popular que se constitua na sociedade para pressionar as instituições pela ampliação e garantia dos direitos previstos na nossa Constituição Cidadã.

Segundo, também somos quem afirma que a nossa crise atual não é só política, mas é uma crise social e de valores. A crise social se manifesta na explosão de pessoas em situação de rua nas grandes cidades brasileiras; na tragédia de termos 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, passando fome; na destruição acelerada da Amazônia e outros biomas; no desemprego que afeta milhões de trabalhadores e na ausência de direitos que atinge outros milhões que sobrevivem na informalidade; nos ataques aos povos originários, à juventude negra das periferias, às mulheres e à população LGBTQUIA+; no retrocesso educacional e sanitário que prejudica nossas crianças e famílias.

A crise de valores se expressa na existência de uma extrema-direita organizada em nosso país e com liberdade para atuar com violência e com recursos e acesso a armas e munições sem nenhum controle estatal. Esta direita fascista defende que as armas sejam liberadas para que eles possam exterminar toda a diversidade que é uma marca do povo brasileiro; defende que a religião do povo seja deturpada em um projeto fundamentalista de poder; defende que o Es-



tado esteja a serviço das elites e dos empresários.

Enfrentamos essa crise social e de valores com organização popular em torno da solidariedade e buscando a unidade das forças progressistas na defesa dos direitos e da democracia. É desta maneira que organizamos um enfrentamento à extrema-direita fascista que sustenta o governo Bolsonaro e que não vai desaparecer depois das eleições.

É fundamental, contudo, que este processo de lutas sociais tenha uma dimensão institucional. Por essa razão, apoiamos e nos engajamos na candidatura do presidente Lula, entendendo que o retorno das forças progressistas à presidência e o afastamento da extrema-direita do comando do executivo

 **27/08/2018**  
**Plenário**  
**da Câmara dos**  
**Deputados**  
**no Congresso**  
**Nacional - Brasília,**  
**Distrito Federal.**

eram as condições iniciais básicas para superarmos a crise social e de valores e também a crise política e institucional.

Mas sempre soubemos que isso não seria suficiente. Por isso nos dedicamos a eleger uma bancada parlamentar comprometida com os direitos e com a democracia; e, em paralelo, mantivemos nossas redes de solidariedade e organização popular. E, ao mesmo tempo, nos dedicamos a estudar e a produzir conhecimento sobre a realidade brasileira atual de modo a pensar caminhos para avançar institucionalmente na garantia e ampliação dos direitos do nosso povo.

Este relatório é uma contribuição fruto deste esforço de investigação em favor da redemocratização do Brasil. Estudamos o modo como Bolsonaro age para destruir nossa democracia e nossas instituições mesmo sem conseguir aprovar no Congresso Nacional as leis e políticas que a extrema-direita defende. O fascismo autoritário bolsonarista não respeita as regras do jogo e não ficou parado. Enquanto nossa luta ajudava a barrar os retrocessos no parlamento, o governo editou uma série de normas infralegais que permitem a um presidente legislar em muitas áreas. Na comparação com o primeiro mandato de Dilma, por exemplo, Bolsonaro editou 477 decretos e 112 Medidas provisórias a mais. Trata-se de um evidente avanço sobre as instituições e as políticas públicas sem respeitar os procedimentos democráticos, sem diálogo com o parlamento ou com a sociedade e sem fiscalização e controle.

Essa pesquisa ocorreu em quatro etapas. Primeiro, tabulamos quase 20 mil documentos infralegais: decretos, portarias, instruções normativas, resoluções; em paralelo, um conjunto de especialistas produziram relatórios sobre 20 temas: Meio ambiente; Economia; Participação; Combate a Corrupção; Energia; Direitos Indígenas; Saúde; Educação;

Políticas Culturais; Segurança Pública; Política Urbana; Política Agrária; Relações Internacionais; Negritude; Mulheres; LGBTI+; Criança e Adolescência; Assistência Social; Comunicação e Forças Armadas; terceiro, pesquisamos em meios de comunicação todas as notícias de ações do governo Bolsonaro por meio de legislação infralegal; por último, confrontamos esse material com Emendas Constitucionais, Projetos de Lei e Medidas Provisórias do governo.

O resultado é este relatório sobre o que chamamos de **Método Bolsonaro de Destruição**. Nele, dissecamos o modo como a extrema-direita bolsonarista destrói a nossa democracia, agravando assim a crise social e de valores. E detalhamos em cada um dos temas as prioridades a serem revogadas pelo presidente Lula a partir de seu primeiro dia de governo.

Sabemos que nosso relatório não dá conta de toda a complexidade do Estado brasileiro, nem da totalidade de normas infralegais editadas pelo governo Bolsonaro e saudamos outras pesquisas e relatórios que, neste mesmo sentido, trazem contribuições valiosas para a redemocratização do Brasil. Seguiremos monitorando e incorporando as eventuais medidas que o governo anunciar até o fim de sua gestão, em 31 de dezembro de 2022.

*Consideramos que o Revogaço cumpre um papel importante nas mobilizações pela reconstrução dos nossos direitos e apresentamos este relatório como um convite às forças progressistas e aos movimentos sociais para que, juntas e juntos, possamos redemocratizar o Brasil e melhorar a vida do nosso povo.*

## Método Bolsonaro de Destruição

O governo Bolsonaro ficará marcado como um período de destruição política, social e cultural sem precedentes na história do país, não só pela quantidade e pela qualidade das medidas que revertem direitos, mas também pelo fato que tal destruição ocorreu durante a vigência de um regime democrático. Bolsonaro utilizou as instituições, os procedimentos e os mecanismos legais para organizar e sustentar toda a lógica da destruição. Isso implica reconhecer que, ao contrário do que dizemos no dia a dia do embate político e na dinâmica dos memes das redes sociais, Bolsonaro foi muito eficiente naquilo que se propôs, que era acabar com a democracia brasileira. Ele e seus ministros, em conjunto com assessores e apoiadores, atuaram de modo coeso e com método que precisa ser melhor compreendido para ser combatido e revertido.

Chamamos essa atuação unitária e resoluta de **Método Bolsonaro de Destruição**, na tentativa de mostrar a coerência dos procedimentos adotados pelo governo e o alcance de suas medidas, que afetam todo o povo brasileiro. Esse método foi organizado e operado por uma burocracia que mobilizou uma parcela da elite do funcionalismo político profundamente elitista e antipopular (os assessores do Ministro da Economia, Paulo Guedes, são o melhor exemplo) e que foi completada por uma ocupação em massa da máquina pública por militares, cuja adesão ideológica e material ao projeto bolsonarista é evidente.

Ao fazer convergir as diferentes etapas da nossa pesquisa, foi possível identificar que tal método abrange quatro dimensões distintas e complementares: o Método Bolsonaro

## MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO



de Destruição Orçamentária; o Método Bolsonaro de Destruição do Público; o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica; e o Método Bolsonaro de Destruição Institucional.

O **Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária** consiste em uma profunda e constante operação de corte orçamentário para asfixiar materialmente as estruturas do Estado cuja função é garantir e promover os direitos; o **Método Bolsonaro de Destruição do Público** vem a ser um abrangente e radical projeto de privatizações, desestatizações e distribuição de "vouchers" que visam inviabilizar os sentidos públicos e universais do Estado; o **Método Bolsonaro de Destruição Ideológica** se caracteriza por um sistemático e poderoso movimento de ataques ideológicos aos setores que são sujeitos de direitos e de legitimação da violência e do autoritarismo; e,

por fim, mas não menos importante, o **Método Bolsonaro de Destruição Institucional** é constituído por um consistente e metódico processo de desarticulação das políticas públicas estatais em todos os níveis (Federal, Estadual e municipal) e em todas as áreas em que atua o Estado brasileiro.

Grande parte dessa destruição foi viabilizada pela elaboração de uma série de normas infralegais (decretos, portarias, instruções normativas, regulamentos) ou por atos de ofício do presidente e dos ministros que sequer ficam registrados. E o mais importante é que, felizmente, todas elas podem ser revogadas de imediato. Além disso, cumpre registrar que o **Método Bolsonaro de Destruição** também foi operado pela aprovação de leis e emendas constitucionais, que não são objeto do nosso estudo e cuja reversão seguirá um outro caminho de mobilização e pactuação que não a revogação imediata.

## OS EFEITOS DO TETO DE GASTOS

**Ciência e Tecnologia – Redução de 58% de orçamento entre 2016 a 2021**

**Assistência Social – Redução de 54% de orçamento entre 2016 a 2021**

**Educação – Redução de 44% de orçamento entre 2016 a 2021**

## Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária

O **Método Bolsonaro de Destruição** tem como primeiro eixo uma profunda e constante operação de corte orçamentário para asfixiar materialmente as estruturas do Estado cuja função é garantir e promover os direitos. Isso começa com a **emenda constitucional do Teto de Gastos** aprovada pelo governo de Michel Temer, limitando por 20 anos os gastos públicos. Por causa dessa medida, verdadeira consolidação do golpe neoliberal de 2016, vemos que a Ciência e Tecnologia perdeu 58% da sua dotação discricionária de 2016 até 2021, sendo a área mais afetada. A Assistência Social vem em seguida, com uma perda de 54%. A educação fecha esse trágico pódio, com redução de 44%, (Resende e Dweck, 2022).

*Sabemos que derrubar o Teto de Gastos não é simples por se tratar de medida constitucional, mas sua revogação é condição necessária para todos os processos de redemocratização que constam neste relatório.*

Essa política de destruição orçamentária foi aprimorada e potencializada por Bolsonaro em uma operação que está estruturalmente articulada com a maioria do Congresso Nacional e apresenta três pilares: o **Orçamento Secreto**; o corte de verbas em setores estratégicos; e a redução das dotações orçamentárias em todas as áreas que garantem e promovem direitos.

Primeiro, a operação política que ficou conhecida como Orçamento Secreto. Tradicionalmente, deputados e senadores possuem as chamadas emendas parlamentares, que são um instrumento legal com o qual os congressistas podem

alterar minimamente a Lei Orçamentária proposta pelo governo, influenciando, assim, na distribuição de uma parcela dos recursos. Existiam três tipos de emendas: emendas individuais; emendas de bancada; e emendas de comissão. Atualmente, cada parlamentar tem direito a R\$15 milhões em emendas individuais. Desde 2013, que tais emendas passaram a ter um caráter impositivo, ou seja, o executivo é obrigado a executar os gastos previstos nas emendas.

Em 2019, uma nova modalidade de emenda foi criada, a emenda do relator, que permite ao deputado indicado pelo governo para comandar a elaboração da Lei Orçamentária fazer ajustes que surgem ao longo do processo de negociação. Inicialmente, era uma maneira de possibilitar a formação de consensos, acolhendo demandas específicas não apenas de parlamentares, mas de setores da sociedade que reivindicavam mais orçamento. O governo Bolsonaro transformou isso em uma operação gigantesca de transferência de recursos para os deputados aliados sem nenhuma transparência e planejamento, daí o nome de Orçamento Secreto. Estima-se que, desde 2020 até o presente, em novembro de 2022, R\$ 45 bilhões tenham sido movimentados no Orçamento Secreto.

A sociedade, os parlamentares e a justiça não têm como fiscalizar a eficácia do uso desse dinheiro. Não há como verificar se a verba chega nos municípios, nem se é usada adequadamente. Por isso, em novembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu uma representação do PSOL, da REDE e do PSB e suspendeu o pagamento das emendas

enquanto o problema da transparência não fosse resolvido. O Congresso Nacional se comprometeu em fornecer as informações necessárias para garantir a fiscalização e assim a execução do dinheiro foi retomada. Contudo, os dados entregues ao STF pela presidência do Senado são insuficientes e as emendas de relator seguem alimentando um Orçamento Secreto pelo qual o governo Bolsonaro organiza sua base parlamentar e atua para destruir a democracia no Brasil.

Ademais, o Orçamento Secreto conta com dois decretos do executivo para funcionar. O **decreto 10.540 de 2020** suspendeu o princípio da transparência ativa previsto na Lei

de Acesso à Informação (LAI) enquanto o **decreto 10.888 de 2021** regula a publicidade das emendas.

*É preciso revogar esses decretos, bem como todo o mecanismo do Orçamento Secreto e por isso apoiamos o compromisso do presidente Lula de acabar com esse gigantesco esquema de corrupção.*

## REVOGAÇÃO JÁ

- Decreto 10.540 de 2020
- Decreto 10.888 de 2021
- Portaria 8893 de 2022

O **Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária** se manifesta também nos **contingenciamentos de setores estratégicos**. Analisamos os inúmeros movimentos de cortes orçamentários que destroem as capacidades estatais e institucionais em diversas áreas. Destacamos uma ação recente do governo, que foi a edição da **portaria 8893 de outubro de 2022** que cortou R\$ 1,2 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Este fundo tem um papel estratégico de fomento à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, apoiando tanto institutos de pesquisa públicos quanto empresas que pretendem investir

em inovação tecnológica. Optamos, em nossa pesquisa, por não destacar a área de Ciência e Tecnologia por entender que ela é transversal a todas as áreas que pesquisamos.

Estes cortes recentes se somam a um processo de asfixiamento das verbas para a ciência de mais longo prazo. Estudo da Unifesp mostra que, entre 2010 e 2021, o corte do FNDCT chega a R\$ 35 bilhões de reais. Deste total, metade – R\$ 17,7 bilhões – deixaram de ser repassados nos três primeiros anos do mandato bolsonarista, o que confirma a centralidade que o combate à ciência tem para o **Método Bolsonaro de Destruição**.

Entendemos que cortar as verbas da pesquisa científica e tecnológica é uma operação do **Método Bolsonaro de Destruição Orçamentária** tão importante quanto o Orçamento Secreto, com uma vantagem a mais para o bolsonarismo: enquanto o Orçamento Secreto é uma operação em conjunto dos partidos fisiológicos do chamado Centrão, o que evidencia uma contradição de Bolsonaro e o discurso outsider que ele faz para sua base mais radical, o corte de verbas nas universidades é legitimado pelos ataques ideológicos que a extrema-direita faz contra a ciência brasileira. Assim, esse contingenciamento faz parte também do **Método Bolsonaro de Destruição Ideológica** que analisaremos mais adiante no relatório.

*Por outro lado, tais cortes podem ser revertidos pelo presidente Lula em seu primeiro dia de governo. É por esta razão que defendemos a revogação imediata das portarias que cortaram a verba do FNDCT, garantindo assim a recomposição deste fundo estratégico para a pesquisa científica brasileira.*

Terceiro, **Bolsonaro destina cada vez menos verbas,**

**ano a ano, para as áreas que garantem e promovem os direitos do povo brasileiro.**

Por exemplo, Bolsonaro cortou 95% da verba destinada para construção de moradia popular em 2023, mesmo com a explosão de trabalhadores sem casa para morar. Cortou 97,5% nas verbas destinadas para a construção de creches, prevendo apenas R\$ 2,5 milhões para este direito fundamental. E, pelo segundo ano seguido, não há previsão orçamentária para o monitoramento de queimadas nas florestas. É isso mesmo. Bolsonaro não destinou nenhum centavo para saber onde a floresta pega fogo.

*Defendemos junto ao presidente Lula a revogação imediata desse processo de destruição em massa dos direitos do povo pela via da destruição orçamentária. É preciso, no primeiro dia de governo, recompor as dotações orçamentárias de todas as áreas estratégicas atacadas por Bolsonaro em seu mandato.*

## REVOGAÇÃO JÁ

- Corte de 100% nas verbas para monitoramento de queimadas em florestas

- Corte de 97,5% nas verbas para creches

- Corte de 95% nas verbas para moradia popular

## Método Bolsonaro de Destruição do Público

O projeto de destruição dos sentidos públicos do Estado brasileiro consagrados na Constituição de 1988 não começou com Bolsonaro e atravessa praticamente todos os governos desde a redemocratização. Embora exista um fio condutor comum a todo esse processo, a saber, a existência de um projeto global de reconfiguração do Estado brasileiro à hegemonia neoliberal, é possível e necessário entender as diferenças em cada etapa, sobretudo para uma melhor compreensão da especificidade do governo Bolsonaro. Ele se manifesta em dois eixos: o primeiro é o programa de privatizações e o segundo é a destruição do sentido público que organiza direitos fundamentais como saúde, educação e previdência.

A primeira onda de privatizações ocorreu no governo José Sarney (1986-1989), quando o BNDES se desfez de empresas que o Estado havia encapado quando davam prejuízo. O governo criou, via decreto, um Programa Federal de Desestatização (PFD) em 1988. Contudo, as tentativas mais robustas de privatização falharam, pela crise de popularidade com o fracasso do Plano Cruzado e pela resistência dos movimentos sindicais na década de 1980.

O governo Fernando Collor de Mello assume com uma

agenda privatizante e neoliberal explícita. Logo nos primeiros cem dias, o Congresso aprova a lei que cria o Programa Nacional de Desestatização (PND). Diferente de Sarney, Collor consegue privatizar empresas rentáveis e exitosas e o movimento sindical e popular em geral não teve capacidade de resistir. O centro das privatizações foram empresas de infraestrutura. A Usiminas é o principal exemplo. O governo Itamar Franco (1992-1994) dá continuidade a esse proces-

so e tem como principal exemplo a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O processo ganha uma nova etapa com a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A agenda neoliberal se associa com um discurso de modernidade e cosmopolita que não existia com Collor, cujo discurso era mais caricatural e menos elaborado. O governo FHC fez o PND avançar para a quebra de monopólios estatais, como o do petróleo (via emenda constitucional), e na privatização do setor de comunicação, além de dar continuidade

ao padrão anterior, com a venda da Vale do Rio Doce.

Embora esse processo não tenha sido totalmente interrompido durante os treze anos de governo do PT (Lula de 2003 a 2010 e Dilma de 2011 a 2016), seu avanço foi contido e novas configurações se apresentaram. Por um lado, nenhuma nova grande empresa foi vendida e algumas outras foram criadas, como é o caso da Petro-Sal, fundada em 2009 para gerir os vultosos recursos oriundos da exploração do petróleo que se

**REVOGAÇÃO JÁ**  
**- Privatização da Eletrobrás**  
**- PND de Bolsonaro**  
**- Privatização de 23 unidades de conservação ambiental**

encontra na camada pré-sal. Por outro lado, a Lei que regulamenta as Parcerias Público-Privadas (PPPs) é de 2004 e permitiu o avanço de concessões em rodovias e aeroportos.

Chegamos ao momento atual. Primeiro, com o governo golpista de Temer (2016-2018), que tentou retomar a radicalidade privatista de Collor e FHC com a criação, em 2016, do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com 193 projetos, dos quais 106 foram concluídos. Entretanto, seu governo foi inviabilizado por um conjunto de crises políticas e o máximo que concluiu foram concessões no setor elétrico e de aeroportos.

Coube então ao governo Bolsonaro iniciar uma nova etapa, que se configura como um projeto ultraliberal e autoritário de destruição do caráter público do Estado brasileiro, ao qual estamos chamando de **Método Bolsonaro de Destruição do Público**.

Desde 2018, Bolsonaro e Guedes pretendiam arrecadar "um trilhão de reais" com o mais amplo programa de vendas de empresas já visto.

**O Plano Nacional de Desestatização (PND) de Bolsonaro se baseia em 16 decretos** e abrange todo o Estado brasileiro. Destaca-se a inclusão de empresas que compõe o sistema de comunicação e dados do Estado brasileiro, setor estratégico e cujo sentido público é decisivo para a democracia: Correios, Empresa Brasileira de Comunicação, Serpro e Dataprev. Além disso, Bolsonaro propõe privatizar as Companhias de Abastecimento de alimentos, em plena explosão inflacionária dos preços das comidas e no meio de uma crise de insegurança alimentar que afeta 33 milhões de pessoas; e, ainda, a privatização de 23 unidades de con-

servação ambiental, sendo 4 delas florestas nacionais. Seria a consolidação do processo de destruição dos biomas naturais brasileiros. Por fim, destacamos a privatização da Eletrobrás, efetivada em junho de 2022, a poucos meses das eleições que escolheram um governo contrário a esse processo.

*Contra esse projeto autoritário e ultraliberal propomos a revogação imediata de todos os decretos que balizam o PND de Bolsonaro, bem como a reversão da privatização da Eletrobrás e a paralisação de todas as privatizações!*

Já o segunda eixo, que é a destruição completa do caráter público do Estado Brasileiro, foi iniciado em 2019 com a tentativa de criar um novo regime de previdência baseado na capitalização, o que acabaria com o direito à aposentadoria no país, tornando-o integralmente um assunto de mercado. Apesar da aprovação de uma reforma regressiva em vários direitos, fomos capazes de derrotar a proposta de capi-

talização e com isso salvar a previdência brasileira.

Mas Bolsonaro e Guedes não desistiram e apresentaram propostas que vão no mesmo sentido ao longo do mandato. E a que melhor expressa essa dimensão do **Método Bolsonaro de Destruição** é a criação dos chamados "**vouchers**", um ataque frontal ao princípio da universalidade dos sistemas estatais. Pela proposta, o governo repassaria aos indivíduos vales de determinado valor para serem usados na iniciativa privada como, por exemplo, em consultas médicas ou para matricular crianças em creches.

**REVOGAÇÃO JÁ**

**- Voucher Creche  
(Auxílio Criança Cidadã)**

**- Voucher Caminhoneiro**

Isso permitiria ao Estado desmontar toda a infraestrutura pública que viabiliza esses direitos, tais como o Sistema Único de Saúde e ou o sistema educacional como um todo.

Já no começo de 2018, Paulo Guedes defendia a ideia, citando ideólogos do neoliberalismo como Milton Friedman. E desde o primeiro ano de mandato que o governo Bolsonaro tenta emplacar essa metodologia dos vouchers. Com a crise sanitária da pandemia, a proposta retornou como suposta ajuda aos "informais", mas o governo foi derrotado pela mobilização social em defesa de uma renda básica, que se converteu no Auxílio Emergencial. Por fim, Bolsonaro conseguiu emplacar propostas deste tipo no novo Auxílio Brasil. São elas o **Auxílio Criança Cidadã**, que vem a ser um **voucher creche** no valor de R\$ 200 ou R\$300 e que se combina com o corte quase integral das verbas para construção de novas creches; e o **voucher caminhoneiro**, criado às vésperas da eleição e que consiste no pagamento de duas parcelas de R\$ 1.000 para os trabalhadores em fretes e transportes de cargas em rodovias.

*Defendemos a reversão imediata dessa política ultraliberal de vouchers em defesa da reconstituição dos direitos e do caráter público do Estado Brasileiro.*

---

## Método Bolsonaro de Destruição Ideológica

A questão ideológica é central para a extrema-direita no mundo e no Brasil. Na dimensão social, a ideologia é o eixo estruturante da militância bolsonarista, com as ações coordenadas das milícias digitais e presenciais atacando com uma estratégia massiva de fake news e também com

ações e agressões verbais e físicas às universidades, escolas, docentes, jornalistas, profissionais de saúde, entidades religiosas e o ativismo social em geral. O objetivo aqui não é apenas o de mobilizar a própria base social e mantê-la coesa, mas também o de minar a resistência das oposições, tanto do ponto de vista psicológico individual (provocando o adoecimento das pessoas engajadas nos processos de resistência), quanto no aspecto político, deslegitimando a própria ação cidadã de questionamento do governo.

Uma vez no governo essa dinâmica ganha novos contornos, sendo institucionalizada em políticas públicas cujo alcance é de médio prazo e visa formar gerações em uma nova cultura política conservadora, semeando o terreno para que os valores da extrema-direita ultrapassem uma minoria radicalizada, alcançando amplas parcelas da população.

Por isto, entendemos que é um erro grave das forças progressistas qualificar essa dimensão como "cortina de fumaça" que seria utilizada por Bolsonaro para desviar o foco dos seus "verdadeiros interesses". Tampouco entendemos como plenamente válida a utilização do conceito de "guerra cultural", muito em voga nas tentativas de entender o bolsonarismo devido ao seu uso frequente por Olavo de Carvalho, líder ideológico da extrema-direita no país. A noção de "guerra cultural" busca explicar a polarização política provocada pela extrema-direita ocidental em temas como aborto, armamento da população civil, visão sobre família e papel da religião, diversidade e pluralismo em geral, xenofobia e racismo, entre outros. Trata-se, sem dúvida, de parte do processo político levado a cabo pelo fascismo global e por suas manifestações nacionais, como é o bolsonarismo no Brasil.

Mas há um inegável processo de institucionalização que vai além dessa dinâmica de guerra cultural, que chamamos

de Método Bolsonaro de Destruição Ideológica. Ele se organiza nos seguintes eixos: os **sigilos de 100 anos**; as Escolas Cívico-Militares; o armamento em massa da população civil; a disseminação de fake news pela máquina estatal; a destruição das políticas de memória e verdade; e a destruição das políticas públicas que incidem sobre os setores que representam a diversidade da sociedade brasileira e que são atacados pela extrema direita em nome de uma concepção de família e nação uniforme: mulheres, população negra, população LGBTQIA+, quilombolas, povos indígenas e as juventudes.

Os sigilos de 100 anos têm direta relação com a figura do líder máximo do movimento, o presidente Jair Bolsonaro, bem como seus filhos, esposa e seu entorno mais próximo. O objetivo é proteger sua imagem para garantir que ele siga sendo a liderança que dá liga aos vários grupos

 **7/9 de 2022.**  
**Dia da**  
**Independência.**  
**Curitiba, Paraná.**



– armamentistas, garimpeiros, ruralistas, religiosos, entre outros – que compõem o bolsonarismo. E também viabilizar que sua família e aliados sigam sendo importantes lideranças da extrema-direita. Isso só é possível isolando e blindando a figura do presidente das contradições que invariavelmente explodem quando se conquista o executivo federal. Para que o culto à personalidade promovido nas redes sociais funcione, ninguém pode saber o que de fato Bolsonaro e seus filhos fazem na prática de governo.

Em quatro anos de governo, Bolsonaro impõe sigilo presidencial de 100 anos em 65 processos, com uma variedade e abrangência impressionantes: vetou o acesso às visitas que recebeu dos pastores que atuaram em um escândalo de corrupção no Ministério da Educação; impediu que a sociedade soubesse quantas vezes seus filhos Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro foram visitá-lo; bloqueou as informações sobre as investigações contra Flávio Bolsonaro pelo escândalo da rachadinha. O caso mais emblemático, contudo, é o veto à publicidade do seu cartão de vacina, para que não saibamos se ele se vacinou ou não contra a Covid-19.

*Defendemos a revogação imediata desses sigilos! É preciso desnudar quem é Bolsonaro, sua família e seus aliados mais próximos e fiéis. É preciso mostrar para a sociedade o que eles fizeram enquanto estiveram no comando do Estado brasileiro. Somente assim conseguiremos desmontar o **Método Bolsonaro de Destruição Ideológica**.*

O segundo processo se constitui na transformação estrutural do sistema educacional brasileiro de modo a permitir que a ideologia conservadora alcance milhões de crianças e adolescentes e promova uma transformação de médio prazo na cultura política nacional. Identificamos aqui duas

iniciativas fundamentais: uma é a tentativa de legalizar o chamado homeschooling, que foi proibido pelo STF em 2018. Atualmente, o projeto de lei que autoriza a educação domiciliar foi aprovado na Câmara dos Deputados e está parado no Senado. Apoiamos o compromisso do presidente Lula de engavetar essa proposta.

A outra é a implantação do **Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares** em todo o país, com a meta de criar 216 escolas desse tipo durante o governo Bolsonaro. Trata-se de um tipo de escola e de educação em que os militares atuam como "monitores da gestão educacional", que segue, conforme determina a Constituição, sob responsabilidade das prefeituras e governos estaduais. Porém, o papel desses monitores é amplo e difuso, possibilitando aos militares interferir em todas as dimensões do processo pedagógico, desde censurar o conteúdo curricular até controlar as formas de sociabilidade da juventude. As **Escolas Cívico-Militares** foram implantadas pelo **decreto nº 10.004**, de 5 de setembro de 2019.

*Defendemos a Revogação imediata deste decreto e uma ação coordenada do governo federal com os demais entes federados para redemocratizar essas escolas.*

O terceiro eixo é o **armamento em massa da população civil**, pauta estruturante do bolsonarismo enquanto fenômeno político. Armar os civis dialoga com o problema da segurança pública, que é explorado pela extrema-direita no mundo todo. Trata-se de permitir que o "cidadão de bem" tenha o direito de defender sua "propriedade" e sua "família" dos avanços da "criminalidade". Mas há ainda outra dimensão fundamental que a proposta de liberação das armas guarda e que também é comum aos movimentos fascistas em todo o planeta: a suposta defesa da liberdade contra a tirania. Bolsonaro expressou essa narrativa ideológica em diversos mo-

## MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO IDEOLÓGICA

***Sigilos de 100 anos • Escolas Cívico-Militares • Armamento em massa da população civil • Disseminação de fake news pela máquina estatal • Destruição das políticas de memória e verdade • Destruição das políticas públicas que incidem sobre os setores que representam a diversidade da sociedade brasileira e que são atacados pela extrema direita em nome de uma concepção de família e nação uniforme: mulheres, população negra, população LGBTQIA+, quilombolas, povos indígenas e as juventudes.***

mentos. Um dos mais emblemáticos foi a reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que resultou na demissão do então ministro da Justiça Sérgio Moro. Naquele encontro, o presidente reafirmou a necessidade de armar a população sob a justificativa de que "um povo armado jamais será escravizado".

Nossa pesquisa levantou 30 decretos e portarias que, em conjunto, criaram um ambiente favorável à ampla massificação das armas e munições no Brasil.

*Defendemos a revogação imediata de todas essas normas e atos governamentais, bem como o estabelecimento de uma ampla regulação sobre o Clubes de Atiradores, Colecionadores e Caçadores (CACs).*

O quarto eixo é a **disseminação de fake news** tanto pela própria máquina estatal quanto pelas lideranças que ocu-

pam os mais altos cargos da República, a começar pelo presidente. São inúmeras as situações em que o presidente, seus ministros e sua família são os principais difusores de notícias falsas. Foi assim sobre a Covid-19, tanto na propagação de tratamentos sem eficácia quanto no menosprezo da gravidade da doença, passando pelo combate às medidas de isolamento até chegar ao desprezo pelas vacinas; e também no questionamento à eficácia e lisura das urnas eletrônicas e do processo eleitoral como um todo, pauta encampada por Bolsonaro desde sua candidatura em 2018 e reforçada ao longo do seu mandato.

Mas há um complemento à ação dos líderes bolsonaristas, qual seja, o apoio e financiamento do ecossistema de sites que disseminam fake news por parte da propaganda oficial da presidência, dos ministérios e das estatais do governo federal. Levantamento da Agência Pública do final de 2020 demonstra como há uma política de apoio aos sites conservadores pela máquina pública, com a reprodução de notícias nos portais oficiais, o que ajuda nas visualizações que permitem aos portais da extrema-direita ampliar e monetizar o acesso e com isso se fortalecer. Além disso, há o desvirtuamento dos meios de comunicação públicos, que

tiveram suas instâncias participativas destruídas e foram transformados em organismos de propaganda do governo. E há, ainda, o clássico mecanismo de despejar dinheiro público nesses portais pela divulgação de propaganda oficial.

*Defendemos a imediata revogação desses mecanismos de financiamento das fake news, bem como a investigação para que os gestores que operaram essa máquina de difusão da desinformação e do ódio sejam responsabilizados.*

O quinto eixo deste método é a **destruição das políticas de memória e verdade**. O objetivo é reabilitar junto à população o legado da Ditadura Militar de 1964 e abrir caminho para uma maior aceitação de um novo regime autoritário. O **decreto s/m do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 31 de julho de 2019** substituiu os membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, nomeando apoiadores do atual governo e do regime militar; e o **decreto 10.883 de 2021** que enfraquece a Comissão de Anistia.

Há ainda a necessária revisão de cerca de **8 mil portarias** emitidas por esta comissão que negam e até mesmo revertem o direito de anistia para milhares de cidadãos e cidadãs brasileiros que foram vítimas da violência de Estado durante os períodos autoritários.

## REVOGAÇÃO JÁ

- Todos os sígilos de 100 Anos do Bolsonaro

- Todos os Decretos e Portarias que ampliam o Acesso às Armas

- Financiamento de Fake news pelo Estado

- Decreto 10.004 que cria as Escolas Cívico-militares

*É fundamental revogar esses decretos e portarias para que o Brasil possa superar a herança do autoritarismo!*

Por fim, **os ataques constantes à diversidade da população brasileira**. O bolsonarismo – e a extrema-direita global – defende uma visão de nação e família uniforme e homogênea e ataca qualquer setor que não se enquadre nos padrões hegemônicos da branquitude masculina ocidental. Mais uma vez, o que importa aqui não é só a pregação da militância bolsonarista, mas o modo como esses ataques se institucionalizam em políticas públicas.

Entram nessa dimensão diversos decretos e portarias do governo Bolsonaro. Começando pelo **decreto 9.794 de 2019**, que criou o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, o qual acabou com políticas específicas de promoção da igualdade de gênero e racial no SUS; o **decreto 10.112 de 2019**, que enfraqueceu as medidas de combate à violência contra a mulher; o **decreto 10.906 de 2021**, que instituiu o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio e o **decreto 10. 987 de 2022**, que criou o programa Mães do Brasil, ambos com uma metodologia que inviabiliza uma política nacional articulada à mortalidade materna e fe-

minina; a **portaria 2.282 de 2020**, que busca dificultar o acesso das mulheres aos casos de aborto previstos em lei; a **portaria 715 de 2022**, que desmantela a Rede Cegonha,

modelo de atenção que revolucionou a maneira de pensar, acolher e cuidar no ciclo gravídico e pós-parto, assim como, no recém-nascido e primeira infância.

Fechamos o Método Bolsonaro de Destruição Ideológica com a análise de dois temas que são prioridade da mobilização extrema direita. O primeiro é o tema das drogas, pintado pelo conservadorismo como o vetor de desagregação da juventude e de estímulo à criminalidade. Dois decretos incidem nessa temática: o decreto 9.926 de 2019, que esvazia o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e o **decreto 9.761 de 2019**, que aprova a Política Nacional de Drogas baseada na abstinência e nas comunidades terapêuticas.

O segundo é o tema da família, instituição que é elevada à condição de pilar fundamental da coesão social e dos valores tradicionais. O Ministério da Mulher, da

Família e dos Direitos Humanos, comandado pela recém-eleita senadora Damarens Alves, editou uma série de portarias e decretos para fortalecer o "familismo", que vem a ser

## REVOGAÇÃO JÁ

- Decreto 9.794 de 2019
- Decreto 10.112 de 2019
- Decreto 10.906 de 2021
- Decreto 10. 987 de 2022
- Portaria 2.282 de 2020
- Portaria 715 de 2022
- Decreto 9.926 de 2019
- Decreto 9.761 de 2019
- Decreto 10.906 de 2021
- Decreto 10.570 de 2021
- Portaria 1.756 de 2020
- Portaria 1.643 de 2020
- Portaria 2.904 de 2020

uma política nacional de defesa da família. Assim, a **portaria 1.756 de 2020**, institui o Programa Município Amigo da Família (PMAF) e o Selo de Boas Práticas em Políticas Familiares Municipais; a **portaria 1.643 de 2020** que funda o Observatório Nacional da Família; a **portaria 2.904 de 2020** cria o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família, com ações tipo o Selo Empresa Amiga da Família e o Prêmio Melhores Práticas em equilíbrio trabalho-família; e o **decreto 10.570 de 2021** que institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Intersetorial.

*Defendemos a revogação imediata de todos esses decretos e portarias que institucionalizam os ataques da extrema-direita à diversidade do povo brasileiro!*

## MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO INSTITUCIONAL

**Desmonte dos sistemas estatais • Desorganização das parcerias federativas • Corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação ou mesmo o apagamento dos dados governamentais • Destruição dos mecanismos de participação da sociedade civil na democracia brasileira • Militarização do Estado nacional • Erosão da Política Externa e da Política Migratória brasileira**

## Método Bolsonaro de Destruição Institucional

Completando o ciclo, chegamos finalmente ao **Método Bolsonaro de Destruição Institucional** que consiste em um conjunto de medidas burocráticas e operacionais da máquina pública sustentadas por um tripé: a aprovação de leis e emendas constitucionais (que não são objeto deste estudo); a edição de medidas e procedimentos infralegais; e a adoção de atos de ofício do presidente e dos ministros que sequer ficam registrados. Esse tripé autoriza a burocracia estatal bolsonarista (militares e funcionários de carreira elitistas e ultraliberais) a desmontar toda a infraestrutura institucional que foi montada para viabilizar a arquitetura de direitos da Constituição de 1988. Dividimos esse método em seis eixos: o **desmonte dos sistemas estatais**; a desorganização das parcerias federativas; o **corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação ou mesmo o apagamento dos dados governamentais**; a destruição dos mecanismos de participação da sociedade civil na democracia brasileira; a militarização do Estado nacional; a erosão da Política Externa e da Política Migratória brasileira.

O primeiro é o desmonte dos sistemas estatais, tais como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esses sistemas buscam organizar os direitos – nos exemplos citados, saúde e política social – de um modo totalizante, abarcando desde as dinâmicas do atendimento básico até aquelas que exigem a alta complexidade; alcançando tanto o momento em que a cidadã ou cidadão precisa de uma acolhimento por estar passando por alguma necessidade

concreta quanto o momento anterior, da prevenção, que visa justamente evitar que as pessoas precisem de atendimento.

Para dar conta desse objetivo global, esses sistemas possuem aparelhos de atendimento local e imediato – por exemplo, os Postos de Saúde e os Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – e também equipamentos mais complexos, tais como os hospitais ou abrigos para a população em situação de rua. Outra característica importante dos sistemas estatais é que eles combinam a organização de uma burocracia estatal com espaços formais de participação da sociedade civil, via conselhos, ouvidorias e dinâmicas de convivência comunitária. O princípio democrático que organiza essa combinação é que tais sistemas estão sempre em aprimoramento e precisam de uma participação ativa da cidadania para dar conta da sua missão de promoção integral dos direitos à população.

O desmonte desses sistemas começa, como já analisamos, pelas dimensões orçamentária e ideológica. O nível dos cortes de verbas é inédito e os ataques na esfera pública ultrapassam a dimensão de uma suposta "ineficiência" (algo que aparecia no discurso da direita tradicional): o bolsonarismo organiza uma pregação fascista contra uma suposta "ditadura co-

munista" e outros fantasmas desse tipo a partir do caráter público desses sistemas.

Em seguida vem a dimensão da falta de pessoal capacitado para operar o sistema na base. No caso do SUS, o cancelamento do **Programa Mais Médicos**

e sua substituição pelo **Programa Médicos do Brasil** serviu tanto para os fins orçamentários quanto ideológicos do **Método Bolsonaro de Destruição**. E o resultado foi o agravamento do déficit de médicos nas regiões mais pobres do país e também nas aldeias indígenas e comunidades quilombolas.

*Defendemos a revogação imediata do programa fake Médicos do Brasil e a retomada do programa Mais Médicos e também a retomada de concursos e a recomposição do pessoal em todos os sistemas estatais que garantem direitos!*

Outra dimensão da desmontagem dos sistemas aparece na **sabotagem dos mecanismos de monitoramento, fiscalização e punição aos infratores, bem como na flexibilização das regulamentações**.

As áreas mais afetadas por essa ação foram o meio ambiente, as políticas agrárias e urbana e as políticas indígenas, com o sucateamento e boicote institucional aos órgãos fiscalizados (Ibama, Inpe, Funai, Incra); a anistia ou cancelamento das

## REVOGAÇÃO JÁ

- Decreto 10.966 de 2022
- Decreto 11.080 de 2022
- Decreto 10.933 de 2021
- Decreto 10.166 de 2019
- Decreto 10.252 de 2020
- Instrução normativa 9 de 2020
- Resolução 4 da Funai
- Portaria 1 de 2020
- Portaria 2.904 de 2020
- Resolução CGSIM 64

multas e sanções aplicadas aos infratores; a mudança dos parâmetros para delimitar quem são as populações sujeitas de direito nessas áreas (povos indígenas, camponeses sem terra, populações ribeirinhas); e o relaxamento e alteração das regulamentações mais restritivas que existiam nesses setores e que contam com apoio dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Citamos abaixo alguns documentos que ilustram este desmonte.

É o caso, por exemplo, do **decreto 10.966 de 2022**, que permite a chamada "mineração artesanal e em pequena escala"; do **decreto 11.080 de 2022**, que relaxa as multas contra infratores ambientais; do **decreto 10.833 de 2021**, que alterou a regulação sobre agrotóxicos que envenenam a alimentação do nosso povo; e, ainda, a **instrução normativa 9 de 2020 da Funai** que fragiliza a proteção das terras indígenas não homologadas; e da **resolução 4 da Funai** que pretendia de-

terminar quem é ou não indígena, a partir de critérios do Estado; mencionamos também o **decreto 10.166 de 2019**, que altera consideravelmente as regras de acesso à terra, dificultando justamente o acesso das famílias mais vulneráveis e favorecendo a titulação privada, muitas vezes fruto de processos de grilagem; e do **decreto 10.252 de 2020** e da **portaria 1 de 2020**, que descaracterizam o papel do Incra e inviabilizam a reforma agrária; e, por fim, a **resolução CGSIM 64**, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental e urbanístico e quebra o pacto federativo ao enfraquecer os instrumentos centrais na regulação do uso do solo e da atividade imobiliária, como é o caso dos Planos Diretores Municipais.

*Defendemos a revogação imediata destes decretos para garantir a retomada da capacidade regulatória e fiscalizadora do Estado brasileiro em todas as áreas, mas especialmente necessária na proteção do nosso meio ambiente!*

O segundo eixo do **Método Bolsonaro de Destruição Institucional** é a desorganização das parcerias federativas. Nossa institucionalidade é baseada na existência de três entes federativos – União, Estados e municípios – e na existência de mecanismos que viabilizam a cooperação entre eles. Isso permite que as parcerias entre os governos deixem de responder aos ventos das preferências políticas, quando um presidente opta por favorecer os governadores e prefeitos que o apoiam e negligenciar os que são oposição.

Pois Bolsonaro fez pior. Em seu processo de destruição da democracia, ele não apenas privilegiou aliados do seu governo como também atacou constantemente os prefeitos e, principalmente, governadores da oposição desde o primeiro ano de mandato. Essa postura teve seu ápice durante a gestão da pandemia, em 2020 e 2021, quando os estados conquistaram

## MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO INSTITUCIONAL

**Por política de alfabetização amplamente discutida pela sociedade brasileira • Pela retomada do Programa de Construção de Cisternas • Pela retomada do Bolsa Família como uma política permanente de renda básica • Pela retomada do Mais Médicos**

junto ao STF o direito de tomar decisões para conter a crise sanitária, tais como a prerrogativa de determinar o isolamento social. Esses ataques, contudo, não cessaram com o fim da emergência sanitária provocada pela Covid-19. Já em 2022, ao longo do ano, ele atacou diversas vezes o conjunto de governadores da região Nordeste por conta do preço da gasolina e, no mês de maio, em meio às tragédias em Pernambuco provocadas por fortes chuvas, atacou o chefe do executivo local quando visitou as áreas afetadas.

Para além dos ataques aos mandatários da oposição – em mais um movimento que responde à dimensão ideológica, posto que reforça a imagem antissistêmica do presidente –, o governo Bolsonaro desorganizou as parcerias federativas de dois modos: por um lado, **suspendendo programas e políticas públicas que estruturam essas parcerias**; e, por outro, **boicotando os repasses financeiros da União aos fundos estaduais e municipais de cada área**, que são os mecanismos pelos quais os entes da Federação enraizam as políticas públicas.

O principal exemplo da descontinuação de programas foi o **Bolsa Família**, substituído pelo eleitoreiro **Auxílio Brasil**, que se tornou a maior tentativa de compra de votos da história republicana brasileira, operação felizmente rechaçada pelo povo brasileiro. Mas não é o único: citamos a paralisia do **Programa de Construção de Cisternas** em regiões que sofrem com períodos de seca extrema. As cisternas permitem armazenar água nos períodos de chuva, possibilitando que milhões de pessoas mitiguem os impactos dos períodos de seca. A quase extinção desse programa durante o governo Bolsonaro é um exemplo da **desorganização das parcerias federativas**, uma vez que a falta de água vai impactar nas políticas públicas de responsabilidade dos municípios e

dos Estados, como nos casos do SUS e do SUAS.

Vale destacar ainda a implantação da Política Nacional de Alfabetização pelo **decreto 9.765 de 2019**. Trata-se de um ato que veio para impor um único método de letramento, de modo autoritário e vertical, sem levar em conta outros métodos e experiências que já foram experimentados na democracia brasileira e desrespeitando o princípio da autonomia federativa, uma vez que Estados e municípios possuem políticas exitosas na política de alfabetização.

*Defendemos a imediata revogação deste decreto e a constituição de uma política de alfabetização amplamente discutida pela sociedade brasileira e também a retomada do Programa de Construção de Cisternas; Defendemos ainda a adoção de uma política pública de renda básica permanente que impeça golpes eleitoreiro.*

Já sobre os **fundos temáticos** (educação, assistência social, cultura etc.), é preciso primeiro reafirmar que eles são decisivos para que Estados e municípios consigam viabilizar as políticas públicas nos territórios. Os fundos são uma forma de democratizar os recursos que são carimbados para cada área e cuja arrecadação se concentra na União. É um instrumento central do pacto federativo. Cabe então ao governo federal repassar periodicamente o valor correspondente que cada Estado e cidade tem direito, permitindo aos gestores que planejem e consigam executar, assim, as políticas públicas. Isso também possibilita que a sociedade civil se organize para fiscalizar e influenciar o uso desses recursos, algo que é mais difícil de ser feito em âmbito federal.

As notícias de atraso no repasse dos fundos começaram já em 2019, quando em maio os gestores municipais de todo o país relataram não ter recebido um centavo do previsto para a educação básica. Em muitas áreas, não há uma norma que

justifique esse procedimento. Em outras, existe algum documento editado que serve de justificativa, como é o caso da Assistência Social (**portaria 2.362 de 2019**). Na maioria dos casos, contudo, nem mesmo o governo Bolsonaro teve coragem de emitir uma norma sustentando o represamento das verbas, que se dá por atos de ofício dos ministros sem qualquer registro. Eles bloqueiam os repasses sem transparência alguma e, da mesma forma, liberal os recursos no final do ano. Porém, o governo sabe que, ao liberar a verba já no fim do exercício fiscal, inviabiliza que a maioria das cidades consiga de fato gastar o dinheiro, que acaba retornando para o Tesouro. Em 2020, o STF questionou o governo Bolsonaro quanto ao atraso nos repasses do Fundo de Segurança Pública para os Estados e o executivo federal se justificou alegando que estava seguindo o Teto de Gastos. Outra ação que afeta os repasses fundo a fundo são os contingenciamentos que o governo faz ao longo do ano, e que mais uma vez têm como efeito não apenas a asfixia das políticas públicas, mas a desorganização das parcerias e a inviabilização dos programas na ponta.

*Defendemos a imediata revogação do procedimento de atraso dos repasses fundo a fundo, bem como a reorganização dos programas e políticas públicas que estruturam as parcerias federativas no Brasil nas diversas áreas do Estado brasileiro.*

Ademais, são muitos os gestores que relatam a dificuldade de serem recebidos em Brasília pelos ministros e seus assessores. Esse **bloqueio ao diálogo inter-institucional**, além de desorganizar as parcerias federativas, é também um dos elementos que compõe o terceiro eixo do **Método Bolsonaro de Destruição Institucional**, qual seja, o corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação ou mesmo o apagamento dos dados governamentais.

Sem o amplo acesso aos dados públicos e oficiais, é impossível organizar qualquer política pública em qualquer esfera estatal. O diagnóstico que é a base para qualquer gestão fica inviabilizado. A avaliação dos resultados tampouco pode ocorrer. Por fim, a necessária fiscalização do executivo por parte dos demais poderes ou pela sociedade também é impossibilitada sem transparência nas informações governamentais.

Os casos mais emblemáticos desta dimensão foram as tentativas, ainda em 2020, de esconder o número de mortos por Covid-19; e a bizarra

censura imposta à Fiocruz sobre os resultados de uma pesquisa sobre o uso de drogas no ano de 2019. Na ocasião, os então titulares do Ministério da Cidadania Osmar Terra e do Ministério da Justiça Sérgio Moro tentaram primeiro impedir a divulgação dos resultados e, depois de falhar nesse objetivo, buscaram descredibilizar a pesquisa com base em ataques conservadores típicos do **Método Bolsonaro de Des-**

## REVOGAÇÃO JÁ

- Portaria 2.362 de 2019

- Todos os atos que impedem o repasse fundo a fundo

- Decreto 9.690 de 2019

- Todos os atos que impedem acesso à informação

**truição Ideológica.** Para além desses episódios que ganham maior repercussão pública, o governo Bolsonaro pôs em prática uma metodologia para limitar o acesso à informação por parte do cidadão, conforme constatou um relatório da Transparência Brasil. Tal metodologia passa por atrasar as respostas aos pedidos de informação com base na **Lei de Acesso à Informação (LAI)**; no mesmo sentido, fornecer respostas incompletas ou mesmo negar pedidos sem maiores explicações; e, por fim, por interpretar a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)** em confronto com a LAI, gerando uma contradição que não está no texto das duas legislações.

Uma das bases para esse processo é o **decreto 9.690 de 2019**, editado no primeiro mês do governo Bolsonaro e que ampliou o rol de servidores, incluindo comissionados, com direito a classificar documentos como secretos. Não obstante este documento, para a maioria dos novos procedimentos não encontramos qualquer norma infralegal que sustentasse esse padrão de interpretação da LAI por parte do governo Bolsonaro. Por exemplo, o **ato do Gabinete de Segurança Institucional** que classificou como reservado o registrado das entradas no Palácio da Alvorada e no Palácio Jaburu, e que viola a LAI, não está

registrado em nenhum lugar. Trata-se de uma decisão unilateral do titular do GSI, o general Augusto Heleno, tomada por um ofício em resposta a questionamentos oriundos de parlamentares da oposição.

## REVOGAÇÃO JÁ

- Decreto 9.759 DE 2019
- Decreto 9.883 DE 2019
- Decreto 10.803 de 2021
- Portaria 630 de 2019
- Decreto 9.939 de 2019
- Decreto 9.891 de 2019
- Decreto 10.755 DE 2021
- Portaria 45 de 2020
- Decreto 10.003 de 2019
- Decreto 10.643 DE 2021
- Decreto 10.177 de 2019
- Decreto 9.926 de 2019

*Defendemos a imediata revogação desse ofício, bem como de todos decretos, atos e procedimentos que violam tanto o princípio constitucional da publicidade quanto os efeitos da LAI na transparência e acesso aos dados públicos e oficiais!*

Já mencionamos que o **corte dos fluxos de informação interestatal, com a ocultação ou mesmo o apagamento dos dados governamentais** prejudica a fiscalização por parte da sociedade da ação cotidiana dos ocupantes da máquina pública, quer aqueles indicados politicamente, que os que são concursados. Essa situação fica ainda mais grave com o quarto eixo do Método de Destruição Institucional, que é a **destruição dos mecanismos de participação da sociedade civil na democracia brasileira.**

O princípio da participação social no Estado – em todas as esferas, alcançando a gestão das políticas públicas e a execução de programas estatais – foi inscrito na Constituição de 1988 como um direito fundamental do povo brasileiro e significou um consistente

avanço democrático no Brasil. Foi uma resposta aos 21 anos de ditadura civil-militar no país. A participação garante não apenas um controle maior da sociedade sobre o Estado, como se constitui em um instrumento fundamental de legitimação das instituições junto à sociedade civil organizada. Esse direito é viabilizado de várias formas em nosso arranjo institucional, sendo a principal delas a existência de conselhos consultivos e/ou deliberativos cuja composição é compartilhada entre Estado e a sociedade civil organizada.

Não foi por acaso que Bolsonaro aproveitou o marco dos seus primeiros cem dias de governo para editar um **decreto, o de número 9.759 de 2019** que, de uma vez só, extinguiu 650 Conselhos de participação social. A medida foi parcialmente revertida pelo STF ainda em 2019. Contudo, conforme demonstra uma pesquisa do Cebrap (Bezerra et al.: 2022), este decreto abriu a porteira para o **esvaziamento de 75% dos conselhos existentes**, com a redução do seu poder deliberativo, a diminuição do peso da sociedade civil em vários deles, a subtração de pautas e agendas importantes que antes passavam pelo crivo ou mesmo análise opinativa dos conselhos.

Este decreto permitiu que outras normas infralegais fossem editadas pelo governo para desestruturar ainda mais os conselhos em cada área. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o **decreto 9.883 de 2019** que extinguiu o Conselho Nacional LGBTI. E também com as políticas urbanas com o **decreto 10.803 de 2021**, que desmontou o Conselho Nacional das Cidades e criou um Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana. Esse processo fez parte daquilo que o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles chamou, na já referida reunião ministerial de 22 de abril de 2020, de "passar a boiada". No caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), a **portaria 630** e o **decreto 9.939, ambos**

**de 2019**, alteraram a composição do órgão, diminuindo o peso da sociedade civil e aumentando o poder do governo.

A área da cultura também foi bastante afetada pela destruição da participação social com o **decreto 9.891 de 2019** que desmontou o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPIC) e o **decreto 10.755 de 2021**, que desmontou a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). Outro exemplo está nas políticas de combate ao racismo. Destacamos, nesse tema, a **portaria 45 de 2020** que extingue os Comitês Gestores, órgãos colegiados e os atos normativos sobre a participação social nos processos decisórios da Fundação Cultural Palmares.

Por fim, na Assistência Social, as políticas de defesa da criança e adolescente foram afetadas pelo **decreto 10.003 de 2019** que desmontou o Conama; as políticas de proteção da pessoa idosa foram afetadas pelo **decreto 10.643 de 2021**, que desmontou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; as políticas de proteção à pessoa com deficiência foram afetadas pelo **decreto 10.177 de 2019** que desmontou o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e, por fim, há o desmonte do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas pelo **decreto 9.926 de 2019**.

*Defendemos a imediata revogação do decreto 9.759 de 2019 e de todos os decretos que desmontaram a participação social, bem como a aprovação do Sistema Nacional de Participação Social de modo a proteger, consolidar e ampliar esse direito fundamental.*

O quinto eixo do **Método Bolsonaro de Destruição Institucional** é a **militarização do Estado brasileiro**, que complementa o processo de quebra do acesso à informação e da destruição da participação social. Um Estado mais blindado aos interesses da sociedade precisa ser gerido por uma burocracia autoritária, o que é fornecido pela presença dos militares.

Primeiro, o **decreto 10.171 de 2019**, que regulamenta a passagem dos militares para a ocupação de cargos na administração pública de natureza militar e civil. O texto prevê que militares da reserva não estão sujeitos aos limites de tempo de ocupação dos cargos e viabiliza permite que militares da reserva ocupem, por tempo indeterminado, cargos na administração pública, mesmo os de natureza civil. Segundo, o **decreto 10.528 de 2020** que ampliou as hipóteses em que esse limite de tempo não se aplica, permitindo que militares à disposição da presidência da República ou ocupantes do Serviço de Saúde das Forças Armadas também possam permanecer indefinidamente em cargos na administração pública. Terceiro, o **decreto 10.727 de 2021** que cria órgãos de natureza militar em mais de quinze órgãos da administração pública direta e indireta, dentre eles o STF, a AGU, o Ministério de Minas e Energia, dentre outros.

*A revogação desses decretos é urgente para que possamos desmilitarizar o Estado brasileiro, sem o que não é possível ter instituições democráticas.*

O último eixo do **Método Bolsonaro de Destruição Institucional** se dá na **profunda erosão da política externa e na total descaracterização da política migratória**, colocando a máquina pública a serviço das agendas da extrema-direita global e contrariando-se frontalmente a Constituição Federal.

Ressalta-se que, desde a redemocratização, a política externa brasileira é marcada pelo estabelecimento e ampliação de uma série de alianças e pela a construção e adesão a tratados e compromissos bilaterais e multilaterais con-

sonantes aos princípios constitucionais que devem reger nossas relações internacionais. Esta política tem efeitos positivos para a democracia brasileira. Primeiro, ajuda a disseminar uma cultura política democrática de diálogo e cooperação e de solidariedade entre os povos, valores que antagonizam com o ódio e a xenofobia da extrema-direita bolsonarista. Segundo, porque essas alianças ensejam processos concretos de políticas públicas e comerciais que impactam as instituições brasileiras, estruturando estratégias de desenvolvimento regionais e locais e políticas públicas de acolhimento e estímulo aos fluxos internacionais.

A adesão do governo golpista de Temer ao **Grupo de Lima** significou uma ruptura neste processo e, sob Bolsonaro, os danos institucionais se intensificaram. O país mergulhou em uma estratégia de submissão incondicional a Donald Trump, a ponto inclusive de ser um dos últimos países a reconhecer sua derrota eleitoral nos Estados

Unidos, e as piores características da tradição diplomática foram acentuadas a serviço da agenda reacionária do bolsonarismo. A saída da **União das Nações Sul-Americanas (Unasul)**, em 2019, e da **Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac)** e a adesão do Brasil à aliança ultraconservadora intitulada **Consenso de Genebra**, ambas em 2020, consolidam esse processo.

A democracia brasileira também sofre com os impactos da destruição no âmbito da política migratória. Além do total desrespeito aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta área, os ataques às **Leis de Migração (13.445/17)**

## REVOGAÇÃO JÁ

- Decreto 10.171 de 2019
- Decreto 10.528 de 2020
- Decreto 10.727 de 2021

contribuem ao ódio, discriminação, xenofobia, racismo e militarização tão caros à extrema-direita bolsonarista, e afetam até mesmo o tratamento dado a brasileiros no exterior.

Para retomar e ir além da política externa ativa e altiva, uma reorientação geral do governo se fará necessária e a revogação imediata de alguns dispositivos é o primeiro passo para isso.

*É urgente revogar a portaria 770, de outubro de 2019, que cria o conceito jurídico – vago e inexistente no ordenamento jurídico brasileiro – de “pessoa perigosa”, atentando contra os direitos humanos e criminalizando a migração. Defendemos também a imediata revogação das rupturas com as instituições regionais, culminando no retorno do Brasil aos pactos entre as nações latino-americanas, bem como o restabelecimento de embaixadas e representações diplomáticas fechadas por Bolsonaro ao longo do seu mandato, todas elas localizadas no Sul Global. Defendemos ainda a saída do Consenso de Genebra, seguindo o exemplo do presidente colombiano Gustavo Petro. O Brasil precisa voltar a ser parceiro da paz e do desenvolvimento dos povos do mundo!*

## Considerações Finais

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022 significa uma oportunidade de reconstrução da democracia brasileira. Sabemos que não será simples pois, como buscamos demonstrar neste relatório, o Método Bolsonaro de Destruição das instituições e políticas públicas foi amplo e consistente. Oferecemos a pesquisa do Revogaço como um dos instrumentos que vai ajudar nessa mobilização, na medida em que levantamos mais de 200 decretos, portarias, resoluções e instruções normativas que podem e devem ser revogadas pelo presidente Lula no seu primeiro dia de governo. Este relatório pode ajudar também no mapeamento das consequências dos atos normativos de Bolsonaro, pois sabemos que muitos deles, mesmo anulados, deixaram uma herança nefasta para a democracia no Brasil.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso de continuar com essa investigação, monitorando as ações do governo Bolsonaro até o dia 31 de dezembro e, depois, analisando como o bolsonarismo vai atuar nas instituições para sabotar o governo Lula e impedir a reconstrução da democracia brasileira.

### **REVOGAÇÃO JÁ**

- Portaria 770 de 2019
- Saída da União das Nações Sul-Americanas (Unasul)
- Saída da Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac)
- Adesão do Brasil à aliança ultraconservadora intitulada Consenso

**REVOGAÇÃO**

# CAPITULO 2

**ANÁLISES  
SETORIAIS**



por Marina Leite

# ASSISTÊNCIA SOCIAL

## Introdução

**A**tualmente existem mais de 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Famílias em condições extremamente precárias de existência, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência com seus direitos básicos violados. Não se trata de uma realidade isolada, a desigualdade social no Brasil é marcada historicamente pela expropriação e superexploração das pessoas que giram todas as engrenagens desse país.

A política de assistência social foi concebida a partir da Constituição de 1988 com o objetivo de reduzir essas desigualdades e assim assistir minimamente as populações mais

vulneráveis. Porém, a política de assistência social neste ano de eleição é usada como ferramenta de compra de votos, uma prática patrimonialista eleitoreira que fere frontalmente os princípios da seguridade social previstos na Carta Magna.

É inegável que vivemos um contexto de crise estrutural profunda que se agudizou pela péssima gestão do governo federal durante a pandemia de covid-19. Nesse período, diversas famílias perderam sua fonte de renda e vivem atualmente uma realidade de desproteção social. Diante desse quadro, o governo Bolsonaro extingue o programa de transferência de renda exitoso para propor um benefício com tempo determinado para acabar.

Ante o exposto, a política de assistência social precisa ser refundada, é preciso reestruturar essa política no âmbito da gestão, do financiamento, dos equipamentos e das equipes de referência responsáveis por sua execução. Essas mudanças devem ocorrer com base nos parâmetros da Loas (BRASIL, 1993), da PNAS (BRASIL, 2004), da NOB SUAS (MDS, 2005) e NOB RH (MDS, 2006).

Desse modo, é fulcral defender neste momento a construção de um programa de transferência de renda permanente e robusto, condizente com as necessidades das famílias mais pobres, ajustável anualmente de acordo com a inflação e com o aumento do custo de vida das famílias brasileiras.

É sabido que a política de assistência social não se limita à transferência de renda, mas não se pode ignorar a importância desta para o enfrentamento das desigualdades sociais. Por isso, é importante lembrar da relevante articulação entre benefícios sociais e serviços socioassistenciais. Desse modo, salienta-se a necessidade de fortalecer os equipamentos da assistência social, o Sistema Único da Assistência Social e valorizar os profissionais responsáveis

pela execução dessa política. Todos os equipamentos da assistência social devem contar com as equipes de referência preconizadas na NOB RH SUAS, com o número mínimo de técnicos e auxiliares previstos na normativa.

Para alcançar este objetivo, a política de assistência social precisa passar por uma ampliação de seu financiamento, pois trata-se da política com menor orçamento entre aquelas que compõem a seguridade social. A Lei Orgânica da Assistência Social prevê distintas atribuições dos entes federativos no financiamento da política. Em vista disso, é fundamental reforçar a importância da ampliação do Fundo Nacional de Assistência Social para assim garantir uma transferência mais robusta para os estados, municípios e Distrito Federal. Somente assim poderemos garantir o fortalecimento do SUAS e dos equipamentos executores desta política.

O governo atual propôs para a PLOA de 2023 o desfinanciamento brutal para a política de Assistência Social. A proposta do governo federal de repasse para o SUAS é de aproximadamente R\$ 48 milhões, sendo que o valor inicial da proposta seria de R\$ 967,3 milhões. Esse é o exemplo mais concreto de desmonte da política em questão. Sem a participação robusta do governo federal no financiamento da assistência social, essa política não se sustenta.

A ampliação e fortalecimento da política de assistência social também perpassa a execução de programas e projetos sociais como o Pronatec, a Bolsa Verde, o Programa de Atenção Integral às Famílias e o Programa Especial de Atenção às Famílias, projetos voltados para a segurança alimentar, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros.

Outro ponto importante para a estruturação da política de assistência social é o Cadastro Único, trata-se de um instrumento fundamental de acompanhamento das famílias

atendidas pela política e produz indicadores sociais indispensáveis para o seu monitoramento. Porém, este não pode se transformar em um instrumento de burocratização do acesso à assistência social, cerceando assim os direitos sociais das famílias. Desse modo, a transferência de recursos fundo a fundo é essencial para que os municípios possam contar com profissionais qualificados e com condições de trabalho para que as famílias não fiquem mais de um ano à espera de sua inclusão e da atualização do Cadastro Único.

---

### **Proposta de revogação da Portaria no 2.362, de 23 de dezembro de 2019 (PRIORIDADE 1 DE REVOGAÇÃO)**

*Portaria no 2.362, de 23 de dezembro de 2019, do Ministério da Cidadania, que “Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Sistema Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual”.*

A política de assistência social sofre historicamente com o subfinanciamento. Trata-se da política com menor orçamento da seguridade social, o que dificulta sua efetivação. É importante destacar que o fundo público é uma dimensão da luta de classes e expressa a direção política e social dos responsáveis pela gestão das políticas sociais.

Considerando essa realidade, a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei no 8.742 de 1993, prevê a constituição do Fundo Nacional da Assistência Social, aprovado anualmente pelo Conselho Nacional da Assistência Social, com o objetivo de estruturar a política por meio dos repasses para os fundos estaduais, municipais e distrital da política. A legislação supracitada prevê o repasse de recursos federais para os demais entes federativos que são responsáveis pela execução direta da política de assistência social. O esvaziamento do Fundo Nacional tem consequências deletérias na execução dessa política, reproduzindo, assim, a lógica de que tal política tem menos importância que as demais políticas da seguridade social.

A mencionada Portaria no 2.362, de 2019, estabelece procedimentos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas) para monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (Fnas) e visa promover o ajuste do cofinanciamento federal do Suas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual. Nada obstante, essa Portaria significa drástica redução de recursos, desrespeito ao pacto federativo e insegurança orçamentária para os municípios neste exercício de 2020, violando a Lei no 8.742 de 1993.

O corte de recursos promoverá um verdadeiro esvaziamento da Assistência Social e a falência do Suas, gerando o desemprego de muitos profissionais e a falta de assistência em programas essenciais como os Centros de Assistência Social (Cras); os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e o Bolsa Família.

A Portaria acaba por gerar uma progressiva desobrigação da União no que tange ao custeio da Assistência Social no país, levando a um estrangulamento nas contas de estados,

Distrito Federal e municípios e, ainda mais grave, a um apagão assistencial no momento em que se enfrenta uma grave pandemia que poderá ceifar uma grande quantidade de vidas, notadamente nos bolsões de miséria e pobreza espalhados no território nacional.

Portanto, orienta-se pela revogação da referida portaria, pois se trata de um retrocesso no que se refere à política de assistência social.

---

### **Proposta de Revogação do Decreto no 10.643, de 03 de março de 2021 (PRIORIDADE 2 DE REVOGAÇÃO)**

*Decreto no 10.643, de 03 de março de 2021, que “Altera o Decreto no 9.893, de 27 de julho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa”.*

A construção do conteúdo da Constituição de 1988 foi fortemente marcada pela participação popular com o objetivo de contemplar as pautas dos movimentos sociais. A participação social na formulação e monitoramento das políticas públicas é uma conquista histórica da mobilização política de caráter progressista. Os espaços de controle democrático das políticas públicas, com os conselhos, estão no bojo das conquistas desses movimentos.

Ao submeter as decisões do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa na modificação ou elaboração de seu Regimento Interno à Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos, o Decreto incorre em falha constitucional, uma vez que fere a participação social ampla, o controle social e o pluralismo político, essenciais ao Estado

Democrático de Direito.

Ainda, o CNPI continuará submetido ao controle total do governo autoritário, que indicará à Presidência sempre um representante do governo. Ainda que tenha ampliado o número de assentos da sociedade civil, estes ainda são aquém do que o Supremo Tribunal Federal já expôs sobre o funcionamento dos Conselhos no caso do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que estipulou nove conselheiros livremente eleitos. No caso do decreto em tela, antidemocrático, a seleção dos “representantes” da sociedade civil será feita pelo próprio governo.

Submeter ao governo a seleção dos representantes da sociedade civil é uma ação arbitrária que descaracteriza o sentido do controle democrático e esvazia a possibilidade de real participação social na proposição e monitoramento de políticas públicas voltadas para a pessoa idosa. Por representar um retrocesso descomunal no que se refere à participação social da pessoa idosa nas políticas públicas, orienta-se pela revogação do referido decreto.

---

## **Proposta de Revogação do Decreto no 10.177, de 16 de dezembro de 2019 (PRIORIDADE 2 DE REVOGAÇÃO)**

*O Decreto no 10.177, de 16 de dezembro de 2019, e o Decreto no 10.812, de 27 de setembro de 2021, do Senhor Presidente da República, que dispõem sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.*

A Presidência da República editou o Decreto no 10.177, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Conade – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nele excluindo um membro histórico e de profunda importância para aquele Conselho, qual seja a Ampid – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, que possuía cadeira cativa no mencionado conselho e por aquele decreto ficou impedida de participar de qualquer processo eleitoral a ser realizado pelo Conade, banindo, portanto, uma entidade da sociedade civil sem que tenha havido qualquer violação dos deveres por parte daquela associação ou o devido processo legal para seu afastamento. Extinguiu também a fundamental e histórica Comissão de Atos Normativos do Conade, a CAN, que auxiliava aquele Conselho na análise técnico-jurídica de diversos documentos, tais como a elaboração do regimento interno; análise de Projetos de Leis remetidos pela Câmara e pelo Senado; avaliação posterior da constitucionalidade de leis e decretos aprovados para fins de posicionamento do Conselho; orientação na fiscalização de políticas públicas e o auxílio no exame de normas legais em toda e qualquer manifestação submetida à Plenária.

Esse decreto ameaça a soberania democrática do Conade, órgão de participação popular e controle social sobre ações governamentais relacionadas às políticas públicas que impactam na garantia. O esvaziamento dos espaços de controle social é uma estratégia de cercar a participação social duramente conquistada por diversos setores do estado e da sociedade civil, responsáveis por realizar monitoramento e proposições para as políticas voltadas para pessoas com deficiência. Vale destacar que este público foi historicamente negligenciado e com sua participação política invisibilizada.

A desconstrução de espaços implica em grande retrocesso na ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Por este motivo, orienta-se pela revogação do referido decreto.

---

### **Proposta de revogação do Decreto no 9.926, de 19 de julho de 2019 (PRIORIDADE 2 DE REVOGAÇÃO)**

*Decreto no 9.926, de 19 de julho de 2019, que esvazia o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.*

A construção de uma política sobre drogas no Brasil foi pautada pela participação social de movimentos que tratam o uso abusivo de drogas como questão de saúde pública a partir de uma concepção de redução de danos. Esta perspectiva afirma a necessidade de promover ações intersectoriais, envolvendo, assim, a articulação das diversas políticas sociais como saúde, assistência social, educação, trabalho, entre outras.

Assim sendo, o fortalecimento da participação da sociedade civil nos espaços consultivos e deliberativos é de fundamental importância para a afirmação de uma perspectiva de redução de danos e de não criminalização do público desta política.

O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) tem entre as suas principais atribuições acompanhar e atualizar a política sobre drogas; acompanhar e avaliar a gestão dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad); e promover a integração dos órgãos da Administração, o Conselho Nacional e os conselhos locais que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

O Conad é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad) e foi instituído pela Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional de Drogas. Além do Poder Executivo Federal, o colegiado conta com representantes de vários segmentos: órgãos federais, estaduais, municipais e organizações ou entidades da sociedade civil. Criado em 2006, o Conad era composto por 31 representantes. Desse total, havia 17 pessoas com cargo de ministro ou indicadas por ministérios e órgãos federais, além de um integrante de conselho estadual sobre drogas. Os outros 13 eram os representantes da sociedade civil e especialistas (médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros). Todos estes cargos foram excluídos. Trata-se, portanto, de um grave retrocesso para a participação popular e para os direitos sociais consagrados constitucionalmente. Destaque-se que, na nova configuração, prepondera a forte representação institucional em detrimento da participação da sociedade civil.

Pelos motivos apresentados, orienta-se a revogação do Decreto no 9.926, pois este é incompatível com os princípios constitucionais, especialmente em relação aos princípios que regem a proteção social e a participação popular.

---

### **Proposta de revogação do Decreto no 9.761, de 11 de abril de 2019 (PRIORIDADE 1 DE REVOGAÇÃO)**

*Decreto no 9.761, de 11 de abril de 2019, assinada pelo Presidente da República, que aprova a Política Nacional de Drogas.*

A política sobre drogas foi extensamente atacada pelo governo Bolsonaro não somente por uma questão ideopolítica conservadora, que busca enfrentar a perspectiva da redução de danos. Existe nestes ataques um interesse econômico de transferência de recursos públicos para instituições, na sua maioria de caráter religioso, responsáveis pelas chamadas “comunidades terapêuticas”. Estas instituições foram incluídas na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) no governo Temer e, desde então, tem tomado um protagonismo exacerbado na construção da política. De modo geral, elas trabalham na moralização do uso abusivo de drogas e afirmam a perspectiva da abstinência como “solução” para os usuários.

É importante ressaltar que os profissionais da política de assistência social lidam cotidianamente com pessoas que fazem uso abusivo de drogas e realizam encaminhamentos para instituições relacionadas a esta questão. Por este motivo, a política sobre drogas do Brasil precisa construir ações de caráter intersetorial que relacionem a questão das drogas com a política de saúde, assistência social, educação e trabalho.

O Decreto estabelece que a Nova Política Nacional de Drogas tem como objetivo a “busca por uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas”. Com o Decreto, a política de drogas deixa de ser de “redução de danos” passando a promover a “abstinência”. O Decreto reconhece as “comunidades terapêuticas” como forma de cuidado, acolhimento e tratamento de dependentes químicos.

A política de redução de danos não pode, sem qualquer respaldo científico, ser desconsiderada pelo Estado, visto que sabidamente é complementar à política de abstinência. Cerca de 70% dos usuários de drogas não conseguem atingir a abstinência e, por isso, diversos países têm avançado em

políticas complementares que garantam a redução de danos colaterais causados pelo uso de drogas. Desta forma, ao priorizar a via da abstinência em detrimento da redução de danos, o Estado afastará do atendimento em saúde dependentes químicos que, por diversas razões, não conseguem atingir a abstinência naquele momento.

Além da afirmação de uma perspectiva conservadora e pouco efetiva no trato da questão, uma parcela expressiva de comunidades terapêuticas viola gravemente os direitos humanos, promovendo ações como a recolhida indevida de documentos civis, o isolamento dos sujeitos “internados”, a prática da “laborterapia”, que se configura na superexploração do trabalho da população usuária, entre outras ações descritas no Relatório de Inspeção das Comunidades Terapêuticas no Brasil, realizado pela Anistia Internacional em 2017.

Dessa forma, orienta-se pela revogação do referido decreto pois trata-se de um retrocesso no que se refere à política sobre drogas no Brasil.

---

### **Proposta de revogação da Portaria no 972, de 21 de agosto de 2019 (PRIORIDADE 2 DE REVOGAÇÃO)**

*Susta os efeitos da Portaria no 972, de 21 de agosto de 2019, que extingue colegiados que visam o controle social das relações de trabalho.*

Existe uma relação intrínseca entre assistência social e trabalho. O fortalecimento desta política é fundamental para garantir as condições básicas de existência da população e consequentemente enfrenta as expressões mais agudas de

superexploração do trabalho, pois o acesso à renda permite que as famílias não se submetam a condições degradantes de trabalho e a situações de trabalho análogo à escravidão.

A realidade da superexploração do trabalho no Brasil é histórica, acompanha a trajetória nefasta de exploração do trabalho escravo e uma transição para o trabalho “livre” extremamente violenta para a população negra deste país. Em vista disso, o monitoramento das condições de trabalho no Brasil é uma condição fulcral para o enfrentamento dessa realidade. Os espaços de controle social com ampla participação da sociedade civil são fundamentais para a construção de estratégias que enfrentem essa realidade.

O esvaziamento de espaços de controle social sobre as relações de trabalho tem como objetivo perpetuar a lógica da superexploração e da impunidade daqueles que promovem esse tipo de prática nefasta. Vale ressaltar que a construção de entidades de controle social está em consonância com os princípios constitucionais e acompanha o esforço dos movimentos sociais e sindicais de garantir condições de trabalho pautados nos direitos trabalhistas arduamente conquistados pela classe trabalhadora no Brasil.

Dessa maneira, orienta-se pela revogação da referida portaria, pois se trata de um retrocesso no que se refere aos direitos trabalhistas no Brasil e a garantia de condições de trabalho condizentes com as necessidades básicas da classe trabalhadora no Brasil.

---

## Considerações finais

Para que a política de assistência social seja exitosa neste país, é fundamental que haja uma intervenção consistente do Estado na ampliação dos postos de trabalho e na garantia dos direitos trabalhistas. Existe uma relação intrínseca entre assistência social e trabalho, portanto há de se reestruturar a política de trabalho fortemente atacada pelo governo Bolsonaro. Além da política de trabalho, a assistência social dialoga diretamente com as demais políticas sociais, como saúde, previdência social, educação. Por isso, é importante garantir a construção de ações interseccionais que permitam a articulação destas diversas frentes.

Para finalizar, não é possível conceber uma política de assistência social ampla sem contar com a participação social consistente. A garantia dos espaços de controle democrático, como os conselhos e conferências, são fundamentais para construir os parâmetros da política a partir dos interesses de quem a acessa. Os sujeitos sociais que demandam a política de assistência social precisam ser ouvidos, as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, egressos do sistema socioeducativo e do sistema prisional, pessoas em situação de rua, estão no centro dessa política. O estudo dos decretos realizados de forma autoritária pelo governo Bolsonaro revela que os espaços dos conselhos foram extremamente atacados e esvaziados da participação social. Neste sentido, aqui se afirma a necessidade de defender a participação popular nos conselhos para que estes sujeitos sejam, de fato, protagonistas na construção da política de assistência social no Brasil.



por Pedro Lavor

## COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA

### Introdução

O governo de Jair Bolsonaro representa um verdadeiro ataque às instituições, em especial à democracia, à coisa pública e ao estado de direito. Em governos de viés autoritário – como este – a transparência é um dos primeiros pilares da gestão pública a ser enfraquecido justamente pelo seu papel de limitar e controlar o poder de ocasião. No atual governo, as constantes tentativas de interferência na autonomia das instituições repercutem em diversas áreas, tais como: controle da pandemia, aquisição de vacinas, investimentos em educação e segurança pública. Nas variadas facetas do atual governo foi possível constatar

ataques à transparência ou mesmo um enfraquecimento dos instrumentos de combate à corrupção, vide o escândalo das barras de ouro no Ministério da Educação ou mesmo as denúncias no caso Covaxin.

A redução do papel da sociedade civil por meio do enfraquecimento dos órgãos de controle social e de participação da sociedade representa um retrocesso na gestão pública. O controle social é parte imprescindível para um aperfeiçoamento dos atos de gestão, visando uma diminuição da influência de agentes econômicos ou de interesses escusos.

É nesse contexto que constatamos que o governo Bolsonaro apresenta uma pauta eminentemente regressiva em matéria de combate à corrupção e transparência. A Presidência da República utiliza estruturas de poder estatal para proteger aliados, além de violar o dever constitucional de publicidade dos atos de gestão, dificultando o acesso de dados pela sociedade. De modo ainda mais claro, busca, cotidianamente, diminuir a perspectiva de controle social da administração pública, o que pode ser observado na produção de atos e decretos que visam impedir o conhecimento da população acerca da sua gestão. Relembramos o caso mais emblemático: o do cartão de vacina do presidente da república, que passará 100 (cem) anos em sigilo.

Contudo, essa medida não foi a única ou mesmo isolada. Outros atos normativos também buscaram impedir o controle social, obstando o conhecimento da população acerca de informações e dados da Administração Pública, em última instância, abrindo margem para atos de desconformidade: os atos de corrupção. Desse modo, relembramos que o art. 37 da CF estabelece como um dos princípios da República Federativa do Brasil e, conseqüentemente, de toda a administração pública a publicidade dos atos, sen-

do assim, observa-se a importância da transparência e do controle social na gestão pública.

Por isso, a revogação dessas medidas é imprescindível para o cumprimento da Constituição Federal de 1988 e satisfação dos direitos tutelados por esta Carta Cidadã. Ao longo das próximas páginas poderemos constatar os principais atos e decretos que dificultam o combate à corrupção, diminuem o controle social e a transparência.

---

### **Prioridade 1 - Decreto no 9.986, De 26 de agosto de 2019 e decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018**

*Assunto: dispõe sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.*

Os decretos no 9.986 e no 9.468 foram publicados, respectivamente, nos dias 26 de agosto de 2019 e 13 de agosto de 2018, ambos tratando do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Os referidos decretos foram responsáveis por alterar as atribuições e composição do colegiado do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Importante mencionar que esse Conselho foi criado em 2003 por meio da Lei Federal no 10.863, integrando a estrutura da Controladoria Geral da União, buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle, transparência e combate à corrupção. O Colegiado executou um importante papel na elaboração da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Conflito de Interesses.

Com a alteração na forma de composição do colegiado trazida pelos decretos por meio de decisão do presidente da

república, na prática, aconteceu um esvaziamento do Conselho. O ponto mais grave foi a diminuição na participação de representantes da sociedade civil. Logo, para além da revogação, é preciso um novo instrumento normativo que recupere o formato do Conselho anterior.

Por tais razões, em especial por violar o art. 37, caput, da Constituição Federal, é preciso que tais decretos sejam revogados nos termos do art. 84, IV e VI da CRFB.

---

### **Prioridade 2 - Decreto no 10.929, de 7 de janeiro de 2022**

*Assunto: estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.*

Foi publicado, no dia 7 de janeiro de 2022, o decreto no 10.929, que estabelece procedimento especial para consultas públicas destinadas a regulamentar dispositivo da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. De forma geral, a mudança trazida pelo decreto em seu texto é estabelecer, com prazo máximo até dia 31 de março de 2023, que o Ministério da Economia conseguirá realizar consultas públicas sem precisar cumprir o procedimento previsto no decreto no 9.191, em seu Capítulo VI. Tal medida fragiliza a transparência e o controle nos procedimentos licitatórios, violando o art. 37, caput, da CRFB. Tal medida vai de encontro ao estabelecido na lei no 14.133 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) ao mitigar a participação da sociedade civil nas Consultas Públicas.

Por tais razões, em especial por violar o art. 37, caput, da Constituição Federal, é preciso que o Decreto no 10.888 seja revogado nos termos do art. 84, IV e VI da CRFB.

---

### **Prioridade 3 - Decreto no 10.888, de 9 de dezembro de 2021**

*Assunto: dispõe sobre a publicidade e a transparência das comunicações realizadas entre os órgãos, fundos e entidades do poder executivo federal e o relator-geral do orçamento acerca das emendas.*

Foi publicado, no dia 9 de dezembro de 2021, o Decreto no 10.888, que dispõe sobre a publicidade e a transparência das comunicações realizadas entre os órgãos, fundos e entidades do poder executivo federal e o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual acerca da execução de recursos decorrentes de emendas do relator. Entretanto, a finalidade desse decreto é facilitar a liberação de recursos dos cofres da União sem a devida transparência sobre o destino das verbas pelos parlamentares, assim, legalizou o “orçamento secreto” ao criar mecanismos que facilitam a ocultação da destinação de recursos públicos.

O governo Bolsonaro, em troca de apoio político das bancadas do Congresso Nacional, passou a beneficiar seus aliados com a facilitação da liberação de recursos por meio das emendas do relator. Tais emendas não respeitam os critérios técnicos para formulação de políticas públicas, impedindo o controle e a transparência acerca destas despesas na medida em que não permitem identificar qual parlamentar foi responsável pela indicação.

Referente ao ato normativo em análise, não basta apenas revogar o decreto, já que as emendas de relator têm funcionado como um pernicioso esquema de corrupção, é preciso acabar com a existência do orçamento secreto em si, medida que depende de ações no âmbito legislativo. Contudo, a revogação do decreto ou mesmo uma profunda reformulação, impondo mecanismos rígidos de controle, já apresentam uma importante superação do estado da arte atual.

Por tais razões, em especial por violar o art. 37, caput, da Constituição Federal, é preciso que o Decreto no 10.888 seja revogado nos termos do art. 84, IV e VI da CRFB.

---

### **Prioridade 4 - Decreto no 10.889/2021**

*Assunto: dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado.*

Este decreto surge como uma iniciativa do Governo Federal para estruturar uma política de conformidade entre seus agentes, trazendo transparência para a agenda dos servidores públicos. Tal ato normativo também aborda o recebimento de brindes (hospitalidade) por servidores públicos.

Ao tratar sobre brindes, o ato normativo define: “item de baixo valor econômico e distribuído de forma generalizada, como cortesia, propaganda ou divulgação habitual” (art. 5, VI). Tal definição é importantíssima, visto que o decreto autoriza o recebimento de brindes por servidores públicos (art. 17, parágrafo único).

Dada a redação do Decreto, tal dispositivo inviabiliza o objetivo do ato normativo, já que o recebimento de brindes pode, eventualmente, gerar conflito de interesses e influenciar os objetivos da administração pública. Em caso de manutenção do permissivo, deveria ser estabelecido um limite pecuniário claro do que se considera “baixo valor econômico”.

Logo, o ato afronta o art. 37, caput, da CRFB e, por isso, deve ser revogado nos termos do art. 84, IV e VI da CRFB.

---

#### **Prioridade 4 - Decisão do exército brasileiro sobre processo administrativo**

*Assunto: sigilo determinado pelo exército brasileiro em processo administrativo.*

Como se tornou público, o exército brasileiro determinou um sigilo de 100 (cem) anos no processo administrativo de Eduardo Pazuello, que participou de ato político em conjunto com o presidente da república em 2021. Esta é uma questão de natureza constitucional, já que a CRFB veda qualquer participação de militares em manifestações político-partidárias nos termos do art. 142, V, “o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos”. Contudo, o procedimento administrativo foi concluído pelo arquivamento, sem qualquer sanção.

Quando um veículo da imprensa buscou acesso ao processo por meio do exército, teve seu requerimento negado sob a justificativa de que “o processo continha informações pessoais”, uma das hipóteses de exceção à Lei de Acesso à Informação, com isso garantindo um sigilo de 100 anos. Contudo, o artigo 31 da Lei no 12.527 trata de um acesso restrito

quando o processo envolver informações pessoais relativas à intimidade da pessoa, o que não é o caso concreto:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem.

Diferentemente do que ocorreu neste caso, em que é de relevante valor social que o conteúdo do processo administrativo seja de ampla divulgação, já que o militar estaria, no exercício da sua função, em ambiente público, participando de um ato partidário-político. O sigilo é destoante do princípio da publicidade, em que todos devem tomar ciência dos atos praticados para que possam exercer o controle social sob o poder público. Assim dispõe o art. 5º, LX, da CRFB: a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Destaca-se que o sigilo determinado pelo Exército Brasileiro destoaria do entendimento já firmado pela CGU em casos anteriores, que considera o sigilo somente na fase de apuração do fato, determinando a entrega dos documentos após a conclusão. “A CGU construiu entendimento, indicando que qualquer particular, independentemente de ser parte interessada ou não, tem o direito a ter vistas e receber cópias dos autos de processos administrativos disciplinares já encerrados”, diz parecer da CGU.

Segundo o Decreto no 4.346, para que o militar da ativa manifeste-se publicamente sobre assuntos políticos é necessário que haja autorização, sob pena de punição administrativa, por ser uma transgressão. Nos termos do art. 45, caput, “São proibidas quaisquer manifestações coletivas,

tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político”. Neste caso, o Executivo passou a pressionar pelo arquivamento do procedimento administrativo, o que realmente ocorreu, como dito em nota oficial: “o Exército informou que, após a apresentação da defesa de Pazuello, chegou-se à conclusão de que ele não teria cometido infração disciplinar.” Pelo exposto, o sigilo do processo administrativo deve ser revogado nos termos do art. 84, IV e VI CRFB e do art. 53 e seguintes da Lei nº 9784.

---

### **Prioridade 5 - Nota técnica no 1.556/2020 da CGU, de 03 de julho de 2020**

*Assunto: responsabilização disciplinar. Necessidade de interpretação do conteúdo de dispositivos referentes a deveres e proibições constantes na Lei no 8.112/1990 frente à evolução dos meios de comunicação. Violação de direitos fundamentais.*

Foi publicado, no dia 03 de julho de 2020, a nota técnica no 1.556/2020 da CGU, que atenta contra a liberdade de expressão dos servidores. A referida nota técnica considera “conduta passível de apuração disciplinar” qualquer “manifestação crítica de servidor ao órgão ao qual pertença”, com inclusão dos meios digitais, redes sociais e meios de comunicação privados, em uma clara afronta ao art. 5, IV e IX da Constituição da República Federativa do Brasil.

A nota menciona “orientações de conscientização” do modo de uso de redes sociais e “dever de cautela pelo trânsito de suas manifestações por meio de mídias sociais, sob pena de responsabilização”. Esse documento passa a ter

um caráter normativo quando é usado para referência no âmbito da administração pública federal, sendo que sua subsistência é nociva para o Estado Democrático de Direito e para o pleno exercício da função pública dos servidores.

Trata-se de uma nota técnica inconstitucional, pois são diversos pontos que vão de encontro à dispositivos da Constituição, como o direito fundamental de liberdade de expressão. Com isso, tolher o direito do servidor de criticar o órgão é atentar contra a própria função do órgão de promover a transparência da administração pública, abrindo margem para que servidores sofram perseguição política, além de atentar contra o controle social.

Por possuir um conteúdo abusivo, que busca impor uma censura prévia aos servidores, ao sugerir uma possível responsabilização disciplinar houve manifestação de repúdio tanto de organizações da sociedade civil como da legislativa, com o PDL no 352/2020, objetivando suspender a aplicação da NT. Por tais razões, é preciso que a NT no 1.556/2020 seja revogada, nos termos do art. 84, IV e V da CRFB e do art. 53 e seguintes da Lei no 9.784.

---

## **Prioridade 6 - Decreto no 9.759/2019, de 11 de abril de 2019**

*Assunto: extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.*

Foi publicado, no dia 11 de abril de 2019, o Decreto no 9.759, do poder Executivo, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública. Com a finalidade de esvaziar a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, ou seja, todos os conselhos, colegiados e grupos de trabalho que possuem participação da sociedade civil, constituídos por decretos ou portarias, poderiam ser extintos de modo genérico e sem escuta popular, exceção dada àqueles colegiados previstos em lei. Ademais, não houve um detalhamento de quais órgãos deixariam de existir, gerando uma grande insegurança jurídica.

Entre as pretensas justificativas estaria a racionalização da estrutura governamental e a economia de recursos, sendo que a participação da sociedade civil é mecanismo central da democracia, não podendo ser secundarizada.

Com esta medida, o Executivo fragiliza o Estado Democrático de Direito, protegido pela CF de 88, que pressupõe a participação popular. Em diversos momentos, a CRFB estimula a participação popular por meio dos conselhos, tornando a administração pública mais dinâmica e transparente. Exemplo interessante reside no art. 29, XII, que estabelece que as Associações devem contribuir para o Planejamento Municipal. Com o mesmo objetivo, o art. 204, II,

da CRFB, estabelece a participação da sociedade civil na Seguridade Social.

Deste modo, não se pode retroagir nas conquistas tuteladas pela Carta Cidadã, de viés democrático, que estimulou a participação da sociedade civil, sendo uma das formas de controle social sobre as ações governamentais, sendo os conselhos relevantes para a elaboração e fiscalização de políticas públicas.

O tema do decreto foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal no dia 12 de junho de 2019, que determinou, por maioria, a concessão de liminar para limitar (parcialmente) a aplicabilidade do ato normativo que extingue conselhos federais. Contudo, julgou que não existe impedimento para que o chefe do executivo determine a extinção dos colegiados criados por decreto ou outro ato normativo infralegal. Logo, é preciso que o Decreto no 9.759 seja revogado por violar os arts. 1o, parágrafo único, e 10, caput, da CRFB, nos termos do art. 84, IV e V CRFB, e art. 53 e seguintes da Lei no 9784.

---

## **Prioridade 7 - Ato do gabinete de segurança institucional (gsi)**

*Assunto: ato do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) que classificou como reservadas as visitas aos palácios da Alvorada e do Jaburu.*

Em fevereiro de 2019, o governo federal passou a restringir informações acerca das visitas ao Palácio da Alvorada e ao Palácio do Jaburu. Dessa forma, os registros a respeito dos visitantes passam a ser considerados sigilosos e só po-

derão se tornar públicos após cinco anos, com classificação de “reservados”. Essa medida foi em consequência do pedido feito por um grupo de deputados para que fossem divulgadas as datas das visitas do advogado Frederick Wassef.

O argumento do governo, por meio do ofício encaminhado à Câmara, é de que os registros das pessoas que entram nos palácios são lançados manualmente em livros, sendo o envio das informações digitalizadas um pedido desproporcional e com custo desnecessário para administração pública. Contrariamente, é possível consultar essa informação dos governos anteriores.

Vale ressaltar que a plena transparência das visitas não afeta a segurança do presidente ou de seu vice por residir na mera divulgação do nome dos visitantes e dos horários em que adentraram as residências oficiais. Não se exige que as informações sejam liberadas antes das visitas, apenas que os dados sejam imediatamente disponibilizados após a conclusão da visita.

É evidente que esse ato da GSI afronta o princípio da publicidade, que deve ser obedecido por toda administração pública, possibilitando o acesso dos cidadãos às informações necessárias para o exercício do controle social. Dispõe o art. 37, caput, da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade [...]”.

O ato ainda viola a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe, no art. 23:

São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

VII – pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares (grifou-se).

No caso em tela inexistiu risco à segurança de instituições ou altas autoridades, sendo os dados de visita um importante elemento para que a sociedade civil possa conhecer as autoridades e pessoas que frequentam os prédios públicos. Registra-se que o tema é objeto do PDL 605/2019, em tramitação.

Logo, o ato do GSI afronta o art. 37, caput, da CRFB e, por isso, deve ser revogado nos termos do art. 84, IV e VI da CRFB e do art. 53 e seguintes da Lei no 9.784.

---

## **Prioridade 8 - Decisão do exército brasileiro sobre processo administrativo**

*Assunto: sigilo determinado pelo exército brasileiro em processo administrativo.*

Como se tornou público, o Exército Brasileiro determinou um sigilo de 100 (cem) anos no processo administrativo de Eduardo Pazuello, que participou de ato político em conjunto com o Presidente da República em 2021. Esta é uma questão de natureza constitucional, já que a CRFB veda qualquer participação de militares em manifestações político-partidárias, nos termos do art. 142, V, “o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos”. Contudo, o procedimento administrativo foi concluído pelo arquivamento, sem qualquer sanção.

Quando um veículo da imprensa buscou acesso ao processo através do Exército, teve seu requerimento negado,

sob a justificativa “que o processo continha informações pessoais”, uma das hipóteses de exceção à Lei de Acesso à Informação e, com isso, garantindo um sigilo de 100 anos. Contudo, o artigo 31 da Lei no 12.527 trata de um acesso restrito quando envolver informações pessoais relativas à intimidade da pessoa, o que não é o caso concreto:

***Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.***

§ 1º As informações pessoais a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem.

Diferentemente do que ocorreu neste caso, em que é de relevante valor social que o conteúdo do processo administrativo seja de ampla divulgação, já que o militar estaria, no exercício da sua função, em ambiente público, participando de um ato partidário-político. O sigilo é destoante com o princípio da publicidade, em que todos devem tomar ciência dos atos praticados para que possam exercer o controle social sobre o poder público. Assim dispõe o art. 5º, LX, da CRFB: a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Destaca-se que o sigilo determinado pelo Exército Brasileiro destoa do entendimento já firmado da CGU em casos anteriores, que considera o sigilo somente na fase de apuração do fato, determinando a entrega dos documentos após a conclusão. “A CGU construiu entendimento, indicando que qualquer particular, independentemente de ser par-

te interessada ou não, tem o direito a ter vistas e receber cópias dos autos de processos administrativos disciplinares já encerrados”, diz parecer da CGU.

Segundo o Decreto no 4.346, para que o militar da ativa manifeste-se publicamente sobre assuntos políticos é necessário que haja autorização, sob pena de punição administrativa, por ser uma transgressão. Nos termos do art. 45, caput, “São proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político”. Neste caso, o Executivo passou a pressionar pelo arquivamento do procedimento administrativo, o que realmente ocorreu, como dito em nota oficial: “o Exército informou que, após a apresentação da defesa de Pazuello, chegou-se à conclusão de que ele não teria cometido infração disciplinar.” Pelo exposto, o sigilo do processo administrativo deve ser revogado nos termos do art. 84, IV e VI CRFB e do art. 53 e seguintes da Lei no 9.784.

---

## CONCLUSÃO

Os atos normativos aqui sistematizados representam um resumo dos ataques do governo Bolsonaro às políticas públicas de enfrentamento da corrupção. A formulação de uma estratégia de combate à corrupção passa pela estruturação de mecanismos de transparência, participação social e autonomia dos órgãos de controle. Durante este governo, estes três pilares foram desestruturados.

O desmonte identificado neste setor investigado – que não está dissociado dos demais setores abordados neste brilhante projeto encampado pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco – evidenciam os desafios do futuro governo. Será preciso revogar atos normativos apontados neste estudo, mas também atuar de forma positiva, constituindo novos marcos legais para fazer frente às novas formas de corrupção desenvolvidas no governo Bolsonaro, tais como o “orçamento secreto”.

É preciso conciliar as alterações normativas com uma significativa mudança da “prática administrativa”, em especial no que toca à transparência e participação social. A ocultação de informações de natureza pública, que se tornou habitual nesse governo, deve voltar a ser uma raríssima exceção. Um exemplo relevante é a flexibilização do registro e publicidade das pessoas que acessaram os Palácios do Planalto e Jaburu, que ocorreu no período, por motivações meramente pessoais.

Precisamos reconstruir o Brasil. O combate à corrupção não deve criminalizar a política, esfacelar o setor produtivo, acabar com postos de trabalho e violar o devido processo

legal, como presenciamos no período da Operação Lava a Jato. Para essa tarefa, não precisamos de um juiz suspeito e parcial, em busca de holofotes para autopromoção, eis que não se combate a corrupção violando a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito.

Democracia plena demanda transparência e participação popular. Temos, a favor do projeto de país que vislumbramos, uma gama de ideias e projetos a todo vapor e, para tanto, é necessário considerar a produção acadêmica e científica e conciliá-las com as mais inovadoras e participativas técnicas de gestão pública. Das diversas frentes a serem enfrentadas, o primeiro passo que propomos é fazer refletir, no arcabouço normativo nacional, o caminho a ser trilhado ao longo dos próximos anos.



por Leonor Soares

# COMUNICAÇÃO

## Introdução

**D**ez anos após a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), convocada durante o segundo governo do ex-presidente Lula como resultado da ampla pressão e mobilização dos movimentos que atuam na pauta da democratização da comunicação, os desafios sobre os quais temos que refletir são os retrocessos impostos por um governo que tenta sufocar os instrumentos que aprofundam a democracia. O ano era 2009, um período fértil de conferências também nas outras áreas setoriais e, durante os meses até dezembro, entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, movimento estudantil, associações de artistas e produtores culturais, entidades acadêmicas e científicas e os mais variados segmentos que protagonizaram as lutas no

pós-redemocratização debateram à exaustão os caminhos que garantiriam um sistema de comunicação mais democrático, independente, que respeitasse a diversidade e sem concentração nas mãos de poucos grupos. A busca era por um modelo de comunicação que minimamente respeitasse o que está preconizado na Constituição Federal.

Com o objetivo de fomentar o debate para incluir questões na agenda política e servir de orientação para as ações do governo, a Confecom reuniu não só a sociedade civil organizada, como também o setor empresarial e o poder público. Em todas as regiões brasileiras foram realizados seminários, reuniões e as etapas municipais e estaduais, mobilizando uma gama diversa de atores que compreendiam a necessidade urgente de um outro modelo de mídia e de informação.

Um ano antes da Conferência, uma das conquistas mais importantes do movimento de comunicação foi a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), instituída pela Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008. Formada por veículos como TV Brasil, Agência Brasil, Rádio Nacional e Rádio MEC e responsável pela transmissão da Voz do Brasil, a empresa pública conta hoje com cerca de 2 mil trabalhadores, entre jornalistas, radialistas e setor administrativo. A EBC, única empresa pública de comunicação em nível federal do país, por meio da Radioagência, disponibiliza gratuitamente conteúdos radiofônicos produzidos para mais de 4.500 emissoras de rádio em todo o país, alcançando milhões de ouvintes. A abrangência de seu trabalho certamente é capaz de tirar o sono de uma gestão que quer o mínimo de transparência, educação e formação da opinião pública.

Mais de uma década depois da Confecom, o ano é 2019 e quem assume a Presidência da República é Jair Messias Bolsonaro. Eleito em uma campanha impulsionada pela disse-

minação de desinformação, com base no ódio e em mentiras, o governo em curso, desde o início, se mostrou disposto a desmontar todos os avanços e direitos advindos da luta do povo organizado, sobretudo os dos governos Lula e Dilma.

A mesma experiência de comunicação pública, conquista histórica dos movimentos sociais já citada neste texto, está sob ameaça, assim como toda e qualquer outra experiência que tenha o aprofundamento da democracia como meta. A máxima funciona assim: de um lado, destrói direitos; e de outro tenta sufocar quem discorda do projeto em andamento.

Não à toa, é assustador o crescimento dos ataques a profissionais de imprensa no atual governo. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), somente em 2021 foram registrados 453 ataques contra comunicadores e meios de comunicação. Em 69% dos casos, a agressão foi provocada por agentes estatais. O presidente, sozinho, atacou a imprensa 89 vezes no último ano, ou seja, representa 19,64% do total de ataques. Somando isso aos ataques de seus ministros, assessores e filhos com mandatos eletivos, chega-se a 55% das agressões totais. Quando apoiadores e manifestantes em eventos favoráveis ao presidente são incluídos na soma, o número chega a 271, 60% dos registros totais.

Assim como em todas as áreas, na comunicação o cenário é de terra arrasada. Nenhum avanço e muita destruição e sufocamento do que havíamos conquistado no pós-ditadura e elaboração da Constituição Federal. As normas elencadas a seguir são algumas das expressões de como o atual governo trata a comunicação pública e cerceia o acesso do povo à informação de qualidade e os mecanismos de garantia da democracia. Infelizmente, aqui não estão todos os problemas do setor nesses quase quatro anos de governo, já que muitos dos ataques do presidente vieram em forma de ameaças em

seus discursos, mas em matéria legislativa, o que é ainda mais preocupante. Contudo, são suficientemente graves e apontam o risco de um projeto cada vez mais autoritário. Ainda há tempo de derrotá-lo!

---

## **Prioridade 1 - Decreto nº 10.669, de 8 de abril de 2021**

*Ementa: dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação S. A. no Programa Nacional de Desestatização e altera o Decreto no 10.354, de 20 de maio de 2020.*

O referido Decreto, publicado pelo presidente da república em 8 de abril de 2021, além de incluir a EBC no Programa Nacional de Desestatização, também altera o Decreto no 10.354, de 20 de maio de 2020, mencionado no item anterior desta pesquisa. Esta alteração determina que compete ao Comitê Interministerial (Decreto no 10.354) acompanhar e opinar sobre pareceres e estudos necessários ao processo de desestatização da EBC até a sua conclusão. Acelerando, com isso, o seu processo de privatização, inclusive no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O Decreto no 10.669 aprofunda, portanto, a tentativa do Decreto no 10.354 de iniciar o processo de privatização da única empresa pública de comunicação federal no Brasil, criada pela Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008.

A norma em questão, mais uma em consonância com a intenção do governo Bolsonaro de destruir a comunicação pública, contraria diretamente a legislação específica sobre o assunto e desvirtua o princípio constitucional de comple-

mentaridade dos sistemas privado, público e estatal, inscrito no art. 223 da Constituição Federal, uma vez que seu objetivo é desestatizar uma empresa que atua no sistema público de comunicação.

Da mesma forma que o Decreto no 10.354, este Decreto no 10.669 fere a competência do Congresso Nacional de exercer seu papel de legislar sobre matérias dessa natureza, considerando que a EBC foi criada por lei específica. Trata-se, portanto, de uma escancarada afronta ao poder regulamentar e aos limites de delegação legislativa.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 10.669 precisa ser revogado.

---

## **Prioridade 2 - Portaria nº 216, de 9 de abril de 2019**

*Ementa: estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil – NBR será apresentada em um só canal.*

No dia 9 de abril de 2019, o então diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Alexandre Henrique Graziani Jr., publicou a Portaria no 216, que formaliza a unificação da TV Brasil, principal canal público de televisão do país, com a emissora estatal NBR. Tal iniciativa é parte do projeto insistente do Poder Executivo em desmontar a comunicação pública no Brasil, materializada na Lei no 11.652, de 2018, que criou a EBC, uma conquista da luta dos movimentos sociais que atuam no campo da comunicação.

A TV Brasil tem como característica fundante promover informação de interesse público e de qualidade por meio do

seu jornalismo independente e do seu núcleo de programação cultural com base no que versa a Constituição Federal em seus artigos que tratam do direito à comunicação – artigos 220 a 224. Já a TV NBR, que também integra a estrutura da EBC, tem como objetivo levar à sociedade informações relacionadas às iniciativas do Poder Executivo, em especial da Presidência da República. Uma vez unificadas, as referidas emissoras de TV perdem sua função primordial, sobretudo a TV Brasil, cujo caráter principal é produzir conteúdo de forma independente do governo federal, por não se tratar de uma emissora estatal, mas sim pública. A constituição das duas emissoras foi uma vitória histórica do movimento de comunicação, que defendia uma solução que garantisse a divulgação de atos do governo, de um lado; e um serviço de comunicação voltado para o público que o sustenta, de outro.

Em Projeto de Decreto Legislativo (PDL no 111/2019) a deputada Luiza Erundina (Psol-SP), a então deputada Margarida Salomão (PT-MG) e o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) apontam que a referida Portaria representa um nítido desrespeito à Constituição Federal, violando o princípio da complementariedade, bem como à Lei que cria a Empresa Brasil de Comunicação. Os referidos autores lembram que a criação da EBC representa uma alternativa aos veículos de imprensa tradicionais, com interesses puramente mercadológicos.

Por esses motivos aqui expostos, a Portaria 216 precisa ser revogada.

---

### **Prioridade 3 - Decreto nº10.674, de 13 de abril de 2021**

*Ementa: dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Programa Nacional de Desestatização.*

Depois de enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei no 592/2021, o Poder Executivo assinou, em 13 de abril de 2021, o Decreto no 10.674, que inclui a ECT no Programa Nacional de Desestatização com o intuito de privatizar a referida empresa que opera o serviço postal no país desde 20 de março de 1969. As duas medidas foram criadas em meio à pandemia de covid-19, momento em que o governo Bolsonaro menos se preocupou com a saúde da população e em resolver uma das piores crises sanitárias enfrentadas pelas gerações vivas. O esforço maior do Palácio do Planalto continuava sendo agir conforme os interesses do mercado e de seus aliados do chamado “centrão”.

O PL, atualmente parado no Senado Federal – apesar do empenho da base aliada para que fosse aprovado com celeridade – trata da quebra de monopólio dos Correios, da modelagem de privatização da empresa e da regulamentação do Sistema Nacional de Serviços Postais. Já o Decreto no 10.674 versa sobre um plano que prevê várias etapas para o repasse dos diversos serviços oferecidos pela estatal à iniciativa privada. No entanto, as duas têm como ponto final a venda da empresa, que hoje emprega mais de 100 mil funcionários.

Em Projeto de Decreto Legislativo (PDL no 163/2021), os deputados Bohn Gass (PT-RS), Leonardo Monteiro (PT-MG) e

Zé Neto (PT-BA) afirmam que a inclusão da ECT no PND por meio de decreto viola frontalmente a Constituição Federal. Além disso, o Decreto é contrário ao interesse público e impacta negativamente a vida da população, bem como gera prejuízos gravíssimos aos trabalhadores da empresa.

Argumentam, ainda, que a tentativa do governo de promover a quebra do monopólio desse serviço inviabiliza a manutenção da ECT em termos financeiros, pois torna a estatal dependente dos recursos do Tesouro Nacional. Isso porque a atuação de empresas privadas na distribuição de correspondências ocorreria apenas nas regiões mais ricas, que são mais lucrativas, enquanto as outras regiões continuariam tendo que ser atendidas pela ECT em meio ao seu desmonte.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 10.674 precisa ser revogado.

---

### **Prioridade 4 - Decreto no 10.354, de 20 de maio de 2020**

*Ementa: dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasil de Comunicação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.*

Editado pelo presidente da república no dia 20 de maio de 2020, o Decreto no 10.354 inseriu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. Tal norma é o pontapé dado pelo governo federal em sua tentativa de privatizar a EBC e desmontar a comunicação pública no Brasil.

Matéria veiculada pela Agência Brasil (veículo que integra a estrutura da EBC) em maio de 2020 informa que o governo Bolsonaro iniciou os estudos para parcerias e privatizações da empresa pública ao incluí-la no PPI estruturado pela Presidência da República. “O objetivo da medida é possibilitar a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parcerias da EBC com a iniciativa privada, além de propor ganhos de eficiência e resultados para a empresa, para “garantir a sua sustentabilidade econômico-financeira”, diz a matéria.

Ocorre que uma empresa pública criada por lei (Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008) não poderia ser privatizada por um ato infralegal do presidente da república, sendo necessário um mesmo instrumento para dissolver a empresa em questão. Por esse motivo, as críticas e questionamentos que surgiram à época ressaltavam que se a extinção de ministérios e órgãos da administração pública dependesse de lei de iniciativa do presidente da república e deliberação do Congresso Nacional, o mesmo juízo deveria se aplicar às empresas públicas e sociedades de economia mista com instituição anteriormente garantida por lei específica.

Com isso, ao incluir a EBC no âmbito do PPI, abrindo espaço para o seu processo de privatização, o presidente da república infringiu a competência do Congresso Nacional para deliberar a respeito e, com isso, extrapolou os limites do poder regulamentar.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 10.354 precisa ser revogado.

---

## **Prioridade 5 - Decreto no 10.066, de 15 de outubro de 2019**

*Ementa: dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.*

No dia 16 de outubro de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto no 10.066, assinado pela Presidente da República, que inclui a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) para possibilitar a realização de parceria com a iniciativa privada. Criado ainda no governo de Michel Temer pela Lei no 13.334, em 2016, à época do Decreto no 10.966 o PPI contava com 17 empresas estatais anunciadas pelo governo federal, sendo elas: Correios, Codesp, Casa da Moeda, Eletrobras, CBTU, Serpro, Dataprev, Emgea, Lotex, ABGF, Ceagesp, Ceasaminas, Ceitec, Cia Docas de São Sebastião, Codesa, Telebras e Trensurb.

Da mesma forma que o Decreto analisado no item anterior desta pesquisa, o Decreto o 10.066 se utiliza do mesmo argumento de que a estatal gera prejuízos, o que é uma inverdade. Em 2019, as demonstrações financeiras divulgadas pela empresa no primeiro trimestre referente ao ano anterior comprovam que os Correios geraram lucro líquido de R\$ 667,3 milhões e de R\$ 161 milhões em 2017 e 2018, respectivamente, isso já descontados os repasses feitos da empresa ao governo federal.

Além de prejudicar o serviço público de correio em todo o

país, a privatização dos Correios afetará fortemente a vida não só das trabalhadoras e trabalhadores da empresa, como também de parcela da população brasileira que tem menos acesso a serviços públicos por estar em regiões distantes dos centros urbanos.

Em Projeto de Decreto Legislativo apresentado em outubro de 2019, a bancada do Psol na Câmara destaca que o Decreto no 10.066 extrapola o poder regulamentar atribuído ao Executivo, “em especial a ideia de Estado Social, corolário da Constituição Federal de 1988, e os objetivos fundamentais da República, fundamentados na construção de uma sociedade justa, livre, solidária e no desenvolvimento nacional (art. 3º, inciso I e II).”

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 10.066 precisa ser revogado.

---

## **Prioridade 6 - Decreto no 9.690, de 23 de janeiro de 2019**

*Ementa: altera o Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação.*

O governo de Jair Bolsonaro, logo no início de seu mandato, ainda em janeiro de 2019, publicou o Decreto no 9.690, de 23 de janeiro de 2019, restringindo o acesso às informações públicas e comprometendo a eficácia da Lei que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI, Lei no 12.527/2011).

É notória a intenção do Poder Executivo, a partir do referido Decreto, de restringir a transparência da LAI, uma vez que um de seus dispositivos permite que servidores comis-

sionados, ou seja, sem vínculo com o órgão, classifiquem as informações públicas como ultrassecretas ou secretas, impedindo o público de acessá-las. Vale destacar que antes do dispositivo, apenas o presidente da República, o ministro da Defesa, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas poderiam fazer tal classificação.

Outra alteração promovida pelo Decreto no 9.690 permite que as autoridades possam delegar a dirigentes máximos de autarquias, de fundações, de empresas públicas e de sociedades de economia mista fazerem essa classificação dos documentos da esfera federal. Tal mudança é mais um mecanismo do governo para restringir o acesso pleno às informações de interesse público, bem como o princípio da transparência, pilar fundamental de uma sociedade democrática.

Não há qualquer dúvida de que quanto mais autoridades públicas e servidores detenham a possibilidade de restringir o alcance da LAI, com o poder de definir quais informações são ultrassecretas ou secretas, maiores são as chances de veículos e profissionais de imprensa terem cerceado seu direito de garantir informação de qualidade à sociedade, incluindo os atos do próprio governo federal. Trata-se, portanto, de um Decreto pautado pelo autoritarismo característico do governo em curso, que tem saudade da ditadura e coloca em risco a democracia, a comunicação e o interesse público.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 9.690 precisa ser revogado.

---

## **Prioridade 7 - Decreto no 9.756, de 11 de abril de 2019**

*Ementa: institui o portal único “gov.br” e dispõe sobre as regras de unificação dos canais digitais do governo federal.*

O Decreto no 9.756/19, de autoria do presidente da República, determina a centralização de todos os canais digitais da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo federal no domínio “gov.br”. Dessa forma, a norma proíbe órgãos, autarquias e fundações vinculadas à União de registrar novos domínios “gov.br” e seus respectivos aplicativos móveis em lojas virtuais, como a Google Play e a App Store, “sem autorização prévia e análise de conformidade”, de acordo com disciplinamento a ser estabelecido em ato do Ministério da Economia.

Tal decreto é mais uma iniciativa autoritária do governo de cercear a produção de informação para a sociedade, bem como um desrespeito sem precedentes à autonomia das instituições públicas federais que prestam serviço à população. O argumento do Executivo, no entanto, é que a medida possibilitará a redução de custos na área de comunicação social do governo. No entanto, é notória a tentativa de coibir a oferta de informações por parte dos órgãos da União e a consequente prestação de contas à sociedade.

Tal norma impede, por exemplo, que agências reguladoras, como a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação), possam oferecer serviços de registro de reclamações por parte do consumidor sem antes submeter o aplicativo

à análise prévia do Poder Executivo.

O mesmo engessamento prejudica sobremaneira a autonomia das universidades federais brasileiras, cuja característica pressupõe o exercício de gestão própria. De acordo com o referido decreto, essas instituições de ensino precisam submeter à avaliação prévia a realização de ações meramente administrativas, como o gerenciamento dos seus portais na internet ou o lançamento de aplicativos móveis de interesse da comunidade acadêmica e da população em geral. Um flagrante ataque não só à autonomia universitária, mas também à liberdade de pesquisa científica, tudo que o governo Bolsonaro vem fazendo desde o início de sua gestão.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 9.756 precisa ser revogado.

---

## **Prioridade 8 - Decreto no 10.578, de 15 de dezembro de 2020**

*Ementa: dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S. A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.*

Em 15 de dezembro de 2020, o Poder Executivo assinou o referido Decreto que, ao acabar com uma estrutura como o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A – a CEITEC, basicamente entrega a ciência e a tecnologia a setores do mercado sem qualquer compromisso com o interesse público.

A extinção do Centro é um grave risco à economia nacio-

nal, já que a empresa é considerada estratégica para o desenvolvimento tecnológico brasileiro e essencial para a soberania nacional nesta temática, pois é a única que atua na fabricação de circuitos integrados (chips) e condutores na América Latina. Dessa forma, a norma também coloca em risco a soberania nacional, uma vez que a produção científica passa a sofrer restrições, sobretudo em um período marcado pela maior crise sanitária da história recente.

Conforme explica matéria veiculada pelo portal Metrôpoles, à época da norma definida pelo governo Bolsonaro, “o Ceitec foi criado em 2008 com o objetivo de desenvolver soluções científicas e tecnológicas que contribuam para o progresso e o bem-estar da sociedade brasileira. Além disso, a empresa desenvolve outras atividades sem cunho comercial, como a formação de recursos humanos e realização de pesquisa tecnológica e de inovação nestas áreas correlatas”. Dessa forma, o argumento do Executivo, ao definir sua extinção, de que a instituição pública não traz retorno financeiro não é uma verdade, uma vez que a Ceitec desenvolve também atividades não comerciais e possui parcerias com universidades e centros tecnológicos.

É fundamental ressaltar, ainda, que o Centro surge no Brasil como a única empresa na América Latina a atuar no projeto e fabricação de chips e com o propósito de alavancar a cadeia produtiva de eletrônica do país. Em sua área de atuação – semicondutores – ainda é considerada uma empresa muito jovem (10 anos), com potencial de produção ainda em crescimento.

Por esses motivos aqui expostos, o Decreto no 10.578 precisa ser revogado.



por Fernando Silva

# CRIANÇA E ADOLESCENTE

## Introdução

Uma declaração pública do então candidato presidencial Jair Bolsonaro demonstrou seu desprezo pelos direitos de milhões de crianças e adolescentes quando afirmou que o Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser “rasgado e jogado na latrina”. Na condição de presidente, defendeu o trabalho infantil, uma afronta à Constituição Federal (art. 7º/XXXIII), que proíbe “qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Também defende a redução da maioria penal, tema do art. 228, que estabelece que “são

penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL, 1988). Por decreto, introduziu modificações no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) ao reduzir a composição do principal órgão nacional responsável pela elaboração, deliberação e controle das políticas e planos relativos à Proteção Integral dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, entre outras alterações. O desprezo pelo conjunto dos Direitos Humanos é constantemente reafirmado quando o atual presidente diz que o direito à liberdade é mais importante do que o direito à vida.

A ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresentou uma explicação absurda e descabida ao declarar que o abuso sofrido pelas meninas da Ilha de Marajó, no Pará, decorre da falta de calcinhas. Agiu para impedir aborto de criança de 10 anos e reduziu as diversidades que marcam as crianças e adolescentes à frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa.”

Destarte, a Fundação Lauro Campo e Marielle Franco do Psol tomou relevante iniciativa de apresentar ao candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, um levantamento de normativas jurídicas editadas desde o Golpe de 2016 e, sobretudo, durante o governo de Bolsonaro. O que se apresenta nesse curto estudo é um conjunto de decretos, portarias, instruções normativas, bem como planos e manuais nacionais. São apresentadas quatro recomendações: (i) normativas, com breve exposição de motivos que justificam a total revogação; (ii) outras que necessitam de aperfeiçoamento, a edição de uma nova norma e sua consequente revogação. Portanto, não é simplesmente anular, mas sim editar uma outra; (iii) planos e um manual de abrangência nacional, sem normativas jurídicas que os instituíram. (iv) e uma bre-

ve agenda a ser priorizada pelo provável Governo Lula e sua bancada no Congresso Nacional no quadriênio 2023-2026.

As indicações estão ancoradas em três (03) dimensões recorrentes nos documentos analisados. O primeiro é a desconsideração, o desprezo pelos órgãos de participação democrática e popular na formulação, deliberação e controle das políticas públicas, sobretudo ao Conanda e aos conselhos nacionais de Assistência Social (CNAS), Saúde (CNS), Educação (CNE) e o da Mulher. Os conselhos não tiveram participação efetiva e/ou nenhuma centralidade nas normativas jurídicas analisadas e nem nos dois (02) planos e manual. Segundo a desresponsabilização das competências do Governo Federal em financiar Estados, Distrito Federal e Municípios para executarem as políticas sociais de educação, saúde, assistência social, qualificação para o trabalho e geração de emprego e renda para pais, mães e responsáveis por crianças e adolescentes. O terceiro aspecto, a lógica do familismo para as políticas sociais, que implica na desresponsabilização do Governo Federal na resolutividade das mais distintas formas de violências e violações de direitos.

A análise se concentra nos atos presidenciais e os do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que foi possível produzir a partir de indicações de militantes e organizações da sociedade civil que atuam na área das políticas sociais direcionados à Proteção Integral dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes e em pesquisas virtuais.

É extremamente recomendável que ocorram debates com a representação da Sociedade Civil no Conanda, fóruns nacionais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional – DCA) e o de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e

a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), sem prejuízo de incorporar outros conselhos nacionais e organizações.

Que os debates ratifiquem ou retifiquem a ordem da revogação apresentada, assim como apreciem as recomendações quanto ao aperfeiçoamento de atos normativos e de outros documentos que precisam de leituras críticas e debates e posicionamento final.

*Indicativos de normativas para revogação: a seguir são apresentadas as normas jurídicas, sua existência formal, ano e órgão responsável e uma síntese que complementa e justifica a plena revogação.*

---

### **Portaria No 1.643, de 19 de junho de 2020. Institui o Observatório Nacional da Família. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.**

*A existência do observatório não estabelece relação com os conselhos nacionais, o art. 5º/VI afirma que um dos eixos temáticos do observatório é condicionado ao casamento e conjugalidade e reforça o familismo, ignorando as corresponsabilidades das políticas sociais e econômicas com os direitos humanos.*

**P**ortaria No 2.904, de 13 de novembro de 2020. Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

No parágrafo único do art. 1º define que o “equilíbrio trabalho-família a situação na qual é possível ao indivíduo

realizar as expectativas relacionadas tanto ao seu papel de profissional quanto de membro participativo de uma família, sendo essas expectativas negociadas e compartilhadas com seus parceiros nos domínios do trabalho e da família.” O referido Programa prevê ações de educação de equilíbrio trabalho-família, Selo Empresa Amiga da Família e o Prêmio Melhores Práticas em equilíbrio trabalho-família, cabendo à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos publicar a relação das premiadas.

---

### **Portaria No 869, de 22 de março de 2021.**

*Institui o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Jovens Indígenas em Situação de Vulnerabilidade no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

O art. 3o, ao definir a composição do Grupo Trabalho, deixa de fora os ministérios da Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça, o Conanda e a Funai, sendo integrado somente por Criança e Adolescente, Juventude, Mulheres, Família, Proteção Global, Igualdade Racial e Pessoas com Deficiência. Para justificar a ampla revogação da Portaria, recorre-se também ao Projeto de Decreto Legislativo de No 151/2021 de autoria do Senador Paulo Rocha (PT/PA), que conclui: em resumo, como vimos, flagrantemente ilegal e exorbitante do poder regulamentar, pois, a um só tempo: 1) afronta prescrições diretas da Convenção Internacional no 169 da OIT relativamente à participação dos povos indígenas em processos, políticas públicas e decisões de seu interesse; e 2) exclui os povos indígenas de representação no Grupo de Trabalho por ela instituído (BRASIL, 2021, p. 7).

---

### **Portaria No 795, de 04 de abril de 2022.**

*Estabelece critérios de prioridade para o investimento de recursos discricionários do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos nas ações de cofinanciamento dos programas de atendimento socioeducativo quanto à implementação, à ampliação, à construção, à reforma e à equipagem de unidades de atendimento socioeducativo. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

A portaria é tão genérica que se reduz a dois artigos, sendo o 2o que é de praxe: entra em vigor na data da sua publicação. E o conteúdo do art. 1o é desnecessário, uma vez que existem diversas normativas nacionais: as Resoluções N o 46/1996 (Internação), 47/1996 (Semiliberdade), 119/206 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase) e 160/2013 (Plano Nacional do Atendimento Socioeducativo) todas do Conanda e a Lei Federal No 12.594/2012 (Sinase). Não menciona as competências do Conanda quanto ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

---

### **Decreto No 10.570, de 09 de dezembro de 2021.**

*Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Intersetorial. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

O art. 6o – Parágrafo único fixa que o Plano de Ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos

Familiars será aprovado pelo Comitê Intersetorial, que é composto somente por ministérios (art. 7º o), ignorando as competências deliberativas dos conselhos nacionais. Não indica possibilidade de orçamento. A vigência do Plano de Ações (art. 11/§ 4º) é de dois (02) anos, a mesma do Comitê (art. 11/§ 1º), com a ressalva que poderá ser prorrogado uma única vez em ato do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

---

### **Decreto No 10.701, de 17 de maio de 2021.**

*Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

O Conanda é mencionado como integrante da Comissão Intersetorial para “criar, monitorar e avaliar” e para “formular propostas de ações e de políticas públicas” para o citado Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes” (art. 8º/I-IV). Salvo outra análise, a competência deliberativa do Conanda é ignorada no decreto. Aponta que os recursos financeiros são da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 5º), caso raro dos decretos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O plano foi elaborado, porém não foi apreciado e deliberado no âmbito do Conanda, não havendo resolução que atribua validade jurídica ao documento.

*Normativas que necessitam de aperfeiçoamento: A primeira é a principal normativa que deve ser analisada e editada, uma outra é aquela que refere ao Conanda.*

---

### **Decreto No 10.003/2019, de 04 de setembro de 2019.**

*Alterou o Decreto No 9.579, de 22 de novembro de 2018 para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Presidente da República Jair Bolsonaro.*

A título de contribuição para a elaboração, edição e publicação de um novo decreto presidencial é fundamental restabelecer a composição de 14 representações de organizações da sociedade civil e igual número do Governo Federal, abolir voto de minerva do Presidente, calendário de reuniões mensais, presenciais, com o governo federal assumindo os custos financeiros com passagens aéreas e diárias no valor compatível com as despesas com alimentação, hospedagem e traslados internos em Brasília e nas cidades de origem dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil.

---

## **Decreto No 9.603/2018.**

*Regulamenta a Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Presidente da República Michel Temer.*

**P**ara o processo de revisão, dois artigos merecem atenção sem prejuízo de outros a serem melhor apreciados: (1) o art. 19, ao definir a Rede de Proteção, deixa de fora, por exemplo, o Conselho Tutelar; (b) o mesmo artigo estende a escuta especializada à segurança pública, atribuição não prevista na Lei no 13.431/2017. Nessa, especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (art. 8º). O entendimento é de que o decreto extrapola o que a Lei fixa.

---

## **Decreto No 9.579, de 22 de novembro de 2018.**

*Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Presidente da República Michel Temer.*

O decreto em foco dispõe sobre diversos pontos: Direito à Alimentação, focalizando na comercialização de alimentos para lactantes e crianças na primeira infância; comércio e publicidade de alimentos para o público citado; rotulagem de alimentos para mesmos segmentos etc.; Direito à Publicidade Adequada, Direito à Segurança, contemplando redução da violência contra criança e adolescente, Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes; Direito ao Transporte; Direito à Profissionalização, Atribuições do e Composição do Conanda; Organização e funcionamento do Conanda; Programa Criança Feliz; PPCAAM.

O decreto é amplo e diversificado, exigindo uma análise detalhada para, provavelmente, ser desmembrado em outros com melhor foco, cabe lembrar que ele foi alterado mais de uma vez (vide o primeiro decreto do bloco de aperfeiçoamento) e pelo:

---

## **Decreto No 11.074, de 18 de maio de 2022.**

*Altera o Decreto no 9.579, de 22 de novembro de 2018 para instituir o Programa de Proteção Integral da Criança e do Adolescente – Protege Brasil e o seu Comitê Gestor. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

É um decreto que deve ser melhor estudado por estar com o Decreto no 9.579, de 22 de novembro de 2018, anteriormente indicado.

Quanto ao Programa Criança Feliz, é pertinente atentar para os decretos na sequência apresentados e comentados.

---

## **Decreto No 9.855, de 25 de junho de 2019.**

*Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz. Presidência da República.*

**N**ão contempla nenhum conselho nacional na composição do Comitê e revoga o art. 102 do Decreto No 9.579, de 22 de novembro de 2018, já comentado.

---

## **Decreto No 10.754, de 23 de julho de 2021.**

*Altera o Decreto No 9.855, de 25 de junho de 2019. Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz.*

**A**ltera a composição do Comitê e informa que “A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz será exercida pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania” (art. 5o).

---

*Planos e manuais nacionais sem normativas jurídicas: os documentos a seguir indicados precisam de leituras críticas e debates nos conselhos nacionais e de outros segmentos mencionados no início deste texto.*

---

---

## **Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez na Adolescência.**

*Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

**U**ma leitura do Plano evidencia o desprezo pelos órgãos Conanda, CNAS, CNE, CNS e Conselho Nacional da Mulher, que não são citados nenhuma vez, demonstrando que não devem ter tido participação na elaboração nem aprovação de nenhum dos referidos colegiados; a maior parte dos prazos são de 12 meses nos cinco eixos previstos: Eixo estratégico I – Promoção e democratização de conhecimento; Eixo estratégico II. Formação de atores; Eixo estratégico III – Sensibilização e mobilização; Eixo estratégico IV – Aprimoramento dos serviços e políticas; Eixo estratégico V – Participação da família.

A atenção, prevenção e cuidados com a gravidez na adolescência não se realizam no curtíssimo prazo. Importa assinalar que tal plano compõe o núcleo ideológico do Governo Federal que defende a abstinência sexual como estratégia para prevenção da gravidez na adolescência em diálogo com a campanha “Tudo tem seu tempo”, lançada em fevereiro/2020. Sugere-se que o Plano seja desconsiderado no próximo governo ou criticado para um posicionamento amplo e fundamentado.

---

## **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes (2022).**

*Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Ministério do Turismo, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.*

Chama atenção que um Plano dessa importância não tenha tido a participação dos Conselhos Nacionais de Assistência Social, Educação, Saúde, Mulher e dos Direitos da Criança e do Adolescente. A afirmação é referenciada na Ficha Técnica do documento e de sua leitura. Contudo, registra-se a ampla relação de profissionais especialistas, técnicos, pesquisadores e gestores que participaram das oficinas temáticas e/ou contribuíram de alguma forma para a formatação do Plano.

Assinala-se uma posição de revisão do Plano para que reveja o marco temporal para que não seja limitado a um quadriênio (2022-2025) e sim a uma década, tornando-se um Plano de Estado. Sobre os prazos, importa apontar que o Plano não traz detalhamento nos eixos de ação. Que os eixos contemplem conteúdo e linguagem adequados ao orçamento público, especialmente, ao Plano Plurianual (PPA) que, por determinação do art. 165/§1º deve ter diretrizes, objetivos e metas para a administração pública federal (BRASIL, 1988). Acrescenta-se que o mencionado Plano Nacional foi analisado pela Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes Redes. Uma leitura no posicionamento da Coalizão evidencia-se que o Plano

não deve prosperar no próximo Governo por diversas inconsistências e fragilidades.

---

## **Manual da Taxonomia de Direitos Humanos da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

No final da introdução, informa-se que o Manual é para ser utilizado pelos canais de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que entrou em vigor a partir de 1º de julho de 2020.

---

## **Conclusão e perspectivas**

**P**elo exposto, fica evidenciado que o Presidente Bolsonaro e o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos desprezaram e desrespeitaram amplamente as competências dos conselhos nacionais nos temas relativos aos Direitos Humanos de crianças e adolescentes e que suas ações estão na contramão da Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Em consequência, o Governo Bolsonaro atuou por decreto, ignorando a participação das organizações na formulação, deliberação e controle nos conselhos nacionais. A desresponsabilização do governo federal vem se agravando desde a edição das Emendas Constitucionais 93 e 95, ambas do governo Temer. Por fim, registram-se os agradecimentos às organizações e militantes que indicaram parte do material analisado. Reafirma-se a importância da iniciativa da Fundação Lauro Campo e Marielle Franco. E,

especialmente, que o material produzido possa ser complementado e amplamente criticado, validando, alterando ou rejeitando a análise e as indicações relacionadas pelo conjunto de conselhos nacionais e organizações apresentados na introdução, antes do início do provável Governo Lula.

Em perspectiva, é imprescindível ter presente que algumas emendas constitucionais estão desconstitucionalizando os Direitos Humanos das pessoas de uma maneira geral e, entre eles, os das crianças e adolescentes. Registram-se duas emendas que colaboram para negligenciar, negar, reduzir os direitos fundamentais das pessoas, que estão consagrados na Constituição de 1988: (a) a Emenda Constitucional No 93/2016 estabelece a desvinculação de 30% das receitas e sua existência inviabilizou a aplicação de 92 bilhões de reais na educação e na saúde no ano de 2019, segundo estudo do Inesc (O Brasil com baixa imunidade, balanço do Orçamento Geral da União, 2020). A citada emenda tem validade até o final de 2023 e não deve, em hipótese alguma, ser prorrogada; (b) é primordial a revogação da Emenda Constitucional No 95/2016, que tem retirado investimentos das políticas sociais. Para se ter uma ideia dos prejuízos, dois estudos revelaram que 868 bilhões de reais e 645 bilhões de reais deixaram de ser investidos, respectivamente, na Assistência Social e na Saúde durante os 20 anos (Ipea, Notas Técnicas No 27 e 28/2016).

Além das duas Emendas, é imprescindível ter atenção com a tramitação de propostas de Emenda Constitucional, entre as quais a de No 187/2019. Na justificativa consta que visa possibilitar “a extinção de cerca de 248 fundos, sendo que a maioria desses (165) foram instituídos antes da Constituição de 1988, em um ordenamento jurídico em que esses fundos possuíam uma função que não é mais compatível com

o ordenamento constitucional vigente após a Constituição de 1988. Mas, alerta-se que a finalidade é tão somente que “no âmbito da União, permite a desvinculação imediata de um volume apurado como superávit financeiro da ordem de R\$ 219 bilhões, que poderá ser utilizado na amortização da dívida pública da União” (BRASIL, 2019). A compreensão é de que a referida ementa, se aprovada, extingue os fundos nacionais da Assistência Social, Direitos das Pessoas Idosas e Direitos de Crianças e Adolescentes.

O novo governo Lula e a sua bancada na Câmara Federal e no Senado devem atuar para manter a maioria penal aos 18 anos, não permitir aumento no tempo de privação da liberdade e responder com financiamento federal para apoiar permanentemente Estados, Distrito Federal e Municípios com a efetivação da priorização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto (Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida) e reordenamento arquitetônico e pedagógico da Semiliberdade e da Internação.



por Leonardo Lessa

# CULTURA

## Introdução

**A**s culturas da morte, da misoginia, do patriarcado, da lgbtfofia e do etnocídio são parte de um conjunto de valores de uma sociedade que Bolsonaro representa e pretendia conservar durante seu mandato como Presidente da República. É necessário reconhecer, portanto, que mesmo sob uma perspectiva completamente perversa, a cultura esteve na centralidade do projeto político que governou o Brasil entre 2019 e 2022.

A cronologia de decretos, portarias, instruções normativas e deliberações do governo Bolsonaro no campo das políticas culturais é tenebrosa. São atos institucionais que configuram o desmonte de políticas, a paralisação de mecanismos, a censura, a retirada de direitos e a perseguição deliberada a um setor que se colocou majoritariamente,

desde o primeiro momento, em oposição ao autoritarismo e à necropolítica dessa gestão.

Os prepostos de Bolsonaro designados para dar andamento a seu projeto de aniquilamento das políticas culturais e criminalização de trabalhadores do setor, implementaram um conjunto de normativas que precisam ser imediatamente revogadas. Ao se valerem do apelo populista do discurso anticorrupção, sem qualquer embasamento fático e municiados pelas inúmeras fake news sobre o uso de recursos públicos para o fomento cultural, interromperam programas exitosos como a Política Nacional Cultura Viva e asfixiaram mecanismos que, apesar de demandarem aprimoramentos, são legítimos e bem-sucedidos, como a Lei 8.313, popularmente conhecida como Lei Rouanet.

Nem mesmo setores de grande relevância para a afirmação de nossa identidade como povo ou que possuem políticas com reconhecimento internacional já conquistado foram poupados pela sanha destruidora do bolsonarismo. As políticas para as artes, entre elas o audiovisual, e para o patrimônio, que geram emprego e renda para milhões de trabalhadores, além de dividendos econômicos para o país, também foram vítimas de um intenso desmonte. A Agência Nacional do Cinema (Ancine), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e a Fundação Nacional de Artes (Funarte) – instituições públicas federais destinadas ao acompanhamento e à formulação de políticas para áreas específicas da cultura – foram completamente aparelhadas com a nomeação de gestores que tinham a missão de paralisá-las ou extingui-las. Essa distorção criminosa fez com que, também

no âmbito das autarquias da cultura ligadas ao executivo federal, fossem editadas medidas a serem extintas nas primeiras horas do governo Lula.

Diversos instrumentos garantidores do controle social, conquistas históricas do setor para a construção participativa das políticas culturais, foram deturpados ou completamente esvaziados na impossibilidade de serem extintos. O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CCPC) e o Conselho Superior de Cinema (CSC), entre outros, precisarão ser plenamente restabelecidos com a revisão dos atos arbitrários que alteraram suas composições e atribuições, exclusivamente com a finalidade de reduzir sua incidência na formulação de diretrizes para as políticas públicas do setor.

O governo Lula precisará responder com vigor a tantos desmontes e desmandos na área da Cultura, posicionando essa dimensão fundamental da vida na agenda política prioritária de um projeto para o país. Tal desafio só poderá ser enfrentado se, junto com a recriação e reconstrução do Ministério da Cultura, um ambiente institucional juridicamente seguro e livre das marcas do autoritarismo seja garantido com a revogação de atos do governo anterior, como propomos a seguir.

---

## **Prioridade 1 – Decreto No 9.891, de 27 de junho de 2019**

*Ementa: Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural*

O Governo Federal editou o Decreto no 9.891 em 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), não só reduzindo seu tamanho, mas alterando sua composição e seu funcionamento, fazendo-o de forma a retirar-lhe praticamente todo o poder de constituição diversa e de mérito participativo real. O referido Decreto, na impossibilidade de dar fim à existência do CNPC, trata de esvaziar-lhe em diversas prerrogativas.

O artigo 216-A da Constituição Federal, que institui o Sistema Nacional de Cultura e o Conselho Nacional de Políticas Culturais determina, já em seu caput, a organização em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, instituindo um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. As mudanças implementadas pelo Decreto no 9.891, sem participação do próprio Conselho e pactuação prévia com entes federados e a sociedade fere, portanto, o referido artigo constitucional.

Em seu artigo 2º, o Decreto no 9.891 estabelece caráter exclusivamente consultivo, e não deliberativo, ao CNPC, um grande retrocesso que afronta o inciso X do artigo 216-A da Constituição, que prevê “a democratização dos processos decisórios com participação e controle social”.

O caráter consultivo retira a possibilidade de controle e participação social.

A pretexto de reduzir a estrutura do CNPC, o mesmo decreto prevê a exclusão dos colegiados setoriais quando extingue as representações realizadas por edital público para composição dos representantes dos 18 Colegiados Setoriais com 30 representantes cada (15 titulares e 15 suplentes) e de grupos de trabalho. Na prática, isso significa acabar com a participação dos estados e suas diversidades. Há, também, nesse decreto, a exclusão de representantes das expressões culturais LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais) e demais grupos da diversidade sexual e cultural brasileiras, ato flagrantemente lgbtfóbico.

Reforçando o esvaziamento participativo, o decreto, de forma preocupante, determina em seu Artigo 4o que: “Os membros do Conselho Nacional de Política Cultural de que tratam os incisos I a VII do caput e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos ou entidades que representam”. Ou seja, não serão mais eleitos e estarão sujeitos a ato discricionário do governo. Mais uma flagrante quebra de pactuação com a sociedade, contrária ao que prevê a Constituição no que tange à composição do Sistema Nacional de Cultura.

Pelos motivos expostos, o decreto no 9.891/2019 deve ser revogado.

---

## **Prioridade 2 – Decreto No 9.938, de 24 de julho de 2019**

*Ementa: Institui a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.*

---

---

## **Prioridade 3 – Decreto No 11.119, de 1o de julho de 2022**

*Ementa: Altera o decreto no 9.938, de 24 de julho de 2019, que institui a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.*

Segundo descrição encontrada no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): “o Inventário Nacional da Diversidade Linguística é uma política voltada para o reconhecimento da diversidade linguística como patrimônio cultural, por meio da identificação, documentação e ações de apoio e fomento”. Na construção desta política “as instituições da sociedade civil que trabalham no campo da diversidade linguística também são atores estratégicos nesse processo”, pois “atuando junto com as comunidades e com o poder público, elas constituem uma importante rede de parceiros que potencializa o alcance das ações, permitindo que elas possam chegar a diferentes regiões e comunidades”.

Em 24 de julho de 2019 o Governo Federal editou o Decreto no 9.938, com a finalidade de “instituir a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística”, entretanto, o objetivo desse ato era de alterar a composição, o modo de funcionamento e a gestão dessa Comissão, já instituída pelo Decreto no 7.387/2010.

A principal e mais grave alteração instituída pelo referido Decreto foi a mudança na composição da Comissão Técnica, de modo a excluir a participação da comunidade científica e de representantes dos Estados e Municípios, uma total

afronta aos objetivos da própria política pública de reconhecimento e proteção da diversidade linguística brasileira.

Em 1o de julho de 2022, após 3 anos de funcionamento da Comissão sem estas participações, o governo editou novo decreto, de no 11.119, incluindo a possibilidade de “convidar representantes de comunidades linguísticas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de especialistas, sem direito a voto, para participar de suas atividades”. Esse ato em nada garantiu a efetividade dessas participações, ao contrário, as deixou subordinadas à vontade discricionária do poder executivo e, mais ainda, sem a prerrogativa do voto nas deliberações da Comissão.

A participação da comunidade científica e de representantes dos Estados e Municípios como agentes sociais capazes de intervir diretamente na construção da política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística é fundamental para seu aperfeiçoamento e promove a necessária colaboração entre a sociedade civil e governo.

Os Decretos no 9.938/2019 e no 11.119/2021 são impeditivos para que esteja garantida representatividade na Comissão Técnica e por isso devem ser revogados.

---

#### **Prioridade 4 – Decreto no 10.107, de 6 de novembro de 2019**

*Ementa: Transfere a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.*

---

#### **Prioridade 5 – Decreto no 10.108, de 7 de novembro de 2019**

*Ementa: Anexo ao Decreto no 9.660, de 1o de janeiro de 2019, que dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.*

Em 1o de janeiro de 2019, como primeiro ato da gestão de Jair Bolsonaro, o Governo Federal editou a Medida Provisória no 870, convertida na Lei no 13.844 de 18 de junho de 2019, que “estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios”.

Entre diversas alterações na estrutura do poder executivo federal, neste ato, o Ministério da Cultura foi extinto e criada a Secretaria Especial da Cultura, vinculada ao Ministério da Cidadania.

Em 6 de novembro de 2019, por meio do Decreto no 10.107, o governo transferiu a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Foram também transferidos para a pasta do Turismo: o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e a Comissão do Fundo Nacional de Cultura. No dia seguinte, por meio do Decreto no 10.108, foram transferidas para o Ministério do Turismo as seguintes entidades da administração pública federal indireta: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Fundação Nacional de Artes (Funarte).

Tais decretos, somados à Medida Provisória no 870, convertida na Lei no 13.844, constituem o maior ataque em nossa história recente à institucionalidade das políticas culturais na organização do Estado Brasileiro, uma vez que configuraram o arcabouço normativo que dá sustentação à inexistência de um Ministério específico para a Cultura no Brasil.

É consenso entre os mais diversos agentes do setor cultural brasileiro que o Ministério da Cultura deve ser recriado e fortalecido como locus institucional na estrutura do poder executivo federal responsável pela formulação e execução das políticas públicas de cultura, tal como previsto nos artigos 215 e 216-A da Constituição Federal.

Para tanto, os Decretos no 10.107/2019 e no 10.108/2019 devem ser revogados.

---

## **Prioridade 6 – Deliberação de Diretoria Colegiada da Ancine no 999-E, de 8 de dezembro de 2020**

*Ementa: Cancela os saldos de chamadas públicas e extingue o regulamento geral do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (Prodav).*

**E**m reunião extraordinária de sua diretoria colegiada no dia 8 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Cinema (Ancine) decidiu cancelar os saldos orçamentários reservados para a realização de diversas chamadas públicas de fomento ao setor audiovisual. São elas: Fluxo Contínuo TV 2018 (R\$ 251 milhões de reais), Fluxo Contínuo Comercialização 2018 (R\$ 28 milhões), Prodav 13/2016 (R\$ 14 milhões) e Chamada Fluxo Coprodução Internacional 2019 (R\$ 39 mi-

lhões), além das chamadas públicas Ancine/FSA no 01/2016 e no 01/2017. Tal deliberação, na prática, significou o cancelamento do repasse desses valores mesmo que existam como saldo no Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

Esta mesma deliberação definiu pela extinção do regulamento geral do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (Prodav), estabelecendo que, a partir de então, as normas, diretrizes e critérios serão definidos separadamente em cada edital do Programa. Medida que abre espaço para casuísmos a partir de regulamentos distintos, tornando o processo ainda mais lento e burocrático.

A diretoria da Ancine também autorizou, por meio desta deliberação, apenas o lançamento de chamadas públicas para financiar produções cinematográficas voltadas à ocupação do mercado de salas de exibição, desenvolvimento de jogos eletrônicos multiplataforma e séries de animação para TV, não incluindo no rol destinado à programação televisiva projetos de outras naturezas. Essa diretriz representa claro desrespeito à ordem constitucional, pois não garante o pleno incentivo à cultura no setor audiovisual ao estabelecer regras diferentes de seleção que privilegiam determinados segmentos em detrimento de outros, colocando em risco a garantia de diversidade cultural assegurada pelo artigo 215 da Constituição Federal.

Pelos motivos expostos, a Deliberação de Diretoria Colegiada da Ancine no 999-E, de 8 de dezembro de 2020, deve ser revogada.

---

## **Prioridade 7 – Portaria SEFIC/SECULT/MTUR no 604, de 27 de outubro de 2021**

*Ementa: Veda, nos projetos financiados pela Lei no 8.313/1991, o uso e/ou a utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra.*

Por meio de sua Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo publicou Portaria em que veda, nos projetos financiados pela Lei 8.313/1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet, “o uso e/ou a utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra”. O teor da referida Portaria, além de flagrantemente autoritário, possui nítidos objetivos de promover a censura ideológica na realização de projetos culturais.

O uso de pronomes neutros, correntes na língua falada, está ligado à expressão da comunidade LGBTQIA+, portanto, a vedação de sua utilização em realizações artísticas financiadas pela Lei Federal de Incentivo à Cultura também configura explícito cerceamento aos direitos dessa comunidade.

Trata-se ainda de normativa que contraria a própria Lei 8.313 que, em seu artigo 22, determina que “Os projetos enquadrados nos objetivos desta lei não poderão ser objeto de apreciação subjetiva quanto ao seu valor artístico ou cultural” e, em seu artigo 39, estabelece que “Constitui crime, punível com a reclusão de dois a seis meses e multa de vinte por cento do valor do projeto, qualquer discriminação de natureza política que atente contra a liberdade de expres-

são, de atividade intelectual e artística, de consciência ou crença, no andamento dos projetos a que se refere esta Lei”. Por fim, a referida Portaria também é ato inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 220, proíbe qualquer espécie de censura, seja de natureza política, ideológica ou artística.

Outrossim, os danos vão além da questão linguística, legal e constitucional, pois a referida Portaria prejudica diretamente projetos já aprovados, pois permite que surjam obrigações novas não pactuadas em convênios e instrumentos celebrados anteriormente. Ademais, pode ainda gerar um efeito vinculante sobre o próprio processo de seleção, discriminando projetos culturais que não se insiram no viés ideológico do Governo Federal, instituindo a censura prévia, como já explicitado.

Pelos motivos expostos, a Portaria no 604, de 27 de outubro de 2021, deve ser revogada.

---

## **Prioridade 8 – Decreto no 10.755, de 26 de julho de 2021**

*Ementa: Regulamenta a Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, altera o Decreto no 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto no 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências.*

O Decreto no 10.755, de 26 de julho de 2021, instituiu diversas modificações na estrutura de gestão do Programa

Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) estabelecido pela Lei no 8.313, popularmente conhecida como Lei Rouanet. Esse ato normativo institucionalizou, por meio de alterações em decretos anteriores, traços ideológicos do governo Bolsonaro agora impostos à produção cultural brasileira.

Até a edição desse decreto poderiam ser financiados pela lei projetos que, entre outras finalidades, buscassem “erradicar todas as formas de discriminação e preconceito” ou aqueles com “caráter inovador ou experimental”. Tais termos foram modificados para, respectivamente: “promoção da cidadania cultural, da acessibilidade artística e da diversidade” (inciso VI), excluindo-se, portanto, das finalidades da legislação a menção expressa ao combate a discriminações e preconceitos; e “arte digital e em novas tecnologias” (inciso X), retirando, assim, a menção a ações de cunho “experimental”, tratando-as simplesmente como aquelas relacionadas à tecnologia. Ainda, foram incluídas outras finalidades antes não existentes, como atividades culturais de caráter sacro, clássico e de preservação e restauro de patrimônio histórico material, tombados ou não; festejos, eventos e expressões artístico-culturais tradicionais, além daquelas já tombadas como patrimônio cultural imaterial e atividades culturais de Belas Artes.

Uma das alterações mais significativas trazidas pelo Decreto no 10.755, de viés nitidamente autoritário, diz respeito à atuação e composição da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que desempenhava um papel verdadeiramente deliberativo no processo de aprovação de novos projetos. Com o novo regulamento, a CNIC torna-se instância recursal meramente consultiva, enquanto as decisões finais quanto à aprovação ou não dos projetos são prerrogativa da Secretaria Especial da Cultura.

Tal transformação no papel da CNIC ensejou outras alterações em seu funcionamento, todas levando à centralização de decisões na figura do Secretário Especial da Cultura. A começar pelas normas que regem a CNIC, que passarão a ser editadas pela Secretaria – não havendo mais normas internas aprovadas pelos seus próprios membros, como acontecia anteriormente. A mais evidente mudança, porém, é a concessão de voto de qualidade ao Presidente da CNIC, o Secretário Especial da Cultura. Ainda, poderá o Presidente da CNIC “convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto”. Na prática, essa disposição preocupa porque significa que órgãos e entidades quaisquer do atual governo federal podem estar presentes nas reuniões da CNIC. Apesar de não haver direito a voto, a mera presença de alguns agentes pode servir como forma intimidatória para aprovação (ou não) de determinadas propostas culturais.

Pelos motivos acima expostos, o Decreto no 10.755, de 26 de julho de 2021, deve ser revogado.

---

## **Prioridade 9 – Portaria SECULT/MTUR no 44, de 5 de novembro de 2021**

*Ementa: Veda exigência de passaporte de vacina em projetos culturais beneficiados pela Lei Rouanet.*

**P**or meio da Portaria no 44, de 5 de novembro de 2021, a Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo determinou que proponentes de projetos culturais beneficiários de incentivos advindos da Lei 8.313, popularmente

conhecida como Lei Rouanet, ficam vedados da “exigência de passaporte sanitário para a execução ou participação de evento cultural a ser realizado, sob pena de reprovação do projeto cultural e multa”. O ato normativo determina ainda que “Havendo decreto, lei municipal ou estadual, que exija o passaporte, o proponente terá que adequar seu projeto ao modelo virtual, não podendo impor discriminação entre vacinados e não vacinados nos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC”.

Tal medida contraria todas as recomendações sanitárias de especialistas em saúde pública para a retomada das atividades culturais presenciais, especialmente aquelas realizadas em ambientes fechados. Ademais, o Supremo Tribunal Federal (STF) já consolidou entendimento de que o Estado pode determinar que os cidadãos se submetam, compulsoriamente, à vacinação contra a covid-19, ressalvados casos específicos, conforme previsto na Lei 13.979/2020. Portanto, o Estado pode autorizar que sejam estabelecidas medidas de obrigatoriedade indireta, exigindo comprovante de vacinação para cidadãos acessarem determinados locais com maior risco sanitário, como é o caso de espaços culturais fechados.

Pelos motivos acima expostos, a Portaria SECULT/MTUR no 44, de 5 de novembro de 2021, deve ser revogada.

---

## **Prioridade 10 – Portaria SEFIC/SECULT/MTUR no 210, de 15 de abril de 2021**

*Ementa: Dispõe sobre os critérios de priorização da análise de propostas culturais recebidas pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo em razão dos efeitos da pandemia da covid-19.*

Por meio de sua Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo publicou Portaria em que determina que serão priorizadas as análises das propostas culturais apresentadas ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), estabelecido pela Lei 8.313, popularmente conhecida como Lei Rouanet, aquelas que não envolvam aglomeração presencial de pessoas, tais como de eventos virtuais, de edição de livros e de obras de restauro do patrimônio histórico, museus e preservação do acervo.

A referida Portaria, ainda em vigor, não contou com qualquer embasamento na legislação atual e vem prejudicando a gestão de um dos principais mecanismos de fomento à cultura do país. Tal medida tem atrasado a apreciação e publicação de projetos culturais, em sua maioria com execução futura, o que nada tem a ver diretamente com a situação atual da emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia da covid-19. É facultado ao empreendedor a adaptação do cronograma de realização do projeto, desde que previamente aprovado pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, o que só pode ser realizado após a análise e aprovação da proposta cultural no mecanismo.

Mais uma vez, o Governo Federal penaliza agentes culturais em um momento de grande crise social e de saúde pública, pressionando, de maneira indireta, governos estaduais e municipais a não reforçarem as medidas de isolamento social em contextos de aumento da transmissibilidade do vírus da covid-19.

Pelos motivos acima expostos, a Portaria SEFIC/SECULT/MTUR no 210, de 15 de abril de 2021, deve ser revogada.

---

### **Prioridade 11 – Decreto no 10.935, de 12 de janeiro de 2022**

*Ementa: Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.*

**E**m janeiro de 2022 o Governo Federal publicou o Decreto no 10.935, que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. A medida permitiu que empreendimentos possam impactar, de forma irreversível, qualquer caverna, independentemente do seu grau de relevância, inclusive cultural, mediante autorização do órgão ambiental. Tal ato repercutiu de forma muito negativa junto à opinião pública, uma vez que seus impactos podem trazer prejuízos incalculáveis também sob a perspectiva do patrimônio cultural brasileiro.

Ao revogar o Decreto no 99.556/90, este ato institui diversas mudanças preocupantes em relação à legislação anterior. Enquanto o Decreto antecessor determinava que “as cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional constituem patrimônio cultural brasileiro, e, como tal, serão preservadas e conservadas de modo a permitir

estudos e pesquisas de ordem técnico-científica”, o Decreto atual permite que “o órgão ambiental licenciador autorize a destruição total ou parcial de cavernas de máxima relevância por atividades ou empreendimentos considerados “de utilidade pública”.

Soma-se ainda o fato de que o Decreto Federal no 10.935/2022 foi produzido a portas fechadas, sem diálogo com a comunidade espeleológica e arqueológica, mostrando nitidamente a interferência direta dos Ministérios de Estado de Minas e Energia e de Infraestrutura em uma matéria que é de interesse ambiental e cultural. Essa interferência visa à facilitação de licenciamento de obras e atividades potencialmente lesivas ao patrimônio espeleológico nacional e que, geralmente, estão associadas a atividades de alto impacto social.

Pelos motivos acima expostos, o Decreto no 10.935, de 12 de janeiro de 2022, deve ser revogado.

---

### **Prioridade 12 – Instrução Normativa SECULT/MTUR no 1, de 4 de fevereiro de 2022**

*Ementa: Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).*

---

### **Prioridade 13 – Instrução Normativa SECULT/MTUR no 2, de 6 de junho de 2022**

*Ementa: Altera a Instrução Normativa Secult/MTur no 1, de 4 de fevereiro de 2022, que estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).*

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, diversas ações da Secretaria Especial da Cultura têm sido tomadas com objetivo de gerar instabilidade na gestão de um dos principais mecanismos de fomento cultural do país, estabelecido pela Lei 8.313, popularmente conhecida como Lei Rouanet.

Após editar o Decreto 10.755 em julho de 2021, que promoveu de forma autoritária uma série de alterações na gestão desse mecanismo, a Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo editou as Instruções Normativas de nos 1 e 2, de fevereiro e junho de 2022, trazendo ainda mais entraves para agentes culturais que dependem de projetos culturais incentivados pela Lei para o desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Entre esses entraves, destacamos a drástica redução nos tetos de valores e prazos para captação de recursos junto à iniciativa privada, assim como nos valores de cachês individuais, definidas sem a apresentação de quaisquer parâmetros objetivos que as justifiquem.

Em um momento de retomada das atividades culturais

presenciais, em que um setor já bastante penalizado necessita de fomento público para se reestabelecer, o próprio governo federal, por meio desses atos, criou empecilhos para que profissionais possam ser adequadamente remunerados de acordo com as especificidades de sua atuação em cada projeto cultural beneficiado pelo incentivo da Lei Rouanet.

Pelos motivos acima expostos, as Instruções Normativas SECULT/MTUR no 1, de 4 de fevereiro de 2022, e SECULT/MTUR no 2, de 6 de junho de 2022, devem ser revogadas.

---

### **Prioridade 14 – Portaria CNPC/SECULT/MTUR no 2, de 3 de maio de 2022**

*Ementa: Convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura.*

---

### **Prioridade 15 – Portaria CNPC/SECULT/MTUR no 3, de 1 de agosto de 2022**

*Ementa: Altera o calendário de realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, instituído pela Portaria CNPC/SECULT/MTur no 2, de 3 de maio de 2022.*

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo publicou, em maio de 2022, a Portaria no 2 com o intuito de convocar a 4ª Conferência Nacional de Cultura e em agosto de 2022 a Portaria no 3, com o intuito de alterar para dezembro de 2023 a data de realização desta Conferência, bem como de suas etapas municipais e estaduais.

As Conferências de Cultura são um importante instru-

mento de participação e controle social no âmbito das políticas públicas de cultura. Na esfera federal foram realizadas 3 edições que contaram com ampla mobilização e envolvimento de agentes dos mais diversos segmentos do setor cultural que, após as etapas locais destinadas à eleição de delegados para fazerem-se representar na etapa nacional, realizaram intensos debates para a definição das diretrizes da política de cultura em âmbito federal na etapa nacional realizada em Brasília.

Inicialmente, conforme estabelecia a portaria de no 2, a 4ª Conferência Nacional de Cultura se realizaria entre 19 e 22 de dezembro de 2022. Entretanto, essa decisão gerou enorme insatisfação no setor cultural, inclusive entre gestores estaduais e municipais de cultura que manifestaram-se contrariamente à realização da Conferência nesse período. O prazo exíguo para a realização das etapas locais que devem antecedê-la, somado ao ano eleitoral em curso, foram alegados como justificativas para a solicitação do adiamento. Tais manifestações fizeram com que o CNPC mudasse sua deliberação e que todo o processo fosse transferido para 2023, como previu a nova portaria publicada em agosto.

Entretanto, ainda que a Portaria CNPC/SECULT/MTUR nº 3 garanta em ato normativo a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura em 2023, proporcionando tempo hábil para que estados e municípios realizem suas etapas antecedentes, ela também determina que “A etapa nacional da 4ª CNC será realizada no período de 4 a 8 de dezembro de 2023, na modalidade virtual, por meio de plataforma disponibilizada pela organização da conferência.”

A obrigatoriedade de que a 4ª Conferência Nacional de Cultura aconteça na modalidade virtual, além de trazer prejuízos consideráveis na qualidade da participação de cida-

dãos e cidadãos no evento, pode excluir milhares de pessoas que não possuem acesso pleno aos meios digitais. Soma-se a isso o fato de que, ao editar as referidas Portarias em seus últimos meses de mandato, o atual governo invadiu competências da próxima gestão a ser definida no pleito eleitoral de outubro, estabelecendo obrigação futura de realizar a 4ª Conferência Nacional de Cultura em data e formato já preestabelecidos por esses atos.

Pelos motivos acima expostos, as Portarias CNPC/SECULT/MTUR no 2, de 6 de junho de 2022, e no 3, de 1o de agosto de 2022, devem ser revogadas.

---

## **Prioridade 16 – Decreto no 11.240, de 18 de outubro de 2022**

*Ementa: Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.*

**A** Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi criada em 1975 e é o órgão do Governo Federal que tem por atribuição “promover e incentivar a produção, a prática, o desenvolvimento e a difusão das artes no país”. Atualmente vinculada à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo é a instituição responsável por formular políticas públicas para as diversas linguagens artísticas, bem como para a promoção do acesso da população à produção artística nacional.

Às vésperas da realização do segundo turno das eleições de 2022, o governo Bolsonaro editou decreto que alterou radicalmente a composição do quadro funcional da referida insti-

tuição, transferindo mais de 50 cargos em comissão e funções de confiança para a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Além disso, o referido decreto promoveu outras alterações no estatuto da Fundação, alterando substancialmente sua estrutura organizacional, sem quaisquer debates públicos realizados com instâncias de participação social, de forma intempestiva e sem transparência.

Pelos motivos acima expostos, o Decreto no 11.240, de 18 de outubro de 2022, deve ser revogado.

---

## Conclusão

A extinção do Ministério da Cultura (MinC) marcou um dos primeiros atos de Bolsonaro à frente do poder executivo e sua recriação deve ser, em igual medida, a primeira atitude do Presidente Lula ao assumir o governo. Entretanto, para além da restauração do espaço institucional adequado à formulação e ao desenvolvimento das políticas públicas de cultura do país, o investimento de recursos do orçamento da União para que tais políticas voltem a prosperar deve ser acompanhado de uma profunda reformulação organizacional da pasta.

O desmanche perpetrado pelo governo Bolsonaro no âmbito das políticas culturais também trouxe consequências internas às instituições federais de cultura, muitas delas invisíveis aos olhos da grande mídia, mas que representam grandes prejuízos estruturais para o setor. O novo MinC necessitará, portanto, da recomposição de quadros ou mesmo da recriação de cargos extintos ou remanejados para outros órgãos. Somados ao desafio de atualização e aprimoramento de políticas e programas completamente abandonadas

por Bolsonaro, o governo Lula também deve ter em seu horizonte de trabalho imediato uma intensa dedicação à recuperação da institucionalidade da cultura.

O parlamento brasileiro terá papel fundamental neste processo de retomada, pois diversos avanços só irão consolidar-se por meio da aprovação de leis. A regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (PL 9.474/18), a reformulação dos mecanismos de incentivo à cultura com vistas ao fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, a garantia da cota de tela nas salas de cinema (PL 5.092/20) e de conteúdo nacional nas plataformas de audiovisual por demanda (PL 8.889/17) e a criação do Marco Regulatório do Fomento à Cultura (PL 3.905/21) são apenas alguns exemplos de matérias que já tramitam no Congresso Nacional, mas foram completamente negligenciadas pelo governo Bolsonaro. Para que essas e outras legislações se tornem realidade, a construção de uma agenda parlamentar estratégica para a cultura junto ao poder legislativo deve estar entre as prioridades do novo governo.

A resiliência e a inventividade da cultura brasileira estão entre as maiores riquezas do povo brasileiro. O ciclo de retomada da democracia que se inaugura com o governo Lula encontrará nesse patrimônio a força e a ousadia necessárias para que direitos sejam restaurados e ampliados, extirpando de nossa história o autoritarismo que promoveu, nos últimos quatro anos, tantos desmandos e desmontes.



por Rud Rafael

# DIREITO À CIDADE E MORADIA

## Introdução

A necessidade de democratizar as cidades brasileiras não é recente, embora vivamos atualmente uma crise urbana e ambiental sem precedentes. Nosso espaço urbano é resultado de intensas disputas e está marcado por uma abolição não concluída que perpetuou o racismo estrutural, pela concentração de terra e de renda e pela desigualdade de gênero no acesso a direitos e serviços.

As bandeiras do direito à cidade e da reforma urbana foi conformando um campo de organizações populares reconhecido internacionalmente pela tentativa de construir estruturas e marcos institucionais nessa direção. Por um lado, os

movimentos sociais brasileiros adotaram lemas que expressam as nossas contradições urbanas, como o “Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa”; “Quando morar é um privilégio, ocupar é um direito” e tantos outros que ilustram a realidade brasileira. Por outro, foram esses movimentos que também conduziram disputas importantes como o levantamento de quase 200 mil assinaturas que garantiram a incorporação dos artigos sobre a política urbana na Constituição Federal Brasileira em 1988 ou as mais de 1 milhão de assinaturas que encaminharam ao Congresso Brasileiro a proposta de criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, em 1992, que daria base para a proposta de Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social aprovada em 2005. Defenderam ainda a criação do Estatuto da Cidade (2001), de uma Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012), do Plano Nacional de Saneamento Básico (2013) e outras referências importantes.

Infelizmente, o Governo Bolsonaro representou, não apenas uma ameaça a essa construção, mas o esforço sistemático em destruí-la. Trazemos aqui alguns fatos que evidenciam que o governo Bolsonaro foi extremamente nocivo para a política urbana:

Promoveu reforma administrativa, que resultou na extinção do Ministério da Cidade e desarticulou os espaços de participação social, em especial do Conselho Nacional das Cidades, que reunia representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos, entidades de categorias, setor empresarial e representantes da gestão pública em diversos níveis.

Desarticulou instituições públicas voltadas à produção de estatísticas, alterando a metodologia de quantificação do déficit habitacional, retardando a realização do Censo do IBGE e outras iniciativas cujo objetivo é dificultar a formulação de políti-

cas públicas e ampliar a política de desinformação do governo.

Propôs o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Programa Nacional de Desestatização, que avançaram na tentativa de privatização de vários serviços fundamentais, como saneamento básico e transporte público, na direção de mercantilização desses serviços que são direitos fundamentais para a promoção da reforma urbana;

Acabou com o programa Minha Casa, Minha Vida, que possibilitou mais de 5 milhões de habitações em 12 anos de vigência, e reduziu a zero o orçamento para habitação popular nos anos de 2020 e 2021. O novo programa criado por Bolsonaro, o Casa Verde e Amarela, não foi capaz de enfrentar o problema da moradia. Além disso, o orçamento para moradia popular para o ano de 2023 sofreu um corte de 95% em relação ao que foi solicitado ao Ministério de Desenvolvimento Regional, cifra que já era muito aquém do necessário para a implementação da política;

Vetou o projeto de lei do Despejo Zero (PL 827/2020), que foi depois derrubado pelo Congresso e se transformou na Lei 14.216/2021. Durante a pandemia, as ameaças de remoção forçada cresceram 655% e os despejos em 393%. Até o último levantamento realizado em março deste ano, 142.385 famílias continuam ameaçadas de despejo no país, o que representa mais de meio milhão de pessoas.

Ampliou o desmatamento na Amazônia em decorrência da ação de setores do agronegócio e da mineração, atividades de grande impacto ambiental, que intensificam as mudanças climáticas, ao passo que cortou drasticamente os recursos para prevenção de tragédias nos últimos anos, chegando a um corte de 45,6% em 2021, em valores corrigidos pela inflação. Atualmente, 9,5 milhões de pessoas;

Fortaleceu o discurso de criminalização dos movimentos

sociais, chegando a chamar os movimentos sem-terra (de luta pela reforma agrária) e sem-teto (reforma urbana) de terroristas, insinuando que essas organizações tomariam a casa de famílias trabalhadoras. No entanto, foi o presidente que encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei 4.188/2021, que autoriza bancos arrecadarem imóveis como garantia de dívidas, quebrando com a proteção ao direito à moradia, estabelecido pela Constituição Federal, projeto que se encontra em análise no Senado.

Nessa direção, o Revogação aponta para a redução de danos em relação aos males causados pelo governo Bolsonaro, e a plataforma Direito ao Futuro, do PSOL, fornece diretrizes para a reconstrução de uma política urbana.

No Revogação, buscamos analisar Resoluções, Medidas Provisórias e Decretos a partir da busca por palavras-chaves como “urbano”, “terra”, “território”, “mobilidade”, “transporte”, “saneamento básico”, “habitação”, “fundário”, “patrimônio” e expressões similares e derivadas. Este levantamento rendeu aproximadamente 70 matérias que foram fruto de análise e as principais ameaças à constituição de uma política urbana que combata as desigualdades nas nossas cidades, sendo esse o primeiro passo para reduzir os danos de um governo marcado pela violação de direitos urbanos e pela desconstrução das políticas.

---

**Prioridade 1 - Revogação da Resolução nº 78 de 21/08/2019; Decreto nº 10.588 de 24/12/2020; Decreto nº 10.710 de 31/05/2021; Decreto nº 11.030 de 1/04/2022.**

A Resolução nº 78/2019 “opina pela qualificação da política de fomento ao setor de saneamento básico, para fins de estudos para a universalização, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República” e apresenta um conjunto de argumentos no sentido de promover a privatização do saneamento no país, enquanto os Decretos versam sobre a regularização de operações e o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, regulamentação do art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007 e alteração do Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020, para dispor sobre a regularização de operações e o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, e sobre a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por

órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Tais determinações representam o aprofundamento da negação do direito à água e ameaça a soberania nacional em relação à gestão deste e outros recursos naturais fundamentais à garantia do direito à cidade e defesa da justiça ambiental. Hoje aproximadamente 35 milhões de pessoas vivem sem água tratada no Brasil e cerca de 100 milhões não têm acesso à coleta de esgoto. A saída, portanto, é a urgente implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico como política pública de promoção da ampliação e universalização dos serviços, compreendendo também a participação social e o investimento público como fatores fundamentais.

A privatização dos serviços em experiências como a de Manaus (AM) e Palmas (TO) trouxe péssimos resultados. Já o modelo de Parceria Público Privada em Pernambuco, por exemplo, coloca as cidades de Recife e Jaboatão dos Guararapes em 83º e 88º lugares, respectivamente, do Ranking de Saneamento de 100 cidades brasileiras.

O acesso à água e ao saneamento não pode ser um negócio privado, mas um direito. Algo que se reafirma ao se constatar que as cinco maiores empresas privadas de saneamento possuem relação com fundos de investimentos ou bancos, nacionais ou estrangeiros. Essas empresas não estão preocupadas em levar saneamento para as áreas com menos oferta de serviços, mas sim disputar ativos em regiões mais populosas, como as regiões metropolitanas, em que os lucros são, potencialmente, maiores e mais rápidos. Em Manaus, por exemplo, após duas décadas de privatização, o percentual da população atendida por rede de esgoto não chega a 20%.

A orientação proposta pelo atual governo que criou, via BN-

DES, modelagem para os leilões de privatização, fortalece a destinação de recursos para despesas diversas, o que não estimula o investimento em saneamento, e privilegia a concessão mediante pagamento imediato de outorgas bilionárias.

O mesmo baixo desempenho também foi verificado em outras cidades em que empresas privadas executaram esses serviços, como em Itu (SP), onde, em virtude da péssima gestão da empresa privada durante a crise hídrica de 2015, teve os serviços remunicipalizados. Por outro lado, a empresa Iguá Saneamento, prestadora de serviços em São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso, resolveu colocar à venda 11 concessões de ativos considerados pequenos para focar em contratos de médio e grande porte.

Não faltam exemplos mundo afora que comprovam a ineficiência ou a incompetência do setor privado em atender às necessidades da população, e mostram que o Brasil está na contramão do que vem acontecendo em vários países. Um estudo realizado pelo Instituto Transnacional (TNI), sediado na Holanda, identificou que, entre 2000 e 2017, um total de 884 municípios de países em todos os continentes reestatizaram seus serviços, sendo 287 em saneamento, destacando-se cidades como Paris, Berlim, Buenos Aires, Jacarta e Atlanta. Na maioria dos casos, a reestatização foi adotada devido às falsas promessas dos operadores privados, a aumentos abusivos de tarifas, aos lucros exorbitantes, ao descumprimento de contratos e metas de investimentos, e à deficiência de controle e fiscalização.

---

## **Prioridade 2 - Revogação da Resolução CGSIM nº 64, de 11/12/2020**

*Trata-se de resolução que “versa sobre a classificação de risco no direito urbanístico para os fins do inciso I do caput e inciso II e do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, bem como para o inciso I do art. 19 do Decreto nº 10.178, de 18 dezembro de 2019”.*

Diversas organizações e articulações de notório saber sobre o tema, como o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), Fórum Nacional de Reforma Urbana, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o BR Cidades se posicionaram contrárias à resolução, por várias ilegalidades e irregularidades e alertaram para o impacto desastroso para as cidades brasileiras, caso tal matéria fosse tratada em resolução e com justificativas que priorizam o princípio da liberdade econômica, em detrimento do interesse público e da função social da propriedade, princípios fundamentais para a promoção da justiça ambiental e urbanística.

A matéria acaba por flexibilizar regras do processo de licenciamento ambiental e urbanístico, que deveria ser fruto de lei e não ser aprovada por via de resolução, com os devidos estudos e debate público, como preconiza o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001.

A resolução também incide frontalmente na quebra do pacto federativo e no enfraquecimento de instrumentos centrais na regulação do uso do solo e da atividade imobiliária, como é o caso dos Planos Diretores Municipais, configurando uma ingerência inaceitável do governo federal

sobre a gestão urbana dos municípios.

Além de flexibilizar a ideia de risco dentro do arcabouço do direito ambiental e urbanístico brasileiro, a Resolução abre espaço para a privatização do processo de licenciamento, que hoje é prerrogativa do poder público. Isso geraria uma desigualdade ainda maior em relação ao abuso do poder econômico no processo de produção das nossas cidades, que já sofrem com uma flagrante crise ambiental e estão profundamente vulneráveis em um contexto de intensificação das mudanças climáticas.

Nesse sentido, destacamos que é de profunda importância a revogação dessa Resolução em face dos termos aqui expostos e pelo relevante clamor da sociedade e instituições em relação ao tema.

---

### **Prioridade 3 - Revogação da Resolução nº 60, de 8/05/2019 e dos Decretos nº 9.998 e 9.999, de 3/07/2019**

*Ambas matérias versam sobre a privatização dos serviços públicos de transporte público metroviário e ferroviário nos estados de Minas Gerais e em Porto Alegre.*

A Resolução “opina pela qualificação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND”. Enquanto o Decreto nº 9.998 “dispõe sobre a qualificação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

- Trensurb no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização” e o nº 9.999 “dispõe sobre a qualificação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização”.

O governo Bolsonaro investiu no sucateamento dos serviços de transporte público para influenciar a sua consequente transferência para a iniciativa privada. Essa estratégia terá impactos profundos no acesso a esses serviços para a população trabalhadora que depende desses serviços, mas também para quem hoje garante o funcionamento dessas atividades fundamentais nos nossos centros urbanos.

Tem sido expressivas as resistências de diversos setores da sociedade nos dois casos de privatização, que sustentam a existência de diversas irregularidades identificadas também pelo Tribunal de Contas da União e o dano ao interesse público no processo.

As propostas não eximem o poder público de aporte de recursos públicos no processo, mas beneficia única e exclusivamente a iniciativa privada. No caso de BH, estaria previsto um aporte inicial de 2,8 bilhões de reais de recursos públicos. Em contrapartida, a tendência é de aumento da tarifa para a população usuária, sem melhoria nos serviços, bem como a precarização e demissão de servidores e funcionários.

No caso do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e Conexas do RS (Sindimetrô) aponta que o serviço é aprovado por 90% da população, havendo reclamações em relação ao valor das tarifas, fator que precisa ser corrigido dentro de uma política pública.

---

## Conclusão

Diante desse cenário de desmonte, que representou uma derrota conjuntural, é preciso reconhecer a existência de um processo reativo por parte de forças sociais que propõem um novo sistema. Mesmo em uma conjuntura extremamente adversa, foi possível acumular forças. Destacam-se, nesse sentido, algumas iniciativas, como a Campanha Despejo Zero e a Conferência Popular pelo Direito à Cidade. A Campanha, que articulou mais de 100 organizações do campo e da cidade, dentre elas o Movimento de Trabalhadoras(es) Sem Teto (MTST) e o Movimento de Trabalhadoras(es) Rurais Sem Terra (MST). Criada em 2020, conseguiu não apenas produzir dados de denúncia sobre a tragédia das remoções em massa, mas também consagrou marcos importantes na defesa do direito à moradia. O principal caso foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 (ADPF 828), instrumento legal encaminhado junto ao Supremo Tribunal Federal que está sendo utilizado para prevenir despejos até 31 de outubro de 2022. Vitória na Suprema Corte que seria inimaginável dois anos atrás e que só foi possível pela grande unidade e mobilização de organizações e movimentos.

Já a Conferência Popular pelo Direito à Cidade remonta o que há de mais pulsante na trajetória dos movimentos sociais e urbanos do país. Em um processo iniciado no final de 2021, mais de 600 organizações em todo país, realizaram mais de 200 eventos preparatórios e reuniram mais de 600 militantes em São Paulo, em junho de 2022, para consolidar uma plataforma de lutas a partir de 16 eixos.

Essas iniciativas compõem referências importantes para a necessária reconstrução da política urbana no Brasil. Destacamos aqui alguns pontos fundamentais:

1. É preciso resgatar a capacidade do Estado intervir na promoção do direito à moradia e pensar cidades e territórios livres de opressões, que levem em conta o enfrentamento do machismo, racismo, LGBTfobia e o capacitismo, como elementos de uma Política de Habitação como Política Social de Estado. Isso exige:

Produzir de dados e estatísticas desagregadas por sexo, raça, identidade de gênero ao longo de processos de tomada de decisões, formulação de políticas, implementação e monitoramento e avaliação de projetos.

Ampliar, em intervenções habitacionais, o planejamento dos espaços e equipamentos públicos seguros e voltados para essas populações.

Universalizar o acesso à infraestrutura urbana e a articulação das demais políticas públicas nos territórios, priorizando esses segmentos.

Promover a posse segura da terra e da habitação priorizando esses setores.

Fortalecer organizações populares voltadas para produzir soluções e espaços de participação.

2. Promover a criação de um grande programa de investimento em urbanização das periferias e favelas (envolvendo água, esgoto, mobilidade, áreas verdes, habitação, regularização fundiária, produção habitacional, controle de riscos ambientais, entre outros) e de construção de redes de equipamentos sociais de qualidade, em áreas como educação (incluindo creches), saúde, cultura, lazer e esporte. Esse

programa deve focar na construção de planos populares como ferramentas de planejamento com alianças entre universidades, organizações sociais e atores comunitários e ter sua implementação a partir de parcerias público populares, envolvendo diversos entes federados e entidades populares. Esses investimentos devem obedecer os princípios da justiça climática, do enfrentamento ao racismo ambiental e ao processo de violação de direitos das populações negras e indígenas.

3. Promover produção habitacional por autogestão e relação com movimentos e organizações populares, em áreas centrais e bem localizadas, a ser desenvolvida em terrenos ou edifícios públicos da União e em terrenos privados abandonados, que serão desapropriados por descumprirem a função social da propriedade. Historicamente, um dos nós da política habitacional foi a disponibilização de terras não integradas à malha urbana, o que resultou em processos de segregação urbana.

4. Fortalecer e ampliar a oferta de assessoria técnica para habitação de interesse social, a constituição de um parque habitacional público, empreender programas de locação social e produção de moradias em áreas centrais.

5. Desenvolver um programa de regularização e garantia da manutenção das comunidades tradicionais nos terrenos da União ocupados por indígenas, quilombolas, caiçaras, seringueiros, extrativistas, agricultores familiares das várzeas, nas áreas urbanas e periurbanas.

6. Implantar instrumentos de combate à especulação imobiliária e garantia da função social da propriedade e da cidade, a partir de uma política urbana participativa e integrada. Isso requer promover diversas ações afirmativas já previstas em lei como: a demarcação das áreas vazias em territórios dotados de serviços e infraestrutura urbana, como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS); promoção de incentivo à ocupação de vazios urbanos, com Habitação de Interesse Social (HIS), equipamentos sociais e culturais e agricultura urbana; regulamentação e aplicação de instrumentos de indução ao desenvolvimento urbano que viabilizam a produção de HIS e que combatem a retenção de terras urbanas ociosas e especulação imobiliária, como Parcelamento, Edificação, Utilização Compulsória, IPTU progressivo no tempo, entre outros, objetivando o cumprimento da função social da propriedade, a diminuição das desigualdades de classe, raça e gênero, a partir de uma perspectiva interseccional.

7. Estruturar um sistema nacional de Desenvolvimento Urbano integrado, com previsão e execução orçamentária e a instituição de um fluxo orçamentário transparente entre governo federal, estados e municípios, sendo garantido o controle social sobre os investimentos e gastos públicos, com a instituição de uma plataforma pública de divulgação de dados acessíveis, que possam ser monitorados, avaliados, comparados e compreendidos pela população.

8. Avançar na mobilização social, na ocupação e na destinação dos imóveis públicos, e na desapropriação e expropriação dos imóveis privados ociosos para fins de reforma

urbana, com ênfase na habitação de interesse social e na construção de equipamentos públicos. Reconhecer, apoiar, consolidar e legalizar as ocupações de imóveis públicos e privados que não cumpriam uma função social, garantindo a segurança da posse aos ocupantes.

9. Estimular a criação de Termos Territoriais Coletivos como alternativa para a garantia da permanência e acessibilidade de moradia para populações vulnerabilizadas, ampliando a compreensão sobre o modelo e as possibilidades de sua implementação no Brasil;

10. Assegurar o Despejo Zero, o fim dos despejos coletivos forçados e do uso da violência nesses processos, garantindo a permanência das populações ameaçadas ou a justa e plena reparação de suas perdas, com a observância das resoluções nº 10/18 e nº 17/21 do Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre despejos forçados.

Sendo assim, reafirmamos o papel estratégico de pensar o tema não apenas na perspectiva de recuperação da economia brasileira, mas, acima de tudo, na contribuição que o Brasil pode dar para pensar uma nova economia política das cidades, a partir de uma lógica de desmercantilização do espaço urbano, de valorização da vida, do comunitário e do comunal.



por Ivanilda Figueiredo

## DIREITOS LGBTQIAPN+

### Contexto

31 milhões de pessoas alijadas das políticas públicas. Essa é a realidade da população LGBTI+ brasileira sob o governo Bolsonaro. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) não investiu nenhum recurso entre 2020 e 2022 do orçamento público federal em políticas públicas para a população LGBTI+. Em 2019, por força de compromissos firmados anteriormente, foram investidos 14 mil reais, um valor, diga-se, irrisório e que corresponde a 14% do previsto. Em 2022, as ações voltadas para LGBTI+ sequer aparecem no orçamento do MMFDH.

Soma-se à ausência de políticas públicas a estratégia de Bolsonaro de levantar uma “cláusula moral” que tem as pes-

soas LGBTI+ como alvo. Tal tática foi imprescindível tanto para alçá-lo a representante da extrema-direita brasileira quanto à categoria de Presidente da República:

As expressões de sexualidade e gênero infanto-juvenis tiveram muita visibilidade no período eleitoral em relação àquilo que uma matéria da Agência Pública chamou de “eleição do kit gay”. Foram ressuscitados materiais quando da polêmica envolvendo o Escola sem Homofobia, em 2011, e o “kit gay” transformou-se em um dos principais artefatos da campanha do presidente eleito do país, Jair Bolsonaro. O próprio Bolsonaro, deputado pouco expressivo em termos de ação legislativa e mais conhecido por sua postura pitoresca e teatral, afirmou, ainda em 2017, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, que sua carreira política foi catapultada pelo que ele cunhou como “kit gay”.

Uma cláusula moral, no direito contratual, é uma regra que restringe e/ou determina certos comportamentos aos indivíduos. Tal dispositivo é comum em contratos com pessoas públicas (atletas, artistas) para garantir uma boa imagem perante sua audiência. O infringimento dela, comumente, leva a rompimentos contratuais com penalidades impostas ao infrator. Ocorre que a norma criada para coibir comportamentos deletérios já foi utilizada como um modo jurídico de pressionar e perseguir pessoas LGBTI+, as quais eram ameaçadas de rompimento contratual caso resolvessem viver abertamente sua vida e seus afetos.

Escolhemos, portanto, propositadamente tal expressão para indicar o modo como necropolíticos com tendência autocrática manipulam sentimentos populares de moralidade em benefício de uma agenda própria. Importante aqui o uso de “necropolíticos” no sentido pensado por Achille Mbembe de ressaltar a pulsão de morte e ódio manejada por uma

política que escolhe os dignos e os indignos de vida.

Na última eleição presidencial, o “kit gay” e outras indizíveis “fake news” contra LGBTI+ foram as preferidas para influenciar seus adeptos. Na pandemia, até a Organização Mundial de Saúde foi acusada de ensinar “ideologia de gênero” às crianças. Isso como forma de, pasmem, deslegitimar as ações da agência para combater a disseminação do coronavírus. Atualmente, os ataques já retornam ferozes e a “cláusula moral” reverbera novamente num atávico medo de ameaça à família tradicional.

Ester Solano tem estudado de modo aprofundado e com muitos dados empíricos a ascensão da extrema-direita no Brasil, e tem levantado os argumentos utilizados pelos eleitores do atual Presidente Jair Bolsonaro. Dentre eles, ela afirma, é muito comum a alegação de uma cláusula moral:

*Uma das questões que os entrevistados mais defendem desta nova direita é que estaria protegendo os valores que têm sido perdidos no Brasil, depois de tantos anos de governo de esquerda. Família, religião, disciplina, autoridade e ética são questões que agora podem ser discutidas de novo, mas que durante muito tempo estavam fora do debate público.*

Neste cenário, em que o Governo Federal utiliza o imaginário popular para incentivar o ódio contra a população LGBTI+ e paralisa as políticas públicas, a ampla participação social dos movimentos sociais torna-se obstada com a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTI+. Tal extinção será objetivo de análise no próximo item. Antes de nela adentrarmos, importante ressaltar a repercussão da neocropolítica bolsonarista sobre a vida das pessoas LGBTI+.

Em 2021, houve, no Brasil, pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram identificadas 237 mortes. Entre os crimes ocorridos no ano passado, 262 foram homicídios (o que corresponde a 82,91% dos casos), 26 suicídios (8,23%), 23 latrocínios (7,28%) e 5 mortes por outras causas (1,58%). Esses dados são coletados por meio de pesquisa em jornais e redes sociais, pois, apesar de a decisão do STF de LGBTI+fobia ser considerada qualificadora do homicídio doloso por configurar motivo torpe, a maioria dos estados ainda não registra a LGBTI+fobia nos seus boletins de ocorrência.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao tratar da LGBTI+fobia em seu relatório anual, ressalta a dificuldade para mensurar esse tipo de violência pela baixa qualidade, ou mesmo a ausência total de dados. Ainda assim, o FBSP informa que:

*No tocante aos dados de violência contra a população LGBTQI+, notamos aumento em todas as variáveis, sob as tipificações de homicídio (7,2%), lesão corporal dolosa (35,2%) e estupro (88,4%)*

Espera-se que a recente criação, pelo Conselho Nacional de Justiça, do Formulário ROGERIA modifique essa realidade de ausência de dados.

A LGBTI+fobia estrutural, fonte de violências, no entanto, não vem sendo enfrentada devidamente. Um impeditivo é a disseminação de uma suposta ideologia de gênero que ameaça a família sendo propagada, quando se ensina respeito à diversidade sexual e cidadania LGBTI+ nas escolas,

disseminação esta realizada por necropolíticos das diferentes esferas da Federação e pelo governo Bolsonaro, tanto no âmbito interno quanto no plano internacional.

Apesar de decisões do Supremo Tribunal Federal contra legislações municipais que impedem os debates sobre questões de gênero e LGBTI nas escolas, surgem constantemente novas legislações restritivas, e os próprios docentes do ensino fundamental têm se refreado e parado de discutir direitos de gênero e LGBTI+ nas escolas por medo de represálias.

Como se vê, a população LGBTI+ brasileira está no centro da política bolsonarista de acesso ao poder por meio do levantamento de uma cláusula moral que gera pânico em considerável parcela das pessoas, e justifica a ascensão de necropolíticos com o intuito de assegurar uma suposta égide de proteção à família.

Por outro lado, os direitos LGBTI+ só são assegurados via decisões judiciais. Não há leis nem políticas públicas federais voltadas para essa população. É significativo, no entanto, que apesar de todo o esforço para deslegitimar a existência LGBTI+, o bolsonarismo não logrou aprovar nenhuma legislação restritiva de direitos em nível federal. Isso se dá, ao nosso ver, por quatro motivos:

- *Mobilização dos movimentos sociais, da população LGBTI+ e aliada quando da ameaça a direitos;*
- *Atuação de parlamentares aliados à causa LGBTI+;*
- *Posicionamento, ainda majoritário, no STF pró-direitos LGBTI+;*
- *Falta de interesse dos políticos bolsonaristas. Manter a tensão e o pânico contra LGBTI+ sempre presentes é essencial para garantir o poder dos necropolíticos.*

Neste cenário, a realidade vivida pela população LGBTI+

brasileira é tão complexa, em sua multidimensional dificuldade de acesso a direitos, por meio de leis e políticas públicas, que uma mudança de governo exige, antes de tudo, um retorno para o momento em que a população LGBTI+ era publicamente respeitada, tinha seu espaço nas políticas públicas e detinha uma parcela do orçamento voltada à garantia de seus direitos.

Isso sem mistificar aquele período, pois estudos de Aguião e Irineu demonstram o quanto ali persistia um cenário de baixo orçamento, políticas públicas desarticuladas e com baixa implementação e já se sentia a influência de necropolíticos na restrição da agenda LGBTI+.

Nosso texto, portanto, teve a licença dos coordenadores para tomar um rumo diferente dos demais, pois identificamos como necessário de revogação “apenas” do Decreto n. 9.883/2019. Mas não seria honesto com a realidade um texto que não apresentasse a complexidade do vivido pelo apagamento da população LGBTI+, sua ausência de orçamento e das políticas públicas e a utilização de nossas vidas e afetos como um modo de fomentar o ódio e restringir direitos.

---

## Decreto n. 9.883/2019

O Decreto n. 9.883/2019 extinguiu o Conselho Nacional LGBTI, apagando completamente qualquer menção à população LGBTI+ de seu texto e passando a tratar “das minorias étnicas e sociais; das vítimas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância”. Além disso, passa a contar apenas com três representantes da sociedade civil que poderiam representar, dado o objetivo do Decreto, qualquer grupo populacional. Porém, uma parcela do movimen-

to LGBTI+ decidiu ocupar esse espaço no intuito de manter alguma participação social e certo controle sobre o apagamento que vinha sendo imposto à população LGBTI+. São parte do atual conselho a Aliança Nacional LGBTI+, a Uma LGBTI e a ONG Pela Vida.

Para entender a importância do Decreto n. 9.883/2019 sob a agenda LGBTI+ é importante lembrar o longo caminho percorrido para a criação do antigo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTI+, sua composição paritária que contava com 15 membros do governo e 15 membros da sociedade civil, as resoluções criadas e a importância de seu papel na articulação do movimento LGBTI+ brasileiro.

A existência de Conselhos Nacionais não é uma novidade. O Conselho Nacional de Saúde foi criado em 1937, e o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pouco antes do golpe civil-militar de 1964. Porém, é inegável que a grande ampliação do número de colegiados com diversidade temática, ampla participação da sociedade civil e reuniões regulares é uma conquista realizada a partir do primeiro governo Lula.

Quando de sua eleição, em 2003, havia uma expectativa de como seriam reproduzidas as experiências de participação social realizadas por meio dos Orçamentos Participativos municipais em âmbito nacional, e a resposta veio pela realização de um conjunto de Conferências Nacionais e a criação dos inúmeros conselhos com participação paritária entre governo e sociedade civil.

O Conselho Nacional LGBTI+ é o resultado da articulação do movimento social em âmbito federal, mas também da pressão exercida por essas pessoas para a organização dos processos de conferências municipais e estaduais para edição da Nacional.

De acordo com Bruna Irineu, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em princípio, foi instituído como uma resposta às deliberações da Conferência de Durban sobre Racismo. Tendo sido criado por meio do Decreto n. 3.952, de 04 de outubro de 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tanto que os representantes da sociedade civil eram:

Art. 3º

XII - onze representantes de movimentos sociais e organizações não governamentais, com especial ênfase na participação de entidades da comunidade negra, que se ocupem de temas relacionados com a promoção da igualdade e com o combate a todas as formas de discriminação.

Com a ampliação da participação no governo Lula, o CNCD amplia sua competência e, além de tratar de direitos relacionados à população negra e indígena, passa também a cuidar da população LGBTI+. Sob sua égide, é criado o Programa Brasil sem Homofobia, a primeira política nacional de enfrentamento ao preconceito contra a população LGBTI+.

Em 2010, o tema da igualdade racial passa a ser tratado pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e o CNCD torna-se apenas LGBT, por força da pressão exercida na I Conferência Nacional LGBT, que faz com que o Presidente Lula edite o Decreto n. 7.388/2010.

Se 12 anos depois, o ser LGBTI+ ainda é razão para que parcela da população se inebrie com apelo dos necropolíticos, pode-se imaginar a importância ímpar da mera existência de um Conselho LGBTI+.

Só a criação do Conselho já é um modo de legitimar a vivência LGBTI+, do debate sobre seus direitos e a impor-

tância da presença do tema no âmbito governamental. É, literalmente, dizer que o governo assume a importância da garantia de direitos desse segmento populacional.

A presença paritária entre governo e sociedade civil tornava possível um amplo debate sobre políticas necessárias à garantia de direitos dessa população. Lá se pensou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para LGBT, diretrizes para a permanência de travestis e pessoas trans nas escolas, modos de se registrar LGBTI+fobia nos boletins de ocorrência. Todas essas discussões se tornaram Resoluções do Conselho, e são, ainda hoje, demandas dos movimentos sociais. Muitas delas são, inclusive, contestadas por necropolíticos por meio de Projetos de Decretos Legislativos apresentados na Câmara dos Deputados.

A existência de um Conselho Nacional também pressiona para a criação de seus pares nos âmbitos dos estados e municípios e, portanto, para a criação de normas e políticas públicas nessas esferas.

Além desses efeitos mais diretamente apreensíveis, temos defendido que a conquista de direitos humanos exige atuações complexas e multidirecionadas. Portanto, a existência de um órgão como o CNCD proporciona reflexos para a conquista de direitos em outros âmbitos institucionais. A presença constante dos movimentos sociais em Brasília possibilitava que estes tivessem reuniões periódicas, se articulassem entre si e criassem estratégias de atuação, permitia que aproveitassem o período de estada na capital federal para visitas ao Legislativo e ao Supremo Tribunal Federal.

---

## Considerações finais

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexuais são parte da miríade de pessoas que compõem a diversa e plural comunidade LGBTI+. Todas essas pessoas tiveram sua existência, sua identidade, seus afetos, seus desejos, suas famílias, pessoalmente atacados por uma necropolítica que levanta uma cláusula moral contra nós, como forma de obter legitimidade. Embora o governo Bolsonaro tenha eleito inúmeros inimigos internos (mulheres, pessoas negras, população indígena...), as pessoas LGBTI+ foram aquelas mais chamadas a serem expostas como forma de disseminar medo na população.

A tal “ideologia de gênero”, tão explorada por Bolsonaro com um mal a ser combatido, era o medo de que as crianças pudessem vir a se tornar jovens e adultos LGBTI+. A força simbólica de termos milhares de pessoas votando e temendo que seus filhos possam ser como nós é algo doloroso e imensurável. Não à toa, tantas pessoas LGBTI+ se afastaram de amigos e familiares, tratava-se de assumir que aquelas pessoas não nos viam como iguais, não nos achavam tão dignos de direitos quanto elas próprias, temiam que seus filhos pudessem seguir nossos passos. Escrevo com dor em primeira pessoa algo que deveria ser uma análise impessoal, mas não é. O pessoal é político, e há muito aprendi com Audre Lorde que meu silêncio não irá me proteger, nem aos meus filhos.

O efeito psicológico, o dano público, a submissão ao preconceito e a discriminação por força de uma política que nos elegeu como alvos são tão complexos que se tornam imensuráveis em toda sua inteireza, mas isso não quer dizer que

não existam números. Os assassinatos, as violências, os suicídios são registrados pelos órgãos de saúde e segurança, embora não estejam corretamente sistematizados, pois para uma política em que nossa existência é indesejável, nossas mortes também não se apresentam relevantes.

A primeira mudança que a população LGBTI+ precisa ter no governo Lula é sobre a consideração e apreço por nossas vidas. Precisamos deixar de ser os indesejáveis para sermos respeitados em nossa pluralidade e diversidade, queremos voltar a ser celebrados por sermos quem somos. Para isso, torna-se relevante um gesto simbólico da Presidência de que as pressões políticas e religiosas não farão com que permaneçamos à margem. Lula fez esse gesto quando participou da I Conferência Nacional LGBT, em 2008. Precisamos de um gesto dessa magnitude de seu novo governo.

Porém, mais do que isso, necessitamos de uma resposta institucional completa para dar conta dos efeitos deletérios promovidos pela política bolsonarista à nossa comunidade. É preciso resgatar a política de defesa e promoção dos direitos LGBTI+ como parte da política de direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto no relevante papel do Brasil para a consolidação desta pauta internacionalmente. Neste sentido, é muito importante a ratificação da Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, assinada pela Ministra Maria do Rosário Nunes, em 2013, é imperioso o retorno da pauta LGBTI+ no orçamento público, o estabelecimento de uma Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI+, e a reestruturação do Conselho Nacional LGBTI+. Só como orçamento e estrutura institucional será possível reverter o aumento da violência e promover políticas públicas contra a discriminação.



por *Caroline Teixeira Jorge*

# ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

## Introdução

O cenário econômico e social no qual estamos inseridos, infelizmente, é caótico: são mais de 10 milhões de desempregados, inflação no patamar de dois dígitos e mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. O fim da política de valorização do salário mínimo, que sempre representou um farol para os demais salários na economia, significou a corrosão do poder de compra dos trabalhadores brasileiros. A regra do teto de gastos (EC 95/2016) sufoca a capacidade do Estado de realizar despesas públicas e uma política fiscal anticíclica, o que aprofundou a recessão econômica iniciada pela pandemia do novo coronavírus. Mesmo com aumento das

receitas tributárias, não é possível aumentar o gasto público em prol da população, por conta de uma regra fiscal sem paralelos no mundo. E com a alta generalizada dos preços, os juros voltam a subir, favorecendo o mercado financeiro e aprofundando as desigualdades de renda.

O desmonte do Estado iniciado no governo Temer e aprofundado pelo governo Bolsonaro foi brutal. A extinção do Ministério do Planejamento, do Ministério do Trabalho, e do Ministério da Previdência, já indicaram, desde o início, as prioridades equivocadas. Instrumentos de planejamento estratégico, como o Plano Plurianual (PPA), foram praticamente esvaziados. De um lado, as políticas sociais retrocederam, com cortes de gastos na cultura, na assistência social e na educação. A saúde foi salva pelo orçamento de guerra durante a pandemia, mas a ação tardia e negacionista dificultou sobremaneira o enfrentamento dessa crise. O desinvestimento público e a falta de planejamento deixaram o país sem direção, com a economia sujeita aos ventos do mercado, que, com a pandemia, viraram tempestade.

No mercado de trabalho, o governo propôs a Carteira Verde Amarela por meio da MP 905/2019, que retirava direitos do trabalhador, sob a justificativa de que menores custos para o empresariado estimulariam novas contratações. Ora, em lugar de realizar políticas de estímulo à atividade econômica, com proteção ao trabalhador, o governo tentou encaminhar uma proposta ultrapassada. A carteira Verde Amarela seria uma afronta ao trabalhador ao retirar, por exemplo, o direito à gratificação de férias, ao 13º salário e ao FGTS. A medida também tentava ampliar a desregulamentação da jornada de trabalho instituída na reforma trabalhista de 2017, com a liberação do trabalho aos domingos e feriados, sem pagamento em dobro. Felizmente a MP per-

deu vigência por não ser votada pelo Congresso.

A ausência de políticas de geração de renda foi ainda agravada por medidas que aumentaram o endividamento de famílias mais vulneráveis. Setores econômicos, como a agricultura familiar, não foram protegidos, enquanto outros, como garimpo ilegal, foram estimulados. A falta de uma política externa de inserção estratégica do Brasil nas cadeias globais produtivas resultou em isenções fiscais erráticas e prejudiciais à indústria nacional.

A reconstrução econômica e social do país exigirá um esforço enorme e dependerá da capacidade do Estado de reconstruir seus instrumentos de política econômica. Derrubar o teto de gastos, retomar os investimentos públicos e a política industrial, com recuperação do papel dos bancos públicos no financiamento do desenvolvimento serão parte fundamental deste grande desafio.

No entanto, medidas podem ser rapidamente tomadas para corrigir parte do retrocesso, por meio da revogação de Resoluções, Portarias e Decretos. Na área econômica, isso significa, por exemplo, reavaliar o processo de desestatização em curso – diversos decretos incluem empresas públicas no Plano Nacional de Desestatização, o que significa, na prática, a entrega do patrimônio público e a perda estratégica de soberania nacional. Apesar da necessidade de uma ampla revisão da economia política do orçamento, uma rápida revogação de portarias pode destravar recursos da saúde e da cultura, dentre outras possibilidades.

A seguir apresentamos as prioridades de revogação no campo econômico.

---

## Desestatização

*O processo de desestatização de empresas públicas brasileiras faz parte da lógica neoliberal de abertura de mercado para o setor privado que se iniciou na década de 1990. A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, estabeleceu os parâmetros relativos ao Programa Nacional de Desestatização que tinha como diretrizes a reordenação da posição estratégica do Estado na economia e a reestruturação econômica do setor público com caráter de abatimento de dívida pública.*

**T**ratou-se de um verdadeiro processo de desmonte do Estado, sob a justificativa maior eficiência do setor privado na alocação de recursos, o que já se mostrou falacioso em diversos estudos. A perda de soberania nacional com a entrega de setores estratégicos da economia joga o país à mercê dos ventos geopolíticos internacionais. Também reduz a capacidade de atuação anticíclica do Estado, que poderia alavancar investimentos nas empresas estatais em momentos de crise econômica, o que não é possível sob a lógica restrita do lucro. Por fim, a finalidade de empresas, sob a lógica pública, atende a demandas sociais e econômicas de desenvolvimento do país.

O governo Bolsonaro acelerou o desmonte das estatais e a entrega do patrimônio público ao setor privado. A seguir levantamos uma lista de Resoluções e Decretos que merecem ser revogados para evitar tamanho retrocesso estratégico no país. Processos de desestatização nos setores de energia e petróleo, como Eletrobrás e Petrobrás, são apresentados em Relatório específico desse tema.

---

## **Desestatização da EBC - Decreto nº 10.669, de 08/042021**

*Dispõe sobre a inclusão da Empresa Brasil de Comunicação S.A. no Programa Nacional de Desestatização e altera o Decreto nº 10.534, de 20 de maio de 2020. O decreto representa o primeiro passo para a privatização da EBC, empresa de grande interesse público e responsável, por exemplo, pela TV Brasil e Agência Brasil. A produção e a programação da emissora de rádio e televisão priorizam finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, e promovem a cultura nacional e regional. Dentre suas finalidades estão o estímulo à produção independente, a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, e o respeito aos valores éticos e sociais.*

---

## **Desestatização da Dataprev: Decreto nº 10.199, de 15/01/2020.**

*Dispõe sobre a qualificação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.*

**A** Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) é uma empresa pública brasileira criada pela Lei 6.125/1974, vinculada ao Ministério da Economia. Sua

função é realizar a gestão da Base de Dados Sociais Brasileira, que conta com dados pessoais e sociais de todos os cidadãos, visando operar os programas sociais do Brasil. Privatizá-la é transferir à iniciativa privada todas essas informações, incluindo dados sensíveis de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados. A empresa foi fundamental para soluções digitais durante a pandemia de covid-19, como por exemplo o processamento de grandes volumes de dados que viabilizaram o Auxílio Brasil e auxílio nas mudanças da data de entrega do Imposto de Renda.

---

## **Desestatização do Serpro: Decreto nº 10.206, de 22/01/2020**

*Dispõe sobre a qualificação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.*

**O** Serpro é a maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia de informação do Brasil. Foi criado pela Lei nº 4.516/1964 para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública e atualmente é vinculado ao Ministério da Economia.

Além de informações e sistemas relacionados à operação administrativa da máquina mantida pelo Poder Público, o Serpro desenvolve os seguintes produtos:

- Cadastro de Pessoas Físicas;
- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- CNH digital, base de dados com o histórico integral da

carteira de habilitação dos condutores de veículos, inclusive e especialmente das multas que lhe são aplicadas;

- IRPF, em que se insere a totalidade das informações fiscais dos brasileiros anualmente declaradas ao fisco;

- Renavam, com as informações relacionadas a qualquer veículo automotor registrado no Brasil;

- Coleta e processamento de informações destinadas a atender o trabalho de órgãos de inteligência e investigação, como a Abin, a Polícia Federal e o Coaf;

- Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), utilizado para acompanhar a entrada e a saída de mercadorias no solo brasileiro, cuja eventual descontinuidade pode resultar em sérios embaraços à importação e à exportação de mercadorias no país.

Tendo em vista a relevância e o caráter extremamente sensível de cada uma das informações imputadas a seu cargo, e ainda o fato de que o Serpro viabiliza operações administrativas essenciais ao funcionamento do Estado, torna-se evidente que não podem ser aplicados os termos do Programa Nacional de Desestatização tal como se cogita no decreto confrontado.

---

### **Empreendimentos públicos federais do setor aquaviário: Decreto nº 10.865, de 19/11/2021**

*Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor aquaviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.*

---

### **Empreendimentos:**

*I - Canal de São Gonçalo;*

*II - Hidrovia da Lagoa Mirim, no trecho entre o Canal do Sangradouro, no extremo norte,*

*III - Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar, no extremo sul.*

Esses empreendimentos compõem a hidrovia Brasil-Uruguai, que se apresenta como um projeto estruturador de integração logística para a região sul do continente sul-americano. Sua vocação é predominantemente voltada para os fluxos internos entre os países que compõem o corredor hidroviário.

A região hidrográfica do Atlântico Sul conecta Uruguai e Brasil através do rio Jaguarão, Lagoa Mirim, canal São Gonçalo, Lagoa dos Patos e canal Miguel da Cunha, permitindo uma saída de exportação fluvial através do Oceano Atlântico.

Um empreendimento dessa grandeza, que significa um grande passo para o desenvolvimento da hidrovia Brasil-Uruguai, não deveria ser entregue ao setor privado, mas sim valorizado como ativo público, gerador de empregos e garantidor de infraestrutura logística nacional.

*Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A – CEITEC*

---

### **Decreto nº 10.297, de 30/03/2020**

*Dispõe sobre a inclusão do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. no Programa Nacional de Desestatização*

---

### **Decreto nº 10.578, de 15/12/2020**

*Dispõe sobre a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicação das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica.*

**F**undada em 2008, a Ceitec era uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia que atuava na área da informática, no segmento de semicondutores e circuitos integrados, e desempenhava papel no desenvolvimento da indústria de microeletrônica no país. Hoje, a Ceitec é a única empresa da América Latina capaz de desenvolver, projetar e fabricar semicondutores em larga escala. A empresa conta com 36 patentes de invenção, 11 registros de desenho industrial, 8 projetos de microeletrônica e processos em desenvolvimento. Entre os produtos feitos pela empresa estão sondas intracranianas e o teste PCR da covid-19.

O setor de semicondutores é um dos que apresenta maior produtividade nas cadeias globais de valor. A pandemia e a

guerra da Ucrânia, por exemplo, provocaram impactos na produção global por falta de chips, o que incentivou diversos países à construção de fábricas de semicondutores.

O processo de liquidação da empresa está parado por decisão cautelar do Tribunal de Contas da União. A revogação desses decretos e o recuo no processo de privatização são fundamentais. A entrega desse ativo público não pode ser realizada sem profunda avaliação de seus impactos sobre a cadeia produtiva e a posição estratégica mundial do Brasil nesse setor.

---

### **Desestatização de Unidades de Conservação**

*Incluir Unidades de Conservação no Programa de Parcerias de Investimentos e no Programa Nacional de Desestatização pode significar a entrega ao setor privado da responsabilidade de preservação do patrimônio ambiental e cultural do povo brasileiro.*

**N**o caso dos Parques Nacionais, a lógica privada do lucro pode inclusive dificultar o acesso da sociedade civil por meio de tarifas inacessíveis à maior parte da população. Ademais, é importante lembrar dos desastres de Brumadinho e Mariana, mais um reflexo do entreguismo e da forma com que o setor privado se compromete com um modelo ambiental pautado pela destruição.

Decretos foram editados para qualificar unidades de conservação ambiental ao Programa de Parceria de Investimentos, para fins de concessão da prestação de serviços públicos de apoio à visitação, com previsão de custeio de ações de apoio à conservação, proteção e gestão. Essas medidas

deveriam ser debatidas em profundidade com a sociedade civil e com os órgãos de preservação do meio ambiente, e não tomadas de forma açodada por meio de decretos.

---

## **Decreto nº 10.147, de 02/12/2019**

I - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Estado do Maranhão;

II - Parque Nacional de Jericoacoara, no Estado do Ceará; e

III - Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Decreto nº 10.958, de 07/02/2022

I - Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro;

II - Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais;

III - Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais;

IV - Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; e

V - Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

Decreto nº 10.447, de 07/08/2020

I - Parque Nacional de Brasília, localizado no Distrito Federal, e

II - Parque Nacional de São Joaquim, localizado no Estado de Santa Catarina

Decreto nº 10.673, de 13/04/2021.

I - Floresta Nacional de Brasília;

II - Parque Nacional da Serra dos Órgãos;

III - Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;

IV - Parque Nacional de Ubajara;

V - Parque Nacional da Serra da Bocaina; VI - Parque Nacional da Serra da Capivara;

VII - Parque Nacional da Serra da Bodoquena;

VIII - Parque Nacional do Jaú;

IX - Parque Nacional de Anavilhanas.

Decreto nº 10.958, de 07/02/2022

I - Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais;

II - Parque Nacional da Serra do Cipó, localizado no Estado de Minas Gerais;

III - Parque Nacional de Caparaó, localizado na divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo;

IV - Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado no Estado do Rio de Janeiro;

V - Floresta Nacional de Ipanema, localizada no Estado de São Paulo.

Resolução nº 106, de 19/11/2019

I - Parque Nacional de Aparados da Serra

II - Parque Nacional da Serra Geral

Decreto nº 10.331, de 28.4.2020

I - Parque Nacional de Aparados da Serra, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;

II - Parque Nacional da Serra Geral, nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Decreto nº 10.381, de 28.5.2020

Projetos de concessão das Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

---

## **Desestatização da Conab: Decreto nº 10.767, de 12/08/2021**

*Dispõe sobre a qualificação de armazéns e de imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.*

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi criada e estruturada para cumprir dois papéis complementares: a) contribuir para alavancar o fortalecimento do agronegócio e a exportação de commodities e, b) ser o órgão operador de programas de segurança alimentar e nutricional. Entretanto, os mecanismos de estoques reguladores de alimentos vêm sofrendo um forte revés, afetando essa harmonia: em uma década, tiveram uma redução de 96% na média anual.

A Companhia foi criada por meio da Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional.

A presente qualificação de armazéns e de imóveis da Conab no PPI ocorre em ato contínuo ao fechamento de 27 das 92 Unidades Armazenadoras da empresa pública dentro do seu programa de “modernização” e “revitalização”. De outro modo, pode ser considerada consequência direta do desmonte das políticas públicas adotadas pelo atual gover-

no no âmbito da agricultura brasileira. O maior corte é na região centro-oeste, de 62%, equivalente a 21 armazéns, restando apenas 8. No Nordeste, 3 das 33 estruturas fecharão; no Norte restará somente 7 dos 11 que existiam; no Sudeste cairá de 17 para 12 e no Sul de 7 para 5.

O fechamento das 27 unidades armazenadoras da Conab colide frontalmente com a missão institucional da própria companhia enquanto promotora de segurança alimentar e nutricional, comprometendo, por extensão, a execução das ações e programas de Abastecimento Social como: Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas, Distribuição de Cestas e Vendas em Balcão.

---

## **Desestatização CBTU: Decreto nº 9.999 de 03/07/2019**

*Dispõe sobre a qualificação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.*

A inclusão da CBTU no PND coloca em risco a condição de mobilidade dos usuários que utilizam os serviços dessa empresa pública. Como na grande maioria das cidades que dispõem desse importante modal de transporte de massas, seu custo é subsidiado pelo Estado.

A mobilidade urbana nas grandes cidades do Brasil está entrando em colapso e a entrega do patrimônio público não é a solução. O modal metroviário precisa ser ampliado e a presença do Estado é fundamental para garantir os

investimentos necessários a longo prazo, e a garantia de tarifas acessíveis aos usuários.

---

### **PPI – Setor Educacional: Decreto nº 10.055, de 14/10/2019**

*Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atendimento socioeducativo, para fins de elaboração de estudos das alternativas de parcerias com a iniciativa privada para a construção, a modernização e a operação de unidades socioeducativas, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.*

O Decreto em questionamento prevê que o Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente seja inserido no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI). O Fundo é garantido pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e tem por objetivo assegurar e garantir políticas públicas em direitos humanos de crianças e adolescentes.

Trata-se de grave ataque ao ECA e da tentativa de desmontar o Sistema de Direitos da Criança e Adolescente, em um contexto de ataques à própria participação social no Estado Brasileiro. Ao legislar por Decreto matéria prevista em Lei, o Poder Executivo exorbita suas capacidades constitucionais, atingindo as fronteiras do Poder Legislativo, uma vez que a gestão do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente é prevista na Lei Ordinária do ECA.

---

### **II. BPC: Decreto nº 9.462 de 08/08/2018**

*Altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.*

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi determinado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1994. Atualmente, destina-se a pessoas com mais de 65 anos e pessoas com deficiência, independentemente de terem contribuído previamente à Previdência Social, ou seja, trata-se de uma transferência de renda não contributiva de responsabilidade do Estado. O benefício é concedido somente àquelas pessoas que estão abaixo da linha de indigência prevista na LOAS (renda familiar per capita equivalente a um quarto do salário mínimo). Esse benefício é financiado por transferências do Tesouro Nacional, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e tem como principal fonte a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O referido decreto prevê a inscrição obrigatória no Cadastro Único e no Cadastro de Pessoa Física (CPF) das pessoas que recebem o BPC. O percentual de beneficiários que não estão inscritos no cadastro já chegou a 60%. O benefício será bloqueado mesmo que o INSS, responsável pelo pagamento do BPC, não consiga notificar o beneficiário. Após o bloqueio, o beneficiário terá apenas dez dias para apresentar a defesa. Atualmente, 4,7 milhões de pessoas em condições de miserabilidade recebem o BPC.

Com essa decisão o governo ataca os mais desprotegidos na nossa sociedade, ao não reconhecer as dificuldades das famílias em acessar bancos, se informar, e providenciar defesa e documentos em um prazo exíguo de 10 dias. A decisão tende excluir as famílias do programa, independente das possíveis irregularidades. O cadastramento deveria constituir processo mais cuidadoso.

---

### **III. Tributação do Simples Nacional: Resolução nº 150, de 03/12/2019**

*Altera a Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).*

A Resolução excluiu uma série de ocupações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006 do rol dos beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Dentre as exclusões estão as seguintes atividades: produções cinematográficas, audiovisuais, artísticas e culturais, sua exibição ou apresentação, inclusive no caso de música, literatura, artes cênicas, artes visuais, cinematográficas e audiovisuais.

Assim, a referida Resolução representou ataque a direitos conquistados por diversas categorias profissionais e, em especial, ao segmento dos trabalhadores da arte e da cultura.

Segundo levantamento do Sebrae divulgado em setembro, cerca de um terço desses microempresários registra-

dos como MEI atuavam na informalidade anteriormente, deixando de recolher impostos para os cofres públicos. A mesma instituição aponta que a exclusão atingirá 611 mil profissionais da área cultural brasileira, diretamente, que poderão retornar à informalidade.

---

### **IV. Programas de aprendizagem educacional: Decreto nº 11.061, de 04/05/2022**

*Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto nº 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.*

O Decreto regulamenta os procedimentos para implementação da MP 1.116/2022, que ampliará a precarização das relações de trabalho. Além de ser inconstitucional por ferir os direitos básicos da Constituição Federal, a MP autoriza empresas que atualmente cumprem a cota de aprendizagem a aderirem a um Projeto que terá por efeito imediato a desobrigação de contratar aprendizes.

Audidores Fiscais do Trabalho, servidores de carreira do Ministério do Trabalho e Previdência e Coordenadores de Fiscalização de Aprendizagem Profissional apontam que os normativos citados criam regras que beneficiam empresas descumpridoras da cota de aprendizagem e proíbem a Auditoria Fiscal do Trabalho de atuar contra as irregularidades cometidas contra a Lei da Aprendizagem, vedando a lavratura de auto de infração contra empresas que não cumprem a cota de aprendizagem. Além disso, os norma-

tivos suspendem multas já aplicadas, criando indulto aos infratores da lei.

Os normativos trazidos pela MP preveem regras absurdas como alterações prejudiciais no cálculo da cota de aprendizes, retirada da prioridade de contratação de aprendizes com idade entre 14 e 18 anos (o que prejudica o combate ao trabalho infantil), permissão para transferência de cota para instituições que não tem condições de ofertar formação profissional aos jovens e adolescentes, retirada de atribuição dos Auditores Fiscais do Trabalho para fiscalizar o modelo alternativo de cumprimento de cota de aprendizes, e redução da carga horária teórica dos cursos de aprendizagem. Tais medidas claramente trarão prejuízos ao programa jovem aprendiz, que tem papel fundamental para a inserção de jovens no mercado de trabalho.

---

## **V. Orçamento da Cultura: Deliberação de Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Cinema - Ancine nº 999-E, de 08/12/2020**

*Cancela os saldos de chamadas públicas, extingue o regulamento geral do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (Prodav); e define um orçamento para o setor menor do que a arrecadação do mesmo.*

O decreto cancelou os efeitos da Deliberação de Diretoria Colegiada da Ancine n. 999-E, de 08 de dezembro de 2020, que promoveu as seguintes mudanças:

- Extinção do regulamento geral do Programa de Desenvolvimento do Audiovisual (Prodav);
- Redefinição do orçamento de cerca de R\$ 410 milhões,

quando a Lei Orçamentária Anual previu arrecadação de R\$ 695 milhões para o setor;

- Cancelamento dos saldos das seguintes chamadas públicas:
  - a) Fluxo Contínuo TV 2018 (um edital de 251 milhões de reais);
  - b) Fluxo Contínuo Comercialização 2018 (28 milhões de reais);
  - c) Prodav 13/2016 (14 milhões de reais);
  - d) Fluxo Coprodução Internacional 2019 (39 milhões de reais);
  - e) Ancine /FSA n. 01/2016 e n. 01/2017.

Essas mudanças e redefinição de orçamento representam o não pagamento de compromissos assumidos publicamente com muitos produtores culturais. A extinção do Prodav, por sua vez, gera casuísmos a partir de regulamentos distintos, tornando o processo ainda mais lento e burocratizado. O financiamento à cultura deve ser encarado como política pública central em um governo comprometido com o povo brasileiro.

---

## **VI. Orçamento da Saúde - Portaria nº 2.979, de 12/11/2019**

*Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.*

A referida portaria muda os critérios de rateio de recursos federais destinados ao financiamento da atenção primária em saúde, esvaziando o caráter universal do Sistema Único de Saúde (SUS), e dificultando ainda mais suas condições de financiamento.

A proposta estabelece a definição do rateio de recursos

federais a partir da “pessoa cadastrada”, rompendo com o princípio da saúde como direito de todas as pessoas e inviabilizando a aplicação de recursos públicos segundo as necessidades de saúde da população nos territórios.

A proposta também altera significativamente as condições de financiamento e organização da Estratégia de Saúde Família – ESF. O Programa Saúde na Hora, priorizado pelo Ministério da Saúde, reduz a equipe multiprofissional da ESF e valoriza o modelo biomédico de cuidado fragmentado, correndo-se o risco de organizar as unidades básicas de saúde a partir da lógica das unidades de pronto atendimento. O programa também prioriza a delimitação de uma carteira de serviços, que transforma a atenção primária em atenção focalizada, rompendo com o princípio de integralidade.

---

### **Portaria nº 2.979, de 12/11/2019**

*Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.*

A referida portaria muda os critérios de rateio de recursos federais destinados ao financiamento da atenção primária em saúde, esvaziando o caráter universal do Sistema Único de Saúde (SUS), e dificultando ainda mais suas condições de financiamento.

A proposta estabelece a definição do rateio de recursos federais a partir da “pessoa cadastrada”, rompendo com o princípio da saúde como direito de todas as pessoas e invia-

bilizando a aplicação de recursos públicos segundo as necessidades de saúde da população nos territórios.

A proposta também altera significativamente as condições de financiamento e organização da Estratégia de Saúde Família – ESF. O Programa Saúde na Hora, priorizado pelo Ministério da Saúde, reduz a equipe multiprofissional da ESF e valoriza o modelo biomédico de cuidado fragmentado, trazendo o risco de organizar as unidades básicas de saúde a partir da lógica das unidades de pronto atendimento. O programa também prioriza a delimitação de uma carteira de serviços, que transforma a atenção primária em atenção focalizada, rompendo com o princípio de integralidade.

---

### **Portaria do Ministério da Saúde nº 3.992, de 28/12/2017**

*Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde. Modifica a forma de repasse da modalidade fundo a fundo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.*

A Portaria GM/MS no 204, de 29 de janeiro de 2007, regulamentou o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde, que passou a ser organizada em blocos de financiamento, abrangendo diferentes áreas do SUS: atenção básica, assistência farmacêutica, vigilância em saúde, média e alta complexidade, investimento e gestão. Essa divisão em seis blocos de financiamento significou um grande avanço para o SUS, por implicar em

uma maior responsabilização do gestor e possibilitar um melhor monitoramento e acompanhamento da execução das ações pelas instâncias de controle social.

Nesse modelo, cada um dos seis blocos ainda era subdividido em unidades menores, e funções programáticas. Isso permitia uma melhor fiscalização da aplicação dos recursos transferidos e garantia que nenhuma das áreas essenciais fosse negligenciada pelos gestores.

No entanto, a portaria reduziu os seis blocos para apenas dois, investimentos e custeio. A mudança representa um retrocesso no financiamento da atenção básica e da vigilância em saúde no SUS. Pode haver, por exemplo, redirecionamento de recursos para áreas como a de média e alta complexidade e de assistência farmacêutica, com forte presença do setor privado. Por fim, os órgãos de controle e os conselhos de saúde terão maior dificuldade para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos em suas áreas de competência.

---

## **VII. Desincentivo fiscal ao Vale Alimentação: Decreto nº 10.854, de 10/11/2021**

*Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.*

O questionado decreto altera a Lei n. 6.321/76, que garante aos contribuintes o direito à dedução da integralidade das despesas do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração da base de cálculo do imposto de

renda da pessoa jurídica. Inova a ordem jurídica originária passando a limitá-la apenas aos trabalhadores que recebiam até cinco salários mínimos.

Ante o custo fiscal imposto, o Decreto estimula as empresas a não fornecerem vale-refeição e alimentação aos seus trabalhadores. Se isso fosse recompensado por maiores salários, o impacto macroeconômico seria mitigado. No entanto, a ausência do vale alimentação significará menos recursos circulando na economia, com prejuízos para o trabalhador.

---

## **VIII. Agrotóxicos: Convênio nº 100/1997 – CONFAZ**

*Dispõe sobre o desconto de 60% do ICMS para agrotóxicos.*

O Convênio prevê um desconto de 60% do ICMS para “inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas, parasiticidas, germicidas, acaricidas, nematicidas, raticidas, desfolhantes, dessecantes, espalhantes, adesivos, estimuladores e inibidores de crescimento (reguladores), vacinas, soros e medicamentos, produzidos para uso na agricultura e na pecuária”. O convênio está renovado até 2025, com mudança para o setor de fertilizantes, que contará com ajustes graduais na redução da base de cálculo de modo que a alíquota efetiva até 2025 seja de 4%, independentemente do tipo de operação realizada (importação, interna e interestadual).

Tal política representa um incentivo ao uso indiscriminado de agrotóxicos, que contaminam espécies que não interferem no processo de produção agropecuária e podem trazer uma série de problemas para as superfícies onde se

depositam (vegetação, solos e rios).

Estudo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), conduzido por pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mostra que as políticas de isenções de impostos em agrotóxicos soma quase 10 bilhões de reais por ano, custo quatro vezes maior que o orçamento do Ministério do Meio Ambiente em 2020, que foi de 2,7 bilhões.

---

### **IX. Controle Social do Pronaf: Portaria SAF/MAPA nº 142, de 29/04/2021**

*Declara expressamente a revogação do Controle Social da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, e dá outras providências.*

A citada portaria revoga o controle social nos procedimentos da Declaração de Aptidão ao Pronaf – Dap, prevista na portaria n. 1 de 2017 e pela portaria n. 523 de 2018.

O Controle Social da DAP é executado em âmbito municipal, pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS ou entidade congênere, que buscam acolher entre os seus representantes as entidades públicas e privadas emissoras da DAP e as instituições financeiras operadoras do crédito rural de amparo ao Pronaf.

A revogação da participação dos CMDRS ou entidade congênere no controle de todos os procedimentos que tratam a Declaração de Aptidão ao Pronaf é um grande retrocesso, que poderá trazer prejuízos para a agricultura familiar e traz dificuldades para a transparência na gestão pública.

---

### **X. Imposto de importação de armas: Resolução GECEX Nº 126, de 8/12/2020**

*Reduz a zero alíquota de importação de armas.*

A Resolução em questionamento reduz a alíquota de importação de revólveres e pistolas de 20% do valor do produto para zero a partir de janeiro de 2021. A irrazoabilidade da medida é cristalina. Confere tratamento diferenciado para a Tarifa Externa Comum (TEC) praticada pelos membros do Mercosul para uma série de bens, contrariando acordos firmados entre os países do Mercosul e incentivando a posse e o porte de armas no Brasil.

Não se vislumbra qualquer benefício com a medida, pelo contrário. Poderíamos discutir a prorrogação da redução de alíquotas para os alimentos, por exemplo, o que reduziria o preço e favoreceria a população brasileira. A prioridade em criar incentivo fiscal para compra de armas de fogo estimula a violência e não faz parte de uma política de desenvolvimento social e econômico do país.

---

## Conclusão

O Brasil precisa urgentemente de um projeto nacional de desenvolvimento. Um novo governo progressista e comprometido com o povo brasileiro deverá reconstruir a agenda econômica e social do país, o que envolverá retomar as políticas industrial e de distribuição de renda, os investimentos em saúde, educação, ciência e tecnologia, realizar uma reforma tributária e, sobretudo, reconfigurar o papel do Estado na indução do desenvolvimento. Como dissemos na introdução deste relatório, o desafio é grande diante dos retrocessos promovidos pelo governo Bolsonaro. A agenda deverá ser debatida com o Congresso Nacional e as políticas finamente desenhadas. Esse relatório, no entanto, apontou caminhos para “limpar o terreno”, com a revogação de atos normativos relacionados à desestatização, captura de orçamento, e desmonte de projetos consolidados. O momento é agora, na direção do país que queremos.



por Herbert Anjos

# EDUCAÇÃO

## Introdução

A educação brasileira sofreu significativas alterações a partir de abril de 2016, quando um golpe parlamentar derrubou a presidenta Dilma Rousseff e alçou Michel Temer ao Palácio do Planalto. É no período compreendido entre 2016 e 2018 que se operaram algumas das principais modificações que incidiram com força na educação, a exemplo da instituição do Teto de Gastos (emenda 95) que impede novos investimentos em educação por 20 anos e a aprovação da lei 13.415, responsável pela instituição do Novo Ensino Médio, que acabou por precarizar e ampliar, ainda mais, o abismo existente entre o ensino público e o ensino particular. Também é necessário lembrar que foi a partir de 2016 que a educação brasileira perdeu a sua principal fonte extra de recursos que viria da exploração do pré-sal. As leis posterior-

res (12.586/2017 e 14/052/2020) acabaram por alterar o montante e a partilha dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, diminuindo significativamente o montante de verbas da educação. Todas essas medidas de austeridade objetivavam precarizar o serviço público, diminuir o custo da formação da “mão de obra” e aumentar a lucratividade de setores privados ligados à condução dos negócios do Estado brasileiro.

Desde então, a educação brasileira tem convivido com cortes orçamentários asfixiantes, com o sucateamento dos serviços públicos e com a desvalorização da carreira docente. Após a eleição de Bolsonaro a situação piorou acentuadamente. O Plano Nacional de Educação - PNE e os planos estaduais tiveram suas metas praticamente abandonadas pelas contenções de gastos públicos e pelos cortes orçamentários. A título de exemplo, somente em 2022, as universidades e os institutos federais sofreram cortes de verbas na ordem de 3,2 bilhões de reais, enquanto a área de Ciência e Tecnologia perdeu outros 3 bilhões. Por sua vez, a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e os consequentes ganhos decorrentes estão ameaçados pelos cortes em programas suplementares do MEC (transporte, merenda, material didático e formação profissional) e pela abertura do fundo público à iniciativa privada.

O governo Bolsonaro não somente ampliou a já referida asfixia orçamentária como aprofundou a ofensiva ideológica reacionária e ultraconservadora já visível nos anos do governo Temer. Não foram poucas as iniciativas autoritárias defendidas pelo Executivo Federal e repercutidas pelos governadores e prefeitos, ou que tenham movimentado o legislativo federal ou os legislativos estaduais e municipais, visando coibir e censurar as liberdades individuais, a perseguir grupos sociais como a comunidade LGBTQIA+ e

a ferir a gestão democrática escolar, enfraquecendo a educação pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada. Entre as principais medidas estão a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) que incentivou a militarização das escolas públicas, a defesa da proposta de educação domiciliar (homeschooling), a defesa do projeto Escola sem Partido que visava subordinar os currículos escolares às visões ultra reacionárias e autoritárias, e a implantação prática da já referida reforma do ensino médio. Fora isso, a pandemia de covid-19 também deixou significativos impactos na educação, ampliando as desigualdades entre as escolas públicas e privadas, a taxa de analfabetismo e a taxa de abandono escolar. É esse cenário marcado por retrocessos e recuos educacionais que o Governo Lula terá de reverter.

---

## **Prioridade 1 - Decreto nº 10.004, de 05/09/2019**

*Ementa: Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.*

A militarização das escolas públicas não é uma novidade na educação brasileira. No período de 2013 a 2018, a militarização cresceu significativamente e, durante o governo Bolsonaro, foi transformada na principal proposta governamental para a área da educação. A princípio, a medida se propõe a ser uma alternativa à situação de precariedade das escolas e ao aumento da violência que assola as periferias e comunidades. Vende-se a ideia de que as escolas cívico-militares seriam inspiradas nas escolas militares tradicionais, e que, de forma similar, elas conseguiriam obter os mesmos

resultados educacionais. Contudo, essa argumentação esquece de mencionar o nível socioeconômico dos alunos das escolas militares tradicionais, muito maior do que a média dos alunos das escolas públicas e, principalmente, o alto nível de recursos que as escolas militares têm para garantir boa infraestrutura, materiais e bons profissionais. Ou seja, os resultados obtidos pelas escolas militares tradicionais não estão relacionados especificamente à militarização, mas sim ao elevado nível de recursos destinados ao seu funcionamento.

Em geral, são três as principais questões que se colocam em relação à militarização das escolas públicas. A primeira diz respeito à efetividade enquanto política pública, já que o seu impacto na qualidade da educação é desconhecido. A segunda diz respeito à legalidade do uso de militares da ativa ou da reserva, das Forças Armadas e das polícias estaduais e do DF no desempenho das funções educacionais, estranhas à sua formação e atuação, ainda mais em cargos de direção, supervisão e coordenação escolar. Aliás, é importante ressaltar que a militarização das escolas têm servido de verdadeiro “cabide de empregos e remunerações” para militares inativos tanto das Forças Armadas quanto das polícias estaduais e do DF. A terceira diz respeito à constitucionalidade geral da medida, tendo em vista que a militarização afronta princípios importantes do artigo 206 da Constituição de 1988 como a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. Da mesma forma, o Decreto 10.004/2019 também entra em contradição com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei nº 9.394/1996) ao estabelecer que é incumbência de cada estabelecimento de ensino elaborar e executar a sua proposta pedagógica.

Há também vários questionamentos por parte de educadores, de setores do judiciário e do Ministério Público às práticas militarizadas de gestão escolar, especialmente no que diz respeito à repressão das liberdades individuais dos alunos, à imposição de padrões estéticos, ao controle de redes sociais e à proibição de participação em manifestações. Na prática, temos uma situação na qual a criação de escolas cívico-militares fere vários dispositivos constitucionais e direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por tudo isso, acreditamos que o Decreto 10.004/2019 não contribui para a melhoria do ensino e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e, dessa forma, deve ser revogado.

---

## **Prioridade 2 - Decreto nº 10.502 de 30/09/2020**

*Ementa: Cria a Política Nacional de Educação Especial*

**C**ontrariando todo o histórico recente de inclusão e de ampliação dos direitos das pessoas com deficiência, marcado, entre outros eventos, pela discussão participativa e democrática presente nos Seminários do Programa de Educação Inclusiva de 2007 e pela elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva em 2008, o Governo Bolsonaro editou um decreto instituindo a “Política Nacional de Educação Especial” que foi considerado absolutamente regressivo e ganhou o apelido, dado por movimentos educacionais e especialistas da área, de “Decreto da Exclusão”. O Decreto nº 10.502 é considerado como um verdadeiro retrocesso educacional pelos especialistas e entidades ligadas ao tema, na medida

em que, na prática, a nova Política Nacional de Educação Especial desobriga a escola comum de realizar a matrícula de estudantes com deficiência e permite a volta do ensino regular em escolas especializadas. O decreto é considerado inconstitucional, na medida em que também violou o artigo 206 da Constituição Federal que prevê como princípio da Educação a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o artigo 208 que estabelece que o atendimento educacional especializado será preferencialmente realizado na escola regular. Outro ponto central do decreto é que ele destina recursos públicos para a manutenção de escolas especiais que, na prática, estão promovendo a segregação. Acreditamos que é necessário uma nova discussão em relação à educação especial que leve em conta todo o acúmulo de políticas e experiências nessa área e, por isso, indicamos a necessidade de revogação do referido decreto.

---

## **Prioridade 3 - Decreto nº 9.765, de 11/12/2019**

*Ementa: Institui a Política Nacional de Alfabetização.*

**O** Decreto nº 9.765 teve como objetivo instituir a Política Nacional de Alfabetização nas escolas públicas e privadas de todo país. Na prática, porém, o Decreto acabou por impor uma única opção metodológica para a alfabetização das crianças. A opção metodológica preferencial não está claramente caracterizada e expressa no documento, mas, pelas suas características, se aproxima do chamado “método fônico”, que enfatiza a instrução fônica sistemática, isto é, o ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas (letras) e os fonemas (sons). Além disso, o re-

ferido decreto alterou a idade esperada para a conclusão do processo de alfabetização das crianças, anteriormente disposta no Plano Nacional de Educação, e deu enfoque à primeira infância (dos 0 aos 5 anos de idade) como um dos públicos-alvo do programa, fato que gerou polêmica entre os especialistas em alfabetização.

A postura autoritária e impositiva do decreto, ao ignorar as experiências, os conhecimentos adquiridos e a diversidade de abordagens presentes na alfabetização infantil, acabou por ferir a diversidade pedagógica preconizada pelas resoluções do Conselho Nacional de Educação - CNE, além de violar a autonomia dos entes federados e das escolas para elaborar e efetivar suas propostas pedagógicas, tendo em vista que a Constituição de 1988 preza pela autonomia federativa dos municípios brasileiros. O Decreto também fere o artigo 206 da Constituição que estabelece, entre outros princípios, o princípio referente ao “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. Ademais, há trechos do documento que estão em claro desacordo com as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso posto, acreditamos que é necessário revogar o Decreto nº 9.765 e proporcionar um novo diálogo entre especialistas e a comunidade escolar sobre o melhor método de alfabetização tendo em vistas as características e necessidades das crianças brasileiras.

---

#### **Prioridade 4 - Portaria nº 545, de 16/06/2020**

*Ementa: revoga a Portaria Normativa do MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre as ações afirmativas na Pós-Graduação.*

O ex-ministro Abraham Weintraub, no apagar das luzes de sua passagem pelo Ministério da Educação, resolveu editar a Portaria nº 545 com o objetivo exclusivo de revogar a Portaria Normativa nº 13 do MEC que trata da promoção de ações afirmativas na pós-graduação brasileira aos grupos socialmente excluídos (negros, indígenas e pessoas com deficiência). Basicamente, o que o ministro fez foi anular, por meio de portaria, todas as políticas afirmativas que dizem respeito ao estímulo de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação. Tal atitude representou uma afronta direta à toda luta que se tem travado no país contra o racismo, contra o capacitismo e contra as desigualdades no acesso à educação, além de ser uma afronta aos movimentos sociais que se dedicam à defesa de pautas antirracistas, à defesa das causas indígenas e das pessoas com deficiência. Além disso, a portaria é, em si, uma afronta ao próprio entendimento do Supremo Tribunal Federal que já considerou as políticas de ações afirmativas como constitucionais. Por tudo isso, a revogação desta portaria se torna urgente.

---

#### **Prioridade 5 - Portaria nº 577, de 27/04/2017**

*Ementa: institui modificações na composição dos membros representantes do Fórum Nacional de Educação.*

No dia 27 de abril de 2017, ainda na vigência do Governo Temer, o ministro da Educação Mendonça Filho publicou a portaria nº 577 que fez modificações na composição do Fórum Nacional de Educação (FNE). Segundo a portaria, a medida teria por finalidade “institucionalizar mecanismos

de planejamento educacional participativo que garantam o diálogo como método e a democracia como fundamento”.

Contudo, as transformações operadas pela portaria revelaram nítido caráter centralizador e autoritário. Na época, várias entidades educacionais e movimentos sociais protestaram contra a atitude do ministro Mendonça Filho, acusando-o de ter agido de forma unilateral e de ter operado, na prática, para dissolver o FNE, forçando a ruptura da cultura de diálogo que existia entre as entidades. Nesse mesmo período, o governo Temer também foi acusado de querer excluir e silenciar algumas entidades representativas de segmentos essenciais com essa medida. Isso posto, acreditamos que a portaria nº 577, pelo seu caráter antipopular, autoritário e centralizador, precisa ser revogada.

---

### **Prioridade 6 - Portaria Normativa nº 11, de 20/06/2017**

*Ementa: Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores à distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*

A Portaria Normativa nº 11/2017 teve como objetivo “estabelecer a regulamentação de alguns parâmetros de desenvolvimento da Educação à Distância - EAD para o ensino superior”. Porém, na prática, o que se constata é que ela acabou por flexibilizar em demasia a possibilidade das instituições de educação superior ofertarem cursos EAD. A flexibilização excessiva fica patente, por exemplo, no fato da portaria garantir que mesmo instituições educacionais

sem credenciamento para ministrar cursos presenciais em determinadas áreas possam ofertar cursos EAD nessas mesmas áreas. Além disso, a portaria exime o MEC da aprovação prévia de polos EAD. Imaginemos então a situação dos cursos da área de saúde, em que a prática é essencial para o aprendizado e para a efetiva vida profissional. É possível ou razoável ter profissionais da área formados mas sem experiência prática substancial? Acreditamos que não. Logo, pela flexibilização excessiva, pela retirada de atribuições do MEC e pelo seu caráter nitidamente privatista, acreditamos que a portaria normativa nº11 deve ser revogada.

---

### **Prioridade 8 - Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**

*Ementa: Regulamenta o art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O art. 80 da lei nº 9.394 diz respeito ao desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino à Distância - EAD.*

O Decreto nº 9.057 pretendeu regulamentar os serviços de educação à distância, disciplinando a atuação das instituições de educação superior (IES) e as formas e modalidades pelas quais o ensino EAD pode ocorrer. A questão, porém, é que o decreto não determina critérios abalizados para a prestação dos serviços de educação à distância, especialmente em áreas que necessitam de aulas presenciais como as áreas de ensino voltadas para a área da saúde. Os critérios não estão claros e são demasiadamente abertos, possibilitando a formação de profissionais totalmente à distância em áreas cujo

contato social e interpessoal são imprescindíveis. Na prática, o Decreto nº 9.057 tem vários dos vícios, erros e insuficiências da Portaria nº 20 de 11 de junho de 2017 citada acima e, por esses motivos, o Decreto nº 9.057 deve ser revogado.

---

### **Prioridade 7 - Decreto nº 10.134, de 26 de novembro de 2019**

*Ementa: dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.*

O referido decreto prevê a realização de estudos para a estruturação de projetos-piloto para a construção e/ou modernização de estabelecimentos da rede pública de educação infantil pública por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. A questão é que ele, na prática, desobriga a União de exercer sua função supletiva em termos financeiros em relação à oferta da educação infantil pública, determinada pela Constituição de 1988. Há também o relevante argumento de que o decreto foi elaborado sem nenhum debate com a sociedade civil e sem diálogo com a comunidade escolar, especialistas ou movimentos sociais.

Em sua formulação, o Decreto nº 10.134 é genérico, pois não há quaisquer instruções de como as parcerias público-privadas serão efetivadas, quais serão as contrapartidas das empresas envolvidas, quais os formatos de gerenciamento e as responsabilidades dos entes federativos. Ele representa, na prática, uma tentativa de privatização do ensino infantil brasileiro e por isso deve ser revogado.

---

### **Prioridade 9 - Portaria nº 2.227, de 31/12/2019**

*Ementa: dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessões de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Ministério da Educação.*

A Portaria nº 2.227 pretendeu regulamentar, no âmbito do Ministério da Educação, a concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais e os afastamentos da sede e do país. Porém, a referida portaria acabou por ferir a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal e, além disso, prejudicou a produção científica brasileira ao limitar drasticamente a participação de pesquisadores em eventos científicos no país e no exterior. Do ponto de vista estritamente econômico e financeiro, a portaria não se justifica, tendo em vista que a economia projetada com a restrição de passagens e diárias é irrisória e que o prejuízo científico causado pela ausência de nossos cientistas e pesquisadores em eventos científicos é bem mais relevante. A portaria é também inconstitucional e fere o princípio da legalidade e da reserva da lei uma vez que acabou por ampliar em excesso a sua competência de norma regulamentadora acabando por restringir direitos que os servidores públicos gozavam até a sua publicação.

---

## Prioridade 10 - Portaria nº 34, de 9/03/2020

*Ementa: dispõe sobre as condições para fomento a cursos de pós-graduação stricto sensu pela Diretoria de Programas e Bolsas no País da Capes.*

A Portaria nº 34/2020, alterou os critérios de concessão de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado em instituições públicas e particulares de ensino. As mudanças propostas atingiram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, estabelecendo que não poderiam mais receber bolsas os cursos presenciais que estivessem no primeiro ano de funcionamento ou que recentemente alteraram sua qualificação de profissional para acadêmico presencial. Os cursos que receberam nota igual a três nas três últimas avaliações governamentais também não serão contemplados com bolsas e nem os discentes dos cursos reclassificados para a modalidade profissional ou à distância. Além disso, as bolsas ficaram condicionadas “à existência de disponibilidade orçamentária” e serão destinadas mediante “juízo de oportunidade e conveniência da Capes”. Em suma: a portaria promove um grande corte nas bolsas de programas nota três e quatro e, com isso, gerando prejuízos ao desenvolvimento da ciência brasileira e insegurança na vida de discentes, docentes e nos cursos da pós-graduação. Segundo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a referida portaria foi responsável pelo corte de cerca de 8 mil bolsas de pós-graduação no país e afetou 6,8 mil programas de pós-graduação no país. Para valorizar a ciência brasileira urge revogar essa portaria.

---

---

## Conclusão

A eleição de Lula à presidência da República representa a possibilidade real de reverter o ciclo nefasto que vivemos no país desde o golpe de 2016 e pode abrir uma janela histórica de oportunidades para reverter os malfeitos e contrarreformas privatistas, reacionárias e destruidoras de direitos e de sonhos das maiorias exploradas e das minorias oprimidas do povo brasileiro. É com o objetivo de fortalecer o ensino público, laico e gratuito, de valorizar a carreira docente e a pesquisa científica, de combater as privatizações na educação e reverter a onda repressiva, autoritária e militarista que separamos acima alguns decretos e portarias que acreditamos que devem ser revogadas nos momentos iniciais de um novo governo progressista realmente comprometido com uma mudança de rumos no país. Nesse sentido, vemos com simpatia as medidas elencadas pela Campanha na “Carta para o Brasil do Amanhã” que apontam, entre outras medidas, para a construção de creches, para a implantação do ensino em tempo integral, para a universalização da internet banda larga nas escolas, para o fortalecimento do ensino universitário e de seus programas, para a expansão do ensino técnico profissionalizante e para a valorização das carreiras docentes na Educação. Pressionaremos para que as medidas do governo Bolsonaro sejam revertidas, para que as medidas aqui elencadas sejam cumpridas e para que a educação pública seja valorizada e fortalecida.

---



por *Lucas Pedretti*

# FORÇAS ARMADAS

## Introdução

**E**m 1964, as Forças Armadas brasileiras deram um golpe de Estado com o apoio da grande imprensa, da burguesia nacional, dos Estados Unidos da América, da Igreja Católica e de setores das classes médias. Com a deposição ilegítima do presidente João Goulart, instaurou-se uma ditadura militar que duraria mais de duas décadas. Implementada como forma de garantir a imposição de uma modernização conservadora e autoritária da sociedade brasileira, a ditadura gerou profundos danos ao país. Na tentativa de superar os legados autoritários, setores sociais levaram adiante a luta por políticas públicas de Memória, Verdade, Justiça, Reparação, bem como por reformas institucionais.

Os poucos avanços conquistados em mais de três décadas de democracia foram absolutamente destruídos desde o golpe de 2016, e com mais ênfase sob o governo Bolsonaro.

Este texto divide-se em duas partes. Na primeira, traço um breve histórico dessas lutas e políticas. Na segunda, aponto a forma pela qual o ataque de Bolsonaro a essas políticas tem se dado, destacando aquelas medidas levadas adiante por meio de normas infralegais que podem e devem ser revogadas e/ou alteradas imediatamente, no cenário de uma vitória do campo democrático nas eleições de 2022.

Para implementar seu projeto econômico, social e moral, a ditadura militar lançou mão do terrorismo de Estado. Dezenas de milhares de pessoas foram presas, torturadas, mortas e desaparecidas nos cárceres do Estado no período. Não apenas os militantes políticos organizados, envolvidos em formas de resistência – armada ou não – contra o regime, mas também a juventude negra, vítima dos grupos de extermínio e esquadrões da morte; a população LGBTQIA+, atingida pela violência das polícias nas ruas; os trabalhadores do campo e da cidade, cujos sindicatos e outras formas de luta e organização foram controlados e sufocados; os povos indígenas, atingidos por um projeto desenvolvimentista que os via como representantes do atraso.

O fim da ditadura militar se deu por uma transição pelo alto, pactuada entre os militares e as elites políticas civis. Tendo como eixo fundamental a Lei de Anistia de 1979, imposta pelo regime em um Congresso controlado, a “abertura lenta, gradual e segura” foi conduzida de forma a garantir a não responsabilização dos militares pelas duas décadas de regime autoritário.

Essa não responsabilização deveria se dar em dois eixos. Por um lado, a impunidade propriamente dita, isto é, a certeza de

que os torturadores e criminosos da ditadura não seriam processados, condenados e punidos pelos seus crimes. Por outro lado, era importante garantir que os militares também não seriam apontados, pela opinião pública, pela tragédia política, econômica e social que representou o regime iniciado em 1964. Para garantir esses dois objetivos, a transição pautou-se pelas ideias de “reconciliação” e “esquecimento”.

Esses dois termos foram amplamente utilizados pelas Forças Armadas e pelas elites civis que conduziram a abertura, de meados da década de 1970 até a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. De fato, o regime democrático inaugurado com a chamada Constituição Cidadã não desenvolveu instrumentos para lidar com o legado da ditadura militar. A nova Carta Magna contemplou todos os interesses apresentados pelo lobby militar na Constituinte – que iam desde demandas corporativas até a afirmação das Forças Armadas como as garantidoras “da lei e da ordem” no plano interno, passando pela manutenção da anistia nos termos de 1979.

Nesse quadro, a bandeira do combate à tortura e da luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação pelos crimes da ditadura seguiu sendo empunhada por parcelas restritas da sociedade. Vocalizadas especialmente pelos familiares das vítimas e pelos ex-presos políticos, essas demandas foram historicamente sufocadas pelo discurso da reconciliação e do esquecimento, que seguiu operando durante a democracia.

Assim, foi apenas dez anos depois do fim da ditadura que o Estado brasileiro adotou a primeira iniciativa oficial de reconhecimento de crimes cometidos no passado recente. Por meio da Lei n. 9.140, de 1995, o Brasil reconheceu cerca de 130 mortos e desaparecidos políticos, e criou uma Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que teria o objetivo de julgar novos casos, pagar uma indenização

às famílias e levar adiante a demanda pela localização dos desaparecidos. Em 2007, essa Comissão entregou novo relatório, ampliando o número para cerca de 360 vítimas.

No início do novo milênio, como fruto especialmente da luta dos trabalhadores e trabalhadoras que haviam sido perseguidos, cassados e demitidos durante a ditadura, foi criada a Comissão de Anistia no Ministério da Justiça. Assim como a CEMDP, a Comissão de Anistia tinha um caráter reparatório.

Nesse sentido, até meados da década de 2000, o Estado brasileiro havia criado duas comissões bastante limitadas, a partir do eixo central da reparação econômica à violência ditatorial.

Ao mesmo tempo, o Brasil realizou avanços tímidos no que diz respeito à profissionalização dos militares. A criação de um Ministério da Defesa e a designação exclusiva de civis para ocupá-lo, a extinção do Serviço Nacional de Informações (SNI), o estabelecimento de uma Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a aprovação da Lei n. 9.299, de 1996, que, em atendimento à recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), transferia para a justiça comum a prerrogativa de julgar militares acusados de cometer crimes contra civis, foram alguns desses avanços. Contudo, mesmo em pleno regime democrático, os diferentes governos jamais deixaram de recorrer às Forças Armadas para desempenhar papéis na política interna – o que se evidencia principalmente nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

No final da primeira década dos anos 2000, a agenda de Memória, Verdade, Justiça e Reparação ganhou novos contornos no debate público e na arena política no Brasil. Nesse sentido, destacou-se a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pela Lei n. 12.528, de 2011, com o objetivo de investigar as graves violações aos direitos hu-

manos cometidas durante a ditadura. O relatório final da CNV, entregue à Presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2014, continha um conjunto amplo de recomendações que apontavam para os próximos passos necessários, a fim de avançar nessa pauta. Dentre as recomendações, destacam-se: o afastamento da Lei de Anistia para permitir o julgamento de torturadores da ditadura, a desmilitarização das polícias estaduais, e a extinção da Justiça Militar.

No entanto, após a entrega do informe da CNV, o cenário político mudou profundamente. A partir do segundo mandato de Dilma, tiveram início as movimentações golpistas que, primeiro, levariam Michel Temer ao poder, e, em seguida, abririam caminho para a prisão de Lula e a eleição de Jair Bolsonaro. Desde o início do governo Temer, as políticas de Memória, Verdade, Justiça e Reparação estiveram na mira dos novos ocupantes do poder. De fato, a estrutura da Comissão de Anistia foi profundamente alterada já nos primeiros meses após o golpe, e teve início um processo de indeferimentos sucessivos dos pedidos de anistia pendentes de julgamento. Hoje, esses indeferimentos – ilegítimos, uma vez que deliberados por uma Comissão de Anistia sob verdadeira intervenção militar – atingem a marca de mais de oito mil. Já no governo Bolsonaro, sob o comando de Damares Alves, a Comissão de Anistia começou a “desanistiar” vítimas da ditadura, que tiveram anuladas as suas anistias que já haviam sido concedidas.

O que se nota, na linha do que argumentam Carla Osório et al., é que a partir do governo Bolsonaro não ocorre apenas o aprofundamento do desmonte das políticas públicas, trata-se da utilização das estruturas da CEMDP e da CA para a promoção de uma memória apologética da ditadura e da tortura. Diante desse cenário, é fundamental que os inter-

ventores nomeados por Temer e Bolsonaro nessas comissões sejam destituídos, e que elas retomem as possibilidades de desenvolver seus trabalhos no marco do respeito à Constituição e às normativas internacionais dos Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos.

Mas não são apenas as Comissões de Estado criadas especificamente para a promoção de políticas de Memória, Verdade, Justiça e Reparação que têm sido atacadas. Outros órgãos e instrumentos que dialogam com essa agenda vêm sendo alvos do atual governo de extrema-direita. Para ficar em três exemplos fundamentais, deve-se citar a desfiguração do Ministério dos Direitos Humanos, a criação de barreiras para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, e o estabelecimento de obstáculos para o desenvolvimento dos trabalhos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Ou seja, estamos falando aqui de dimensões como a accountability, a transparência e o combate à tortura: elementos que estão diretamente conectados à agenda de Memória, Verdade, Justiça e Reparação.

Para além desse ataque às políticas que buscavam construir uma memória coletiva crítica à ditadura, o golpe contra Dilma Rousseff representou a recolocação, na ordem do dia, do problema da intervenção dos militares na vida política. Como se sabe, ao longo de toda a história do Brasil, a tônica foi a intervenção das Forças Armadas – notadamente o Exército – no mundo civil. A partir da equivocada noção de que seriam uma espécie de novo poder moderador, os militares promoveram golpes e quarteladas ao longo de todo o século XX, até que, em 1964, assumiram diretamente o controle do aparelho do Estado.

Com a transição para a democracia, tal como apontado acima, o país logrou avançar em algumas medidas de re-

forma institucional, na direção de buscar a profissionalização dos militares e seu afastamento da política. O golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro representaram um retrocesso absoluto no que diz respeito a essa tentativa de profissionalização. É verdade, como nota Rodrigo Lenz, que nunca houve de fato uma completa saída dos militares da política – o que ocorreu é que a academia e os próprios atores políticos deixaram de notar e de dar atenção ao fenômeno da politização dos militares.

Uma das manifestações mais evidentes do atual cenário de politização dos militares é a sua presença em cargos e funções comissionados nas estruturas civis do governo federal. Como aponta Flávia de Holanda Schmidt, em nota técnica do IPEA, entre 2013 e 2021, houve um crescimento de 59% da “presença agregada de militares em cargos e funções comissionadas”. Parte desse processo tem sido viabilizada por alterações infralegais que podem e devem ser alteradas.

Em síntese, podemos dividir os ataques do governo Bolsonaro em três eixos: 1) Desconfiguração das políticas de reparação (CEMDP e CA), com destaque especial para os indeferimentos em massa dos pedidos de anistia política; 2) Desmonte da institucionalidade de proteção e promoção de direitos humanos; 3) Militarização do Estado.

É de se notar ainda os efeitos do famigerado Decreto n. 9.759, de 2019, que extinguiu uma série de órgãos colegiados sobre a institucionalidade dos direitos humanos no país. No que diz respeito especificamente à pauta de Memória, Verdade, Justiça e Reparação, esse Decreto levou, por exemplo, ao encerramento do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), responsável, no âmbito da CEMDP, pela busca dos desaparecidos forçados da Guerrilha do Araguaia – busca esta determinada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

É diante desse cenário que passo a apontar, em seguida, as normas infralegais que podem e devem ser alteradas de imediato, a fim de interromper o curso do desmonte e criar condições para a retomada das políticas de Memória, Verdade, Justiça e Reparação; dos instrumentos de transparência e accountability; das políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, notadamente do combate à tortura; e do definitivo afastamento dos militares da vida política.

---

### **Prioridade 1 - Decreto n. 10.004, de 05 de setembro de 2019**

*Ementa: Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.*

**A**tingidos pelo Decreto: Estudantes da educação básica pública, professores da educação básica. *Justificativa para revogação ou modificação: A militarização da educação básica é uma das mais graves consequências do processo mais amplo de profunda militarização do Estado e da sociedade que o governo Bolsonaro tem implementado no país. Diante de uma inequívoca e grave crise da educação básica no país, Bolsonaro apresenta como solução um modelo que confunde educação com doutrinação militar, promovendo uma perspectiva profundamente autoritária sobre o ensino.*

Se o modelo das escolas militares segregadas do ensino dos civis já é problemático em si, a transformação de escolas públicas estaduais e municipais no modelo “cívico-militar” é extremamente grave. Dentre as consequências que já têm sido observadas em escolas onde foi implementado

o programa estão as ameaças e violências físicas contra alunos, a censura à liberdade de pensamento dos alunos, o assédio sexual contra alunas.

São resultados óbvios de um modelo de ensino completamente desconectado das discussões realizadas no âmbito da pedagogia, baseado na percepção de que a educação se limita a impor “ordem”, “disciplina” e “hierarquia” aos estudantes.

Iniciativas já em curso sobre o Decreto

Projeto de Decreto Legislativo n. 643, de 2019, apresentado pela bancada do PSOL

---

### **Prioridade 2 - Decreto n. 10.171, de 11 de dezembro de 2019**

*Ementa: Dispõe sobre a passagem à disposição de militares das Forças Armadas.*

Atingidos pelo Decreto: Administração pública.

Justificativa para revogação ou modificação:

O Decreto regulamenta a passagem dos militares para a ocupação de cargos na administração pública, tanto os de natureza militar quanto os de natureza civil. O texto do Decreto prevê que militares da reserva não estão sujeitos aos limites de tempo de ocupação dos cargos. Isto é, permite que militares da reserva ocupem, por tempo indeterminado, cargos na administração pública, mesmo os de natureza civil. Deve-se destacar que o Decreto n. 10.528, de 26 de outubro de 2020, ampliou as hipóteses em que esse limite de tempo não se aplica, permitindo que militares à disposição da Presidência da República ou ocupantes do Serviço de Saúde das Forças Armadas também possam ocupar inde-

finidamente cargos na administração pública. Nota-se que as normas ampliam de maneira radical as possibilidades de ocupação de cargos civis por parte de militares, abrindo caminho para o cenário atual de profunda militarização do Poder Executivo.

---

### **Prioridade 3 - Decreto n. 10.210, de 23 de janeiro de 2020**

*Ementa: Regulamenta o art. 18, da Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a contratação de militar inativo para o desempenho de atividades de natureza civil na administração pública.*

Atingidos pelo Decreto: Administração pública.

Justificativa para revogação ou modificação:

O Decreto abre caminho para que militares inativos tenham um acesso privilegiado à administração pública, sendo contratados via edital específico, a fim de desempenhar funções temporárias em órgãos do Executivo. A norma viola o princípio da impessoalidade a favor dos militares, que passam a ter uma via exclusiva de acesso a cargos públicos. Para além dos vícios de inconstitucionalidade já apontados em matérias de jornal e também no PDL apresentado pelo PSOL, é necessário enfatizar que o Decreto representa mais uma expressão da militarização da administração pública, eixo central do projeto de Bolsonaro.

*Iniciativas já em curso sobre o Decreto:*

*PDL 9/2020 apresentado pela bancada do PSOL*

---

#### **Prioridade 4 - Decreto n. 10.727, de 22 de junho de 2021**

*Ementa: Altera o Decreto n. 9.088, de 06 de julho de 2017, que dispõe sobre cargos e funções considerados de natureza militar.*

Atingidos pelo Decreto  
Administração pública.

Justificativa para revogação ou modificação

O Decreto cria órgãos de natureza militar em mais de quinze órgãos da administração pública direta e indireta, dentre eles o STF, a AGU, o Ministério de Minas e Energia, dentre outros. Aliado ao Decreto n. 10.171, de 2019, essa norma aprofunda as hipóteses de militarização do Poder Executivo de forma muito significativa.

*Iniciativas já em curso sobre o Decreto:  
PDL 308/2021*

---

#### **Prioridade 5 - Portarias individuais de indeferimento de pedidos de anistia**

Atingidos pelo Decreto: Vítimas e perseguidos políticos da ditadura militar, bem como seus familiares.

Justificativa para revogação ou modificação:

Os resultados dos julgamentos da Comissão de Anistia são publicados na forma de portarias do órgão, individualizadas para cada caso. Do início do governo Temer até o

final de 2022, já foram publicadas mais de 8.000 portarias indeferindo processos. O julgamento desses processos e seu consequente indeferimento são absolutamente ilegítimos, tendo em vista que a Comissão de Anistia se encontra desfigurada e sob uma verdadeira intervenção militar. Bolsonaro nomeou indivíduos ligados às Forças Armadas e notórios promotores de discursos de apologia ao golpe, à tortura e à ditadura como membros do colegiado. Nesse sentido, é fundamental que todos os julgamentos realizados no curso dos últimos anos sejam revistos, a fim de que possam ser novamente analisados por um colegiado justo e legítimo, comprometido com a consecução dos objetivos da Comissão em consonância com o diploma legal que a criou, bem como com as normativas nacionais e internacionais de Direitos Humanos.

---

#### **Prioridade 6 - Decreto do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos s/n., de 31 de julho de 2019**

*Ementa: Substitui membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Atingidos pelo Decreto:

Familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar.

Justificativa para revogação ou modificação:

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, era um dos pilares fundamentais das políticas públicas de Memória, Verdade, Justiça e Reparação no país. A nomeação de indivíduos ligados às Forças Armadas,

defensores de uma narrativa que legitima e elogia a ditadura e a tortura, fere o espírito da lei que constituiu o órgão.

Ao promover a substituição dos membros, o governo Bolsonaro fez uma verdadeira intervenção no órgão, construindo uma maioria no colegiado com o intuito de impedir as políticas que estavam em curso. A situação atingiu seu ápice quando, em junho de 2022, esses novos membros publicaram um relatório com o intuito de extinguir de vez a Comissão. Trata-se de medida evidentemente ilegal e ilegítima, tendo em vista que a CEMDP não cumpriu plenamente sua função determinada por lei, qual seja, envidar esforços para localizar os desaparecidos políticos. Diante da resistência de setores da sociedade e do Ministério Público, o governo não prosseguiu com a decisão.

No entanto, a manutenção dessa maioria de apoiadores da ditadura na CEMDP significa não apenas que o órgão fica impedido de trabalhar na prática, como também se corre o risco do retorno das tentativas de sua extinção definitiva.

É preciso nomear para a CEMDP pessoas com trajetórias ilibadas, de reconhecida atuação na promoção e na defesa dos direitos humanos, a fim de permitir que o órgão retome seus trabalhos e avance na direção da consecução de seus objetivos.

---

## **Prioridade 7 - Decreto n. 10.883, de 06 de dezembro de 2021**

*Ementa: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.*

Atingidos pelo Decreto: O conjunto da sociedade, especialmente as pessoas e os setores que dependem da proteção institucional garantida pelos órgãos de promoção e defesa dos direitos humanos.

Justificativa para revogação ou modificação:

É preciso reconstruir uma institucionalidade sólida de proteção e defesa dos direitos humanos, o que implica a reconfiguração radical da estrutura do Ministério tal como desenhada e implementada pelo governo Bolsonaro. No que diz respeito à temática aqui em questão, é preciso fortalecer tanto a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos quanto a Comissão de Anistia, não apenas nomeando membros comprometidos com a defesa dos direitos humanos, mas também garantindo verba e cargos de assessoria para esses órgãos. Para além disso, é necessário recriar uma estrutura no Ministério, a fim de levar adiante políticas públicas nessa área – idealmente, uma Secretaria de Memória História no segundo escalão.

## **Prioridade 8 - Decreto n. 9.831, de 10 de junho de 2019**

*Ementa: Altera o Decreto n. 9.673, de 02 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto n. 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e remaneja cargos em comissão.*

Atingidos pelo Decreto: Pessoas privadas de liberdade e seus familiares.

Justificativa para revogação ou modificação:

Tratava-se de decreto que retirava a remuneração dos membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Decreto foi declarado inconstitucional por ADPF, que já transitou em julgado. Ainda assim, cabe a revogação simbólica do mesmo.

*Iniciativas já em curso sobre o Decreto:  
ADPF no STF, transitou em julgado, declarando a inconstitucionalidade dos artigos 3 e 4 do Decreto.  
PDL 389/2019*

## **Conclusão**

*O respeito aos Direitos Humanos é sempre, e em todo lugar, um compromisso incontornável. E nunca, por nenhum motivo, poderemos voltar a ter um presidente que declare guerra a seu próprio povo. Chilenos e chilenas, às vítimas de violações de direitos humanos de qualquer tempo: não nos cansaremos de buscar verdade, justiça, reparação e não repetição.*

Essas palavras são do discurso de Gabriel Boric, no dia em que o ex-líder estudantil de trinta e seis anos foi eleito presidente do Chile. Em seguida, a multidão presente começou a entoar, em coro: “Justicia, Verdad, No a la impunidad”. Boric acompanhou o grito e, do palco, fez um gesto para que o público cantasse ainda mais alto. Em seguida, complementou: “Nunca mais impunidade em nosso Chile”.

Diante da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022, a cena traz esperança, mas também questionamentos. Afinal, qual pode e qual deve ser o espaço do debate sobre o passado ditatorial e sobre a questão militar no futuro governo Lula? Neste texto, pretendo apontar três eixos fundamentais: a ampliação do escopo das políticas públicas já implementadas; a necessidade de conceber a palavra de ordem Memória, Verdade, Justiça e Reparação a partir de outras perspectivas temporais; e a desmilitarização do Estado.

Em maio deste ano de 2022, comemoramos os dez anos de instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi uma arena privilegiada para o desenvolvimento das dispu-

tas de memória sobre a ditadura militar. Dentre as muitas questões que atravessaram o trabalho do órgão, uma das mais importantes foi a crítica acerca do pouco espaço dedicado pela CNV às violações dos Direitos Humanos cometidas durante a ditadura contra os grupos sociais historicamente alvos da violência estatal no país.

Diante desses apontamentos, a Comissão trouxe, no segundo volume de seu relatório final, textos sobre as violações de Direitos Humanos contra os trabalhadores urbanos e rurais, os povos indígenas e a população LGBTQIA+. No entanto, a inclusão dessas temáticas se deu em um volume separado do documento, em que os textos foram assinados apenas por membros específicos do colegiado, o que retirava o caráter oficial no tratamento dessas questões. Para além disso, houve uma ausência completa de outros temas, como a violência contra a população negra e os moradores de favelas.

As críticas direcionadas à CNV geraram um debate intenso e reverberaram em outros órgãos dedicados às políticas públicas de memória e verdade. Por exemplo, a Comissão da Verdade do Rio de Janeiro incorporou com centralidade essas agendas, na medida em que os movimentos sociais apontaram os limites dos trabalhos da CNV. Essa discussão chegou também às duas comissões federais criadas por lei que compunham a base da chamada “justiça de transição” no país: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia (CA).

A CEMDP, por exemplo, enviou à CNV um documento contendo sugestões para o relatório que o colegiado deveria entregar. No texto, a CEMDP solicitava que, dentre as recomendações, a CNV incluísse a proposta de uma ampla revisão das atribuições legais da própria CEMDP. Uma das propos-

tas centrais era que a legislação que embasa o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos fosse modificada, a fim de incorporar a previsão de que ela pudesse investigar casos de mortos e desaparecidos que não necessariamente fossem oriundos da militância política. O texto argumentava o seguinte:

o conceito de “desaparecido político” vem sendo interpretado muito estreitamente na tradição brasileira de Justiça de Transição, pois, de imediato, ela não compreende aqueles desaparecidos que não possuíam envolvimento direto com movimentos ou organizações de resistência à ditadura, como os índios, os camponeses, as minorias étnicas, sexuais etc.

Nesse quadro, um retorno do campo progressista à Presidência da República terá de enfrentar a questão de como colocar os trabalhos dessas comissões nos trilhos. Penso que não bastará retornar suas institucionalidades tais como elas existiam antes de 2018. O mais importante será recuperar os debates que existiam no contexto da CNV, a fim de estabelecer uma CEMDP e uma CA com um escopo ampliado de trabalho, atentas a outras categorias de violações de Direitos Humanos e de vítimas que caracterizaram a ditadura militar, mas que historicamente foram deixadas de lado pelas políticas de Memória e Verdade no Brasil.

Houve, ainda, um segundo tipo de apontamento crítico aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade: seu silêncio em relação à violência promovida pelo Estado em outros períodos históricos. Esses questionamentos se tornaram particularmente expressivos a partir da articulação de iniciativas que mobilizavam o mesmo vocabulário da “justiça de transição” para colocar sob exame outros momentos de violações de Direitos Humanos. Refiro-me, aqui, às demandas pela criação de uma Comissão da Me-

mória, Verdade e Justiça para as vítimas do Estado durante o período democrático e de uma Comissão Nacional da Verdade sobre a escravidão.

Essas demandas colocam em jogo noções temporais mais abrangentes no que diz respeito à violência de Estado no Brasil, inscrevendo o fenômeno em uma cronologia que se inicia com a escravização de mulheres e homens africanos e seus descendentes, que persiste até os dias de hoje, e na qual o tempo da ditadura é apenas mais um capítulo de uma longuíssima história. Em outras palavras, essas iniciativas apontam para a impossibilidade de se tomar a ditadura de 1964 como o paradigma único da violência do Estado no Brasil.

Aqui, penso que é particularmente importante ressaltar que não se trata apenas de olhar para outros passados de violência, tais como o do genocídio indígena ou da escravidão. O que a reivindicação de uma Comissão da Verdade da Democracia nos coloca é a urgência de se pensar a violência no presente. Mesmo durante o ciclo anterior de governos progressistas, não apenas essa violência seguiu existindo, como se aprofundou. A explosão do encarceramento e da violência policial nas favelas e periferias não ocorreu apenas sob vigência da Constituição de 1988, mas se deu em meio aos governos de Lula e Dilma.

Ocorre que, com Bolsonaro, a dimensão da violência teve um crescimento quantitativo e qualitativo. A militarização e a autonomia fornecidas às forças de segurança, aliadas a um discurso que autoriza e incentiva a violência, são os elementos que dão condições para chacinas, como as do Jacarezinho, do Salgueiro e do Alemão, bem como os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips, dentre muitos outros casos. É preciso somar, ainda, a política genocida do

governo diante da pandemia de Covid-19 e sua responsabilidade sobre parte significativa das quase setecentas mil mortes oficialmente registradas.

Acredito que esse aprendizado é fundamental para repensar essa pauta em um futuro governo de esquerda. É preciso afirmar categoricamente que não foi apenas o regime ditatorial iniciado em 1964 que promoveu violência de forma sistemática. Toda a narrativa que apresenta a história do Brasil como uma história sem violência ou traumas precisa ser questionada. A brutalidade do Estado, especialmente contra os povos indígenas, a população negra, os LGBTQIA+, as mulheres e os trabalhadores(as) do campo e da cidade – no passado e no presente –, precisa ser reconhecida e reparada das mais diversas formas.

Até aqui, aponte para temas que, de alguma maneira, já estavam colocados no debate no contexto dos trabalhos da CNV. O golpe contra Dilma e o governo Bolsonaro recolocaram em cena, no entanto, uma questão que, para muitos analistas, já estava superada: a politização dos militares brasileiros.

Um dos eixos fundamentais dos processos de “justiça de transição” diz respeito às reformas institucionais. A experiência brasileira, nesse âmbito, trouxe alguns avanços, mesmo que parciais e limitados (e, por vezes, apenas simbólicos). Em 1996, foi aprovada a Lei n. 9.299, de 1996, que, em atendimento à recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), transferia para a justiça comum a prerrogativa de julgar militares acusados de cometer crimes contra civis. Em 1999, houve a criação de um Ministério da Defesa, e estabeleceu-se a prática de nomear civis para chefia-lo. No mesmo ano, foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), como substituta do extinto Serviço Nacional de Informações.

Embora tenham sido tímidas, essas medidas pareciam apontar – ao menos assim muitos de nós queríamos acreditar (ou apenas não conseguíamos ver o contrário) – para a chamada profissionalização dos militares, pressuposto básico de qualquer regime democrático.

São muitos os exemplos que demonstram de maneira inequívoca uma mudança qualitativa na forma de ocupação do Estado brasileiro por parte das Forças Armadas a partir da eleição de Jair Bolsonaro. Listemos alguns: a nomeação de militares para cargos-chave do primeiro escalão usualmente ocupados por civis no período democrático – como o Ministério da Defesa e a Casa Civil; a presença de mais de seis mil militares ocupando cargos públicos na administração federal; a eleição de mais de setenta militares para os legislativos estaduais e federal; a manutenção e o aprofundamento de privilégios dos militares no que diz respeito à previdência; a ampliação do orçamento do Ministério da Defesa em meio a um cenário de cortes em outras pastas; a transformação de cargos de natureza civil em cargos de natureza militar.

Desde 2018, muito se tem discutido sobre a questão dos militares. As perspectivas colocadas no debate público apontam para direções opostas: são os militares o cérebro e os grandes operadores desse governo? Ou foram eles tragados para dentro de um projeto de extrema-direita do qual não conseguem agora se desvincular? Independentemente da resposta que se dê a essas perguntas, o fato incontestável é que o novo governo deverá reorganizar institucionalmente as Forças Armadas, a fim de subordiná-las definitivamente ao poder civil.



por Hugo Crisóstomo

## MEIO AMBIENTE

### Introdução

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, caput, garantiu a todos o direito fundamental “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e em seu art. 23 atribui como responsabilidade comum aos entes federativos o dever de “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” e “preservar as florestas, a fauna e a flora”. Alguns anos antes da promulgação da Carta Cidadã, o SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente, o PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente e o Cadastro de Defesa Ambiental foram criados já nessa intenção de organizar e estruturar os órgãos, atores e ferramentas da estrutura de proteção ambiental no Brasil. Essa estrutura foi criada e for-

talecida ao longo dos anos com a criação do IBAMA, ICMBio, SFB, ANA, FUNAI, SPU e INPE, esses últimos apesar de não fazerem parte da estrutura ambiental, contribuem com pesquisa e monitoramento de excelência. Entre acertos e alguns erros, a perspectiva de melhora era evidenciada nos dados publicados pelos órgão que monitoram a situação. Contudo, a partir do golpe iniciou-se o desmonte e o asfíxiamento da fiscalização. Considerando a conjuntura política nacional e os acontecimentos dos últimos anos, do golpe até aqui, a pauta ambiental é talvez uma das mais atropeladas, de diversas formas possíveis, por esse atual governo. No intuito de “passar a boiada”, o governo promoveu e promove constantes prejuízos que atravessam desde a desautorização fiscalização ambiental, cortes de recursos para os órgãos até a dispersão e reunificação de outros órgãos. Considerando a Medida Provisória 870 de 2019 convertida em lei, que altera a organização da Administração Pública Federal, O Serviço Florestal Brasileiro - SFB foi deslocado e passou a estar sob a tutela do Ministério da Agricultura. A Agência Nacional de Águas - ANA passou a compor o Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Ambos os órgãos faziam parte da estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA e contribuíam para a proteção e conservação ambiental. Houve também a tentativa de reunificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Esse procedimento prejudicaria imensamente toda a estrutura de proteção ambiental no Brasil. Essas questões serão discutidas na sequência e questionadas na intenção de sua total revogação, anulação, revisão ou qualquer outra medida que possa reverter os danos causados e melhorar o sistema de proteção ambiental no Brasil.

---

**Prioridade 1 - Decreto nº 10.447, de 07 de agosto de 2020; Decreto nº 10.673 13 de abril de 2021 e decreto nº 10.958 02 de fevereiro de 2022.**

*Ementa: Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.*

Sob a suposta intenção de buscar investimentos para as Unidades de Conservação - UC's, diversas delas foram incorporadas aos programas que visam atribuir suas gestões à iniciativa privada. Porém, a real intenção aparenta ser a privatização das UC's. Uma medida como essa seria não só atentatória a autonomia do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, mas também as suas atribuições institucionais. As Unidades de Conservação são responsabilidade do Estado, atribuída pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 225, que garante um meio ambiente equilibrado a todas as pessoas. Para então garantir que todos sejam beneficiados, faz-se necessário o monopólio do Estado nessa atividade. Por tais razões, é preciso que os Decretos nº 10.447, nº 10.673 e nº 10.958 sejam revogados.

---

**Prioridade 2 - Portaria nº 630, de 05 de novembro de 2019.**

*Ementa: Aprovar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.*

A portaria aprovou o regimento interno do Conselho em um momento de controvérsias nas votações das resoluções. Nesse contexto, o então ministro Ricardo Salles tentou agir politicamente sob essas decisões alterando a composição do plenário da instituição, incluindo diversos membros novos para que pudesse obter a maioria nas decisões. Alguns desses membros sequer possuem nexos causal ou qualquer ligação com o tema regido pelo conselho. Por tais razões, é preciso que a Portaria nº 630 seja revogada

---

**Prioridade 3 - Decreto nº 9.939, de 24 de julho de 2019; Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019; Decreto nº 11.018, de 30 de março de 2022 e Decreto nº 10.483, de 10 de setembro de 2020.**

*Ementa: Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.*

O decreto entrega todo o poder de designação da composição do Conselho - CONAMA ao Ministro do Meio Ambiente. Isso fez com que, a depender da demanda, o ex-Ministro Salles alterasse a composição para que o juízo sobre as ques-

tões acompanhassem a sua vontade. Ainda garante apenas a participação do MPF como convidado sem direito a voto. Por tais razões, é preciso que os decretos nº 9.939; nº 9.806; nº 11.018 e nº 10.483 sejam revogados.

---

#### **Prioridade 4 - Decreto nº 10.623, de 09 de fevereiro de 2021.**

*Ementa: Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.*

O decreto tem a pretensão de promover a conservação e recuperação das Unidades de Conservação por meio de ações delegadas a pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras. Contudo, os objetivos listados no decreto já são de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Para o cumprimento de tais objetivos, bastaria a alocação e direcionamento de recursos e esforços para que o órgão tenha condições de concretizar planos, tarefas e ações a fim de concretizar essas metas.

Tarefas de proteção, conservação e recuperação são de responsabilidade do Estado e atribuir à iniciativa privada monetiza o meio ambiente para tão somente a lógica do lucro. Por tais razões, é preciso que o Decreto nº 10.623 seja revogado.

---

#### **Prioridade 5 - Decreto nº 9.829, e 10 de junho de 2019.**

*Ementa: Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia.*

O decreto trata e promove alterações sobre a estrutura do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia. Porém mantém o Conselho sob a presidência do Ministério da Defesa, por meio do seu Secretário-Geral. Essa designação foi feita pelo decreto de 19 de Julho de 2017, tirando da competência da Casa Civil para conduzir os trabalhos do Conselho. Seria importante devolver essa competência à Casa Civil e ainda atribuir ao Ministério do Meio Ambiente e ao da Justiça um assento permanente e com poder de veto. Por tais razões, é preciso que o decreto nº 9.829 seja revogado.

---

#### **Prioridade 6 - Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019.**

*Ementa: Dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.*

O decreto cria e organiza o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Entretanto, como quase tudo que rege essa gestão, a lógica da linha de pensamento adotada é inteiramente a do uso do recurso para a obtenção de qualquer vantagem financeirista. Diversos artigos do texto afastam os recursos hídricos do objetivo de preservação e conser-

vação. Evidência disto é a presidência do conselho estar *sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Regional e não sob o Ministério do Meio Ambiente. Outro caso que poderia ser notado é o pouco espaço destinado à participação de entidades da sociedade civil. Por tais razões, é preciso que o Decreto nº 10.000 seja revogado.*

---

### **Prioridade 7 - Decreto nº 10.341, de 06 de maio de 2020 e decreto nº 10.730 de 28 de junho de 2021.**

*Ementa: Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos.*

O decreto autoriza o uso das Forças Armadas nas operações de fiscalização ambiental e em Terras Indígenas e atribui a elas o comando das operações. Desconsiderando a competência e experiência dos órgãos ambientais e federais de fiscalização, os decretos citados permitem de forma equivocada que as Forças realizem o comando de operações de fiscalização ou de repressão a infrações e delitos ambientais na Amazônia Legal. A competência para tais atividades já está estabelecida em lei e caberia ao Estado destinar recursos para o cumprimento das ações necessárias para tal. Às Forças, caberia no máximo a atribuição de apoio logístico e de segurança do corpo de profissionais envolvidos, quando de solicitação feita por escrito, e sempre submetidos ao co-

mando dos órgãos de fiscalização ambiental. Por tais razões, é preciso que os Decretos nº 10.341 e 10.730 sejam revogados.

---

### **Prioridade 8 - Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022.**

*Ementa: Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala.*

Como é característico desse governo o Decreto nº 10.966 cria uma circunstância abstrata a partir da distorção de informações. Representa mais uma ação do Governo Federal sem nenhuma preocupação com os povos e comunidades tradicionais e com o meio ambiente. Com um texto vago e genérico, utilizando termos como “abordagem multidisciplinar”, “integração” e “visão sistêmica”, o decreto cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (PróMape) e uma Comissão Interministerial (Comape) para coordená-lo e promover as ações necessárias para sua viabilização. O Pró-Mape proporciona grande estímulo às atividades de garimpo, que já são beneficiadas por diversas leis com processos e controles mais brandos, e da mesma forma abre brechas para a ilegalidade, uma vez que a falsa sensação de futuro próspero por meio dessa atividade poderá incentivar as pessoas a riscos para conseguir atingir essa meta. Dentre seus objetivos (Art. 3º inciso II) está a “formalização da atividade”, o que na prática significa que os garimpos em operação de forma ilegal terão um arcabouço institucional para seu funcionamento.

Desta forma, ao invés de incentivar a fiscalizar e colocar um fim aos garimpos ilegais, o Governo abre um espaço institucional para que essas atividades se tornem legais o que pode causar ainda mais queimadas e desmatamentos nas áreas, que já são recorde ano após ano nessa gestão, segundo o PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE. Por tais razões, é preciso que o Decreto nº 10.966 seja revogado.

---

### **Prioridade 9 - Decreto nº 11.080, de 24 de maio de 2022.**

*Ementa: Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, para dispor sobre as infrações e sanções administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.*

O decreto muda as regras para aplicação de multas e responsabilizações por cometimento de infrações administrativas ambientais. Dessa forma, diversas comunicações de infrações por edital, para apresentação de alegações finais nos processos, nos casos onde seria possível encontrar os autuados, poderão ser questionadas na Justiça e também nas instâncias administrativas do órgão. Isso tende a trazer revisões em cascata e ainda possibilita a prescrição dos processos. Para além, as punições diferentes das multas, quais sejam: embargos, demolições e apreensões passam a não mais serem consideradas para interrupção da contagem de prazo para a prescrição. Por tais razões, é preciso que o Decreto nº 11.080 seja revogado.

---

### **Prioridade 10 - Decreto nº 10.224, de 05 de fevereiro de 2020.**

*Ementa: Regulamenta a Lei nº 7.979, de 10 de julho de 1989, que criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA*

D decreto altera a composição e a distribuição de cadeiras no Conselho Deliberativo do FNMA, excluindo a participação da ANA, da SBPC, do CONAMA, de Associações; Fóruns e Movimentos sociais de proteção ao meio ambiente e de outros representantes da sociedade civil. Isso impede a participação democrática das decisões de distribuição de recursos e de destinos destes. Para além disso, também concentra todas as decisões em cúpula de governo, o que pode - a depender de quem estiver na cúpula - personalizar as decisões em detrimento do melhor consenso técnico e científico sobre as formas de preservação, monitoramento, fiscalização e gestão do meio ambiente nacional. Por tais razões, é preciso que o Decreto nº 10.224 seja revogado.

---

## Conclusão

Algumas normas podem ter alguns de seus artigos aproveitados porque entende-se que diversas pessoas técnicas podem ter trabalhado na construção das ideias, porém nem sempre o que é aprovado contempla o escopo da ideia inicial. Sugere-se portanto que pela mesma norma sejam devolvidos à estrutura do Ministério do Meio Ambiente os órgãos supracitados além da transformação dos mesmo em estruturas permanentes do Estado Brasileiro, assim como a criação de uma carreira típica de Estado específica para a atividade de fiscalização, nos moldes da carreira de Auditor-Fiscal. Talvez seja ainda importante considerar a inclusão das Terras Indígenas como um tipo de Unidade de Conservação, garantindo a elas mais um grau de proteção. As principais e mais atentatórias medidas normativas foram tomadas pela atual gestão que ocupa o Palácio do Planalto. Embebido novamente de poder constitucional eleito, sugerimos a reestruturação dos sistema de proteção ambiental considerando as observações acima e possíveis melhorias que possam não ter sido incluídas neste documento.



por Priscilla Brito

# MULHERES

## Introdução

**D**e 2019 a 2022, vivemos sob um governo que atuou diretamente e de forma prioritária contra os direitos das mulheres pautados por um horizonte de maior igualdade entre homens e mulheres.

Um exemplo de como essa visão esteve entranhada na gestão de Bolsonaro foi o Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que instituiu a “Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031”. O decreto define como estratégica para o desenvolvimento do país uma agenda contrária a questões caras às mulheres, incluindo a criminalização total do aborto e a adoção da escola sem partido, e deve ser revogado.

Outro decreto importante e que deve ser revogado é o de Nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020, que institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. As famílias brasileiras merecem políticas que valorizem seus vínculos, mas que promovam junto a igualdade entre homens e mulheres, garantindo, por exemplo, políticas públicas de cuidado.

Em relação aos direitos das mulheres, o governo Bolsonaro promoveu um esvaziamento das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que se baseavam na promoção da igualdade entre homens e mulheres a nível nacional. Sua atuação foi simbólica e pautada pela articulação com o Congresso Nacional para levar a pauta para o campo conservador.

À frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves foi uma das principais ministras do governo e responsável pela chancela conservadora e religiosa do governo. Sua gestão foi marcada pela submissão das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial a violência sexual, à perspectiva conservadora.

Seu ministério e o Ministério da Justiça atuaram junto às deputadas para incentivar a apresentação de novos projetos de lei com modificações e adendos à Lei Maria da Penha e à Lei do Femicídio. O efeito direto foi um salto no número de proposições apresentadas de uma média de 20 nos outros anos para mais de 200 novas proposições legislativas só em 2019.

As proposições apresentadas no Congresso são pautadas principalmente pelo aumento de penas e punições, e pelo fortalecimento das polícias e do judiciário. Não houve orçamento para garantir os serviços públicos de acolhimento humanizado e de oferta de iniciativas que possibilitem o rompimento dos ciclos de violência. Além disso, sem espaços de participação social – como Conselhos e Conferências –

e uma estratégia articulada nacionalmente, as organizações historicamente ligadas ao tema se viram sem condições de contribuir com os avanços da política, papel desempenhado por elas desde a formulação da LMP.

Um decreto desse campo a ser revogado é o Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021, que instituiu o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio. O CLADEM e o Levante Feminista contra o Feminicídio denunciaram a desconsideração dos debates sobre esse tipo de violência, além das diretrizes, normas e convenções já estabelecidas. O decreto precisa ser substituído a partir da formulação de uma política nacional para enfrentar o problema. Isso vale para o Programa Mulher Segura e Protegida Institui o Programa Mulher Segura e Protegida (?) (Redação dada pelo Decreto nº 10.112, de 2019). É preciso ainda rever as novas legislações sobre acesso às armas, que têm impacto direto sobre a segurança das mulheres.

No campo do atendimento às mulheres e meninas em situação de abortamento, as principais mudanças nessa área ocorreram através de notas e portarias e com foco no atendimento na ponta. A estratégia foi colocar em dúvida a palavra de mulheres e meninas, resguardar a objeção de consciência dos profissionais de saúde e tentar avançar em propostas legislativas de direito à vida desde a concepção.

Em 2020 foi publicada a Nota Técnica Nº 16/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS, que reforçava ações já previstas na área de Atenção Integral à Saúde das Mulheres e recomendava outras ações. A Nota era um resultado positivo do esforço das responsáveis por essa área no Ministério de dar continuidade à política de atendimento humanizado para vítimas de violência sexual, implementada desde o primeiro governo Dilma. No entanto, o documento gerou fortes rea-

ções dentro do próprio governo, o que levou à sua retirada e à demissão da equipe responsável, da Coordenação de Saúde das Mulheres da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Em substituição a ele, em 27 de agosto, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 2282/2020, que dispunha “sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS”. Um imenso retrocesso. Em setembro, após forte reação contrária das organizações feministas e de mulheres e de parlamentares, o Ministério editou uma nova portaria que a revogou e substituiu pela Portaria 2.561/2020. Não por acaso, esta publicação se deu um dia antes da votação, no Supremo Tribunal Federal, da ADPF 737, que questionava a constitucionalidade da primeira. A “nova” portaria ameniza alguns dos pontos criticados, mas mantém a essência da proposta original, que é constranger profissionais da área da saúde a acionar a polícia e duvidar da palavra das vítimas. A portaria precisa ser substituída por uma que facilite o acesso das vítimas de violência sexual aos serviços de saúde para a interrupção da gravidez, sem criminalização. O aborto é permitido em casos de violência sexual desde os anos 1940 e precisa ser garantido.

Temos o Programa Mães do Brasil, instituído por meio do Decreto nº 10.987, de 8.3.2022. Ele precisa ser substituído por uma política nacional que contemple o problema da mortalidade materna e se articule efetivamente com o atendimento em saúde de forma geral.

Por fim, temos o Decreto nº 10.989, de 8.3.2022, que regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, e institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que deve ser mantido, pois é fruto de uma vitória dos movimentos e das parlamentares.

Outros decretos relacionados aos direitos das mulheres e que a revogação demanda uma análise intersetorial: Decreto de nº 9.871, de 27. 6.2019 (sobre o Comitê Gestor da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade...); Decreto nº 9.796, de 20. 5.2019 (que institui o Grupo Interministerial de Monitoramento ...Tráfico de Pessoas (?)); e o Decreto nº 10.559, de 3.12.2020 (Institui o Prêmio de Acessibilidade no âmbito do Ministério da Mulher).

---

### **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020: Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.**

O decreto descreve uma verdadeira reforma do Estado, incluindo a criminalização total do aborto, a adoção da escola sem partido, e outros. Uma das diretrizes é “promover o direito à vida desde a concepção até a morte natural, observando os direitos do nascituro, por meio de políticas de paternidade responsável, planejamento familiar e proteção às gestantes”. Mais uma tentativa de inserir o “direito à vida desde a concepção” à força na legislação brasileira.

Na sequência, foi lançado o Edital de Chamamento Público nº 1, de 7 de junho de 2022: 1ª Edição da Certificação Embaixador(a) Mães do Brasil, que reafirma o tempo todo o direito à vida desde a concepção, utilizando como base o decreto.

---

### **Decreto nº 10.906, de 20 de dezembro de 2021: Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.**

O Levante Nacional contra o Femicídio publicou uma nota detalhada com os pontos problemáticos do Plano, dentre eles a invisibilização do agravamento da violência contra mulheres negras e indígenas nas estatísticas nacionais; e a exclusão da palavra gênero, contrariando os acordos e normas internacionais sobre o tema.

---

**Portaria 2.561/2020, de 23 de setembro de 2020: Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.**

Embora a nova portaria tenha corrigido um dos pontos graves do texto anterior, que constrangiam as mulheres e meninas vítimas de estupro, ao retirar a necessidade de oferecimento de visualização da ultrassonografia do feto em uma das etapas do procedimento, outros dispositivos já apontados como ilegais persistem na nova portaria e, por isso, ela deve ser imediatamente revogada. O Ministério da Saúde manteve a obrigatoriedade da notificação à autoridade policial pela/o médica/o, demais profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde que acolheram a paciente nos casos em que houver indícios ou confirmação do crime de estupro. Também foi mantida a necessidade de preservação, pelos profissionais da saúde, dos indícios probatórios do crime.

---

**Decreto n. 10.112, de 2019: Institui o Programa Mulher Segura e Protegida.**

Além de não mencionar as questões de gênero, o decreto não trata da efetivação das leis já existentes.

---

**Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021: Institui o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersectorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.**

Além de não mencionar as questões de gênero, o decreto não trata da efetivação das leis já existentes. Nós já temos normas protetivas, desde a Constituição Federal, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e várias outras leis infraconstitucionais, muito mais alinhadas ao debate sobre gênero e violência.

---

**Decreto Nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020, que institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e o seu Comitê Interministerial. Depois alterado pelo Decreto nº 10.783, de 31 de agosto de 2021.**

A Estratégia de fortalecimento de vínculos familiares reforça a perspectiva conservadora sobre as políticas de família. Sem mencionar as questões de gênero, a diversidade que perpassa os núcleos familiares e a questão da violência doméstica e familiar, a estratégia não enfrenta os principais problemas. Além disso, mulheres lideram boa parte dos lares brasileiros e precisam de políticas públicas que as tenham como principais beneficiárias.



por Mara Karina Silva

# NEGRITUDE

## Introdução

**A** Fundação Cultural Palmares foi criada pela Lei 7.688 de 22 de agosto de 1988, vinculada ao então Ministério da Cultura, e com a finalidade de preservar os valores culturais, sociais e econômicos relacionados à influência da população negra na formação da sociedade brasileira. Configura-se como um dos primeiros e mais importantes instrumentos do Estado brasileiro voltados para o enfrentamento das desigualdades raciais, por meio da promoção, fomento e preservação da cultura afro-brasileira.

No marco da análise que se apresenta, compreendemos que a cultura brasileira esteve em risco desde a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018. Mesmo antes da

posse, Jair sinalizava liderar uma cruzada autoritária contra a cultura e a liberdade de expressão, com acentuado caráter racista e, conseqüentemente, contrário à diversidade étnico-racial da sociedade brasileira.

Entende-se que a extinção do Ministério da Cultura, com o rebaixamento a Secretaria Especial, somada às nomeações desastrosas de gestores pouco preparados para os desafios da pasta e alinhados à ideologia bolsonarista, teve como objetivo a implementação da agenda conservadora da extrema direita na área cultural, tanto de forma discursiva como por meio de decisões institucionais que tiveram como foco a destruição de políticas culturais e mecanismos de fomento, à medida que promoveram o dirigismo ideológico do investimento público à cultura.

Embora os efeitos do governo autoritário e anticultura possam ser observados em todos os setores culturais, entendemos que a Fundação Palmares está entre os mecanismos culturais mais afetados pelo bolsonarismo, principalmente após a nomeação do jornalista e influenciador digital da extrema direita Sérgio de Camargo à presidência do órgão, em novembro de 2019.

Camargo, explícito apoiador dos ideais do bolsonarismo, teve atuação constante em perfis próprios nas plataformas de redes sociais em que o conteúdo mais frequente era de ataques contra artistas, ativistas, personalidades e organizações negras, o que estimulou entidades do Movimento Negro Brasileiro a impetrar ações judiciais contra sua nomeação assim que o fato foi noticiado pela imprensa brasileira.

Após decisões favoráveis e contrárias as ações dos ativistas, Camargo assumiu a Fundação em fevereiro de 2020, confirmando a preocupação deste grupo de que realizaria uma gestão centrada no direcionamento da estrutura do ór-

ção para a negação do racismo como questão estruturante para as desigualdades socioeconômicas do país; a redução da importância dos marcos históricos e de personalidades negras na construção da sociedade brasileira; bem como de sobrevalorização da contribuição da princesa Isabel no processo de abolição da escravatura no Brasil.

Portanto, embora esta iniciativa tenha como premissa identificar portarias, decretos e instruções normativas antidemocráticas publicadas nos últimos quatro anos de gestão bolsonarista na Fundação Palmares, o levantamento mostra que as medidas que buscaram a destruição do órgão não se deram somente a partir de mecanismos institucionais, mas se constituíram de forma ideológica e discursiva, com ampla reverberação pelos meios de comunicação, devido às declarações de Camargo que sinalizavam para a ruptura da gestão com a missão institucional da Fundação.

Isso porque embora as atividades centrais da Palmares tenham tido continuidade, entre elas a realização de editais de fomento à cultura ocorrendo com aparente legalidade, Sérgio de Camargo promoveu o escárnio público da missão institucional da Fundação e a fratura dos princípios que orientaram sua criação ao deixar de se referenciar pela cultura negra para aderir a uma perspectiva eurocentrada, que desdenha da ação política histórica e emancipadora da população afro-brasileira.

O caso da Fundação Palmares revela sobretudo a operação explícita do racismo institucional na destruição de um órgão criado para o combate às desigualdades raciais, por meio da valorização da contribuição cultural histórica da população negra. Isso porque vê-se que a gestão bolsonarista se valeu dos marcos do discurso da extrema direita para destruir a imagem pública da Fundação como nunca antes

visto em seus quase 34 anos de existência.

Entre os exemplos emblemáticos das fraturas internas e não identificadas nos instrumentos institucionais está a mudança no perfil dos gestores das áreas finalísticas do órgão: os departamentos de Fomento à Cultura Negra, Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro e o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra (CNIRC). Desde a criação da Fundação, esses postos foram ocupados por ativistas do Movimento Negro Brasileiro ou acadêmicos com reconhecida atuação relacionada aos objetivos da pasta. Em contraponto, a gestão bolsonarista priorizou contratações de apadrinhados político-ideológicos, sem experiência técnica comprovada ou ativismo pelo enfrentamento ao racismo no Brasil.

Outra questão importante a ser observada é o ataque e a tentativa de destruição do acervo da Biblioteca Oliveira Silveira, parte do CNIRC. A revisão do acervo respondeu ao Decreto 10.148/2019, sobre a gestão de documentos na Administração Pública Federal, e orientou a criação da Portaria 36, de 25 de janeiro de 2021, que instituiu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Fundação Cultural Palmares.

A partir dessas medidas, a gestão bolsonarista utilizou como argumento a necessidade de modernização do acervo para renunciar a obras importantes do pensamento negro mundial, utilizadas como referência em estudos sobre as relações raciais no Brasil e em países das Américas, sob a alegação de servirem à “doutrinação marxista”. O que se percebeu neste caso foi a total ignorância sobre os livros, peças do acervo e sua importância para as bases teóricas que estruturam a luta antirracista no Brasil.

Deste modo, o que se apresenta a seguir são as portarias

publicadas pela Fundação Palmares e assinadas pelo ex-presidente Sérgio de Camargo que precisam de revogação imediata por apresentarem temas como a retirada das comunidades quilombolas do processo de licenciamento ambiental em seus territórios; a extinção dos comitês gestores e órgãos colegiados que garantem a participação social nos processos decisórios da Fundação; e, por fim, medidas relacionadas ao dirigismo ideológico para a seleção de personalidades negras homenageadas no site da Fundação.



por Natália Sant'Anna

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL

### Introdução

A eleição de Jair Bolsonaro foi permeada por discursos e compromissos de efetivar uma política antidemocrática. O atual presidente construiu a figura do inimigo e teve, dentre os vários alvos, a sociedade civil organizada. Desse modo, o ataque ao terceiro setor é uma política instituída pelo governo Bolsonaro e se consolidou através de dois instrumentos normativos editados logo no primeiro ano de seu governo.

A instituição de uma política que “acabasse com todos os ativismos do Brasil” se deu por diversas formas. Ao iniciar seu governo, Bolsonaro logo editou decretos estabelecendo o fim de alguns Conselhos de Direitos. O modelo de participação social em voga no Brasil há alguns anos engloba a

participação da sociedade civil em conselhos de direitos que são essenciais para a construção de políticas públicas que dialoguem com a realidade da população atingida.

Segundo o relatório do Instituto Igarapé: “Restringir essa participação, bem como quaisquer outras formas de expressar conhecimento, crenças e opiniões sobre questões públicas é contrariar os preceitos mais básicos de uma democracia saudável.”

A edição de Decretos e outros instrumentos infralegais foram as escolhas priorizadas pelo atual governo para o chamado “fechamento do espaço cívico”. Alguns desses decretos serão trabalhados neste capítulo. Entretanto, o governo federal não se limitou a modificar a normativa vigente para esvaziar politicamente estes espaços. Diversos conselhos seguem inativos por escolha do Poder Executivo.

Além disso, alguns decretos alteraram e/ou revogaram estruturas de conselhos já previstos de modo a transformar tais espaços em espaços unicamente estatais, sem participação da sociedade civil organizada. Tais decretos serão identificados ao final deste trabalho para modificação e eventual revogação.

O grande marco do governo Bolsonaro e do desfazimento das políticas de participação social foi o Decreto 9.759/2019, que tinha por objetivo diminuir de 700 para 50 os Conselhos previstos pela Política Nacional de Participação Social (PNPS) e pelo Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). A partir deste decreto que iremos abordar a perspectiva de fechamento dos espaços de participação social.

---

### **Prioridade 1 - Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019**

*Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. indicação de quem foi afetado (?). A edição deste instrumento determinou a extinção de todos os conselhos, comitês, comissões, grupos e outros tipos de colegiados ligados à administração pública que foram estabelecidos por decretos ou atos normativos anteriores. Segundo o relatório da ABONG: “O Decreto tinha o objetivo de reduzir a participação da sociedade civil na elaboração, avaliação e monitoramento de políticas públicas e na garantia de direitos.”*

**A**lém disso, o relatório do Igarapé afirma: “A integração da sociedade é peça-chave da democracia participativa, permitindo a colaboração ativa da população na construção de políticas públicas e no controle social das decisões que lhes digam respeito.”

O Decreto foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, a ADI 6121. No mesmo ano, os ministros decidiram por suspender apenas parcialmente a medida do presidente Jair Bolsonaro, de forma que os colegiados previstos em lei ou criados por decretos, e mencionados em lei posterior, não puderam ser extintos.

Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal, um levantamento realizado pelo Cebrap, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, mostra que agora, mais de dois anos depois do decreto, o governo Bolsonaro desmontou,

praticamente, essa estrutura de participação popular. A pesquisa aponta que, hoje, 75% dos comitês e conselhos nacionais mais importantes estão esvaziados ou foram extintos.

Dessa forma, o impacto repercute para toda a população com o esvaziamento de espaços de participação social. Com a revogação de tal decreto e a construção de um novo texto acerca da política de participação social, a sociedade civil poderá construir novas perspectivas de diálogo com o poder executivo e reconstruir o país.

---

### **Prioridade 2 - Decreto nº 10.177, de 16.12.2019**

*Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O referido decreto alterou a composição do Conselho retirando a paridade da composição. Desse modo, se faz necessário recuperar a redação do art. 3º do Decreto anterior retomando a paridade de composição do Conselho.*

---

### **Prioridade 3 - Decreto nº 10.069, de 17.10.2019**

*Dispõe sobre o Conselho Nacional de Juventude. O Decreto deve ser revogado em favor do decreto anterior (Decreto nº 9.024, de 5 de abril de 2017) que garantia maior possibilidade de participação da sociedade civil.*

---

**Prioridade 4 de - Decreto nº 10.057, de 14.10.2019**

*Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia em favor do decreto anterior (decreto nº 8.898, de 9 de novembro de 2016) que garantia maior participação da sociedade civil.*

---

**Prioridade 5 - Decreto nº 9.937, de 24. 7.2019**

*Institui o programa de proteção aos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas e o conselho deliberativo do programa de proteção aos defensores dos direitos humanos, comunicadores e ambientalistas no âmbito do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos em favor do decreto anterior (decreto nº 8.724, de 27 de abril de 2016) que garantia maior participação da sociedade civil.*

---

**Prioridade 6 - Decreto nº 9.926, de 19. 7.2019**

*Dispõe sobre o conselho nacional de políticas sobre drogas em favor do decreto anterior (decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006.) que garantia a maior participação da sociedade civil.*

---

**Prioridade 7 - Decreto nº 9.883, de 27. 6.2019**

*Dispõe sobre o conselho nacional de combate à discriminação em favor do decreto anterior (decreto nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010) que garantia maior participação da sociedade civil.*

*A retomada dos mecanismos de participação social com a eleição do presidente Lula se mostra urgente para que os meios democráticos de participação sejam novamente efetivados. Além da revogação dos decretos acima descritos, diversos espaços de incidência foram desmantelados ou paralisados em seu funcionamento. A reconstrução do Brasil passa pela profunda reestruturação e revigoração da participação social.*

---

## Perspectivas para um novo Governo

**D**e uma forma geral, para dar prioridade às políticas para as mulheres é preciso dar-lhes estrutura orçamentária e condições de serem efetivadas em todos os estados; e revogar os decretos que impedem o atendimento adequado das mulheres e meninas vítimas de violências de todo tipo.

Um novo governo Lula tem o desafio de resgatar os espaços de participação social e as ações articuladas a nível nacional. Mas a esperança dos movimentos e organizações de mulheres é de que, dessa vez, faça isso com condições orçamentárias mais dignas e com maior integração com os ministérios, os outros poderes, os governos estaduais e municipais e a sociedade civil.

Os movimentos de mulheres tiveram um papel importante na resistência frente ao avanço conservador. Estiveram nas ruas contra Eduardo Cunha e se somaram às manifestações Anti-Impeachment. Fizeram frente à candidatura de Bolsonaro com o #EleNão. Mantiveram-se organizadas nas diversas iniciativas pelo “Fora Bolsonaro”. E agora compuseram a grande frente que tornou Lula novamente presidente do Brasil.

É preciso garantir medidas simbólicas em prol da igualdade, como a paridade nos ministérios e em altos postos de comando, e materiais, como a priorização das mulheres nas políticas do novo Governo. É preciso ainda disputar concepções como a de família, usada de forma a reforçar papéis sociais desiguais de homens e mulheres.

Menosprezar a agenda de gênero é permitir a sobrevivência do projeto fascista e conservador capitaneado por Bolsonaro. Este foi derrotado nas urnas, mas precisa ser derrotado na sociedade brasileira.



por Caroline Teixeira Jorge

## PETRÓLEO, GÁS E ENERGIA

### Introdução

No Brasil, a matriz energética tem maior participação de energias renováveis e zero carbono quando comparado com outros países. Há elevada participação das fontes hídricas, e as fontes eólica e solar têm aumentado sua contribuição graças ao aumento do nível de competitividade. A Escola de Política Energética (EPE) prevê continuidade da difusão dessas fontes nos próximos anos.

Dada a relevância da participação de fontes hídricas na geração de energia elétrica no Brasil, a segurança no abastecimento depende muito dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar de contarmos com grandes reservatórios capazes de armazenar água equivalente a cinco meses do consumo de energia elétrica, o país vem

passando por momentos críticos de escassez hídrica. Ao contrário da crise energética de 2001, quando o problema foi a falta de investimentos para expansão da capacidade instalada, a crise de 2021 refletiu um erro de planejamento. Em um contexto de demanda reduzida por conta do baixo nível de atividade econômica, houve dificuldade na gestão do nível dos reservatórios das hidrelétricas. O modelo utilizado para gerir a operação do Sistema Interligado Nacional leva sempre em conta uma condição hídrica razoavelmente favorável no futuro, o que atrapalha a projeção de risco em cenários de escassez de chuvas.

Assim, as falhas no planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional fizeram com que estivéssemos muito perto de um novo racionamento no fornecimento de eletricidade em 2021.

Além dos grandes equívocos do governo em termos de planejamento estratégico, a política energética foi tomada pela visão ultra liberalizante no que se refere à entrega do patrimônio ao setor privado. Iniciado no governo Temer em 2016, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sob o argumento falacioso de melhorar a gestão e enxugar o Estado, autorizou diversas medidas de desestatização. Na verdade, a maioria das empresas estatais são concentradas em setores de alta complexidade tecnológica, nos quais o setor privado não demonstra interesse ou condição de investir. Esse é o caso da Nuclep, estratégica por razões econômicas, de suprimento e de defesa, cujo decreto de inclusão no PPI será tratado neste relatório.

O setor de petróleo e energia foi priorizado e se afirmou não apenas um processo de desestatização, mas também de desnacionalização, com a entrada de corporações de atuação transnacional.

A privatização da Eletrobrás em 2022 foi um grande marco na direção contrária à soberania energética do país. Diversos estudos apontam que a privatização provocará aumento nas tarifas de distribuição de energia elétrica dos consumidores do mercado cativo. O maior impacto tarifário decorrerá da renovação das concessões de 22 usinas hidrelétricas (descotização), que se iniciará em 2023 e ocorrerá de forma completa a partir de 2027.

No caso da Petrobrás, de 2015 a agosto de 2022, a venda de ativos já atingiu a marca de 280 bilhões de reais. Desse total, 40% se refere aos setores de Exploração & Produção, muito estratégicos, contradizendo o discurso oficial de manter essas atividades no ativo da estatal. Já a venda de refinarias encolheu o parque nacional de refino e obrigou o aumento da importação de derivados. Isso deixou o país vulnerável às variações do preço do barril de petróleo e da variação cambial. Em um contexto de desorganização do mercado internacional, provocada tanto pela pandemia de covid-19, quanto por conflitos entre países, faz-se necessária a reversão da política de desinvestimentos da Petrobras para a segurança energética nacional e para o desenvolvimento do Brasil.

Cabe ainda destacar a política de preço dos combustíveis do governo Bolsonaro, que transferiu a volatilidade do preço internacional ao bolso dos brasileiros, resultando em aumento de preços em toda a cadeia produtiva. Sem alterar a política de preços da Petrobrás, raiz do problema, o governo optou por reduzir impostos, o que recorrentemente foi anulado por novos aumentos do preço do barril internacional.

A seguir, fundamentamos a necessidade de revogação imediata de atos normativos no setor energético que colocam em risco o abastecimento de energia do país e, assim, o desenvolvimento econômico. As justificativas encontram-

-se distribuídas em ordem de prioridade: i) Desestatização; ii) Desinvestimento da Petrobrás; iii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); iv) Regimes de concessão; v) Cide-combustíveis; vi) Transparência do preço dos combustíveis.

---

## **Desestatização da Petrobras: Resolução CPPI nº 240, de 02/06/2022**

*Ementa: dispõe sobre a qualificação da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, com objetivo de coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da desestatização da Petrobras.*

**A** Resolução que se pretende revogar representa a decisão formal do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) de recomendar ao Presidente da República a inclusão da Petrobras no pacote de futuras privatizações. Também está prevista a criação de um comitê com membros do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Economia para propor o conteúdo do projeto de lei a ser enviado pelo governo ao Congresso para permitir a venda da Petrobras.

A Petrobras é a maior empresa pública brasileira, descobriu e explora o Pré-Sal e se tornou líder mundial em desenvolvimento de tecnologias para a exploração e produção de petróleo e gás em águas profundas e ultra profundas, bem como construiu um dos maiores parques de refino de petróleo do mundo. É uma empresa estratégica, que garante segurança energética nacional e desenvolvimento econômico. O recente episódio de alta generalizada dos preços dos

combustíveis, causada por uma política de preços alinhada com a lógica privada da lucratividade, escancara os prejuízos que a venda da empresa pode causar ao país.

A Petrobrás deve se colocar como indutora da economia brasileira e importante instrumento estatal de intervenção macroeconômica, além de firmar-se como instituição de ponta na produção e desenvolvimento de ciência, pesquisa e inovação. Tal Resolução, portanto, representa grande retrocesso em termos de soberania nacional e estratégica no desenvolvimento do país e sua inserção no cenário geopolítico internacional.

---

## **Desestatização da Eletrobrás - Decreto nº 11.042, de 12/04/2022**

*Regulamenta o § 1º do art. 1º e os art. 20 e art. 21 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre as condições para a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos termelétricos a partir de gás natural e de empreendimentos hidrelétricos até cinquenta megawatts.*

O Decreto 11.042/2022 regulamenta a contratação das usinas inseridas na Lei 14.182/2021, que trata da privatização da Eletrobrás. Essas usinas são mais conhecidas como os “Jabutis do PL da Eletrobrás”, assim chamados quando foram inseridos no PL quando este tramitava no Congresso Nacional. As usinas somam 10 GW que devem ser incluídos na expansão do setor nos próximos anos.

De acordo com o decreto, são duas as modalidades contempladas: leilões de reserva de capacidade, no caso dos

empreendimentos termelétricos, e leilões de energia nova A-5 e A-6, no caso dos empreendimentos hidrelétricos de até 50 MW.

Na hipótese de os estudos para a inserção das usinas não indicarem a necessidade de contratação de energia de reserva para o cumprimento dos critérios gerais de garantia de suprimento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a contratação será feita como lastro e pago por todos os consumidores, incluindo os livres.

A obrigatoriedade de contratação térmica a gás é constituída por 8 GW, sendo 1 GW no Nordeste, 2,5 GW no Norte e volume igual no Centro-Oeste, além de 2 GW no Sudeste. No Centro-Oeste a origem do gás pode ser qualquer uma. No Norte, Nordeste e Sudeste há preferência para a contratação de empreendimentos termelétricos que utilizem como combustível o gás natural nacional.

O volume deverá ser totalmente contratado até 2026 para que o início de suprimento seja escalonado de 2026 até 2030. Já o preço máximo a ser praticado nos leilões será o preço-teto para geração a gás natural estabelecido no leilão de energia nova A-6, de 2019, atualizado na ocasião do leilão.

Para as usinas que utilizam a fonte hídrica, são 2 GW a serem contratados para projetos de até 50 MW de potência instalada nos leilões de energia nova. De início estão reservados 50% da demanda declarada pelas distribuidoras que serão destinadas a esse produto. Após a contratação desse volume, o percentual será reduzido para 40% da demanda nos leilões realizados até 31 de dezembro de 2026.

Nesse contexto, cabe esclarecer que o Rio de Janeiro produz quase 70% de todo o gás natural extraído no Brasil. A norma desatrela a instalação de UTEs dos locais de onde se extrai o insumo, desconsiderando potencialidades regio-

nais. Também gera gasto excessivo com infraestrutura e amplia o risco ambiental.

Desse modo, o referido Decreto trará prejuízos ao consumidor de energia elétrica e ao planejamento do setor elétrico no país, além de exorbitar do poder regulamentar e dos limites da delegação legislativa.

---

### **Decreto nº 11.091, de 08/06/2022**

*Altera o Decreto nº 11.042, de 12 de abril de 2022, que regulamenta o § 1º do art. 1º e os art. 20 e art. 21 da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre as condições para a contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos termelétricos a partir de gás natural e de empreendimentos hidrelétricos até cinquenta megawatts.*

O Decreto 11.091/2022 amplia a definição de região metropolitana a ser considerada na contratação obrigatória de termelétricas a gás, incluída na Lei que autoriza a privatização da Eletrobrás. Além da área definida em Lei pelos estados, será incluída a região integrada de desenvolvimento (Ride) instituída pela União, por meio de lei complementar, e composta por agrupamento de municípios de diferentes unidades da federação.

No caso da região definida pelos estados, passa a ser considerada a configuração estabelecida em Lei Complementar promulgada até a data de publicação das diretrizes do MME para a realização dos leilões. A mesma data limite vale para a definição dos municípios que compõem a área de atuação da Sudene.

A capital ou região metropolitana poderá ser considerada atendida quando for contratado empreendimento termelétrico na localidade a partir dos certames previstos na Lei 14.182/2021, independentemente de capacidade instalada.

Assim como o Decreto anterior, o Decreto nº 11.042/2002 pode impactar negativamente os consumidores e o planejamento do setor elétrico, além de exorbitar do poder regulamentar e dos limites da delegação legislativa.

---

### **Desestatização da Pré-Sal Petróleo S.A.: Decreto nº 11.085, de 27/05/2022.**

*Ementa: dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui Comitê Interministerial.*

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) é uma empresa estatal com finalidade pública e objetivo social de gerenciar os contratos da União para exploração do petróleo localizado na camada pré-sal. Constitui-se sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a totalidade das ações em posse da União, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), e se submete ao regime jurídico próprio das empresas privadas.

No contexto do marco legal do Pré-Sal, a empresa visava direcionar os recursos obtidos com a exploração do petróleo da camada pré-sal para benefício do povo brasileiro, gerando investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia, saúde, meio ambiente, combate à pobreza e cultura. As-

sim, a privatização da Pré-Sal Petróleo, além de prejudicar essas políticas, significa abrir mão de soberania nacional energética, em um contexto geopolítico internacional cada vez mais acirrado, em que verdadeiros patrimônios nacionais como este deveriam ser protegidos.

---

## **Desestatização da Nuclep: Decreto nº 10.322, de 15/04/2020**

*Ementa: Dispõe sobre a qualificação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização".*

**A** (Nuclep) é uma indústria de base, produtora de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de calderaria pesada. Conta com um parque fabril de um milhão de metros quadrados no Rio de Janeiro e possui um conjunto de máquinas operatrizes para usinagem, soldagem, calandragem e tratamento térmico únicos no país, atendendo à indústria nuclear, química, petrolífera, energética e naval.

A importância fundamental da Nuclep ficou ressaltada por seu papel no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub). A empresa foi responsável por nada menos do que a fabricação do casco de resistência das seções que compõem o SBR-S40, o Submarino Riachuelo, apenas o primeiro de outros quatro a serem construídos no âmbito da política de fortalecimento da soberania naval do país.

Além dessa relevante função estratégica para a segurança

nacional do ponto de vista industrial, a Nuclep representa uma reserva de conhecimento tecnológico que não pode simplesmente ser transferida para a iniciativa privada em prejuízo do patrimônio público. Trata-se uma bagagem de capital científico acumulado ao longo de anos e aperfeiçoado por meio de intercâmbios que só poderiam ter sido viabilizados em termos de políticas de Estado, como a cooperação com a França.

Além disso, a Nuclep ampliou seu campo de negócios, destacando-se na indústria de infraestrutura de energia, com a expectativa de faturar até trezentos milhões de reais até 2022, beneficiando mais de quarenta mil toneladas em torres de energia e fornecendo só ao Projeto Novo Estado, ligando Pará e Tocantins, quase dois mil quilômetros em linhas de transmissão. Novamente, constitui um imprescindível vetor de democratização da energia elétrica tão necessário para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Desestatizar a Nuclep, portanto, não é uma medida de interesse público e deveria ser profundamente discutida junto à sociedade via deliberação legislativa.

---

## **Desestatização de estatais estaduais e municipais de geração de energia elétrica: Decreto nº 10.135, de 28/11/2019**

*Ementa: altera o Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, que regulamenta a outorga de contrato de concessão no setor elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.*

O decreto presidencial 10.135/2019 dá à União o poder de outorgar novo contrato de concessão pelo prazo de até 30 anos para as geradoras de energia que forem desestatizadas, inclusive aquelas que estão sob o regime de cotas. Mais especificamente, altera o Decreto 9.271/2018, que já regulamenta as outorgas associadas à privatização de empresas públicas de energia elétrica, para estabelecer novos prazos para o enquadramento das concessionárias. A concessão deverá ter um prazo remanescente superior a três anos e meio do advento do termo contratual ou do ato de outorga.

Na prática, o decreto busca abrir caminho para a privatização de estatais estaduais e municipais de geração de energia elétrica. Esse foi o caso da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, responsável por 32% de toda a energia produzida pela Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (Copel). A concessão da usina venceria em 17 de setembro de 2023, o que obrigaria a Copel a participar de um novo leilão para continuar com a concessão. Para não perder a usina, a Copel utilizou-se dos Decretos nº 9.271/2018 e nº 10.135/2019 para pedir a renovação da concessão por 30

anos, devendo para tanto renunciar ao controle acionário.

Ante o exposto, desestatizar estatais estaduais e municipais de geração de eletricidade não é uma medida de interesse público e qualquer ação nesse sentido necessita ser discutida via deliberação legislativa.

---

## **Desestatização da Eletropaulo: Decreto nº 9.416, de 20/06/2018**

*Ementa: dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) das ações ordinárias da União representativas do capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.*

O controle acionário da Eletropaulo Metropolitana foi comprado em 15 de abril de 1998, através de leilão, pela Lightgás, consórcio formado pelas empresas americanas AES Corporation, Houston Industries Energy, Inc (atual Reliant Energy), Électricité de France e pela brasileira Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O decreto pretende incluir, no Programa Nacional de Desestatização, as ações ordinárias de emissão da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A detidas pela União, dando mais um passo concreto rumo à entrega definitiva, à iniciativa privada, de patrimônio público de importância estratégica. O ato encerra o processo de privatização da Eletropaulo iniciado no Governo FHC.

A iniciativa do governo de colocar as ações no PND ocorreu depois da compra da Eletropaulo pela italiana Enel, por 5,55 bilhões de reais, em junho de 2018. A Enel venceu o leilão com uma oferta de 45,22 de reais por ação, enquanto o lance

da rival Neoenergia foi de 39,53 de reais. Há uma disputa comercial entre as empresas da comunidade estrangeira (Enel versus empresa espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia). O conflito gira ao redor da acusação da Enel de adotar práticas anticompetitivas na Europa e no Brasil, além da disputa pela distribuição no Quatar.

A colocação das ações da Eletropaulo pertencentes à União no PND ofende o interesse e o patrimônio público, na exata medida em que a acusação travada na Comissão Europeia aduz sobre a estatal estar se aproveitando de sua condição de empresa pública italiana “para tentar influenciar o conselho da empresa que organiza o processo e o regulador brasileiro”. A própria disputa comercial no cenário internacional pela empresa indica sua importância estratégica.

---

## **II. Desinvestimento da Petrobrás: Decreto nº 9.188, de 01/11/2017**

*Ementa: Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais da Presidência da República.*

O principal objetivo do decreto é permitir a alienação de ativos (totais ou parciais) das sociedades de economia mista com mais agilidade e “menos burocracia” (afastamento das normas de direito público), sem qualquer procedimento licitatório ou participação do Congresso Nacional e, supostamente, com maior transparência e imparcialidade.

Com isso, amplia-se a alienação de valiosos ativos da em-

presa, com desnacionalização e desverticalização de produção de petróleo e derivados, redução e limitação de investimentos, aumento da importação de bens, serviços e equipamentos nacionais.

Trata-se de estratégia de desmonte da Petrobrás – a empresa perderá receita e a venda dos ativos não é justificável financeiramente, especialmente diante das transformações graduais que se impõe ao setor de óleo e gás natural. Dentre os ativos já vendidos ou em processo de negociação estão os gasodutos, as refinarias de produção de derivados, terminais e distribuidoras de combustíveis, termelétricas, fábricas de fertilizantes, usinas de produção de biocombustíveis, blocos para exploração de petróleo em bacias terrestres e em mar raso e profundo, além de centenas de ativos em 10 diferentes países.

Ao final do proposto processo de venda, a Petrobras será uma empresa apenas com foco na produção de petróleo bruto – compartilhando inclusive os campos do Pré-sal com petroleiras internacionais – sem as unidades de produção de derivados e outras atividades rentáveis e fundamentais para o nosso desenvolvimento econômico. O resultado será perda de soberania energética nacional, com graves prejuízos ao desenvolvimento econômico do Brasil.

---

## **III. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Anexo V da Resolução CNPE 30/2021**

*Ementa: estabelece o cronograma de pagamentos devidos à CDE em virtude da celebração de novos contratos de concessão autorizados pela Lei 14.182/202.*

A Lei 14.182/2021, que autorizou a privatização da Eletrobras condicionada à alteração do regime atual de cotas para o Regime de Produção Independente (descotização), promoverá um aumento do custo da energia elétrica para o consumidor. Isso porque a Eletrobras, uma vez privatizada, deixará de auferir uma receita regulatória que visa remunerar apenas os custos de operação e manutenção das usinas envolvidas, para passar a vender a energia por elas gerada a preços de mercado, superiores a essa remuneração regulatória atualmente recebida. Como forma de mitigar o impacto tarifário resultante da descotização, a Lei determinou que a Eletrobras destine um montante equivalente a 50% do valor adicionado ao contrato à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), na forma definida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Ocorre que a Resolução CNPE 30/2021 definiu um cronograma de transferência de recursos à CDE com um adiantamento de 5 bilhões de reais ainda em 2022, em descompasso cronológico e financeiro relativamente à agenda de descotização estipulada pela mesma Resolução.

Quando questionado pelo TCU sobre este adiantamento, o Conselho respondeu que “o referido aporte em 2022 tem origem em demanda da Aneel com o objetivo de reduzir a pressão tarifária causada pela crise hídrica vivenciada ao longo de 2020 e 2021 pelas significativas variações no câmbio e no Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M”.

No entanto, esta justificativa evidencia um desvio de finalidade. O texto legal vincula o pagamento à CDE ao impacto tarifário esperado em decorrência da alteração do regime de exploração, inexistindo autorização para o uso desses recursos a outras causas, ainda que ambos resultem em redução da tarifa. Caso esses recursos sejam antecipadamente utili-

zados para compensar outras causas inflacionárias, quando os efeitos da mudança do regime de exploração surgirem, o consumidor terá de absorvê-los integralmente, algo que a Lei 14.182/2021 explicitamente buscou prevenir.

Assim, a distribuição dos pagamentos proposta pelo CNPE está em completo desacordo com o cronograma de descotização e com a intenção do legislador de neutralizar os impactos tarifários de curto a longo prazo com a alteração do regime de exploração.

---

## **Regimes de concessão - Decreto nº 10.893, de 14/12/2021**

*Ementa: Regulamenta o § 1º-C do art.26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.*

Em março de 2021 foi promulgada a Lei 14.120, que alterou o art. 26 da Lei 9.427/1996 para estabelecer o fim do desconto nas tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição (TUST/TUSD) para novas outorgas de geração. Para tanto, foi estabelecido período de transição para que os interessados em implementar projetos de geração fizessem jus ao benefício do desconto na TUST/TUSD, com as seguintes condições:

(i) solicitar a outorga até 2 de março de 2022 e iniciar a operação de todas as suas unidades geradoras em até 48 meses, contados da data da outorga; e (ii) para os casos de aumento de capacidade instalada, solicitar o aumento até 2 de março de 2022 e iniciar a operação das novas unidades

geradoras em até 48 meses, contados da data de publicação do ato que autoriza a alteração da outorga.

Assim, a partir de março de 2021, iniciou-se uma corrida por outorgas. O grande gargalo vinha sendo a dificuldade para obtenção de um informe de acesso para cumprir um dos requisitos da regulamentação para a solicitação de outorga, dentro do tempo hábil para usufruir do benefício do desconto da TUSD/TUST. E foi nesse contexto que foi editado o Decreto 10.893/2021, que dispensou a apresentação do informe de acesso como um dos requisitos das solicitações de outorga.

Assim, o Decreto 10.893/2021, norma hierarquicamente superior à regulamentação da ANEEL, estabelece que as outorgas de autorização para empreendimentos de geração solicitadas até 2 de março de 2022 serão concedidas sem a exigência de informação de acesso quanto à viabilidade da conexão do empreendimento.

Decorridos oito meses da publicação do Decreto e um pouco mais de cinco meses da data limite para o protocolo de pedidos de outorga para a obtenção do benefício de desconto na TUST/TUSD, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 1.038/2022, exigindo que os requerentes das outorgas assinem uma declaração por meio da qual renunciam ao direito de um pedido de excludente de responsabilidade ou alteração de cronograma em razão de dificuldades em relação à implantação do empreendimento.

A edição da REN ANEEL nº 1.038/2022 não sanará a insegurança jurídica com relação aos empreendimentos pendentes de outorga. Além disso, deve-se atentar para ocorrência de judicializações.

---

## **Decreto nº 10.707, de 28 de maio de 2021.**

*Ementa: regulamenta a contratação de reserva de capacidade, na forma de potência, de que tratam os art. 3º e art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e altera o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.*

O Decreto nº 10.707/2021, publicado em 28 de maio de 2021, regulamenta uma nova modalidade de leilões de energia elétrica, criado pela Lei nº 14.120/2021 (conversão da Medida Provisória nº 998/2020), e propõe a contratação de reserva de capacidade, na forma de potência. Ou seja, o decreto regulamenta o chamado leilão de reserva de capacidade. Conseqüentemente, poderão ser contratadas usinas termelétricas a gás e hidrelétricas novas ou existentes, em contratos com duração de até 15 anos sendo que os custos para a aquisição da reserva de energia serão rateados entre todos os consumidores.

Ocorre que as usinas térmicas de reserva de capacidade têm a função de garantir potência para o sistema, ou seja, evitar oscilações que possam provocar blecautes e fornecer compensação à geração variável de outras fontes como as usinas eólicas, solares e hidrelétricas a fio d'água (ou seja, sem reservatórios). Assim, essas usinas terão papel diferente das térmicas que fornecem energia de reserva, responsável por garantir abastecimento em momentos de crise.

Em suma, o referido Decreto representa um risco concreto de trazer impactos negativos ao consumidor de energia elétrica e ao planejamento do setor elétrico no país, além de exorbitar do poder regulamentar e dos limites da delegação legislativa.

---

## Decreto nº 9.355, de 25/04/2018

*Ementa: estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras.*

O Decreto nº 9.355/2018 exorbita do poder regulamentar e dos limites da delegação legislativa ao criar procedimento especial de cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras.

Ocorre que a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conhecida como Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, regulamentou o art. 173, §1º, e dispôs sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nos termos do art. 28 desta Lei, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e locação de bens e à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio serão precedidos de licitação.

Cabe notar que o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais sequer foi mencionado pelo Decreto nº 9.355/2018, na tentativa de evadir a legislação atual que o ato normativo do Poder Executivo evidentemente viola.

---

---

## Incidência da CIDE sobre combustíveis - Decreto nº 9.391, de 30.05.2018, Arts. 1º e 3º.

*Ementa: os artigos alteram o Decreto nº 5.060, de 30 de abril de 2004, que trata das alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível.*

Os artigos 1º e 3º do Decreto n. 9.391/2018 reduzem a zero a alíquota da Econômico CIDE incidente sobre a importação e a comercialização de óleo diesel e suas correntes.

Todavia, a Constituição Federal determina que 29% dos recursos obtidos com a arrecadação da citada contribuição devem ser destinados aos Estados, dos quais 25% são devidos aos Municípios (Art. 159, III, e §4º da CF). Trata-se de importante fonte de recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para o financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Assim, os artigos 1º e 3º do Decreto n. 9.391/2018, por afetarem fortemente as finanças dos entes federativos subnacionais, exorbitam do poder regulamentar conferido ao Poder Executivo, e devem ter seus efeitos sustados.

---

---

## **Transparência do Preço dos Combustíveis - Decreto nº 11.121, de 06/07/2022**

*Ementa: estabelece a obrigatoriedade de divulgação transparente dos preços dos combustíveis automotivos praticados em 22 de junho de 2022.*

O referido decreto determina que os postos revendedores de combustíveis automotivos informem aos consumidores, de forma correta, clara, precisa, ostensiva e legível, os preços dos combustíveis automotivos praticados no estabelecimento em 22 de junho de 2022, de modo que os consumidores possam compará-los com os preços praticados no momento da compra.

Tal comparação, contudo, extrapola flagrantemente os termos legais do Código de Defesa do Consumidor, afinal, comparar pontualmente os preços dos combustíveis a partir de uma data específica não oferece transparência, proteção da vida, segurança, educação, prevenção e nenhum outro direito previsto no art. 6º do Código. Ainda pior, no que nos parece desvio de finalidade, a determinação serve não ao consumidor, mas a interesses do Governo Bolsonaro, já que em 22 de junho os preços estavam elevados e a data precede as medidas legislativas que alteraram a sistemática de incidência tributária sobre o preço de tais produtos. Com isso, os milhares de postos de combustíveis estarão oferecendo uma informação que favorece o governo, afixando de forma visível e legível, o preço então vigente (mais caro) e o preço atual (reduzido). Isso mascara a causa da elevação de preços ocasionada pela política da Petrobras, de Paridade de Preço Inter-

nacional, implementada durante o governo Bolsonaro, e que foi totalmente prejudicial ao consumidor. A informação não garante transparência e leva a falsas conclusões sobre a política de preços de combustíveis praticada por este Governo.

---

## **Conclusão**

O setor de energia nas últimas décadas vem enfrentando enormes desafios diante das fortes mudanças climáticas por que vem passando o planeta, com impacto considerável sobre a geração de energia. No mundo todo, esse contexto reforçou reflexões e iniciativas em torno de uma transição energética na direção de fontes renováveis, e ações para aumentar a eficiência energética (produzir mais com menos energia), elevar o armazenamento de energia e estimular fontes que não emitam gases de efeito estufa na sua operação. Governos progressistas falam em um Green New Deal, ou seja, um Novo Pacto Verde, que envolveria forte participação do Estado via política fiscal ativa na condução à Economia Verde.

No Brasil, entretanto, retrocedemos nos aspectos mais básicos, como desmatamento ilegal, privatizações de setores estratégicos com perda de soberania energética, política de preços dos combustíveis desfavorável à população brasileira.

A política energética terá de ser completamente revista e acoplada a um novo projeto de país. Aqui neste relatório, no entanto, já apontamos medidas que podem ser rapidamente tomadas por um novo governo, progressista, representando os primeiros passos rumo ao aproveitamento mais eficaz e responsável da matriz energética do Brasil.



por *Marcela Munch*

# POLÍTICA AGRÁRIA

## Introdução

**O** Brasil ainda tem muitos passos a dar para romper com a concentração fundiária que marca nossa história desde a colônia. Mas nos últimos anos andamos em velocidade recorde para trás. Já o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por um movimento ofensivo dos setores do agronegócio em direção ao protagonismo absoluto na agenda nacional.

Com Michel Temer, tivemos um desmonte da Reforma Agrária com a paralisação dos assentamentos e a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, via Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, combinado com um sucateamento das políticas de fomento à produção e co-

mercialização voltadas à agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), responsáveis pela garantia de um mercado de escoamento para a agricultura familiar, tiveram cortes orçamentários drásticos.

Também neste governo tivemos uma mudança significativa no marco normativo da Regularização Fundiária, priorizando uma política de titulação formal e transferência de terra pública para o domínio privado. A Medida Provisória 759/2016, editada no apagar das luzes do primeiro ano de governo Temer, sem nenhuma participação social, jogou fora todo o arcabouço existente e já consolidado, incluindo a Lei 11.977/2009, que criou o Programa Minha Casa, Minha Vida. Tal medida reduziu a regularização fundiária, urbana e rural, no Brasil, à titulação. Uma regularização desacompanhada de uma política de habitação e inserção na cidade e de uma autonomia real para os assentamentos no campo e sem processos de controle sobre a especulação financeira em terras urbanas e rurais. Ao contrário, a medida teve por objetivo justamente favorecer o mercado de terras.

No governo de Jair Bolsonaro, no entanto, os setores que compõem o agronegócio alcançaram uma centralidade inédita. Essa coincidência perfeita de interesses ficou expressa na forma como o governo sempre se apresentou como abertamente anti-indígena, anti-ambientalista e por óbvio anti-reforma agrária. Os interesses imediatos do agronegócio eliminaram todo e qualquer entrave para sua realização e encontraram em Jair Bolsonaro seu maior e mais fervoroso porta-voz.

Isso significou na prática a extinção de órgãos como o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), que tinha papel fundamental em alinhar o debate de segurança ali-

mentar com o estímulo à produção da agricultura familiar, numa perspectiva de soberania alimentar. Significou também a continuidade do sucateamento de programas como o PAA, o PNAE e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Representou o esvaziamento em todos os aspectos - competências, corpo de servidores e recursos - do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tendo como consequência um número ridículo de novos assentamentos.

E, coroando essa simbiose de interesses entre os ruralistas da ala mais conservadora e intransigente e o governo federal, a nomeação do ex-Presidente da União Democrática Ruralista como Secretário de Assuntos Fundiários não deixou dúvida do que seria a marca dessa gestão. Luiz Antonio Nabhan Garcia deixou explícita desde o início sua prioridade em implementar um modelo de regularização fundiária baseado na autodeclaração e reduzindo ao máximo critérios de verificação com as vistorias in loco. Atuou para abrir caminho para a grilagem de terras públicas - terras da Amazônia, terras indígenas - e sacramentar de vez uma concepção de regularização fundiária baseada única e exclusivamente na titulação de terras.

A verdade é que a titulação formal e individual de terras, que já era prioridade da agenda econômica pós golpe, foi encarada como fundamental no atual governo. Isso num país que carrega como um de seus maiores problemas a facilidade de grilagem, a alta especulação e a alta aquisição de terras por estrangeiros. A atividade mais rentável e com menor risco no Brasil é a especulação de terras. E não se trata de um problema isolado. No mundo inteiro as crises derivadas de 2008 elevaram a pressão sobre o controle das terras e neste cenário a titulação meramente formal tem se

mostrado como a forma mais efetiva de criar um estoque disponível para o mercado.

O resultado se revela, entre tantos outros aspectos abordados certamente nessa publicação, no aumento da concentração fundiária e dos conflitos no campo, protagonizados por fazendeiros, empresários, grileiros, mineradoras internacionais e garimpeiros e num retorno do Brasil ao mapa da fome. São mais de 33 milhões de brasileiros sem comida no prato.

Nesse sentido, apresentamos as prioridades de revogação dos atos normativos elencados abaixo, para que sejam derubados tão logo o governo Lula assuma.

---

### **Prioridade 1 - Instrução Normativa n.9 de 16 abril de 2020, da FUNAI**

*Ementa: Disciplina o requerimento, análise e emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites em relação a imóveis privados.*

**A** Instrução Normativa de 16 de abril de 2020 permite que ocupantes de terras indígenas não homologadas possam solicitar documento à Funai e, munidos desse documento, requerer junto ao Incra, por meio de cadastro autodeclaratório, a legalização de áreas invadidas.

Para efeito desta normativa, são consideradas terras indígenas apenas aquelas já homologadas, deixando de lado todas aquelas cujo processo de demarcação está ainda em curso. Esta é uma violação explícita à própria Constituição federal, que, ao prever aos indígenas direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, determina, por consequência, que o processo de demarcação será de-

claratório e não constitutivo.

O efeito desta instrução é óbvio: o acirramento dos conflitos fundiários envolvendo povos indígenas e não indígenas. Por tais razões, a Instrução Normativa deve ser revogada.

---

## **Prioridade 2. Instrução Normativa n.128, de 30 de agosto de 2022**

*Ementa: Define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, e celebração de acordos administrativos ou judiciais.*

A Instrução Normativa nº 128 foi editada no dia 30 de agosto de 2022, alterando procedimentos administrativos e técnicos de forma a permitir uma burocratização e uma possível morosidade na titulação de territórios quilombolas. Isto porque a IN antecipa a etapa de análise da cadeia dominial, ou seja, do histórico de proprietários do imóvel desde a titulação original pelo Poder Público até o último proprietário, um procedimento complicado que pode atrasar e muito o processo de titulação.

Na prática, esta instrução normativa abre brechas para que em muitos casos se inviabilize o direito constitucional quilombola ao território.

---

## **Prioridade 3. Portaria nº 43, de 21 de fevereiro de 2020, do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Defesa Agroquímica**

*Ementa: Estabelece os prazos para aprovação tácita para os atos públicos de liberação da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme caput do art. 10 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019 para facilitar a aprovação e liberação de registros de agrotóxicos.*

A Portaria, editada em 21 de fevereiro de 2020, estabelece a aprovação automática após decurso do prazo determinado de atos públicos como registros de agrotóxicos, sem nenhuma regulamentação ou inspeção.

Sob o pretexto de uma “desburocratização”, elimina-se qualquer forma de controle na liberação de produtos agroquímicos e tóxicos no país.

Além de todos os efeitos nocivos ao meio ambiente e à saúde, é importante frisar os impactos desse incentivo para a massificação de agroquímicos e tóxicos no desenvolvimento social e econômico do país. Em primeiro lugar, beneficiando o agronegócio em detrimento dos escassos recursos destinados à produção e comercialização da agricultura familiar.

---

#### **Prioridade 4. Decreto n.º 10.252, de 20 de fevereiro de 2020**

*Ementa: Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.*

No dia 20 de fevereiro de 2020, o governo Bolsonaro editou o Decreto n.º 10.252 (publicado no DOU em 21/02/2020) para alterar a estrutura regimental do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), excluir uma série de competências previstas anteriormente para o órgão e estabelecer uma nova subordinação ministerial. Entre as principais alterações, abaixo elencadas, o ato extingue o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o programa Terra Sol e outros que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas, atingindo em cheio a Reforma Agrária no Brasil.

O Núcleo de Estudos Agrários da Universidade de Brasília (NAEAGRI-UnB), através de Nota Técnica, elencou as principais alterações ocorridas no Incra com a publicação do Decreto n.º 10.252, das quais destacamos: a perda da autonomia, com a submissão da política agrária ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em especial quanto à destinação das terras públicas, seleção de famílias para assentamentos de reforma agrária e normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos. Tivemos

ainda a descaracterização da Ouvidoria Agrária Nacional que, vinculada ao Incra, perde sua força e autonomia como órgão crucial na mediação de conflitos no campo. A Diretoria de Obtenção de Terras foi extinta. Estabeleceu-se uma Diretoria de Governança com o papel de operacionalizar a regularização fundiária em todo o país sem que se garanta, para tal, a estrutura necessária para controlar e gerir toda a malha fundiária. E, por fim, houve a extinção da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, afetando diretamente políticas de suporte a mulheres assentadas, além de ações de assistência técnica e agroindustrialização (infraestrutura complementar), resumindo a política de Reforma Agrária à concessão de créditos de instalação e infraestrutura básica.

Em suma, o Decreto descaracteriza de uma vez por todas o papel do Incra como provedor de uma reforma agrária que compõe o acesso a terras com a efetiva autossuficiência socioeconômica dos assentamentos através de programas de educação, assistência técnica, investimentos e infraestrutura e reduz a autarquia a um órgão distribuidor de terras públicas para grileiros, madeireiros, especuladores.

---

## **Prioridade 5. Decreto nº 10.166, de 10 de dezembro de 2019**

*Ementa: Altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.*

O Decreto foi publicado em 10 de dezembro de 2019, alterando consideravelmente as regras de acesso à terra no país, dificultando justamente o acesso das famílias mais vulneráveis e favorecendo a titulação privada.

Em primeiro lugar, a legislação sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) já tinha sofrido alterações recentes, não se justificando as modificações substanciais feitas neste decreto.

Por exemplo, o Decreto determina que a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) será disponibilizada exclusivamente para projetos ambientalmente diferenciados. Tal restrição submete ao regime privado o conjunto total de terras com exceção apenas daquelas que por sua natureza não podem ser divididas e privatizadas. A titulação privada, com isso, torna-se regra absoluta.

O sistema de pontuação até então vigente, por sua vez, previa uma gradação de pontuações conforme a proximidade do imóvel, de forma a evitar empates e possíveis conflitos no campo e privilegiar aqueles acampamentos mais próximos à área desapropriada. Ademais, a gradação

também em outros critérios como a quantidade de filhos tinha também o objetivo de fornecer critérios capazes de garantir o desempate. Em substituição, os pontos relativos à proximidade dos assentamentos foram reduzidos e a possibilidade de gradação eliminada.

A figura do agregado, considerada como excedente dos acampamentos, também sai bastante prejudicada deste novo sistema de pontuação previsto no Decreto, bem como o acampado que não possui nenhuma atividade agrícola comprovada, ou seja, com algum grau de formalidade.

De modo geral, o novo sistema de seleção, ao privilegiar critérios gerais mais objetivos, acabou por prejudicar acampados e reduzir a possibilidade do Incra fazer uma seleção mais complexa, permitindo inclusive uma consulta e a participação efetiva dos assentamentos no processo.

Por fim, o Decreto mantém um problema criado com o Decreto n. 9311/2018, que torna regra a consolidação/emancipação dos assentamentos após o decurso do prazo de 15 anos, independente da verificação de requisitos como a quantidade de investimento feito na área, o grau de titulação efetiva e a destinação de crédito e traz uma redação ambígua quanto à possibilidade do Incra afastar esta consolidação.

---

## Conclusão

O Brasil, um país de proporções continentais, não tem como resolver sua desigualdade social sem enfrentar a questão da terra e isso significa: retomar a regularização fundiária com foco no uso social da terra. Trazer de volta ao centro o debate da reforma agrária, uma reforma agrária com participação social, que atenda às especificidades locais e garanta o desenvolvimento territorial, a partir das características de cada território. Enfrentar a especulação de terras e a grilagem. Retomar o incentivo à agricultura familiar, responsável por boa parte do alimento que chega na mesa do brasileiro. Ter como horizonte real um modelo de desenvolvimento que consiga, a um só tempo, garantir soberania alimentar com uma produção livre de veneno, que preserve os saberes tradicionais relativos ao uso do solo e cultivo das sementes, que valorize e visibilize o papel das mulheres nessa produção e que preserve recursos e vidas, apostando em sistemas de produção agroecológicos.

Para isso, sem dúvida, um passo importante é recriar o Ministério de Desenvolvimento Agrário, retomar a destinação de recursos para políticas fundamentais como o PAA e o PNAE e, por óbvio, desfazer todos os atos deste último ciclo que, com fins declarados de favorecer setores ruralistas, do agronegócio, do extrativismo predatório, impuseram enorme retrocesso na nossa política agrária.



por Lucas Cravo e Eloy Terrena

# POLÍTICA INDIGENISTA

## Introdução

O Presidente Jair Bolsonaro tem desenvolvido uma política anti-indígena, evidenciada pela: i) sistematicidade dos atos do governo federal de ataques aos povos indígenas e destruição da infraestrutura pública de garantia dos direitos indígenas e socioambientais. ii) consequências da destruição da infraestrutura pública de garantia dos direitos indígenas e socioambientais; e iii) pelo impacto que a invasão, o esbulho, o garimpo, o desmatamento e a propagação da pandemia de Covid-19 tiveram sobre os povos indígenas.

Dados do último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>1</sup>, apontaram

que a população indígena brasileira era de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Este contingente populacional está reunido em 305 povos indígenas, falantes de 274 línguas indígenas.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente, temos no Brasil cerca de 114 registros da presença de povos indígenas isolados em toda a Amazônia Legal. Dentre estes, existem: i) os "grupos indígenas isolados", com os quais a Funai desenvolveu trabalhos sistemáticos de localização geográfica que permitem não só comprovar sua existência, mas obter maiores informações sobre seu território e suas características socioculturais; ii) as "referências de índios isolados", que são os registros nos quais há fortes evidências da existência de determinado grupo indígena isolado, devidamente inseridos e qualificados no banco de dados, porém sem um trabalho sistematizado por parte da Coordenação-Geral de Índios Isolados da Funai que a comprove; iii) as "informações de índios isolados", que são as informações sobre a existência de índios isolados devidamente registradas na Funai, ou seja, que passam por um processo de triagem, porém sem ter ainda recebido um estudo de qualificação<sup>2</sup>.

De acordo com dados do IBGE, "os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número de indivíduos, 305.873 mil, sendo aproximadamente 37,4% do total. Na região Norte, o estado com o maior número de indígenas é o Amazonas, representando 55% do total da região. A região Nordeste conta com cerca de 25,5% da população e possui no estado da Bahia a maior concentração de indígenas. A terceira região com maior concentração de indígenas é a região Centro-Oeste, sendo que o estado do Mato Grosso do

Sul concentra 56% da população da região”3.

Desde o século XVI, no período colonial, os povos indígenas têm lutado e resistido para sobreviver, primeiro, à empreitada colonial portuguesa e, depois, à implantação de um Estado – uma forma de organização política estranha às sociedades indígenas – em seu território. A política colonial e a formação do Estado brasileiro levaram ao extermínio de povos inteiros, à sua escravização, à dominação e à sua tutela jurídica. Para responder a essas práticas históricas de violência, os povos indígenas têm se organizado para reivindicar o seu direito de existir e de manter sua cultura ancestral.

Os povos indígenas brasileiros, sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, têm sofrido ataques graves e sistemáticos contra a sua forma de viver e contra a sua existência como indígenas. Desde o primeiro dia de governo do presidente Jair Bolsonaro, os povos indígenas têm sido perseguidos, são objeto de violência, de incitação ao ódio e profunda discriminação. Em seu conjunto, as medidas adotadas sistemática e intencionalmente pelo presidente Jair Bolsonaro constituem crimes internacionais.

São diversas as estratégias e os atos perpetrados pelo presidente Jair Bolsonaro no cometimento de tais crimes. Todas elas, entretanto, baseiam-se, de uma forma ou de outra, na destruição da relação dos povos indígenas com as suas terras, o que implica a morte cultural, social e física dos povos indígenas. Para os povos indígenas, a terra, tomada por tudo o que há nela, como rios e formas de vida não-humanas, é fundamental para a manutenção das suas vidas: é nela que indígenas caçam, pescam, colhem e cultivam. Para vários povos, a construção de sua identidade cultural também passa pela simbolização de sua relação com a terra.

Como se pode perceber, povos indígenas distintos têm

distintas relações com suas terras; mas as terras que ocupam são fundamentais para todos eles. Nos quadros de um Estado nacional, elas sustentam os corpos e suportam os indígenas enquanto povos.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, nos últimos anos, tem combatido a política de Jair Bolsonaro, que procura produzir uma “nação brasileira” em que não há lugar para as diferenças que os povos indígenas apresentam. Nessa “nação idealizada”, os indígenas só têm lugar se assimilados, isto é, com a dissolução da sua diferença, ou se fisicamente destruídos. Em qualquer hipótese, e não por acaso, a produção da “nação idealizada” pelo presidente Bolsonaro tem sido buscada às custas de vidas indígenas. A invasão, exploração, contaminação e destruição das terras, águas, florestas e matas indígenas impossibilitam a continuidade das suas formas de vida.

O presidente promove e estimula sistematicamente esses atos, pela produção de uma caricatura dos indígenas e pela destruição das instituições e políticas públicas direcionadas à proteção dos direitos territoriais indígenas levada a cabo pelo presidente Jair Bolsonaro. O desaparecimento de etnias, de modos de vida, assassinatos, adoecimentos, são algumas das consequências dos atos do presidente Jair Bolsonaro na condução de suas políticas criminosas, movimentando a máquina estatal brasileira contra os povos indígenas.

O Brasil é um país com uma vasta cobertura territorial, e diversos povos, comunidades e etnias compõem a população brasileira. Por isso, ao dissertar sobre as dinâmicas sociais no país, devemos estar atentos às interseccionalidades que compõem o processo de formação territorial do Brasil. A colonização foi um processo político que disseminou uma série de violências contra os povos originários do país e que

se perpetua por meio de políticas estatais discriminatórias e excludentes, resultando na progressiva perda dos territórios ancestrais por parte dos povos indígenas, na desagregação das comunidades e na negação dos direitos mais básicos.

É simbólico que atos anti-indígenas já tenham ocorrido logo no primeiro dia da gestão do presidente Jair Bolsonaro, 1º de janeiro de 2019. Nesta data, o governo federal apresentou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 8704, que retirava a atribuição de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a transferia para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além de retirar a Funai, órgão indigenista, da tutela do Ministério da Justiça. Este último ato também foi viabilizado pelo Decreto n. 9.673/19, assim como a transferência da atribuição de regularização fundiária das terras indígenas foi viabilizada pelo Decreto n. 9.667/19. A demarcação de terras indígenas é condição para a existência indígena enquanto tal, e o presidente da República tem conhecimento disso.

A seguir, destacamos os principais atos normativos em vigor que compõem essa política anti-indígena corrente na institucionalidade do governo federal, os quais estão apresentados na ordem de prioridade para revogação.

---

### **Parecer Normativo n. 001/2017 da Advocacia-Geral da União**

O Parecer Normativo n. 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) foi publicado em 20 de julho de 2017. O parecer é vinculante para toda a administração pública federal e determina uma série de restrições aos direitos in-

dígenas, especialmente à demarcação de terras. Ele adota as condicionantes que foram estabelecidas especificamente para o caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no julgamento da Pet. 3388 pelo Supremo Tribunal Federal, e institui, no âmbito da administração pública federal, a tese do marco temporal, a qual argumenta que os povos indígenas só teriam direito aos seus territórios se estivessem lá no dia 05 de outubro de 1988, o que viola os direitos originários dos povos indígenas aos seus territórios, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O Parecer teve seus efeitos suspensos pelo Ministro Luís Edson Fachin nos autos do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365, o qual julga em repercussão geral a inconstitucionalidade da tese do marco temporal.

---

### **Parecer n. 763/2020 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Controladoria-Geral da União e Advocacia-Geral da União**

O Parecer n. 0763/2020/CONJUR-MJSP/CGU/AGU confere interpretação restritiva à decisão do Ministro Luís Edson Fachin sobre a suspensão do Parecer Normativo 001 da AGU. No cotidiano administrativo, o mesmo vem sendo utilizado para suspender procedimentos da administração pública federal para demarcação de terras indígenas. Além da suspensão administrativa, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) vem utilizando o referido parecer para descumprir decisões judiciais nas quais o órgão vem sendo obrigado a concluir os processos demarcatórios.

---

## **Instrução Normativa n.09/2020 da Fundação Nacional do Índio**

**A** IN n. 09/2020 permite que terras indígenas não homologadas – ou seja, que não possuem o processo demarcatório concluído – sejam excluídas do Sistema de Gestão Fundiária (SINGEF), plataforma digital do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) voltada à certificação de propriedades rurais. Há pelo menos 25 ações judiciais mobilizadas pelo Ministério Público Federal ao longo do Brasil para pedir a nulidade de seus efeitos, em razão da fragilização aos territórios que ela possibilita, uma vez que permite que haja certificação de propriedades privadas em áreas de ocupação tradicional dos povos indígenas. A medida gera insegurança jurídica ao viabilizar sobreposição de propriedades privadas em territórios originários dos povos indígenas. Desta forma, os invasores de terras indígenas passam a poder solicitar à Funai a Declaração de Reconhecimento de Limites - documento que atesta que a propriedade não incide em Terra Indígena, ignorando-se a existência de terras indígenas não homologadas - e, munidos desse documento, requerer junto ao Incra, por meio de cadastro auto-declaratório, a legalização dessas áreas invadidas.

---

## **Instrução Normativa Conjunta n. 01/2021 da Fundação Nacional do Índio e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis**

**A** IN Conjunta nº 01/2021 – FUNAI/IBAMA dispõe “sobre procedimentos a serem adotados durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos no interior de Terras Indígenas cujo empreendedor seja organizações indígenas”, permitindo a flexibilização do usufruto exclusivo das terras indígenas, uma vez que autoriza a participação em conjunto de indígenas e não indígenas para exploração econômica dos territórios, sem consulta aos afetados, o que poderia implicar em práticas de arrendamento e esbulho de invasores que almejem os territórios indígenas.

---

## **Resolução n. 4/2021 da Fundação Nacional do Índio**

**A** Resolução n. 4 da FUNAI afronta o ordenamento constitucional brasileiro e as normativas internacionais de direitos humanos que resguardam os direitos dos povos indígenas ao “definir novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI, visando aprimorar a proteção dos povos e indivíduos indígenas, para execução de políticas públicas”. A APIB emitiu parecer e provocou o Ministério Público Federal (MPF) apontando as inconstitucionalidades flagrantes na referida resolução que visava determinar quem é ou não é indígena, a partir de critérios do Estado. Ante a inconstitucionalidade e inconven-

cionalidade da Resolução n. 4/2021 da FUNAI, a questão foi levada ao STF, pela APIB no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, tendo o Ministro Relator Luís Roberto Barroso a suspenso de ofício.

### **Concessão de Medalha do Mérito Indigenista a violadores de direitos indígenas**

Sob a forma de um despacho publicado no Diário Oficial da União, em 16 de março de 2022, o Ministro da Justiça, Anderson Torres, concedeu a Medalha do Mérito Indigenista ao Presidente Jair Bolsonaro; ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno; à Ministra da Agricultura, Tereza Cristina; ao Ministro da Defesa, Walter Braga Netto; ao Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas; ao Ministro da Cidadania, João Roma; ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga; ao Ministro da Advocacia-Geral da União, Bruno Bianco; e ao Ministro Secretário-Geral de Governo, general Luiz Eduardo Ramos. Todas pessoas que não colaboraram com o direito dos povos indígenas para se dignarem a receber tal honraria concedida aos maiores indigenistas da história brasileira.

### **Resolução n. 81/22 da Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

A Resolução n. 81/22 da ANTAQ, em seu art. 30, descreve que “A identificação de passageiro índio será atestada: I – no caso de percurso nacional, por meio do documento de identificação que trata o art. 28, pela autorização de viagem expedida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ou outro documento que o identifique, emitido pelo mesmo Órgão; ou II – no caso de percurso internacional, por meio de passaporte brasileiro válido, ou a carteira de identidade para os países integrantes do MERCOSUL, observada a necessidade de outros procedimentos instituídos pela FUNAI e/ou pela Polícia Federal (PF)”, em flagrante postura tutelar violadora do direito à autonomia dos povos indígenas.

Com a revogação das normas e atos indicados, espera-se que haja a retomada imediata do processo de demarcação de terras indígenas no Brasil, bem como o restabelecimento pleno das políticas indigenistas, que são políticas públicas indispensáveis para o respeito aos direitos indígenas inscritos na Constituição Federal, nas convenções e tratados internacionais, e nas normas infraconstitucionais. Espera-se que o governo federal reassuma seus deveres institucionais de proteção e garantia dos direitos indígenas, previstos por força legal, e que foram sistematicamente desmantelados nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro.



por Pedro Charbel

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICA MIGRATÓRIA

## Introdução

**A** distribuição desigual de vacinas e insumos médicos durante a pandemia de Covid-19 evidenciou a hipocrisia de países ricos. As pessoas mais pobres e grupos sociais historicamente oprimidos sofrem desproporcionalmente com o aprofundamento da crise social e das mudanças climáticas, sendo também as maiores vítimas da crescente militarização do planeta, do fechamento crescente de fronteiras e de políticas migratórias discriminatórias.

Ao mesmo tempo, o ciclo de alta de juros em países centrais e o aumento no preço da energia e dos alimentos ameaça as economias periféricas. Enquanto a China consolida sua ascensão, a União Europeia tenta remediar sua crise estrutural com acordos comerciais neocoloniais. A crise global do capitalismo, a decadência relativa do imperialismo estadunidense, a ascensão de direitas xenófobas e autoritárias em diversos países, a deflagração da guerra na Ucrânia, e novos e crescentes fluxos migratórios, promovem transformações com as quais o Brasil tem sido incapaz de lidar.

A catastrófica gestão de Ernesto Araújo apostou em uma estratégia de submissão incondicional a Donald Trump e acentuou as piores características da tradição diplomática brasileira, causando danos de longo prazo ao país. Sob o comando de Carlos França, a política externa segue sem rumo, ao sabor da conveniência política do Centrão e da agenda reacionária de Jair Bolsonaro. Mas há esperança: uma nova onda de governos progressistas se inicia na América Latina, ao mesmo tempo em que ciclos crescentes de protestos e lutas sociais mostram de forma cada vez mais evidente os limites do neoliberalismo. É urgente superar o bolsonarismo e ir além da política externa ativa e altiva anteriormente implementada. Do mesmo modo, o tratamento ao tema migratório deve superar perspectivas securitárias, mercadológicas, assimilacionistas e assistencialistas.

Dada a natureza dessas políticas, uma reorientação geral do governo se fará necessária, no entanto, a revogação dos seguintes dispositivos, ainda que longe de esgotar essa tarefa, contribui com os objetivos mencionados e sinaliza os rumos desta nova e necessária rota.

---

## **Prioridade 1 - Portaria N. 770, de 11 de outubro de 2019**

*Ementa: Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.*

**T**rata-se do texto sucessor à Portaria n. 666, ambas editadas pelo então Ministro da Justiça e da Cidadania, Sr. Sérgio Moro. Sob o falso pretexto de regular hipóteses previstas na Lei de Migração (n. 13.445/17), a Portaria contraria frontalmente esta legislação, marcadamente os princípios e diretrizes expostos em seu art. 3º, tais como a “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos” e a “não criminalização da migração”.

Em seu art. 2º, a Portaria cria o conceito jurídico vago e inexistente no ordenamento jurídico brasileiro, de “pessoa perigosa”, o qual atenta contra o devido processo legal e viola o princípio da presunção de inocência, consagrado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

Chama a atenção o fato de que o texto desse artigo é idêntico ao de uma Emenda Substitutiva no Projeto de Lei n. 1.928/2019, a qual, a despeito de sua inconstitucionalidade material, ainda será apreciada pelo Poder Legislativo, dado que a ele compete a criação de normas.

Nesse sentido, o Sr. Moro também usurpou as competências do legislativo ao criar, sem nenhuma previsão em lei, o instituto da deportação sumária, no parágrafo 5º do art. 2º da referida Portaria, e ao instituir a prisão cautelar para deportação, no art. 7º do texto. Essas inovações normativas

conformam um perigoso retrocesso no que diz respeito ao tratamento dado pelo país aos não nacionais, e são veementemente contrárias à Lei de Migrações, ao direito processual penal, à Constituição Federal e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Um exemplo muito material dessa contrariedade é a redução do prazo previsto em lei para a apresentação de defesa nos casos de deportação, de 60 dias prorrogáveis a irrisórias 48 horas, segundo o art. 7º. Não à toa, a Defensoria Pública da União considera que o texto viola os padrões mínimos de devido processo legal segundo a legislação brasileira e os parâmetros internacionais de direitos humanos e traz um grave retrocesso frente ao trabalho construído pelo Estado brasileiro, ao longo de anos, para a consolidação dos direitos de não nacionais em seu território.

Em um contexto político em que o Poder Executivo tem se mostrado cada vez mais autoritário, e diante de ameaças à liberdade de imprensa e de expressão em nosso país, a iniciativa se mostra ainda mais alarmante. Além disso, conforme 60 relevantes entidades da sociedade civil ressaltaram em nota pública sobre a Portaria n. 666, esses dispositivos fazem “com que o Brasil venha a violar compromissos internacionais assumidos”, podendo inclusive “prejudicar os brasileiros residentes no exterior que poderão vir a receber tratamento equivalente em razão do princípio da reciprocidade”.

---

## **Portarias de 4 de março de 2020 do MRE/SGRE/SGA**

*Ementa: Remove ex officio o corpo diplomático e consular da Embaixada e Consulados do Brasil em Caracas, do Consulado em Ciudad Guayana e do Vice-Consulado em Santa Elena do Uairen.*

A portaria de Ernesto Araújo removeu os oficiais da Embaixada e Consulado em Caracas, do Consulado em Ciudad Guayana, e do Vice-Consulado em Santa Elena do Uairen. A decisão é inédita na diplomacia brasileira e contrária à prática internacional – nem em tempos de guerra os países costumam fazer isso. Afinal, os referidos postos diplomáticos são importantes para os brasileiros residentes naquele país, assim como as empresas que precisam notorizar guias de exportação, por exemplo, a despeito de qualquer divergência política entre governos.

Ocorre, no entanto, que desde que assumiu a Presidência da República, Bolsonaro se dedicou a ser linha auxiliar do imperialismo estadunidense. Já em fevereiro de 2019, o governo brasileiro participou de ações pretensamente humanitárias nas fronteiras venezuelanas, orquestradas com os governos colombiano e estadunidense, e em coordenação com o líder da direita na Venezuela, Juan Guaidó, protagonista dos esforços de tomada do poder contra o governo eleito e soberano na Venezuela.

Essas ações, somadas ao fechamento das representações diplomáticas e consulares naquele país, ao reconhecimento por parte do governo brasileiro de Guaidó como Presidente

da Venezuela, e às constantes ameaças de expulsão do corpo diplomático venezuelano do Brasil, apenas apequenaram a política externa brasileira e inviabilizaram a possibilidade de o país contribuir a uma solução pacífica para a crise política, econômica e social pela qual passa o povo venezuelano. Durante a pandemia, o governo Bolsonaro chegou a se valer de falsos pretextos sanitários para fechar de modo discriminatório e inconstitucional a fronteira com aquele país.

---

## **Declaração do consenso de genebra, de 22 de outubro de 2020**

*Ementa: Aliança internacional contra direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.*

Ainda que não se trate de Medida Provisória ou instrumento infralegal, integrar esta aliança foi uma decisão discricionária do Poder Executivo, que pode ser revertida com um simples comunicado de desligamento. Criada por iniciativa do então presidente estadunidense Donald Trump, esse grupo, composto originalmente por 31 países, tinha como objetivo combater o direito ao aborto e outros direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas em diferentes instâncias internacionais.

Com a eleição de Joe Biden, os Estados Unidos da América renunciaram a sua participação, e o grupo passou a ser liderado por Jair Bolsonaro. Recentemente, o novo presidente da Colômbia, Gustavo Petro, também anunciou a saída de seu país do pacto. Na carta de ruptura, o governo colombiano afirma que "reconhecem, respeitam e protegem os direitos sexuais e reprodutivos e a saúde sexual e reprodutiva

das mulheres" e destaca que, de acordo com sua legislação nacional, o "direito ao aborto legal e seguro é parte integral e indivisível dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva da mulher".

No que diz respeito ao Brasil, vale ressaltar que, ao patrocinar essas iniciativas e esforços internacionais contra o aborto legal e os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e meninas, o governo brasileiro age em flagrante oposição ao art. 3º, III, de nossa Constituição Federal, que determina que as relações internacionais de nossa República devem reger-se pelo princípio da prevalência dos direitos humanos e contraria nossa própria legislação sobre o tema.

---

## **Prioridade 2 - Decreto n. 9.731, de 16 de março de 2019**

*Ementa: Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão, e altera o Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.*

O Decreto em tela abre mão do princípio da reciprocidade, basilar nas relações internacionais, enfraquecendo o poder de negociação do Brasil em relação às condições migratórias impostas a brasileiros e brasileiras que viajam e/ou migram. O texto favorece países específicos em detrimento da soberania nacional e da proteção de nossos cidadãos, ferindo o princípio da igualdade entre os Estados, o qual deve reger as relações internacionais do Brasil, conforme mani-

festo no inciso V do parágrafo 4º da Constituição Federal.

Atestando a subserviência da política externa bolsonarista, o texto foi publicado em meio a declarações de Jair Bolsonaro a favor do muro que o ex-presidente estadunidense Donald Trump pretendia construir na fronteira com o México – afirmou que “a ampla maioria dos potenciais imigrantes não têm boas intenções”. Poucos dias antes, seu filho, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, à época Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), declarou que imigrantes brasileiros “ilegais” no exterior eram uma vergonha.

Ressalta-se que o argumento dos defensores do Decreto de que a medida estimularia o turismo não procede, já que os processos de emissão de visto para esses países já são rápidos e pouco burocratizados, ao contrário daqueles enfrentados por brasileiros e brasileiras. No caso dos EUA, por exemplo, com a entrada em vigor do sistema de visto eletrônico, observa-se um aumento de 87% na emissão de vistos para turistas estadunidenses no começo de 2018. Cidadãos daquele país que desejavam vir ao Brasil levavam até 90 dias para conseguir o visto, e hoje este processo se conclui em até três dias.

Ao invés de pautar a ação governamental na melhoria e maior simetria das condições de acesso de nossos nacionais a esses países, as justificativas públicas do Presidente e de membros do governo são preconceituosas e reforçam estigmas vivenciados por brasileiros no exterior. Se é verdade que muitos brasileiros se encontram em situação irregular nos EUA e em outros países, isso se deve a políticas migratórias restritivas e criminalizadoras que buscam conter a mobilidade humana, inerente à história humana. Brasileiros migram por diversas razões e, muitas vezes, o fazem em busca de melhores condições de vida e emprego. Cabe, por-

tanto, ao governo brasileiro, melhorar as condições de vida do povo brasileiro e combater a criminalização daqueles que migram, assim como zelar pela dignidade destes brasileiros no exterior, e não aprofundar os ataques a essas pessoas.

---

## **Portaria Interministerial n. 670, de 1º de abril de 2022**

*Ementa: Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no país, nos termos da Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.*

**T**rata-se da mais recente de uma série de mais de 30 portarias sobre fechamento de fronteiras desde o princípio da pandemia de Covid-19. Reproduzindo dispositivos que estavam previstos nos textos anteriores, a Portaria em tela determina em seu art. 16 sanções para o descumprimento de suas disposições que violam frontalmente o ordenamento jurídico brasileiro e internacional, a saber: a responsabilização civil, administrativa e penal; a repatriação ou deportação imediata; e/ou a inabilitação do pedido de refúgio.

O texto se aproveita de suposta preocupação sanitária para violar flagrantemente da Constituição Federal que assegura que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive de nacionalidade. O texto também ignora o apelo Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Migrantes e do Comitê das Nações Unidas para Trabalhadores Migrantes sobre a necessidade de compatibilização entre as normas de proteção sanitária e princípios mínimos de direitos humanos, dentre eles a garantia de acesso à proteção humanitária e à solicitação de refúgio.

A Portaria contraria ainda tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte, marcadamente a Convenção Internacional relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e seu Protocolo (1967), ambos internalizados ao bloco de constitucionalidade brasileiro. Esses dispositivos estipulam taxativamente o dever dos Estados de tratamento não discriminatório, determinando que não se apliquem sanções penais aos refugiados em razão de irregularidade documental, que não se expulsem refugiados e que não se promova a sua devolução para território onde sua vida ou liberdade seja ameaçada. Lê-se no art. 8º, da Lei n. 9.474/97 (Estatuto dos Refugiados): “o ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes”. Assim, a previsão de inabilitação de pedido de refúgio, como sanção administrativa imposta ao não nacional, é totalmente ilegal.

O mesmo se aplica à prática da deportação sumária prevista pela Portaria em questão, a qual não observa sequer o rito legalmente previsto na Lei n. 13.445/2017 (arts. 50, 51 e 53), causando lesão a preceitos fundamentais do ordenamento jurídico e expondo o Brasil ao risco de responsabilização internacional por descumprimento das normas imperativas de direitos humanos. Refugiado ou não, ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei, e somente a lei penal pode prever crimes e cominar pena, por isso, a mobilidade humana não pode ser alvo de responsabilização criminal, como prevê a portaria interministerial.

Ademais, o processo de deportação consiste em uma medida compulsória de retirada do país. Dessa forma, inexiste dúvida de que deve ser autuado em processo administrativo e deve observar o contraditório e a ampla defesa (art.

5º, LIV e LV, da CRFB), não à toa devido processo legal e os princípios do contraditório são garantias fundamentais que irradiam sobre a legislação migratória. A Lei n. 13.445/2017 reconhece como princípio da política migratória brasileira a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, com repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação (art. 3º, I e III). Igualmente, são princípios explícitos a não criminalização da migração, a não discriminação em razão dos critérios ou procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional, a acolhida humanitária, o acesso igualitário a serviços, programas e benefícios sociais e a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante (art. 3º, I, II, III, IV, VI, XI e XVII).

As garantias fundamentais das pessoas migrantes são estabelecidas no artigo 4º da Lei de Migração, das quais se destacam os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; o direito à liberdade de circulação em território nacional, o direito à reunião familiar; o acesso a serviços públicos de saúde, assistência social e previdência sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; e o amplo acesso à justiça (incisos I, II, III, VIII e IX).

Desse modo, o simples fato de ingresso em território irregular nos termos da Portaria não deveria ser motivo para que o Estado brasileiro se julgasse no direito de disciplinar um tratamento sub-humano que condena os migrantes à clandestinidade, à revelia dos mais mezinhos direitos fundamentais. Contrariando a legalidade, a Portaria Interministerial n. 670 e as portarias que a antecederam inovam no mundo jurídico ao criar institutos sancionatórios inaceitáveis.

---

## Conclusão

**E**m um mundo em crise e rápida transformação, o Brasil precisa redefinir sua estratégia de política externa e construir uma política migratória popular e solidária. Fazendo valer os princípios democráticos de nossa Constituição, o PSOL defende uma política externa feminista, antirracista, latinoamericana, anti-imperialista, anticolonial e comprometida com os direitos humanos. Nesse sentido, é urgente democratizar a própria política externa brasileira, criando-se o Conselho Nacional de Política Externa, com ampla participação democrática da sociedade, e aumentando a presença de mulheres, pessoas negras e indígenas no Itamaraty, sobretudo em posições de comando, inclusive no cargo de chanceler.

É fundamental enfrentar decididamente a crise ambiental, atuando por justiça climática, contra o racismo ambiental e pela desnuclearização mundial, combatendo falsas soluções, como o mercado de carbono e offsets florestais, e envidando esforços por uma transição climática com apoio financeiro do norte global. Do mesmo modo, a pandemia de Covid-19 nos ensina que é urgente contribuir com iniciativas de promoção da saúde global, reafirmando a primazia da vida e da saúde coletiva sobre o lucro das grandes empresas farmacêuticas, defendendo a retirada de vacinas e medicamentos do Acordo TRIPS e participando ativamente das negociações do novo tratado sobre pandemias da OMS.

Para frear o avanço do neoliberalismo e combater a impunidade corporativa, a suspensão do processo de ratificação do Tratado de Livre Comércio Mercosul-União Europeia e

reavaliação da entrada do Brasil na OCDE em consulta com movimentos e setores atingidos são passos primordiais. Urge também internacionalizar a agricultura familiar e colaborar ativamente na negociação e aprovação de um Tratado Vinculante em matéria de Direitos Humanos e Empresas Transnacionais. Nesse sentido, reestabelecer e ampliar laços de cooperação com países africanos, da América Central e do Caribe é tão importante quanto monitorar os impactos da atuação de empresas brasileiras nesses territórios.

O Brasil deve retornar à CELAC, fortalecer, reestruturar e atualizar o Mercosul e a Unasul, reforçar e valorizar foros como BRICS e IBAS, e participar ativamente do G20 e do G77. No caso latinoamericano, é fundamental avançar no âmbito da integração política, da livre circulação de pessoas e buscar soluções comuns para desafios regionais com responsabilidade socioambiental. Nesse contexto, é essencial reabrir a Embaixada em Caracas e apoiar o desenvolvimento e a autodeterminação dos países da região, atuando pela suspensão do bloqueio a Cuba, em especial.

O país deve ter voz internacional ativa a favor dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, com ênfase nos setores mais excluídos, estabelecendo mecanismos efetivos para proteção e promoção de agendas de direitos sexuais e reprodutivos, defesa dos povos indígenas, quilombolas e pessoas LGBTQIA+. Além de adotar posição anti-imperialista e pacifista no Conselho de Segurança da ONU, medidas concretas são urgentes, tais como: a promoção de embargo militar a Israel e o apoio a iniciativas da ONU de investigação sobre o crime de apartheid, e o reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática.

Por fim, é fundamental instituir uma política migratória popular e solidária, regulamentando devidamente a Lei de

Migrações (n. 13.445/17), a partir da realização de uma Conferência Nacional de Migração com ampla participação de movimentos e pessoas migrantes. É primordial desmilitarizar o tratamento à migração, promover a regularização facilitada para migrantes que já se encontram em território nacional, e garantir os direitos políticos plenos de migrantes através de emenda constitucional. Cumpre, ainda, apoiar brasileiros e brasileiras no exterior, recriando o Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior e estabelecendo um programa de apoio para que essas pessoas possam migrar com segurança e dignidade.



por Raisia Maria Cunha Guimarães

## SAÚDE

### Introdução

Quase quatro anos de governo Bolsonaro, marco arrasador na história democrática brasileira, período dominado por tragédias em âmbitos sociais e civilizatórios. Para a saúde brasileira, nessa mesma lógica e política de morte, foram os piores anos tanto para financiamento e ampliação de verbas, como no enfrentamento da pandemia contra o novo coronavírus. Como consequência, mais de 675 mil vidas ceifadas por uma péssima gestão.

O desfinanciamento, no entanto, vem ocorrendo, principalmente, desde 2017. A partir do momento em que o Sistema Único de Saúde (SUS) sofre um grande golpe no final do mandato do governo Temer – o Teto de Gastos ou a Emenda Constitucional 95 (EC 95). A EC 95 estabeleceu um congelamento por 20 anos das despesas públicas, ou seja, um novo regime fiscal que deixa de investir em saúde e educação.

Medida antipopular, catástrofe anunciada pautada pela política neoliberal do lucro acima da vida. Francisco Funcia, economista, ao fazer a avaliação do investimento em saúde no início de 2020, coloca o quanto o Sistema de Saúde já tinha perdido em investimento com a aprovação da EC 95,

se em 2019 o governo tivesse aplicado o mesmo patamar que aplicou em 2017 (15% da receita corrente líquida de cada ano), a saúde teria um orçamento de cerca de R\$ 142,8 bilhões, e não R\$ 122,6 bilhões aplicados. Ou seja, um encolhimento de R\$ 20,19 bilhões nos recursos em saúde.

Como se tirar dinheiro não fosse o suficiente para o sucateamento dos atendimentos nos equipamentos do SUS; em 2019, logo no início do seu mandato, Bolsonaro anuncia a mudança na política dos Mais Médicos, fim do convênio com Cuba, país que mais destinava mão de obra qualificada para os rincões do território brasileiro, onde médicos brasileiros, em sua maioria, não estão. Isso fez com que a falta de médicos voltasse a ser uma realidade em muitas pequenas cidades, aldeias indígenas e comunidades quilombolas. Dado que o chamado para médicos brasileiros e de outras nacionalidades no novo programa não cobriu a totalidade dos territórios que os médicos cubanos antes contemplavam.

Em 2020, para agravar ainda o exposto, a saúde brasileira foi posta à prova pela pandemia do novo coronavírus e entrou em colapso. O cenário tem sido de caos, de um lado, hospitais sucateados, profissionais com remuneração abaixo da exigência médica e mental que estavam colocados, pequenas cidades e locais mais afastados com falta de médicos para cuidados básicos ou encaminhamentos rápidos e necessários; do outro lado, o mais genocida dos discursos, proferido sem pudor ou qualquer embasamento científico pelo Presidente do país.

Para fins de denunciar os abusos e absurdos que se tem feito contra uma saúde pública de qualidade desde o governo Temer, e se estendendo ao governo Bolsonaro, este documento tem como intenção ser um instrumento para (re) construir os marcos civilizatórios, colocando a saúde como um ponto central. Os pontos abaixo seguem como prioridade para serem revogados nessa “nova” democratização.

---

### **Prioridade 1 - Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**

*Ementa: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.*

No dia 15 de dezembro de 2016, a EC 95, que trata sobre a instituição de um “novo regime fiscal”, trata de congelar por 20 anos investimentos na saúde e educação. mbitos sensíveis em uma sociedade democrática, ao congelar investimentos na saúde pública, não há o acompanhamento de processos de nascimentos, ou seja, crescimento populacional, valores de procedimentos e medicamentos, além de sucatear equipamentos de atendimento, salário dos profissionais e não investir em tecnologia de diagnósticos. Dessa forma, revogar a EC 95/2016 é o primeiro passo para pensar em uma reestruturação no Sistema Único de Saúde, por ela ser o clímax de diversas outras emendas, resoluções e normativas que foram sendo aprovadas e que também precisam de revogação. É sabido que o desmonte do SUS é um projeto político em plena e contínua construção; combater o retrocesso que isso implica é uma tarefa de múltiplas frentes.

---

### **Prioridade 2 - Portaria n. 2.979, de 12 de novembro de 2019**

*Ementa: Institui o programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação n. 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.*

A Portaria n. 2.979, de 12 de novembro de 2019, que institui o programa Previne Brasil, atrelado à onda de contrarreformas políticas que o Sistema de Saúde brasileiro vem sofrendo desde o golpe de 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff. O projeto foi lançado em 2019, sem o aval do CNS. O repasse de verbas para a Atenção Primária à Saúde até então era o Piso da Atenção Básica (PAB) e possuía um valor fixo, calculado de acordo com a população do município, somado a um valor variável, que levava em consideração as estratégias da APS e sua implementação, além das vulnerabilidades regionais. Em novembro de 2019, foi divulgado, na Portaria n. 2.979, o Previne Brasil, o qual tem seu repasse ancorado em apenas quatro pilares: captação ponderada, pagamento por desempenho, incentivo por ações estratégicas, e incentivo por critério populacional. O pagamento por desempenho ficou limitado a sete indicadores que não refletem a realidade da atenção básica (sete indicadores em 2019, sete em 2020, e sete em 2021, totalizando 21). Já o incentivo por critério populacional foi conquistado após pressão de Conass e Conasems, a fim de reduzir as potenciais perdas financeiras para muitos municípios.

O financiamento do SUS encontra-se mais uma vez sob ameaça. A APS depende dos recursos federais, não apenas como complementação aos recursos municipais, mas também como forma de desenvolvimento dos seus serviços e de construção de um sistema de saúde menos desigual. O novo método de repasse, ao beneficiar as cidades que mais ampliaram o número de cadastro de usuários, acaba por aumentar o abismo de desigualdades, ao relegar recursos apenas para as localidades que tiveram seu desempenho considerado adequado, conforme os critérios adotados pelo programa, negligenciando outros aspectos locais e sociais. Não obstante, o fim do PAB variável impacta negativamente o tipo de APS preconizado pelo SUS, pois “desfinancia” projetos como o NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família), dificultando o acesso a uma saúde multidisciplinar e integral. Por isso, é de extrema importância para a capilaridade dos serviços de saúde que esta Portaria seja revogada.

---

### **Prioridade 3 - Portaria n. 2.282, de 27 de agosto de 2020**

*Ementa: Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.*

Foi publicada, no dia 27 de agosto de 2020, a Portaria n. 2.282, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Atualmente, mulheres podem interromper a gestação de forma legal em três situações: a) em situações de gravidez resultante de violência sexual; b) anencefalia do feto; c) quando a gestação oferece risco à vida da mulher. Porém, a Portaria tende a dificultar que o aborto previsto em lei seja garantido, principalmente, em caso de estupro.

Segundo ela, uma mulher, que chega ao serviço médico e solicita a interrupção da gestação, terá que passar por quatro vexatórias etapas. A primeira diz respeito ao próprio serviço e equipe de saúde, que quase se tornará um agente policial, conforme o Art. 1º:

*É obrigatória a notificação à autoridade policial pelo médico, demais profissionais de saúde ou responsáveis pelo estabelecimento de saúde que acolheram a paciente dos casos em que houver indícios ou confirmação do crime de estupro.*

E o Art. 3º:

*A primeira fase será constituída pelo relato circunstanciado do evento, realizado pela própria gestante, perante 2 (dois) profissionais de saúde do serviço. Parágrafo único. O Termo de Relato Circunstanciado deverá ser assinado pela gestante ou, quando incapaz, também por seu representante legal, bem como por 2 (dois) profissionais de saúde do serviço, e conterá: I – local, dia e hora aproximada do fato; II – tipo e forma de violência; III – descrição dos agentes da conduta, se possível; e IV – identificação de testemunhas, se houver.*

A primeira fase será constituída pelo relato circunstanciado do evento, realizado pela própria gestante, perante 2 (dois) profissionais de saúde do serviço. Parágrafo único. O Termo de Relato Circunstanciado deverá ser assinado pela gestante ou, quando incapaz, também por seu representante legal, bem como por 2 (dois) profissionais de saúde do serviço, e conterá: I – local, dia e hora aproximada do fato; II – tipo e forma de violência; III – descrição dos agentes da conduta, se possível; e IV – identificação de testemunhas, se houver.

Esse processo tende a revitimizar a mulher e expõe sua intimidade e privacidade em seu momento mais vulnerável. No artigo 8º, para intensificar o desconforto feminino diante de tudo isso, ainda consta a possibilidade da mulher, durante o exame de ultrassonografia, ouvir os batimentos fetais.

A conduta que uma mulher deve receber ao chegar a um serviço de saúde em caso de estupro é de acolhimento, atendimento integral para a prevenção de IST's e da interrupção de uma gestação não desejada, sem ser discriminada ou sofrer violência institucional.

Por fim, fica notadamente que esta Portaria coloca em xeque não só a dignidade da mulher brasileira, como também as recomendações internacionais e do SUS, conforme a Lei n. 12.845, de 1º de agosto de 2013. Pela vida das mulheres, sobre o direito de seus corpos, esta Portaria deve ser revogada.

---

#### **Prioridade 4 - Portaria gm/ms n. 715, de 04 de abril de 2022**

*Ementa: Altera a Portaria de Consolidação GM/MS n. 3, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami).*

No dia 04 de abril de 2022, foi publicada a Portaria n. 715, que é colocada pelo atual governo como a “nova” Rede Cegonha. Na verdade, a Portaria caracteriza o desmantelamento da política de proteção materno-infantil, que vem sendo construída desde 2011, feita sem um amplo debate entre a sociedade, os profissionais que atuam na Rede Cegonha e todos os órgãos competentes.

A Rede Cegonha é um modelo de atenção que revolucionou a maneira de pensar, acolher e cuidar no ciclo gravídico e pós-parto, assim como no recém-nascido e na primeira infância. Teve um impacto quando se pensa em mortalidade materna e infantil, ao colocar questões como transporte sanitário que possibilita o deslocamento da usuária do SUS de ter as consultas do pré-natal garantidas, bem como o parto; e a territorialização do atendimento.

Outra questão extremamente importante na Rede Cegonha é o fato de não ser centralizada apenas no poder médico obstetra, pois coloca outros(as) profissionais nesse momento – pré-natal/parto/pós-parto – como enfermeiras obstétricas e obstetizas. Na Portaria n. 715, o foco é o lugar médico, excluindo do texto esses outros profissionais.

Além de já excluir do texto a gama de profissionais que detém conhecimento e formação para o cuidado com o parto

e o pós-parto, a Rami extingue os Centros de Parto Normal (CPN), quando o que se precisa hoje são as ampliações e facilidades para que as gestantes utilizem esses Centros de forma pública, e para que os serviços hospitalares sejam direcionados, preferencialmente, para as gestantes de alto risco.

Por uma atenção humana, holística e pública que preserve a vida das gestantes e de seus filhos, esta Portaria deve ser revogada.

---

### **Prioridade 5 - Decreto n. 9.794, de 14 de maio de 2019**

*Ementa: Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas – Sinc no âmbito da administração pública federal.*

Foi publicado, no dia 14 de maio de 2019, o Decreto n. 9.794, do Poder Executivo, que dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas – Sinc no âmbito da administração pública federal. A medida tem por finalidade fazer com que discussões no âmbito do direito ao corpo das mulheres deixem de ser discutidas, bem como o debate sobre promoção da igualdade racial.

Pensar em políticas públicas na promoção e prevenção da saúde das mulheres é ter verba para que ações de curto, médio e longo prazo sejam efetivadas, dessa forma, é necessário que o Decreto n. 9.794/2019 seja revogado, ou, utilizando

de suas atribuições, o Ministério volte a ser das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

---

### **Prioridade 6 - Decreto n. 10.112, de 12 de novembro de 2019**

*Ementa: Altera o Decreto n. 8.086, de 30 de agosto de 2013, para dispor sobre o Programa Mulher Segura e Protegida.*

Este Decreto foi publicado em 12 de novembro de 2019, e discorre sobre mudanças no Programa Mulher Segura e Protegida, que foi implementado no governo da presidenta Dilma Rousseff, medida que fazia parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Dentre as ações que foram alteradas do Decreto n. 8.086, está a promoção da autonomia financeira para mulheres que foram vítimas de violência e procuraram atendimento. Além disso, desresponsabiliza o Estado de prestar apoio técnico e financeiro aos entes federados na manutenção das unidades da Casa da Mulher Brasileira, o que desincentiva que estados e municípios ampliem essa rede tão importante para a vida das mulheres. Outro ponto tange à participação popular no processo de decisão no planejamento da política de proteção aos direitos da mulher, esvaziava o controle democrático da sociedade civil, deixando a cargo apenas do Poder Executivo.

---

## **Prioridade 7 - Decreto n. 9.761, de 11 de abril de 2019**

*Ementa: Aprova a Política Nacional sobre Drogas. O Decreto n. 9.761, que foi publicado no dia 11 de abril de 2019, disserta sobre uma “nova” Política Nacional sobre Drogas. Um dos pontos de equívoco deste Decreto é colocar como um dos objetivos e diretrizes a abstinência.*

*3.18. Promover a estratégia de busca de abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas.*

**T**ratando-se de política de drogas, desde a década de 1980, considera-se o benefício da Política de Redução de Danos, conjunto de estratégias aplicadas por profissionais capacitados com o objetivo de atingir pequenas metas, com direção, principalmente, ao uso moderado e responsável de substâncias. Sabe-se que a abstinência não deve ser por si só uma diretriz, mas sim um objetivo a médio e longo prazos de um plano de ação inclusivo e sem preconceitos, assistidos por serviços públicos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Outro ponto a ser discutido é o errôneo protagonismo das Comunidades Terapêuticas. Em 2018, o “Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas” foi produzido por um conjunto de órgãos da sociedade civil e do Estado,

que passaram a considerar as Comunidades Terapêuticas como um modelo manicomial, contrário aos pressupostos da democracia. Mesmo com esse levantamento, um dos objetivos da nova política de drogas é:

*3.3. Garantir o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano, pela implementação e pela manutenção da rede de assistência integrada, pública e privada, com tratamento, acolhimento em comunidade terapêutica, acompanhamento, apoio, mútua ajuda e re-inserção social, à pessoa com problemas decorrentes do uso, do uso indevido ou da dependência do álcool e de outras drogas e a prevenção das mesmas a toda a população, principalmente àquelas em maior vulnerabilidade.*

O aumento vertiginoso das comunidades terapêuticas desde 2011 e, mais intensamente a partir de 2016, apesar de seu notável desserviço à população, ocorre frente à entrada de religiosos para o debate do uso de drogas, sem a perspectiva da redução de danos e promove um repasse das verbas públicas para o setor privado que compromete o principal alicerce da reforma psiquiátrica. Os Centros de Atenção Psicossociais – Álcool e Drogas (CAPS-AD), que contam com atendimento integral ao usuário, apoio médico, psicológico e de enfermagem, deixam de receber qualquer aumento de recursos financeiros desde 2011. Sendo que, desde 2017, esse aumento estava garantido.

Em suma, é imprescindível que este Decreto seja revogado, a fim de defender e fortalecer o SUS – Sistema Único de Saúde, e, com ele, o CAPS.

---

## **Prioridade 8 - Decreto n. 11.098, de 20 de junho de 2022**

*Ementa: Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.*

No Decreto n. 11.098, instituído neste ano, Jair Bolsonaro escancara uma política de privação, privatização e evangelismo referente à política da saúde mental, política de combate às drogas e política de pessoas com deficiência.

Além de ter retirado do Departamento de Atenção Especializada e Temática a competência de elaboração, coordenação e avaliação das políticas e ações de atenção especializada em saúde da pessoa com deficiência, o Decreto também fortalece as Comunidades Terapêuticas para tratamento de pessoas por abuso de álcool e outras drogas. Como já dito anteriormente, essas entidades recebem milhões do poder público para acolher pessoas com uso abusivo de substâncias. O que, além de todo o prejuízo aos serviços públicos de saúde mental por falta de investimento financeiro, também promove um tratamento inadequado e degradante àquele que necessita, como mostrou a reportagem veiculada no dia 22 de junho de 2022, no Fantástico, pela Rede Globo, na qual pacientes são submetidos a castigos com vínculos religiosos.

Este Decreto vai na contramão da Lei Orgânica da Saúde (n. 8.080/90), que institui as diretrizes do SUS, bem como a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira (Lei n. 10.216), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras

de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Dessa forma, pelo não aprisionamento dos corpos, é mais do que urgente que este Decreto seja revogado.

---

## **Prioridade 9 - Decreto n. 10.833, de 07 de outubro de 2021**

*Ementa: Altera o Decreto n. 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.*

O Decreto n. 10.833, publicado em 07 de outubro de 2021, é mais um ataque referente ao meio ambiente e qualidade da comida ofertada nas mesas brasileiras. Provoca um descontrole do nível de veneno e substâncias exógenas utilizadas durante a produção de alimentos, sem a preocupação do prejuízo à saúde que o acúmulo dessas substâncias no organismo humano pode ocasionar.

Ao eximir os Ministérios do Meio Ambiente, Saúde, Agricultura, Pecuária e Abastecimento da responsabilidade de controle da qualidade dos agrotóxicos e seus componentes, e flexibilizar o limite para os resíduos e o intervalo de segurança da aplicação dessas substâncias e a rotulagem desses parâmetros, retira-se quaisquer possibilidades de controle

da saúde das pessoas. Não se sabe mais quão tóxicos serão os alimentos, nem os efeitos que tais quantidades terão no organismo, muito menos como minimizá-los. É sabido o quanto essas substâncias são prejudiciais ao ser humano; muitas delas vetadas na União Europeia, por exemplo. A médio e longo prazo, os prejuízos que esses nocivos podem trazer à saúde humana e animal são inúmeros, dentre eles: malformações fetais, doenças neurológicas para os trabalhadores que manipulam tais venenos, mutações genéticas e surgimento precoce de processo cancerígeno.

Os alimentos brasileiros contêm cargas de veneno e agrotóxicos inseguras à população que, sem outra escolha, é obrigada a se contaminar. A importação desses produtos por outros países, outrossim, é desestimulada e enfraquece o mercado externo brasileiro, prejudicando a economia. Pelas nossas vidas, pela sustentabilidade do campo e proteção do solo e da água, este Decreto deve ser revogado.

---

## Considerações Finais

Pensar no que ocorreu com a saúde pública nesse período que iniciou com Temer e será fechado com Bolsonaro é ver o desmonte do SUS, decreto após decreto, com emendas, normativas e afins, na intenção de aumentar cada vez mais a iniciativa privada, as comunidades terapêuticas, o envenenamento do agro, ou seja, privatizar a saúde, de forma a negar o direito de uma saúde digna, pública e gratuita.

O Sistema Único de Saúde é consolidado a partir das lutas populares após a redemocratização do país, pauta de reivindicação das mulheres periféricas, com estudantes de Medicina e a Cebis (Comunidades Eclesiais de Base), na zona Leste de São Paulo. Voltar na história é um traço que deve ser colocado para o próximo marco da saúde para os próximos quatro anos do governo Lula.

O caminho a ser traçado pelo novo mandato deve ser construído voltado às origens, voltar a ser discutido ouvindo os Conselhos de Trabalhadores e usuários do SUS. Esses Conselhos deverão ser deliberativos e com participação da sociedade civil. Estamos no ponto de reconstrução da saúde no Brasil, portanto, estamos na reconstrução de um país, e isso só será possível, além da participação popular, com investimento público na saúde.

Por fim, que do começo ao final deste mandato os corpos sejam atendidos, acolhidos, alimentados e respeitados, sejam esses corpos cis, não héteros, infantis ou idosos, nacionais ou estrangeiros. Para que isso seja possível e viável, é importante que os pontos colocados neste documento sejam revogados.



por *Diego Scardone*

# SEGURANÇA PÚBLICA

## Introdução

**A** revogação dos decretos aqui listados se faz necessária por seu imediato interesse público, pela reafirmação do princípio democrático da separação de poderes e dado seu grande potencial de efeito nocivo sobre a segurança pública e o exercício pleno da cidadania, direitos fundamentais afetados diretamente pelo controle ineficaz da circulação de armas de fogo no Brasil.

Em 2021, ao menos 76% das mais de 47 mil vítimas de homicídio no país foram mortas com o uso de arma de fogo. Até novembro de 2021, o governo Bolsonaro registrou 460.351 novas armas (Polícia Federal e Exército), fez cres-

cer o volume de importação de armas de fogo em 33% entre 2020 e 2021, o equivalente a US\$ 52 milhões. Com incentivos normativos e tributários viu a indústria bélica nacional produzir seu primeiro fuzil comercial (T4, da Taurus) e a indústria estatal desenvolver seu próprio modelo (IA2 da IMBEL). Tudo isso relegando os sistemas de controle e fiscalização à decadência do tempo e à degradação normativa.

O Governo Federal, que se vangloria da queda de 7% da taxa de homicídios em 2021, correlacionando o feito à maior leniência no controle e à promoção do acesso às armas, deveria ter mais rigor na análise que faz antes de desfilar números e fatos posicionando-os como causa e efeito. Deveria também estudar a história recente do país para vislumbrar o que está por vir. Mas talvez esse seja o objetivo, criar desordem para vender segurança – e sabemos o nome que se dá a esse tipo de plano. E não é liberdade, mas sim barbárie.

A opinião pública é clara: de cada 10 brasileiros, 7 rejeitam a tese segundo a qual o maior acesso da população a armas favorece a segurança pública, propagada com obstinação por Jair Bolsonaro. O Datafolha indica ainda que não há respaldo da sociedade brasileira à noção, importada dos EUA, de que o acesso a armas estaria associado à liberdade. "O povo armado jamais será escravizado", diz Bolsonaro, e 69% discordam. Existem, no Brasil, 2,08 milhões de armas legais particulares, praticamente 1 para cada 100 habitantes, segundo dados de dezembro de 2020 compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No que tange a edição de diversos decretos sobre política de armas pela administração de Bolsonaro, a procuradora regional da República, Raquel Branquinho, aponta a possibilidade de Bolsonaro ter agido para beneficiar uma parcela de eleitores e que não há espaço na Constituição "para ideias

e atitudes voluntaristas" do presidente, ainda que pautadas por "bons propósitos".

Vale ressaltar que investigações policiais de quatro estados mostram a atuação de CAC's no fornecimento de armas e munição para quadrilhas especializadas em roubos de grandes quantias – como ataques a agências bancárias e transportadoras de valores e assaltos com domínio de cidades de pequeno e médio portes, modalidade conhecida como “Novo Cangaço”. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a série de decretos do governo sobre armas beneficiou o crime organizado.

Existe um consenso científico de que aumentar a quantidade de armas em circulação aumentará a violência em nosso país. Estudo do IPEA identificou uma forte relação de que 1% no aumento de armas em circulação pode gerar um aumento de até 2% na quantidade de homicídios. Pesquisas sobre tentativas de reação a crimes também identificam que a reação armada raramente é eficiente e, na maioria dos casos, agrava o evento, transformando roubos em latrocínios e tiroteios. Essa realidade se verifica inclusive nas tentativas de reação de policiais quando estão de folga, a despeito de seu nível de treinamento muito acima do que estaria acessível a cidadãos comuns.

Já há uma série de pesquisas e investigações que consolidam o conhecimento de que a maioria das armas apreendidas usadas em crimes no Brasil são de fabricação nacional, reforçando a fragilidade dos controles atualmente existentes e a importância de se investir em um uso mais intensivo de inteligência policial baseada em análise dos dados disponíveis e na melhor fiscalização da produção e comercialização de armas de fogo no Brasil.

As tabelas abaixo contêm a íntegra dos atos normativos mais urgentes analisados no presente estudo. Um documento mais extenso também foi enviado para os pesquisadores. Cada um dos itens contém, respectivamente, as seguintes informações: (i) Ato normativo; (ii) Autoria; (iii) Quem assina; (iv) Ementa; (v) Explicação do item; e (vi) Razão para Revogação, apresentados no Congresso Nacional.

## Portaria n. 62 - Colog, de 17 de abril de 2020

*Autoria: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Logístico/Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados*

*Quem assina: GEN. EX. LAERTE DE SOUZA SANTOS*

*Ementa: Dispõe sobre revogação de atos normativos.*

*Explicação do Item: Revoga as Portarias n. 46, 60 e 61, de 2020 do Colog.*

**R**azão para a Revogação: O Presidente Jair Bolsonaro determinou, em 17 de abril de 2020, a revogação das Portarias do Comando Logístico do Exército (COLOG) n. 46, 60 e 61, de abril de 2020, que tratam do rastreamento, identificação e marcação de armas, munições e demais produtos controlados. Em postagem no Twitter, o Presidente justificou a revogação “por não se adequarem às suas diretrizes definidas em decretos”. Logo após a postagem, a Portaria n. 62, de 2020, foi apresentada revogando as Portarias n. 46, 60 e 61, apresentadas pelo mesmo Órgão.

As Portarias n. 46, 60 e 61 traziam avanços importantes na marcação e rastreabilidade de armas e munições. E essa é uma questão essencial para que tenhamos um melhor combate do crime organizado e da violência armada.

A Portaria n. 46 dispunha sobre o rastreamento de produtos controlados pelo Exército. O sistema permite saber qual a identidade de um produto, a sua origem e o seu destino por meio de um código físico ou eletrônico. O sistema é amplo e regula desde explosivos, até mesmo proteções balísticas, coletes, armas, assim como os seus acessórios, munições, fogos

de artifício, produtos químicos de interesse militar, entre outros. Sem essas informações, não será possível identificar a quem pertence uma arma ou munição utilizada em um determinado crime. Não será possível averiguar a autenticidade da blindagem utilizada em automóveis, a validade de coletes balísticos, ou até mesmo dados sobre explosivos transportados ou desviados.

No âmbito da Portaria n. 46, é imperativo destacar que tal normativa é fruto de anos de cobrança e elaboração, como explicitado pelo Acórdão n. 604/2017, do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou diversas lacunas na política de monitoramento e controle de armas e munições no sistema atualmente existente, como, por exemplo: (i) inexistência de sistema informatizado integrado para planejamento, execução e controle das atividades de fiscalização de produtos controlados pelo exército (PCE); (ii) falta de padronização de procedimentos; (iii) ausência de diretrizes para a adoção de normas de ensaio; (iv) deficiência na gestão documental; (v) mapeamento parcial de processos de trabalho decorrentes das atividades de fiscalização de PCE; e (vi) insuficiência de meios, no Centro de Avaliações do Exército, para a realização dos testes de PCE. A Portaria n. 46, de abril de 2020, responde justamente a tais lacunas apresentadas por especialistas, entidades da sociedade civil e por auditoria do TCU.

A Portaria n. 60 trazia normativas de marcação e dispositivos de segurança em armas de fogo. O texto estabelecia, por exemplo, que esses armamentos precisam ter inscritos o nome e a marca do fabricante, país de origem, calibre, número de série e ano de fabricação, entre outras informações. Além disso, o texto estabelece normas de segurança, como, por exemplo, a inserção de dispositivo de segurança que impeça o disparo indevido. Esta também trouxe regras

mais rígidas para marcação de kits de conversão (armas que podem ser alteradas para disparar mais de um calibre, por exemplo) e venda de peças sobressalentes. Outro avanço foi ter tornado mais rígidas e claras as normas de remarcação de armas apreendidas e doadas para as polícias, garantindo uma maior rastreabilidade em casos de desvio.

A Portaria n. 61 tratava da marcação de embalagens e cartuchos de munição no território nacional, possibilitando seu rastreamento. A norma estabelecia que, a cada 10 mil unidades de munição comercializadas, fosse utilizado um único código de rastreabilidade, podendo ser usadas frações menores até mil itens, possibilidade que contribui para a identificação mais precisa das unidades que receberam cada lote, o que previne desvios e facilita a identificação de profissionais que se envolveram em atividades criminosas de fornecimento de munição para o crime. A Portaria também resolve, de forma definitiva, um problema identificado no caso da execução da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, relacionado a munições de calibres e modelos distintos recebendo o mesmo número de lote.

Esta Portaria é fundamental para que tenhamos controle das munições vendidas no país. Um inquérito civil público instaurado a partir da constatação do uso de munições do Departamento de Polícia Federal, por criminosos, durante assalto à agência dos Correios da cidade de Serra Branca, em 24 de julho de 2017, constatou que a utilização de munições de órgãos públicos, pelo crime organizado, não é prática isolada. O inquérito foi instaurado após ser noticiado que as munições utilizadas para matar a vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes pertenciam ao Lote UZZ-18 (composto de 2.463.000 munições e 24.000 cartuchos), mesmo lote de munições usadas para

assaltar a agência dos Correios no município de Serra Branca, no Cariri paraibano, em 2017. A revogação da Portaria n. 61 interfere frontalmente com a efetividade do controle e da rastreabilidade de munições no território nacional, com foco nos artefatos adquiridos por instituições públicas.

---

## **Portaria n. 212 - Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021**

*Autoria: Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando Logístico*

*Quem assina: Gen. Div. IVAN FERREIRA NEIVA FILHO*

*Ementa: Dispõe sobre a aprovação das normas relativas aos procedimentos administrativos do Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército (SisNaR).*

**E**xpliação do Item: Assim como o sistema implementado pela revogada Portaria n. 46- COLOG, de 18 de março de 2020, a nova Portaria disciplina a interligação de todos os sistemas de gestão eletrônica de produtos controlados existentes no Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) (art. 2º) e a criação de um ambiente informatizado que viabiliza o monitoramento das ocorrências com produtos controlados durante todo seu ciclo de vida (fabricação, importação, mudança de posse e titularidade, tráfego, exportação, consumo, destruição, sinistro, modificação dos locais de armazenagem e identificação de consultas realizadas pelos operadores do sistema – art. 13). A nova regulamentação também prevê a criação de número padronizado de identificação único (Indicador Individual Seriado – IIS)

(arts. 6º e 7º) e determina a implementação de soluções tecnológicas de marcação individualizada dos Produtos Controlados pelo Exército de forma intrínseca (arts. 8º a 12), entre outras providências.

Razão para a Revogação: O COLOG busca embaraçar julgamento do STF sobre a pauta de controle de armas e munições e editou portarias (piores) que só passariam a valer após seis (06) meses da edição. As portarias revogadas estariam em vigor em 20 dias.

---

### **Portaria n. 213 Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021**

*Autoria: Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando Logístico*

*Quem assina: Gen. Div. IVAN FERREIRA NEIVA FILHO*

*Ementa: Aprova as Normas Reguladoras dos dispositivos de segurança e dos procedimentos para identificação e marcação de armas de fogo e suas peças, fabricadas no país, exportadas e importadas.*

**E**xplicação do Item: Aprova as normas reguladoras dos dispositivos de segurança e dos procedimentos para identificação e marcação de armas de fogo e suas peças, fabricadas no país, exportadas e importadas, tema que era alvo da Portaria n. 60-COLOG, de 15 de abril de 2020.

Razão para a Revogação: O COLOG busca embaraçar julgamento do STF sobre a pauta de controle de armas e munições e editou portarias (piores) que só passariam a valer após seis (06) meses da edição. As portarias revogadas estariam em vigor em 20 dias.

---

### **Portaria n. 214 Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021**

*Autoria: Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando Logístico*

*Quem assina: Gen. Div. IVAN FERREIRA NEIVA FILHO*

*Ementa: Aprova as Normas Reguladoras dos procedimentos para identificação, marcação das munições e suas embalagens no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.*

**E**xplicação do Item: À semelhança da Portaria n. 61-COLOG, de 15 de abril de 2020, trata dos procedimentos para identificação, marcação das munições e suas embalagens no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados.

Razão para a Revogação: O COLOG busca embaraçar julgamento do STF sobre a pauta de controle de armas e munições e editou portarias (piores) que só passariam a valer após seis (06) meses da edição. As portarias revogadas estariam em vigor em 20 dias.

---

### **Portaria n. 1.222, de 12 de agosto de 2019**

*Autoria: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Gabinete do Comandante/Terceira Assessoria*

*Quem assina: General do Exército Edson Leal Pujol*

*Ementa: Dispõe sobre parâmetros de aferição e listagem de calibres nominais de armas de fogo e das munições de uso permitido e restrito e dá outras providências.*

**E**xpliação do Item: Estabelece os parâmetros de aferição e a listagem dos calibres nominais com suas respectivas energias para a classificação das armas de fogo e das munições quanto ao uso permitido ou restrito.

Razão para a Revogação: Deve ser revogado por apresentar retrocesso na política de controle de armas, munições e demais produtos controlados pelo Exército, haja vista o que dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto n. 9.847, de 25 de junho de 2019.

*Embora os atos normativos listados acima sejam os mais urgentes a serem revogados, incluímos abaixo uma listagem mais ampla de outros atos que também impactam negativamente a segurança pública no país. O conteúdo extenso de atos normativos se dá pela prioridade do governo Bolsonaro para com a pauta de armas e munições, muitas vezes, apresentando atos normativos que revogam outros atos em uma mesma semana.*

## **Controle de armas, munições e demais produtos controlados**

Decreto n. 9.685, De 15 de janeiro de 2019  
Decreto n. 9.720, De 1º de março de 2019  
Decreto n. 9.785, De 07 de maio de 2019  
Decreto n. 9.797, De 21 de maio de 2019  
Decreto n. 9.844, De 25 de junho de 2019  
Decreto n. 9.845, De 25 de junho de 2019  
Decreto n. 9.846, De 25 de junho de 2019  
Decreto n. 9.847, De 25 de junho de 2019  
Decreto n. 9.898, De 02 de julho de 2019  
Portaria n. 1.222, De 12 de agosto de 2019  
Decreto n. 10.030, De 30 de setembro de 2019  
Portaria n. 125 – Colog, de 22 de outubro de 2019  
Portaria n. 126 – Colog, de 22 de outubro de 2019  
Portaria n. 136 – Colog, de 08 de novembro de 2019  
Portaria n. 137 – Colog, de 08 de novembro de 2019  
Portaria n. 150 – Colog, de 05 de dezembro de 2019  
Portaria interministerial n. 412/GM-DM, de 27 de janeiro de 2020  
Portaria n. 62 – Colog, de 17 de abril de 2020  
Portaria interministerial n. 1.634/GM-DM, de 22 de abril de 2020  
Portaria n. 423, de 22 de julho de 2020  
Portaria n. 13.456-Dg/pf, de 27 de agosto de 2020  
Resolução gecex n. 126, De 08 de dezembro de 2020  
Decreto n. 10.627, de 12 de fevereiro de 2021  
Decreto n. 10.628, de 12 de fevereiro de 2021  
Decreto n. 10.629, de 12 de fevereiro de 2021  
Decreto n. 10.630, De 12 de fevereiro de 2021  
Portaria n. 212 – Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021

Portaria n. 213 – Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021

Portaria n. 214 – Colog/c ex, de 15 de setembro de 2021

Sistema prisional e atendimento socioeducativo

Resolução n. 74, de 21 de agosto de 2019

Resolução n. 77, de 21 de agosto de 2019

Decreto n. 10.055, de 14 de outubro de 2019

Decreto n. 10.106, de 06 de novembro de 2019

Decreto n. 10.106, de 06 de novembro de 2019

Segurança pública geral

Decreto n. 9.843, de 19 de junho de 2019

Decreto n. 9.876, de 27 de junho de 2019

Decreto n. 10.777, de 24 de agosto de 2021

Decreto n. 10.778, de 24 de agosto de 2021

Decreto n. 10.822, de 28 de setembro de 2021

Decreto n. 10.034, de 1º de outubro de 2019

Decreto n. 10.158, de 09 de dezembro de 2019

---

## Conclusão

Para concluir, destacamos que será necessária a elaboração de regras de transição para decidir o que fazer com as pessoas que compraram armas que não serão mais permitidas. O futuro governo precisará decidir se, por exemplo, poderão manter as armas, em que condições, ou se terão que entregá-las. Neste caso, entendemos que o governo teria a obrigação de indenizar essas pessoas.

Os decretos publicados por Jair Bolsonaro para dar um “drible” no Estatuto do Desarmamento permitem aos atiradores obter até 60 armas, sendo 30 de uso restrito, como fuzis, além de 180 mil munições por ano. Os caçadores podem comprar até 30 armas por ano, sendo 15 fuzis, e 6 mil munições. Já os colecionadores não têm limites, apenas o de adquirir cinco armas de cada tipo. Parte dos decretos foi suspensa pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, em 06 de setembro de 2022. Ao mirar na segurança das eleições, Fachin satisfaz ainda um silencioso e poderoso grupo de pressão: o dos policiais que combatem o crime organizado.

Para acabar com a farra do fuzil, a primeira medida defendida por esses policiais é a proibição da venda e do porte de munição para essas armas. Outra proposta feita por Roberto Uchoa, da Polícia Federal, é que o governo recompre para as forças de segurança os fuzis adquiridos por particulares e pague o preço de custo.

E, por fim, há uma preocupação com o prazo de licenças que foi estendido para 10 anos. Entendemos que deveriam ser remetidas, com prazo reajustado, para 3 ou 5 anos, como era antes. Este é o relatório resumido ora apresentado.

**REVOGAÇÃO** 

# REVOGAÇÃO!



**FLCMF**  
PSOL



**FUNDAÇÃO  
ROSA  
LUXEMBURGO**



# Decretos

## DECRETO Nº 67.130, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Altera o Decreto nº 57.947, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre a classificação institucional da

rência da aplicação do disposto no artigo 1º deste decreto serão gozadas na seguinte conformidade:

I - se o policial civil já tiver usufruído parte das férias correspondentes ao exercício de 2022, o restante será gozado no exercício de 2023;

II - na hipótese contrária, pelo menos 50% (cinquenta por cento) serão gozadas no exercício de 2023, devendo eventual saldo ser usufruído no exercício de 2024.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de setembro de 2022

RODRIGO GARCIA

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Governo

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Cauê Macris

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 28 de setembro de 2022.

## DECRETO Nº 67.132, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, a faixa de terra necessária à implantação de rede coletora de esgoto, parte integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário - S.E.S., no Distrito de Vila Leopoldina, no Município de São Paulo, e dá providências correlatas

RODRIGO GARCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do disposto nos artigos 2º, 6º e 40º do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**Decreta:**

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, empresa concessionária de serviço público, por via amigável ou judicial, a faixa de terra identificada na planta cadastral de código MCEO 001\_2021\_DES e no memorial descritivo constantes do Expediente Digital SIMA-EXP-2022/00484, referente ao cadastro Sabesp nº 9021/016, necessária à implantação de rede coletora de esgoto, parte integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário - S.E.S., faixa de terra essa que consta pertencer ao Condomínio Conjunto Residencial Parque das Nações e/ou outros e se encontra localizada no Setor 080, Quadra 152, Condomínio 0001, da atual Rua Ivan Curvelo, no Distrito de Vila Leopoldina, no Município e Comarca de São Paulo, pertencente à Matrícula 10.117 do 10º CRI de São Paulo, sendo descrita com tendo início no ponto "A", definido pelas coordenadas N=7396925.4817

segue com azimute de 319º59'05" e distância de 20,67m até o ponto "C"; desse ponto, segue com azimute de 48º47'14" e distância de 2,20m até o ponto "D"; e desse ponto, segue com azimute de 139º59'05" e distância de 20,85m até o ponto "A", encerrando esse polígono com 45,58m² (quarenta e cinco metros quadrados e cinquenta e oito decímetros quadrados) e um perímetro de 45,92m (quarenta e cinco metros e noventa e dois centímetros).

Artigo 2º - Fica a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP autorizada a iniciar o processo de urgência no processo judicial para fins de

a) Bruno Vicente Pimentel

mentação ao man

b) ...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

Endereço: Rua Dr. Pio Dufles, 865 – Jardim Soljumar - São João do Rio Preto/SP

Telefone: (16) 3946.1515

E-mail: deser@see.sp.gov.br

Estado de conservação dos materiais

Item Especificação

1 CPU S3L 432 - ARTE

2 CPU

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

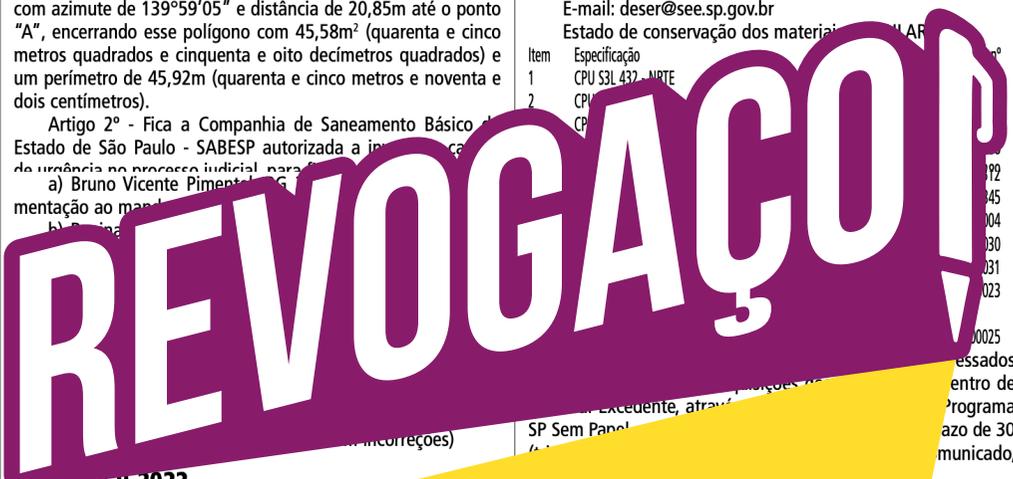
...

...

...

...

...



**ESTA PESQUISA DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS E MARIELLE FRANCO, E DA FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, DETALHA O MÉTODO BOLSONARO DE DESTRUIÇÃO E BUSCA COLABORAR COM A RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.**



interessada a VS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., trecho sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A – AUTOBAN, nas condições constantes do termo. (Processo nº ARTESP-PRC-2022/05363).

Retificação DOE de 10/09/2022

Concedendo a Autorização, a Título Precário, para regularização de acesso rodoviário, do tipo não comercial, com características de uso logístico, na altura do km 24+110m, marginal norte da Rodovia Anhanguera (SP-330), tendo como interessado a empresa GWEST S/A ADMINISTRAÇÃO PARTICIPAÇÕES, trechos sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ARSESP-PRC-2022/00073:

1 – REVOGO procedimento de Convite Eletrônico para compra dos itens:

Item 1 - 60 unidades de dispensers para papel protetor de assento sanitário;

Item 3 - 60 unidades de dispensers para protetor de absorvente higiênico.

2 – Declaro FRACASSADO o procedimento Convite Eletrônico para compra do item:

Item 2 - 70 unidades de dispensers para papel toalha.

3 – HOMOLOGO o Convite Eletrônico, por meio da Oferta de Compra 512701510562022OC00010, para os itens:

Item 4 – 18 unidades de dispensers para copo para água 200ml – valor unitário de R\$ 29,17 (Vinte e nove reais e dezesseis centavos) e no valor total de R\$ 525,06 (Quinhentos e vinte e cinco reais e seis centavos), homologado para a empresa: Baleira Ltda. EPP- CNPJ: 16.880.322/0001-02;

Item 5 - 18 unidades de dispensers para copo para café 50ml - valor unitário de R\$ 24,00 (Vinte e quatro reais) e no valor total de R\$ 432,00 (Quatrocentos e trinta e dois reais) - Homologado para a empresa: Baleira Ltda. EPP- CNPJ: 16.880.322/0001-02.

**Despacho do Diretor Presidente de 21-06-2022**

Nos termos do artigo 45, inciso X, alínea "a", item 4 da Deliberação ARSESP nº 53/2009 (Regimento Interno); com base nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/1993 e do Decreto Estadual nº 61.363/2015; e nos documentos e informações acostados aos autos do Processo ARSESP-PRC-2022/00076

1 – DECLARO FRACASSADO o procedimento licitatório realizado no âmbito do Sistema BEC (Bolsa Eletrônica de Contratações), Convite Eletrônico nº 512701510562022OC00012, Item 1, com vistas à aquisição de 1 (Hum) Claviculario para 500 (Quinhentas) chaves, para uso da ARSESP.

## DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Portaria GP nº 725/2022, de 27 de setembro de 2022. O Assessor de Gabinete da Presidência, no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria PRE nº 167/2021, considerando o disposto na Resolução CONTRAN Nº 941/2022, combinado com as Portarias DETRAN-SP Nº 68/17 e 168/2020, relativo à verificação anual de credenciamento de ECV; Considerando o cumprimento das exigências legais, constantes nos Processos: SPDOC Nº 1938443/2019, e, relativos aos anos de 2019, 2020 DTRAN-PRC-2022/995782 DTRAN-PRC-2022/995848e 2021, respectivamente; Resolve: Artigo 1º - Autorizar a renovação do credenciamento da empresa credenciada de vistoria GUARNIERI VISTORIAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, CNPJ Nº 09.150.232/0001-09, para realização de vistoria de identificação veicular. Artigo